FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TESE DE DOUTORADO

Os Caminhos da Bocaina: uma Questão Agrária Ambiental

Maria de Lourdes Zuquim

São Paulo – setembro 2002

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TESE DE DOUTORADO

**Os Caminhos da Bocaina:
uma Questão Agrária Ambiental**

Maria de Lourdes Zuquim

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya
Co-Orientador: Prof^a Dr^a Yvonne Mautner

São Paulo – setembro 2002

**Os Caminhos da Bocaina:
uma Questão Agrária Ambiental**

Maria de Lourdes Zuquim

Tese apresentada a Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de São Paulo para
obtenção de grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya e

Co-orientador: Prof^a. Dr^a. Yvonne Mautner

São Paulo – setembro 2002

“De facto, o lugar nunca é <escolhido> pelo homem; ele é, simplesmente, <descoberto> por ele ou, por outras palavras o espaço sagrado revela-se-lhe sob uma ou outra forma. A <revelação> não se produz necessariamente por intermédio de formas hierofânicas directas (este espaço, esta nascente, esta árvore, etc.); ela obtém-se, às vezes, por meio de uma técnica tradicional saída de um sistema cosmológico e baseado nele. A orientatio é um sinal dos processos usados para <descobrir> os lugares.”

Mircea Eliade

Luiz e Vera, meus pais.

Pedro e Maria, meus filhos e amigos.

Professor Sylvio Sawaya, mestre e amigo.

Agradecimentos

A todos que foram importantes nesse caminho.

Maria Stella Bertaso, Márcia Macul, Nuno Fonseca, Teresa Riccetti, pelo amparo e cooperação; Adriana Mattoso, pelo apoio incondicional; Fernando Nogueira, pelo incentivo; Tómas Sawaya, pelo companheirismo nos re-percursos de viagem; João Bee, por apresentar e me guiar nos caminhos da Bocaina; CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisa Científica e CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio a pesquisa; a todos da Prefeitura Municipal de Paraty e Prefeitura Municipal de Cunha que apoiaram essa pesquisa; Maria Claudia Fittipaldi, pela edição do texto escrito; Lucas Kanyó, pelas ilustrações; Cláudia Gil, pelo projeto gráfico e editoração; Pedro e Maria pelo colaboração, paciência, carinho e solidariedade; Adriano, Denise, Duba, Ernani, Guilherme, Juliana, José Pedro e Tiago, pela colaboração; e principalmente, aos moradores da Bocaina de São Roque e da Praia do Sono que abriram as portas para essa pesquisa.

À Professora Yvonne Mautner, pelos comentários e críticas que balizaram o trabalho.

Ao Professor Sylvio Barros Sawaya, por guiar-me em novos caminhos e pelo estímulo a novas reflexões.

Resumo

A tese é um exercício de transformação do espaço social rural brasileiro, visto aqui não como lugar “arcaico” ou “atrasado”, mas como lugar “multifuncional”, onde se podem incorporar os avanços tecnológicos para o produzir, o habitar e o usufruir, com preservação dos recursos naturais. O exercício de transformação do espaço social rural que aqui se apresenta está proposto na interface entre (i) reconhecer as distintas formas e técnicas de ocupação humana do território, que conferem a cada lugar traços culturais e sociais distintos; e (ii) a ruptura das restrições impostas à ocupação do território e aos seus habitantes, pelas políticas brasileiras de conservação da natureza e dos modelos que as inspiram.

A “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS” – que a tese começa a resgatar para os estudos brasileiros – ofereceu os caminhos que aqui são objeto de um re-percurso; a mesma coleção, recuperada, é usada como referente histórico para problematizar as relações entre a questão agrária e a questão ambiental, e para estudar as novas feições do meio rural contemporâneo, no Brasil.

Abstract

The thesis is an exercise of transformation in rural space, in Brazil. This environment is seen here not as an “arcaic” or “obsolete” space, but as a multi-functional place, where it is possible to incorporate technological advances, to produce in it, to inhabit and to usufruct, with preservation of the natural resources. The exercise of transformation in rural space presented here is a proposal in the interface between (i) to recognize the distinct forms and techniques of human occupation of the territory which confer distinct cultural and social characteristics to each place; and (ii) the rupture in the restrictions imposed to the occupation of the territory and its inhabitants, by Brazilian policies of nature conservation and the models that inspire them.

The “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS” – that this thesis rescues for Brazilian studies, has offered the pathways that are object of renewed acknowledgement; the same collection is used as a historical reference to discuss the relations between the “agrarian issue” and the environmental issue, and to study new aspects of the agricultural contemporary environment, in Brazil.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo I	
Os caminhos da Bocaina na interiorização do centro-sul do Brasil.....	09
1.1. Paraty e Cunha nos caminhos da Serra da Bocaina.....	10
1.2. Os caminhos do Ouro.....	13
1.3. À espera do café: a cana-de-açúcar e a lavoura de subsistência.....	20
1.4. Os caminhos do café: o começo de um novo ciclo econômico.....	22
1.5. A chegada da ferrovia e o isolamento geográfico da Bocaina.....	28
1.6. Os novos caminhos rodoviários e a retomada dos caminhos da roça, da vizinhança, das festas, os religiosos e os outros caminhos da Bocaina.....	32
Capítulo II	
Um olhar sobre o rural na aceleração do movimento urbano industrial.....	41
2.1. Um olhar sobre os caipiras, roceiros, caboclos, camponeses.....	44
2.2. Um olhar sobre os caiçaras.....	50
2.3. Uma tradição persistente.....	55
2.3.1. Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil. Um relato de 1947, de Emílio Willems.....	55
2.3.2. A vida rural no Brasil. A área de Paraitinga, uma mostra representativa. Um relato de 1951, de Carlos Borges Schmidt.....	58
2.3.3. O fim de uma tradição. Relatos de Cunha, das décadas de 60, 70 e 90, de Robert Shirley.....	62
2.4. O olhar de Carlos Borges Schmidt.....	64
2.4.1. Nota breve sobre Carlos Borges Schmidt.....	65
2.4.2. A Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS.....	69

Capítulo III

A modernização urbano-industrial e agrícola versus a questão ambiental..... 77

3.1. A conservação da natureza e fragmentação do território humanizado..... 85

3.2. Um exemplo: o Parque Nacional da Serra da Bocaina..... 89

3.2.1. Os habitantes do Parque Nacional da Serra da Bocaina..... 95

3.2.2 A estrada Cunha–Paraty e os descaminhos da Serra da Bocaina..... 99

3.2.3. Revisitando o Parque da Serra da Bocaina..... 102

Re-percurso pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina – Areias, São José do Barreiro e Cunha, 1996, baseado nas “Cadernetas de Viagem à Bocaina – 15/11/45” e “Caderneta de Viagem n. 9. 1947” e álbuns fotográficos “Coleção Carlos Borges Schmidt” 102

Como vivem..... 103

Capítulo IV

As questões territoriais e os novos vínculos rural-urbanos..... 107

4.1. Pequeno produtor – os caipiras e os caiçaras..... 112

Capítulo V

Cunha e Paraty: os caminhos do turismo..... 117

5.1. O município de Cunha..... 120

5.1.1. População e Economia..... 123

5.1.2. Políticas públicas e planos, projetos e programas municipais..... 127

5.1.3. Uma mostra representativa. O meio rural em Cunha: o bairro do Paiol (Vargem do Tanque) – 2000..... 129

5.2. O município de Paraty..... 132

5.2.1 População e economia..... 134

5.2.2. Políticas públicas e planos, projetos e programas municipais..... 136

5.2.3. As vilas caiçaras de Cajaíba, Juatinga, Ponta Negra e Sono..... 149

População..... 149

Religião.....	150
Escolaridade.....	151
Renda familiar.....	151
Atividades econômicas.....	151
Propriedades.....	153
Moradia.....	153
Regime de construção das moradias.....	153
Tipologia das moradias.....	154
Infra-estrutura.....	154
O turismo.....	155
Problemática ambiental.....	156
5.2.4. Uma mostra representativa: o bairro rural do rio dos Meros.....	156

Capítulo VI

O bairro rural da Bocaina de São Roque e a vila caiçara do Sono.....	161
6.1. O bairro rural da Bocaina de São Roque e as comunidades Bocaina de São Roque e da Bocaininha.....	162
6.1.1. A geografia do sítio.....	162
6.1.2. O bairro da Bocaina de São Roque e sua gente.....	164
6.2. A vila caiçara do Sono – Praia do Sono.....	172
6.2.1. A geografia do sítio.....	172
6.2. A vila caiçara do Sono e sua gente.....	174

Capítulo VII

A gramática dos casos: Os caminhos da Bocaina e o projeto do lugar do habitar, do produzir e do preservar.....	183
Dos acessos.....	183
Dos usos.....	186

O bairro da Bocaina de São Roque.....	190
A praia do Sono.....	192
Considerações Finais.....	197
Anexo I	
Publicações “Carlos Borges Schmidt”	201
Anexo II	
Cadernetas de viagem “Coleção Carlos Borges Schmidt”	227
Caderneta de viagens nº 5 – 1943.....	229
Viagem a Ubatuba – 14/11/43.....	244
Viagem a Bocaina – 15/11/45.....	253
Ubatuba – 9/9/46 a 16/9/46.....	273
Pedra do Rail (Salvador Venancio – S. Cruz).....	278
Caderneta de viagem nº 9 – 1947.....	282
Ubatuba –17/9/47.....	286
Dito Nato – Pedra Negra.....	289
Roteiros de pesquisa de campo.....	292
Anexo III	
Álbuns fotográficos “Coleção Carlos Borges Schmidt”	303
Serra da Bocaina.....	305
Cunha.....	323
Habitação Rural.....	337
Litoral.....	351
Anexo IV	
Referências Cartográficas.....	355
Referências Bibliográficas.....	357

INTRODUÇÃO

A preocupação que deu origem a esse trabalho surgiu do contato com a “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”, que nos revelou um universo muito peculiar, da vida rural de uma expressiva parcela da população brasileira, que o autor retratou entre os anos 40 e 70 do século XX.

O contato com essa coleção abriu caminho para conhecermos diversos outros estudos sobre a realidade rural brasileira e sobre o modo de vida e as culturas “caipiras” e “caiçaras”, naquele período. Esses estudos procuravam compreender as comunidades que viviam isoladas do que então se entendia como *progresso*, e tomavam o homem como ator inserido no meio em que vivia, habitava e produzia, e que conservava.

Esse modo de olhar e de tratar a realidade brasileira nos chamou a atenção para o rumo pelo qual enveredavam muitos dos estudos atuais, que parecem distanciar-se cada vez mais do saber “de referência” construído nos estudos feitos no Brasil na década dos 40. A “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS” chamou-nos a atenção, assim, para a evidência de que os estudos atuais deixaram de tentar compreender as relações que se estabelecem entre o homem e o meio, e trataram a conservação da natureza como seu objeto primeiro. Nessa operação, o homem acabou por ser “deslocado” do meio em que sempre viveu.

A “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”, além do mais, nos ofereceu os caminhos a serem novamente percorridos para esse trabalho que, desde o início, propôs-se como problema principal a relação entre a questão agrária e a questão ambiental, e as novas feições do meio rural contemporâneo.

A problemática

Historicamente, a condição rural brasileira foi marcada pela hegemonia da grande propriedade sobre a pequena propriedade; com a pequena propriedade sempre relegada à subalternidade e ao esquecimento, nas políticas públicas de sucessivos governos. A estrutura agrária brasi-

leira formou-se pelos diversos ciclos econômicos da monocultura de exportação, das zonas de criação e da pequena produção de abastecimento. Com isso definiu-se, desde a origem da colonização, uma estrutura agrária marcada pelas atividades exportadoras, “nobres”, e pela pequena produção de abastecimento, “pobre”.

Para mudar o quadro de atraso da zona rural brasileira, a solução encontrada foi modernizar a agricultura, o que estimulou a monocultura e a mecanização, tomadas como “modelo” de agricultura “moderna” e “racional”. O meio rural passou então a ser visto quase exclusivamente como espaço da grande produção agrícola e dos grandes proprietários, vale dizer, da “agroindústria”; e o pequeno agricultor rural, proprietário ou não de terras, e todos os outros tipos de trabalhadores rurais, foram ignorados ou esquecidos pelas políticas públicas.

A política governamental de desenvolvimento urbano-industrial e de modernização agrícola privilegiou os investimentos públicos orientados para os setores de expansão industrial das cidades e para o setor produtivista do campo. A concentração do capital urbano industrial em regiões definidas como “privilegiadas” para o desenvolvimento do país, e a valorização do modelo produtivista do campo, conseqüências da idéia de progresso a qualquer preço, acentuaram as diferenças regionais, as desigualdades sociais e as más condições de vida, e levaram à degradação do ambiente urbano e do ambiente rural.

Ao contrario do que se havia previsto para a modernização do campo, a agricultura moderna não foi capaz de desenvolver-se sem comprometer extensas faixas contínuas do território, sem devastar inúmeros recursos naturais, sem estimular ainda mais a concentração de terras e as riquezas. Mais que isso, e principalmente, a modernização do campo fez aumentar exponencialmente o êxodo rural, as disparidades regionais e as desigualdades sociais e econômicas.

As cidades passaram a ser vistas como o palco da modernidade e objeto de todas as atenções e acabaram por definir a visão que o Brasil tem de si mesmo – de país urbanizado, que privilegiou e ainda privilegia as políticas e investimentos da economia urbana e industrial. O meio rural, que não partilhava do modelo da agricultura moderna, passou, complementarmente, a ser visto como lugar arcaico, onde vive uma população “atrasada”, lugar que remete ao passado agrário e não ao presente urbano-industrial; os que lá viviam (e ainda vivem) passaram a ser vistos como “sinônimo” de pobreza e de problemas sociais.

Esse modelo de desenvolvimento, injusto do ponto de vista social e ambiental, deu origem a preocupações públicas com a questão ambiental, surgindo os primeiros movimentos de defesa da conservação da natureza – os preservacionistas –, defensores da idéia da natureza intocada, a ser protegida da sempre maléfica ação humana. Essa visão preservacionista influenciou e definiu o conceito das políticas públicas ambientais e alimentou a ideologia dos movimentos ambientalistas que se seguiram.

A visão da natureza intocada, ficou fortemente enraizada nas estruturas governamentais e não governamentais que tratam das questões ambientais, além de influenciar profundamente o conceito de conservação da natureza, definindo o desenho das políticas públicas ambientais; além disso, definiu a lógica da ocupação de lugares que não foram alcançados pelo poder modernizante da agroindústria tecnificada produtivista nem pelos eixos privilegiados de desenvolvimento industrial e sua rede de cidades urbanizadas e industrializadas.

Os lugares não alcançados pela agricultura moderna e desvinculados econômica e socialmente da rede urbana industrial – ao mesmo tempo, e até por conta do isolamento geográfico e econômico –, foram os lugares em que (i) melhor se conservaram as riquezas naturais e (ii) onde se encontram as populações que ficaram ao largo das atividades comerciais dos ciclos econômicos. No caso do Sul e do Sudeste do Brasil, a maioria dessas populações habitam áreas remanescentes da Mata Atlântica, onde a terra e os recursos naturais eram e, de certa forma, ainda são abundantes; dentre essas populações, estão as populações caipiras e caiçaras.

Esses lugares são importantes repositórios de reserva florestal e passaram a ser objeto de várias outras ações de proteção da natureza; criaram-se também diversas normas disciplinadoras de proteção da natureza, que trouxeram um modelo então preconizado, expresso, fundamentalmente, em proteger as diversas formações florestais do sempre “ameaçador” efeito predatório da atividade humana. Ao contrário contudo do que faziam supor as hipóteses do preservacionismo – o mito da natureza intocada –, foram as populações que habitavam a região e seu modo de vida que permitiram que aqueles lugares se mantivessem preservados.

Essas idéias, preservacionistas, levaram à criação de diversos instrumentos legais para a preservação ambiental. Também por conta disso, desenharam-se novas configurações territoriais em grandes porções do território. Esse extenso quadro de normas disciplinadoras norteou o

uso e a ocupação do solo para a preservação dos recursos naturais e definiu um desenho de desenvolvimento territorial que não considerou o desenvolvimento justo das áreas rurais, associado à conservação dos recursos naturais. Além disso, as idéias preservacionistas também definiram as formas de atuação do poder público, nas ações de planejar, projetar, normatizar e fiscalizar, que deixaram de “ver” o homem que lá habita e passaram a “ver”, exclusivamente, a natureza que lá existe.

As comunidades que habitavam esses lugares e produziam livremente, desde muito antes de haver os novos diplomas legais, passaram, num passe perverso de mágica, a ter de submeter-se a novas e desconhecidas regras que, na maioria dos casos, “esqueciam” seus direitos tradicionais de uso do território, de habitar e de produzir.

A partir dos anos 90, em razão das novas políticas mundiais, o poder público deixou de interessar-se por regular as relações entre os interesses públicos e a sociedade e passou à função de intermediador dessas relações; nesse movimento, muitas das antigas atribuições do Estado foram delegadas à sociedade civil organizada, sobretudo às organizações não governamentais (ONGs).

No que diz respeito às questões ambientais, esse movimento de “afastamento” do Estado implicou que teorias e modelos e idéias e vontades, que se manifestaram nos antigos e ultrapassados modelos do mito da preservação de uma natureza intocada, encontrariam caminho aberto para impor-se generalizadamente em todos os territórios protegidos.

Como contraponto a esse pensamento, surgiram outras correntes, como as que defendem os princípios do capital humano e social (RATTNER) e as teorias socioambientais (LEFF). Com isso, começaram timidamente a esboçar-se novas políticas públicas para um desenvolvimento territorial mais justo. Por essas políticas, o homem que habita esses lugares passa a fazer parte da idéia de preservação. Esses movimentos surgem com uma nova abordagem do desenvolvimento, pela qual as questões sociais são integradas às questões ambientais; nesse modelo, a natureza emerge como um meio de produção e objeto possível de reapropriação social.

Nesse mesmo momento, começam a intensificar-se as preocupações com as diferenças regionais e com as novas formas de desenvolvimento rural – tanto no meio acadêmico, com

investigações das novas feições do meio rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA), como no meio governamental, com propostas de novas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável rural (VEIGA). Essas políticas aparecem pautadas em novos paradigmas da sustentabilidade, apóiam-se em políticas públicas compensatórias e já não vêem o meio rural somente como o lugar da agricultura, mas como uma extensão da vida urbana e das preocupações crescentes com a gestão e a conservação dos recursos naturais.

O meio rural, assim, voltou a ser “visto”, não somente como lugar essencialmente agrário, mas também como lugar ao qual se poderiam incorporar os avanços tecnológicos, e lugar capaz de responder as novas demandas modernas sobre o campo – como atividades rurais não agrícolas de turismo, de lazer, da agricultura voltada a nichos de mercado especiais, de atividades de preservação e de conservação da natureza. Essas atividades, nos últimos anos, vêm solicitando muito esses espaços rurais, inclusive espaços até há pouco esquecidos geográfica e economicamente. Aquela população rural até há pouco vista como “atrasada”, passou a ser vista, nesse novo cenário – além de importante produtora de alimentos e de ofertadora de serviços para as atividades não agrícolas –, também como parceira na conservação da natureza e guardiã da paisagem rural.

Essa nova configuração do espaço rural cria novas perspectivas possíveis de organização territorial e de desenvolvimento rural, mais eqüitativa e justa para o homem rural, e pode oferecer melhores condições de fixação e de construção do habitat rural, desde que haja políticas públicas compensatórias para a moradia, a agricultura e a natureza, no caso de populações que se encontram em graves condições de empobrecimento rural.

Aos poucos, ainda timidamente, começa-se a idéia de que a cidade seria o palco da modernidade e o meio rural seria o lugar “arcaico”, “atrasado”, com duas realidades distintas. O meio rural, afinal, poderá ser visto como o lugar de produzir, viver e usufruir.

Procedimentos adotados

Para verificar a problemática agrária e a problemática ambiental que definiram o quadro imposto ao meio rural brasileiro, escolheu-se como área de estudo Cunha-Paraty, por ser esse um exemplo paradigmático de meio rural brasileiro portador de grande diversidade cultural e

ambiental, e onde tem se implantado as políticas públicas para a conservação da natureza e onde, conseqüentemente, impuseram-se as diversas restrições dessas políticas, sobre o território e seus habitantes. Cunha e Paraty, assim, são regiões em que se pode verificar a teoria geral que interessava estudar.

Nessa tese optou-se por dois tipos de abordagem; primeiro, revisar a bibliografia sobre o tema, sem a pretensão de esgotá-la, uma vez que a extensão da bibliografia existente; segundo, conhecer fisicamente o lugar, para aprofundar a discussão dos pressupostos teóricos e práticos a serem considerados.

O contato com a coleção “Carlos Borges Schmidt-MIS” nos permitiu aproximar as duas abordagens. Esse precioso acervo documental e fotográfico foi adotado como referência principal para conhecer e compreender os métodos de investigação de sua época; o mesmo acervo foi utilizado, também, como termo de comparação entre os resultados colhidos em campo, naquela região, nos anos 40, e os resultados que foram colhidos hoje, em nossos “re-percursos”, sobre o modo de vida desses lugares; dessa comparação, nasceram as bases para um exercício de transformação do espaço social rural, no qual se espera ter demonstrado os resultados obtidos com nossos estudos.

A partir dos “re-percursos” de viagem escolheu-se duas comunidades – o Bairro da Bocaina de São Roque e a Vila Caiçara do Sono –, para verificar as possibilidades propositivas da organização do espaço produtivo e habitável e como *locus* para propor o exercício de transformação do espaço social rural

Esses bairros foram escolhidos pelas características das comunidades que ali ainda vivem em estreita relação com a lida da terra e têm modo tradicional de vida; pela presença de referências documentais e fotográficas na “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”; pela característica fisiográficas do lugar; por se encontrarem submetidos a uma série de restrições legais de caráter ambiental; e, ainda, por estarem em momento de transição, devido à presença de interesses turísticos e da especulação imobiliária.

Essa investigação valeu-se de recursos metodológicos amplamente empregados, tanto levantamentos quantitativos baseados em fontes secundárias, como qualitativos, baseados em métodos e técnicas de observação e em entrevistas.

Assim, as duas localidades aparecem aqui como espécie de mostra representativa de toda a problemática rural e ambiental brasileira que se instaurou nos lugares onde a terra e os recursos naturais são de certa forma abundantes – usadas aqui como base para propor um exercício de transformação do espaço social rural baseado na idéia de recuperar a acessibilidade e a permeabilidade do uso do território e de redesenhar a relação entre o habitar, o produzir e o preservar. Em outras palavras, para perguntar se é possível construir um outro habitat rural, apesar das latentes questões ambientais e das novas feições que vem assumindo o meio rural brasileiro.

CAPÍTULO I

Os caminhos da Bocaina na interiorização do centro-sul do Brasil

Antes da chegada dos portugueses, o território brasileiro era habitado por diversos povos indígenas isolados e foi o grupo que habitava a costa, os Tupis, que traçou as bases para a ocupação do território brasileiro – uma rede de aldeamentos e de caminhos trilhados pelos índios. O grupo Tupi foi o primeiro grupo que domesticou espécies vegetais, que criou grandes roçados na mata e que se fixou em núcleos agrícolas e aldeamentos. Ao mesmo tempo em que os Tupis começavam a dominar a agricultura e se fixavam em aldeamentos, eles se movimentavam permanentemente ao longo da costa e mata adentro, para desenvolver suas principais atividades de subsistência – a agricultura itinerante, a caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais – com o movimento, surgiu uma extensa rede de caminhos de interligação entre as diversas aldeias e roças.

Esses caminhos definiram a lógica da ocupação do território, inicialmente abrindo fronteiras rumo ao planalto dando origem às ações de povoamento e posteriormente sendo apropriados pela atividade dos diversos ciclos econômicos; desenhando uma extensa rede de acessos que em grande parte mantém-se até hoje, sob os leitos das estradas de rodagem que ligam as grandes metrópoles, cidades, bairros rurais e pequenos núcleos dispersos.

“A costa brasileira, ao longo de milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas. Disputando os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam, incessantemente. Nos últimos séculos porém, os índios tupi, bons guerreiros, se instaram, dominadores, na imensidade da área, tanto à beira mar, ao longo de toda a Costa Atlântica e pelo Amazonas acima, como subindo pelos rios principais, como o Paraguai, Guaporé, o Tapajós, até suas nascentes.” RIBEIRO (1995:29)

Dessa extensa rede de caminhos indígenas que se espalhava por toda a costa brasileira, foram os caminhos da região da Serra da Bocaina¹, conhecidos como “Trilha de Guaianás”²,

¹ Acredita-se que o nome “Serra da Bocaina” – denominação regional da Serra do Mar, naquela região do litoral Sul Fluminense e do Planalto da Bocaina e do Paraitinga – deva-se à geografia da região, com longos vales que ofereceram os caminhos para transpor a Serra do Mar rumo ao vale do Paraíba. O novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda, registra as seguintes acepções para o substantivo feminino *bocaina*: “1. Brasileirismo. Depressão numa serra. 2. vale ou canhada entre duas elevações do terreno. 3. Brasileirismo, no Sul. Entrada de canal ou de rio. 4. Brasileirismo, na Amazônia. Braço de água ou furo que liga um lago a um igarapé. 5. Brasileirismo, no Maranhão. Baía ampla e profunda”.

² As Trilhas de Guaianás eram picadas abertas pelos índios com a função de ligar as aldeias Guaianás ou Guaiamimins do vale do Rio Paraíba às aldeias de Paraty; as trilhas foram sendo abertas pelos índios que desciam para ao mar para pescar e preparar farinha e subiam a Serra do Mar para caçar e procurar um clima mais ameno no verão.

que deram origem ao processo de interiorização e de territorialização do centro-sul do Brasil, primeiramente com as expedições bandeiristas voltadas exclusivamente a capturar índios para escravização; e logo depois, com as primeiras notícias do ouro, com o chamado bandeirismo da mineração.

Segundo MAIA (1974), o percurso das *Trilhas de Guaianás* desenvolvia-se a partir do mar (Paraty) para o vale do Paraíba, pela Freguesia do Facão (Cunha); bifurcava-se na fralda meridional e as variantes atingiam em pontos diferentes a estrada geral de São Paulo e Minas Gerais. Uma das ramificações – e a mais antiga – cruzava o Rio Paraitinga, dirigia-se para Taubaté e depois voltava para Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Guapacaré. A outra ramificação passava pelo território que pertenceu à Freguesia do Facão e alcançava a Serra *de Quebra-Cangalha* a caminho da Garganta do Embaú, através de Guaratinguetá.

As *Trilhas de Guaianás* tiveram grande importância em todos os períodos da história econômica da região centro-sul do Brasil, pois essas trilhas formaram uma rede de acessibilidade e, assim, viabilizaram várias diferentes atividades econômicas que delas se serviram: a mineração, o café, o comércio de produtos agrícolas e industriais e, nos dias de hoje, também o turismo. As *Trilhas de Guaianás*, assim, foram transformadas e reconstruídas, de acordo com as necessidades específicas de cada uso econômico.

1.1. Paraty e Cunha nos caminhos da Serra da Bocaina

A ocupação territorial do vale do Paraíba está diretamente relacionada com as iniciativas de conquista de novos territórios pelos paulistas de Piratininga, para superar as dificuldades de isolamento geográfico e econômico que enfrentavam no início da colonização. Esses paulistas, apoiados pelas políticas de colonização do governo português, tiveram grande importância para o processo de interiorização do Brasil – foram os pioneiros e conquistadores de nossa “hinterlândia” – com suas expedições à caça de índios para escravizar e de riquezas minerais, que desbravaram o interior da colônia.

Na primeira metade do século XVI, os paulistas restringiam-se ao planalto do Piratininga, em suas fazendas e roças de subsistência tocadas pelo trabalho de indígenas escravizados. Nesse período, os paulistas estabeleceram um próximo convívio com os índios³, dos quais adquiri-

³ Segundo Darcy Ribeiro (1995), com a chegada dos Portugueses iniciou-se o processo de destruição das bases sociais dos indígenas e a submissão deles, que rapidamente passaram a ser utilizados como mão-de-obra escrava nas atividades econômicas extrativistas. Mas os portugueses, ao mesmo tempo em que dominavam os índios, buscavam, nos conhecimentos que só os índios tinham, os elementos de que necessitavam para enfrentar as dificuldades e os mistérios do novo território.

ram os conhecimentos necessários para a sobrevivência nas matas, condição indispensável para a aventura do desbravamento dos sertões.

Num momento em que toda a riqueza da colônia estava no açúcar do nordeste do Brasil, parece não haver dúvida de que foram as dificuldades econômicas pelas quais passavam os paulistas, e a familiaridade com os sertões adquirida no contato com os índios, que impulsionaram as bandeiras de preação e mineração, início do movimento de interiorização em terras paulistas. A localização da Vila de São Paulo de Piratininga, às margens do rio Tamanduateí – em ponto de alto valor estratégico, na confluência das bacias hidrográficas do Tietê e do Paraíba – favoreceu muito a penetração do litoral – pelos caminhos da Serra do Mar – para o interior da Capitania – pelos caminhos do rio Tietê e de seus afluentes. A expansão do território avançou pelo rio Tietê e originou novos povoamentos, dentre os quais Mogi das Cruzes, que era ponto de acesso, do planalto de Piratininga para o vale do Paraíba.

A intensificação das entradas e a conquista de novos territórios nos interiores mais distantes da colônia deram-se logo nos primeiros anos do século XVII, com as bandeiras de preação, em conseqüência da crescente demanda por índios cativos para serem negociados,⁴ apesar de a escravização de índios ter sido proibida em 1595, e com as expedições que se organizaram para procurar minas de pedras preciosas.

A primeira dessas expedições exploratórias de que se tem notícias na região do vale do Paraíba do Sul foi a do bandeirante André Leão, em 1601, para procurar minas de prata. O grupo partiu da Vila de São Paulo de Piratininga e, pelos vales do rio Tietê, alcançou o rio Paraíba do Sul, na região onde hoje é a cidade de São José dos Campos; e seguiu navegando em canoas até a atual Cachoeira Paulista, dirigindo-se à Garganta do Embaú, acesso ao interior para a região das Minas Gerais. A essa primeira expedição imediatamente se seguiram várias outras, pelos caminhos do vale do Paraíba.⁵

Ao longo desses caminhos, as bandeiras fundaram inúmeros pequenos povoados, posteriormente cidades, que iam surgindo a distâncias regulares⁶, separados uns dos outros pela distância percorrida em um dia de viagem em lombo de burro, nos pontos em que as bandeiras paravam para pouso e descanso e para obter suprimentos e que, em muitos casos, serviam como bases para futuras explorações.

⁴ Os índios eram mais valiosos que os negros africanos por terem preço menor, por já estarem no Brasil e por não serem taxados pela coroa, dado que era proibida a escravização dos indígenas.

⁵ A ocupação do médio vale do Paraíba, contudo, só se intensificou no início do segundo quartel do século XVIII, quando a Condessa de Vimiero, donatária da capitania de São Vicente, da qual fazia parte o vale do Paraíba, ordenou o povoamento oficial das terras e sertões do vale do Paraíba, com a distribuição, registros e posses de sesmarias. “*As primeiras concessões oficiais de terra no vale do Paraíba datam de 1628, feitas em nome de Jacques Félix e dois de seus filhos, na região de Pindamonhangaba até Tremembé, para poder fazer fazenda e suas benfeitorias.*” ABREU, PRADO. (1995:151-152)

⁶ Pode-se notar claramente, até os dias de hoje, a distribuição espacial regular das cidades, ao longo do rio Paraíba do Sul.

“Ao longo destes caminhos, à sua margem, irrompem povoados ‘nascidos da instalação de moradores nas vizinhanças das trilhas de muito trânsito’, embrionárias estruturas, futuras Vila do Facão, São Luiz do Paraitinga e Santo Antônio de Paraibuna.”
ANDRADE (1984: 26)

O povoamento da região de Cunha deu-se da mesma forma que das outras regiões do vale, com as bandeiras de preamento e de busca pelas pedras preciosas, e com as concessões de terra. Nessa região, as bandeiras foram intensamente motivadas por lendas de tesouros e diamantes escondidos nas matas da Floresta Atlântica, o que favoreceu que se usassem os caminhos indígenas que saíam do médio vale do Paraíba pelo sertão adentro – as *Trilhas de Guaianás* – até alcançar o litoral, em Paraty. Por aí se firmaram as relações econômicas entre a região do vale do Paraíba e o litoral sul fluminense (Paraty e Angra dos Reis).

Segundo SHIRLEY (1971), os primeiros habitantes da região de Cunha foram os europeus aventureiros e desbravadores que entravam pelas montanhas das povoações costeiras, ao mesmo tempo em que grupos de paulistas afastavam-se da recém fundada cidade de São Paulo, movidos pelos mesmos interesses econômicos. Muitos dos aventureiros europeus acabaram por fixar-se na região, seduzidos pelo clima temperado e seco e pelo relevo montanhoso, de características muito semelhantes às de alguns países europeus.

Ao contrário do vale do Paraíba, até o fim do século XVII Paraty e Angra dos Reis não se encontravam na rota das bandeiras. A colonização dessa região teve início com as concessões de terra e só posteriormente as bandeiras chegaram até lá.

As primeiras tentativas de colonização da região de Paraty e Angra dos Reis datam de meados do século XVI, quando a administração colonial começou a distribuir cartas de sesmarias, visando a ocupar as terras e garantir a posse à coroa portuguesa; datam desse período os primeiros sinais de atividade econômica na região – a extração do pau-brasil⁷ e o cultivo de cana-de-açúcar⁸. Mas essas atividades não chegaram a ser muito significativas para a colonização da região, porque eram atividades de baixa rentabilidade econômica, que não correspondiam às expectativas dos colonos, de auferir grandes lucros.

Paraty, de início, dedicou-se exclusivamente às atividades de subsistência, de preamento de índios e as atividades que visavam diretamente a atender a demanda da metrópole por

⁷ A extração de pau-brasil não foi significativa na região, dada a impossibilidade de explorar a mão-de-obra indígena; além disso, a extração intensiva logo esgotou o produto e não houve tempo para que as florestas se renovassem.

⁸ O cultivo da cana-de-açúcar não alcançou, na região, o peso econômico que chegou a ter nas capitanias do Norte do Brasil e nunca foi atividade econômica suficientemente rentável a ponto de criar bases sólidas para a colonização do território.

produtos da terra: anil, mandioca, tabaco, peixe seco e aguardente. Desses produtos da terra, a aguardente foi o que mais se destacou, uma vez que, por um longo tempo, serviu para estimular a lavoura de cana-de-açúcar e o surgimento de engenhos.

Mas do ponto de vista do povoamento de Paraty, os primeiros passos vieram da lavoura de subsistência e dos produtos da terra, e um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento dessas atividades foi a localização geográfica,⁹ que, numa região acessível por mar e por terra, favoreceu também a atividade portuária.

Há divergências entre os historiadores, sobre a origem da Vila de Paraty. Para alguns autores, a vila nasceu da movimentação dos paulistas vindos do planalto de Piratininga em busca do mar; para outros, das expedições exploratórias; e há também quem privilegie, para explicar a origem de Paraty, as doações de terras.¹⁰

Apesar dos pontos em que há divergências, todos os autores chamam a atenção para a importância, na história de Paraty, de a vila estar localizada no ponto de entrada para as *Trilhas de Guaianás*, pela Serra da Bocaina, espécie de marco-zero dos caminhos do desbravamento e da colonização do vale do Paraíba e do centro sul do país.

1.2. Os caminhos do Ouro

Com as primeiras notícias do ouro¹¹, no último quartel do século XVII, intensificou-se o processo de interiorização do centro-sul do Brasil pelas *Trilhas de Guaianás* – os antigos caminhos indígenas que ligavam o litoral ao vale do Paraíba e às Minas.

Até aquele momento, o eixo da colonização acompanhava o litoral, mais concentrado no nordeste açucareiro e em suas redes de cidades litorâneas. Com a crise da lavoura açucareira e a importância econômica que rapidamente passou a ter o ouro, o movimento de ocupação do território deixou o nordeste e passou a concentrar-se no centro-sul da colônia, principalmente nas capitanias de São Vicente e do Rio de Janeiro¹², onde foram mais ativas as bandeiras em busca do ouro, prata e diamantes. A atividade econômica que começou nessas regiões foi a mais intensa de quantas o Brasil já conheceu.

⁹ A região apresenta uma costa recortada, alternada por escarpas cristalinas e pequenas planícies sedimentares, com inúmeras praias de areia separadas entre si por promontórios e diversos sítios portuários.

¹⁰ Para alguns autores, Paraty nasceu quando um grupo de paulistas, vindos do planalto em busca do mar, entre 1540 e 1560, instalou um núcleo de povoamento no Morro da Vila Velha (hoje Morro do Forte); para outros a vila surgiu durante a expedição exploratória de Martim Afonso de Souza pela “Trilha de Guaianás”, por volta de 1530, e que teria sido o primeiro movimento para colonizar o litoral sul fluminense e o litoral norte paulista; para outros, a vila teria surgido durante a expedição de Martim Corrêa de Sá com os Guaianás e contra os Tamoios, em 1597; para outros, a vila teria sido fundada por paulistas da Capitania de São Vicente que, em torno de 1600, formaram um pequeno povoamento, às margens do rio Perequê-açu; para outros, Paraty teria nascido por volta de 1640, quando Maria Jácome de Mello doou terras na área onde hoje se situa o centro histórico da cidade, sob a condição que fosse construída uma capela em devoção a Nossa Senhora dos Remédios e de que se preservasse a segurança dos Guaianás, “*em légoa e meia de terra entre os rios Paratiguaçu (hoje Perequê-Açu) e Patitiba*”; para outros, a cidade teria nascido em 1660, quando o pequeno aldeamento de Paraty, subordinado a Angra dos Reis, rebelou-se contra essa subordinação política e emancipou-se; em 1667, o aldeamento foi elevado à categoria de Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty.

¹¹ O ouro apareceu inicialmente nos sertões de Taubaté, em garimpos pobres – o que estimulou as bandeiras a seguirem o rumo das Minas, e encontraram ouro no Ribeirão de Ouro Preto, Ribeirão das Mortes e Rio das Velhas (Minas Gerais), em 1698; no Mato Grosso, em 1719; e em Goiás, em 1725.

¹² Tanto a região onde se descobriu ouro como a Vila de São Paulo de Piratininga pertenciam à Capitania de São Vicente. Essa capitania era dividida em dois lotes: São Vicente e Rio de Janeiro, ambos pertencentes a Martim Afonso de Sousa.

Pessoas de todo o Brasil correram às Minas – das cidades, das vilas, dos sertões – até da Europa veio gente – os muitos portugueses; e também partiram em busca do ouro muitos “brasileiros” – os primeiros nascidos na colônia, filhos de portugueses; todos movidos pelo mesmo espírito aventureiro e pelo sonho de enriquecer rapidamente e sem muito trabalho. “*Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore.*” HOLANDA (1995)

Esses aventureiros passam a explorar e a circular pelos vários caminhos que ligavam o litoral e o interior da província. As *Trilhas de Guaianás*, assim, além de servir como via de acesso do litoral para o planalto, começavam também a servir para que se estabelecessem as primeiras relações comerciais entre as Vilas de Piratininga (São Paulo) e São Sebastião (Rio de Janeiro).¹³ E muitas pequenas povoações nasceram no traçados daquelas trilhas abertas pelos Tupis.

“A notícia do ouro mineiro, mesmo correndo à boca pequena, promoveu verdadeira corrida. O povo, hipnotizado pela possibilidade de ficar rico num só golpe de sorte, foi atraído maciçamente. Enveredaram pelos caminhos de Minas de Ouro pessoas de todas as camadas sociais; índios, brancos, pretos, mulatos, caboclos, cafuzos, mazombos, mulheres, escravos livres ou fugitivos, moços, velhos, comerciantes e, até, padres, que largaram seus rebanhos e correram atrás do sonho de riquezas. Tanto que, por Carta-Régia de 12 de novembro de 1713, foi proibida a presença de padres em zonas auríferas. A ‘febre do ouro’ seduziu indivíduos de toda a espécie e de todas as partes do Brasil e da América. E até da Europa. Veleiros de todas as procedências chegavam ao Rio de Janeiro e Angra dos Reis abarrotados de aventureiros. Destino: Minas de Ouro. Com o decorrer do tempo, do mínimo, vieram 800.000 portugueses! Os emigrantes invadiram o sudeste brasileiro.” NESI (sem data:22-23)

Com o desenvolvimento das atividades da mineração no interior, os portos de São Sebastião, Ubatuba, Paraty, Angra do Reis e Mambucaba se tornam portos de escoamento do ouro das Minas Gerais e das atividades de apoio à exploração mineral, como as atividades agrícolas e de comércio de escravos.

A abertura das regiões mineradoras provocou a transferência da capital colonial, da Bahia para a cidade do Rio de Janeiro, criando-se assim as bases para a implantação do grande centro administrativo e comercial na região centro-sul da colônia. As cidades de Paraty e Angra dos Reis firmaram-se como as mais importantes durante o Ciclo do Ouro, por serem o ponto de partida mais acessível da viagem para o Rio de Janeiro.

Fonte: Roteiro do Caminho Velho do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro – 1730. Arquivo Histórico de Paraty.

¹³ Partia do Rio de Janeiro por mar até o extremo sul do estado; em Paraty, encontravam-se os caminhos terrestres pelos quais se alcançava o vale do Paraíba.

Nesse período, o povoamento de Paraty efetivamente prospera, tanto por sua localização estratégica, no fundo da baía da Ilha Grande – que favoreceu as atividades portuárias e o sistema de defesa –, como pela sua condição de porto mais próximo na interligação entre o litoral fluminense e as Minas Gerais. A partir desse porto, abriam-se os caminhos da Serra do Mar: as *Trilhas de Guaianás*.

Não surpreende, portanto que essas Trilhas de Guaianás sejam apontadas como um dos principais fatores para que o processo de interiorização e de circulação de riquezas se concentrasse em Paraty, cidade que rapidamente se destacou no litoral do Brasil, pela intensa atividade urbana.

Paraty era a principal entrada terrestre para a Serra da Mantiqueira, rumo às Minas pelo “Caminho Velho”, “Trilha dos Mineiros”, “Trilha do Ouro” ou ainda pelo “Caminho ou trilha do Facão”. A Trilha do Facão partia de Paraty, atravessava a Serra do Mar pela Serra da Quebra Cangalha até os Campos de Cunha e alcançava o vale do Paraíba em Guaratinguetá, em uma picada de 95 Km; depois, se abria em vários caminhos que atravessavam a Serra da Mantiqueira, rumo às Minas Gerais.

Para quem vinha do litoral para o planalto, era muito difícil transpor as abruptas escarpas da Serra do Mar. Havia dificuldades de todos os tipos: desde a geografia local até a eterna ameaça das emboscadas de roubo de cargas. A transitabilidade dos caminhos pela Serra era preocupação permanente da coroa, pois por ali tinham de passar todos os produtos manufaturados e alimentícios que garantiam a sobrevivência dos que viviam nas áreas de extração de ouro e diamantes e, também, era por ali que ouro e diamantes chegavam ao porto de onde eram mandados para a Europa.

A coroa portuguesa tentou por vários meios controlar e fiscalizar o movimento desses produtos. Para tentar controlar o contrabando que logo surgiu e cresceu rapidamente, foram construídas Casas de Registro em pontos cuidadosamente escolhidos do percurso. Além disso, a coroa cuidou de conservar o caminho, visando a impedir que se interrompesse a circulação das riquezas. Das providências mais importantes, nesse sentido, foi transformar o *Caminho do Ouro* em única estrada oficial – única via por onde a Coroa Portuguesa autorizava que fosse transportado o ouro extraído nas Gerais. Quantos mais caminhos houvesse, mais descaminhos haveria.

Fonte: O caminho Velho de Minas. MELLO E SOUZA, BICALHO (2000:24)

“foi graças ao Regimento das Minas, baixado em 17 de abril de 1702, e publicado por Sá e Meneses, dois anos mais tarde, punindo com a pena da fogueira os que fabricassem e vendessem cunhos para a selagem do ouro e os que desencaminhassem ouro para furtar-se ao pagamento dos ‘quintos’ reais, que o ‘Caminho da serra (Cunha-Paraty-Rio de Janeiro), já então chamado Caminho do Ouro, passou a ser ‘o único caminho do ouro das Gerais.’ GURGEL, AMARAL (1973:40)

A região do vale do Paraíba, em função da sua localização privilegiada de passagem entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, rapidamente se tornou importante eixo de circulação de riquezas e centro que polarizou as atividades econômicas; aí passaram a reunir-se os núcleos administrativos de controle e de fiscalização das atividades de mineração. Exemplo dessa polarização foi, em 1695, a criação da primeira casa de fundição, em Taubaté, para controlar a arrecadação do crescente fluxo de ouro das Minas para o Porto de Paraty pelo *Caminho do Ouro*.

A região tornou-se área de intenso tráfego e de produção agrícola para dar suporte às minas. Em pouco tempo, surgiram no interior várias pequenas povoações, que serviram de base para futuras explorações ou para novos pontos de pouso.

Durante toda a primeira metade do século XVIII, Paraty foi responsável por grande parte do escoamento do ouro das Minas Gerais que foi mandado para o Rio de Janeiro, boa parte do qual foi também fundido na cidade.

Era tal a importância dessa atividade para a Coroa Portuguesa, que, em 1703, foi construída próximo da Vila uma “Casa dos Quintos”, também chamada de “Casa do Registro”, onde se cobravam os “quintos” do ouro que por ali passava e onde, além da cobrança, também era feito o controle das mercadorias e dos escravos que passavam. Em 1704, a Casa de Fundição de Taubaté foi substituída pela fundição em Paraty e na mesma época foi criado, no porto de Paraty, um registro alfandegário, para controlar o ouro que chegava ao porto e verificar se haviam sido recolhidos os “quintos” devidos à Coroa.

Paraty tornou-se um importante núcleo urbano, com um crescimento econômico desconhecido no Brasil, até então. O porto de Paraty tornou-se um dos mais importantes para o escoamento

mento do ouro e para as principais atividades de apoio à exploração mineral –as atividades agrícolas e o comércio de escravos.

No meio do *Caminho do Ouro*, entre o porto de Paraty e o vale do Paraíba, quando se venciam as escarpas da Serra do Mar e alcançava-se o Planalto na “Boca do Sertão”, ficava a localidade de “Facão” (hoje município de Cunha) – onde as tropas faziam pouso e descansavam. Com a conversão do *Caminho do Ouro* em estrada oficial e única via por onde a Coroa Portuguesa autorizava o transporte do ouro, a localidade de Facão deixou de servir como “Boca do Sertão” e tornou-se parada obrigatória para pouso e abastecimento de provisões, muito importante na viagem entre o porto de Paraty e o eixo do vale do Paraíba, em Guaratinguetá.

No início do século XVIII, com a intensificação da atividade de exploração do ouro e com a grande movimentação de tropas pelo *Caminho do Ouro*, o governo colonial ordenou a construção da “Barreira do Taboão” – um posto de fiscalização entre o povoado de Facão e Paraty, no alto da Serra do Facão, na tentativa de evitar o tráfico de ouro das Minas para Paraty e de mercadorias para a região das Minas. Além disso, fez calçar com pedra cerca de 40 km da estrada, no trecho de serra, o que encurtava o tempo de viagem das tropas e facilitava o controle das mercadorias.

Entre o fim do século XVII até meados do XVIII, a região de Facão passou por um período de intenso desenvolvimento econômico. Além da importância de Facão como pouso obrigatório, também se comerciavam ali, ao lado dos produtos agrícolas, outros produtos necessários à viagem e até cavalos que os fazendeiros mais abastados criavam para vender. Esse foi o embrião de uma policultura baseada na agricultura alimentar para homens e animais (milho, mandioca, arroz, feijão, pastagens etc.), da criação de porcos, principalmente, e de uma indústria de produção doméstica (farinha, melado, rapadura, algodão), que fez com que Facão se transformasse em importante centro comercial, em condições de competir com muitas cidades do vale do Paraíba.

O movimento das tropas pelo *Caminho do Ouro*, cada vez mais intenso, estimulou a aquisição das terras de Facão, muito semelhante ao processo que se observou em outras regiões do

vale do Paraíba paulista e que se iniciava com uma petição à Coroa Portuguesa para a doação de sesmarias. Os primeiros privilegiados que receberam da Coroa os direitos sobre sesmarias de terra em Falcão foram os “paulistas”, principalmente os mais abastados e donos de número suficiente de escravos para que pudessem desenvolver a terra.

Isso explica que só quando começou a declinar a produção de ouro é que começou, de fato a ocupação da região de Cunha, com efetiva fixação da população – quando começam a aparecer interessados em comprar sesmarias na região de Facão – moradores de Paraty, Guaratinguetá, Lorena, Taubaté e moradores do local.

Toda a política da metrópole concentrava-se em fiscalizar e controlar a arrecadação sobre o ouro transportado pelo *Caminho do Ouro*. Dado que novos caminhos implicariam maiores problemas de fiscalização e controle, a coroa portuguesa dedicou-se a impedir que se usassem outros caminhos que não a estrada oficial. Por outro lado, dado que todas as ações de fiscalização e controle concentravam-se num único caminho, nada e ninguém conseguiu impedir que se abrissem inúmeras vias de descaminho do ouro.¹⁴

“Os caminhos foram eterna fonte de preocupação para colonos e agentes reais, expressando de forma privilegiada as contradições entre colônia e metrópole, cada vez mais evidentes no século que se iniciava. Sem caminhos, morria-se de fome ou vivia-se na desordem, à margem da lei e fora do alcance do braço metropolitano. Com caminhos, facilitava-se a saída ilegal de ouro – o contrabando – e a entrada de elementos indesejáveis – criminosos foragidos ou estrangeiros empenhados em passar informações sobre o ouro para os países rivais.” SOUZA, BICALHO (2000:28)

No início do século XVIII, por volta de 1711, o governo português, preocupado em fortalecer sua política de controle sobre a circulação dos minérios, fez mais uma tentativa de frear os descaminhos do ouro e abriu o chamado “Caminho Novo”¹⁵ que ligava diretamente os dois centros mais importantes da colônia – Rio de Janeiro e Minas¹⁶ –, também para fortalecer a cidade do Rio de Janeiro como centro de poder e de controle da coroa. Na mesma época, também para reforçar o controle e torná-lo mais efetivo, o governo português proibiu que se usassem a estrada e o porto de Paraty para transporte do ouro, e todas as atividades das Minas foram redirecionadas para o Rio de Janeiro.

¹⁴ Os *descaminhos* do ouro eram outras antigas trilhas indígenas, pelas quais o ouro era contrabandeado. O *descaminho* mais conhecido e usado era uma trilha que saía do porto de Mambucada, passava por Areias e alcançava o vale do Paraíba em Lorena. Posteriormente, essa viria a ser uma importante rota para o café.

¹⁵ Segundo SOUZA, BICALHO (2000:25-26): “Ao findar o século, em 1698, Garcia Rodrigues se lançava em outra aventura: a abrir novo caminho que ligasse o Rio de Janeiro às Minas, permitindo aos viajantes evitar o tráfego marítimo até Parati e, depois, a terrível subida da Serra do Mar, entre aquela Vila e Taubaté. Antes de 1706, a estrada não esteve transitável de todo, não comportando gado ou cavalos, servindo apenas para o viajante a pé.” Somente em 1711 o caminho passou a ser transitável para as tropas, quando o governo português o oficializou como o Caminho Novo do Ouro.

¹⁶ O Caminho Novo partia do Rio de Janeiro pela Serra dos Órgãos para o Paraíba do Sul em terras fluminenses e seguia pela Mantiqueira para as Minas, evitando o desconforto e o perigo do tráfego marítimo e as dificuldades de transposição da Serra da Bocaina.

No primeiro quartel do século XVIII, período de maior atividade da exploração aurífera, havia dois sistemas básicos de caminhos pelos quais era possível chegar às Minas. O primeiro servia aos que vinham da região sudeste – Santos, Paraty, Angra, Rio de Janeiro e São Paulo, e desdobrava-se em três caminhos principais, que saíam da costa do Rio de Janeiro: o Caminho Velho (de Paraty) e duas variantes do Caminho Novo (do Rio de Janeiro). O segundo sistema de caminhos, uma segunda rede, concentrava-se no rio São Francisco e atingia o rio das Velhas, de onde partia um caminho que, em parte, era feito por via fluvial; esse era o caminho de que se serviam os que vinham da Bahia. SOUZA, BICALHO (2000)

O Caminho Novo, que oferecia melhores condições de tráfego e maior segurança, redirecionou o fluxo das tropas para o eixo Rio de Janeiro-Minas. Conseqüentemente, a Serra da Bocaina perdeu, naquele momento, a condição de principal eixo de interiorização do centro-sul. O vale do Paraíba deixou de estar no ponto de confluência entre os portos exportadores e as Minas; e as atividades portuárias deixaram de concentrar-se em Paraty e Angra dos Reis, deslocadas que foram para o porto do Rio de Janeiro. Esse processo levou à desaceleração do desenvolvimento da região.

Mas a criação do Caminho Novo, a proibição de o ouro circular pelo Caminho Velho e o fechamento da Barreira do Taboão em 1730, quando o posto de registro oficial do ouro passou a ser posto alfandegário para produtos agropecuários, não afetou diretamente o trânsito das tropas pelo Caminho Velho e, conseqüentemente não afetou toda a atividade das regiões de Facão e de Paraty. O caminho velho continuou a ser usado para escoar produtos agrícolas, para o tráfico de escravos e como rota de fuga do ouro. Não se fecharam, portanto os caminhos nem romperam completamente as relações entre o planalto e o litoral.

“O caminho por Paraty, no entanto, não foi de todo abandonado, nem mesmo depois de 1767, quando terminaram afinal as obras mais importantes da nova estrada, mas seus efeitos começaram a se fazer sentir cada vez mais e mais na terra paratiense, paralisando aos poucos seu comércio e incentivaram a venda da escravaria desnecessária já às tropas[...] Mas era tal a pujança de Paraty, tão grandes eram suas riquezas e poderio econômico, tantos eram os produtos de sua lavoura exportados, que Paraty resistiu quase um século a um crescente esvaziamento, e a declínio final só chegou mesmo após o advento da Lei Áurea”. GURGEL, AMARAL (1973:47-48)

Fonte: O caminho Novo de Minas. MELLO E SOUZA, BICALHO (2000:25)

A construção do Caminho Novo e, logo a seguir, o aprofundamento da política do governo português de tomar para si integralmente todas as ações de controle sobre a produção, a circulação e a arrecadação de impostos sobre ouro – que caracterizou uma situação de *“agora é o Rei quem cuida dos negócios”* – levaram à importante consequência de afastar os bandeirantes dos negócios do ouro e, também conseqüentemente, afastou-os dos caminhos do vale do Paraíba. Os bandeirantes – que foram os grandes mineradores – eram fundamentais para a economia da região, pois mantinham uma intensa atividade econômica ao longo dos caminhos do Paraíba paulista. Com o fim do ciclo do ouro, os bandeirantes voltaram às atividades que tinham antes na Vila de São Paulo de Piratininga e que, a partir de então, passaram a desenvolver também nas regiões de pouso e passagem das bandeiras e de mineração, onde alguns acabaram por se fixar e, assim, dispersaram-se pelos sertões. O fim do ciclo do ouro marca o fim do movimento bandeirista.

O Caminho Novo, de fato, desorganizou toda a atividade produtiva da região do vale do Paraíba paulista e do litoral sul fluminense.

Paraty deixou de ser ponto-chave do entroncamento marítimo e terrestre da rota de penetração para o vale do Paraíba rumo a Minas e conseqüentemente, deixou de partilhar da rota oficial do ouro - nesta época fechou a casa de fundição de Paraty. Mas foi só no último quartel do século XVIII, quando o ouro afinal é dado por esgotado, é que Paraty sai definitivamente do centro do cenário econômico da época.¹⁷

Com a mudança de cenário, o vale do Paraíba que vivia exclusivamente da economia do ouro, quando mudou o cenário, teve, como única alternativa econômica, para sobreviver, de voltar-se como um todo para os padrões da economia de subsistência, com algumas lavouras desleixadas e atividades pastoris; pelas antigas zonas de passagem das tropas, a partir desse momento, só passariam, por longo tempo, os retirantes que vinham das Minas, muitos dos quais, aliás, sem meios de seguir viagem, estabeleceram-se por ali.

1.3. À espera do café: a cana-de-açúcar e a lavoura de subsistência

Com as políticas metropolitanas de controle da circulação do ouro, que afastaram de Paraty-Cunha-Guaratinguetá o caminho oficial e, posteriormente, com o declínio da exportação do

¹⁷ Paraty como todas as cidades e as vilas da rede colonial era essencialmente centro de dominação da coroa portuguesa para a defesa da costa, e exercia a função principal de comércio através da exportação de pedras preciosas, do ouro e de outras mercadorias da terra; importação de manufaturas; contrabando de minerais e de escravos; prestação de serviços aos setores produtivos como agência real de cobrança de impostos e taxas e ainda de concessões de terra - além destas funções prestava assistência religiosa associada sempre às atividades escolares e médicas.

ouro¹⁸ e das atividades econômicas relacionadas a esse ciclo, o que levou ao enfraquecimento da economia regional, as regiões do médio vale do Paraíba, do planalto do Paraitinga e da Bocaina e do litoral sul fluminense passaram a procurar na lavoura de subsistência, nas atividades pastoris e na cultura canavieira em bases comerciais, o esteio econômico de que precisavam para sobreviver.

Essas novas atividades econômicas mantiveram os vínculos sociais, culturais e comerciais entre o vale e o litoral, que se valeram, como antes, dos antigos caminhos que garantiam a circulação através da Serra do Mar.

Na região do litoral sul fluminense começava o ciclo da cana-de-açúcar, que se expandiu de Angra do Reis e Paraty para Ubatuba, São Sebastião e Ilha Bela. Essa foi uma época em que um grande número de sesmarias foi concedidas na região de Paraty, para incentivar a construção de engenhos de cana-de-açúcar e aguardente, em fazendas e sítios policultores locais.

Paraty também se destaca, outra vez, em termos econômicos, dentre todas essas cidades. Além de, como antes, ser um porto importante para escoar os produtos agrícolas, de um momento em diante já havia na cidade vários engenhos, que produziam açúcar e aguardente. Segundo o Sr. Tico – antigo e tradicional morador de Paraty –, naquele período havia na cidade “12 engenhos de açúcar e 100 fábricas de aguardente denominadas de engenhocas”.¹⁹ A produção de aguardente foi a atividade econômica que mais frutos deu a Paraty naquele momento, pois, além de ser produto muito apreciado e consumido pela nobreza, a aguardente era utilizada como moeda na troca de escravos africanos.

A geografia da região de Paraty, com suas planícies, vales e vários sítios portuários, e, ainda, os vários caminhos existentes, por terra e por mar, favoreceram muito a cultura da cana-de-açúcar, porque ofereciam as condições necessárias para cultivar e para transportar até o porto o que fosse cultivado e transformado em produtos.

Quando, porém, em 1787, foi proibida a exportação de produtos agrícolas paulistas por quaisquer outros portos brasileiros que não o porto de Santos, a produção canavieira local entrou em queda vertiginosa e praticamente desapareceu. Com a produção da cana, desapareceu também o movimento comercial na cidade. Foram à ruína todos ou quase todos os colonos que mora-

¹⁸ Os principais fatores que se discutem para explicar a decadência da exploração do ouro, a qual, por sua vez, levou à estagnação todo o antigo eixo de interiorização da região do centro-sul do Brasil, foram o esgotamento das jazidas - pela atividade exploratória intensiva - e a dificuldade com a mão-de-obra escrava - mão-de-obra fundamental nas atividades de exploração do ouro.

¹⁹ “Paraty Histórico. Os Engenhos de Paraty”. *Jornal de Paraty*. 18-24/1/200, p. 3.

vam em Paraty e que já haviam-se tornado fazendeiros; eles abandonaram as lavouras de cana e – outra vez –, os poucos que permaneceram voltaram a dedicar-se às culturas de subsistência. Pela segunda vez, colhida na maré baixa entre dois ciclos da economia nacional fortemente centralizada, Paraty voltou às lavouras de subsistência, à espera de algum novo ‘milagre’. Esse milagre seria o café.

No final do século XVIII, com o declínio da exploração do ouro o vale do Paraíba volta-se como um todo para a economia de subsistência e para as atividades pastoris. Nesse período houve um êxodo de moradores das Minas Gerais para o vale do Paraíba. Esses recém-chegados traziam consigo os hábitos da vida das Minas, hábitos que o vale incorporou e que ajudaram a reativar a economia. Na maioria, as populações retirantes das Minas fixaram-se nas antigas zonas de passagem, às margens dos caminhos das tropas – tanto na Mantiqueira como da no vale, onde deram origem a novos núcleos, dentre os quais Areias, Silveiras e Bananal.

A Vila de Nossa Senhora Conceição de Cunha até o fim do ciclo do ouro teve história semelhante à das cidades do Planalto do Paraitinga e da Bocaina. Começou como um pequeno núcleo urbano em torno da igreja, e nas zonas rurais havia as fazendas cuja atividade era a lavoura comercial - que contava com mão de obra de alguns escravos-, e os pequenos sítios de lavouras de subsistência – que contava com a mão de obra familiar. Com o fim do ciclo do ouro, os moradores de Paraty, Guaratinguetá, Lorena, Taubaté e moradores da Vila de Cunha passaram a interessar-se por comprar sesmarias na região de Facão. As terras mais cobiçadas da região de Facão foram as que eram mais próximas aos antigos caminhos do ouro, que continuavam com um intenso movimento de tropas - apesar de o trânsito ser proibido e de todos os riscos da viagem, o movimento das tropas aumentava à medida que aumentavam o desejo de fugir da cobrança dos impostos sobre as mercadorias e da fiscalização sobre o tráfico ilegal de escravos africanos.

1.4. Os caminhos do café: o começo de um novo ciclo econômico

Na primeira metade do séc. XIX começaram os primeiros sinais de uma nova ordem econômica na região do vale do Paraíba, com a monocultura cafeeira destinada ao mercado externo, cujo apogeu aconteceu, na região, entre 1836 e 1886²⁰. A monocultura do café teve

²⁰ Em 1836, o grande centro da produção cafeeira do vale do Paraíba paulista e do planalto da Bocaina eram os municípios de Areias (que compreendia São José do Barreiro e Queluz), Bananal, Pindamonhangaba, Jacareí, Taubaté, Guaratinguetá e Paraíba.

grande importância para a vida econômica das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas quais, durante todo o século XIX, tudo girou em torno do *ouro verde*.

O café começou a substituir a cana-de-açúcar no início do segundo quartel do século XIX, vindo do Rio de Janeiro, seguindo em direção ao médio vale do Paraíba paulista e ao planalto do Paraitinga e da Bocaina²¹, e encontrou nas terras paulistas²² ótimas condições para expandir-se. Ali encontrou, além de clima, solo e infra-estrutura necessária, também as vilas e os caminhos que facilitavam a comunicação e o transporte. Outro fator importante para a expansão do café, foi o fato de o vale do Paraíba acompanhar a costa a curta distância do mar, o que facilitava o acesso aos portos, pelos vários caminhos transversais que atravessavam a Serra do Mar – os antigos caminhos do ouro.

A passagem do café pelo vale do Paraíba provocou profundas transformações na região. As áreas urbanas se expandiram, intensificando-se a ocupação linear ao longo do rio Paraíba; novas vilas e cidades surgiram; as áreas rurais foram povoadas por inúmeras fazendas; os sertões foram desbravados avançando sobre as matas nativas. Uma das mais importantes mudanças que o café trouxe ao vale foi o expressivo aumento populacional – população que, em boa parte, vinha das antigas zonas auríferas e seria um dos principais fatores no processo de estruturação da economia paulista.

A atividade econômica gerada pelo café intensificou as relações comerciais, sociais, religiosas e culturais entre o vale do Paraíba e o litoral, relações essas que só puderam estabelecer-se e manter-se graças às antigas trilhas do Caminho Velho do ouro.

Nas primeiras décadas do século XIX, começou a chegar gente de todos os lugares do Brasil. No início, gente que vinha de outras províncias principalmente das Minas Gerais – que se transformou em centro de repulsão demográfica no fim do ciclo do ouro –, do litoral de São Sebastião a Angra dos Reis e, principalmente, legiões de escravos africanos, mão-de-obra imprescindível para as grandes fazendas do café. Depois de abolida a escravatura, chegaram as levas de imigrantes – os italianos, portugueses e espanhóis, que vieram para trabalhar como assalariados na lavoura cafeeira e em outras atividades econômicas e, nos últimos anos do século XIX, chegaram os sírios e libaneses.

²¹ Nas cidades hoje conhecidas como Areias, Silveiras e Bananal.

²² Segundo documentação da “Casa de Cultura Dr. Hermógenes Altenfelder e Silva – Casa de Cultura de Areias”: “*Nas terras paulistas, foi em Areias o primeiro plantio de “Basilea fulcro” (café), sua produção de café foi de tal importância que em meados do século XIX, Areias produziu 1/10 do total da produção da província de São Paulo.*”

Criaram-se grandes fazendas dedicadas exclusivamente à monocultura do café e que rapidamente se transformaram em unidades importantes dos processos econômicos, religiosos, sociais e culturais do vale do Paraíba e do litoral, uma vez que funcionavam como pontos de contato direto com a rede de cidades existentes, a partir das quais as fazendas interligavam-se com os portos de exportação.

“Uma imagem dos espaços físicos em que se implantam grandes plantações inclui necessariamente as cidades litorâneas que eram sedes dos portos de exportação, freqüentemente também centros administrativos, centros religiosos e culturais: (...) esse é o caso do Rio de Janeiro, para a plantation cafeeira do Vale do Paraíba do Sul; do Porto de Santos, para o café de São Paulo – para citar algumas apenas algumas metrópoles-chave do comercio de exportação e importação” GARCIA, PALMEIRA. – In: PINHEIRO (2001:43)

No entanto, essas grandes fazendas gozavam de autonomia relativa, pois não dispensavam inúmeros serviços complementares e tinham de ser abastecidas com gêneros de subsistência; para isso, contavam com outras fazendas menores, policultoras, que iam surgindo ao longo dos caminhos das tropas, e nas quais, diferentes das grandes propriedades o trabalho era baseado no parentesco, só em algumas delas havia escravos, sempre em pequeno número.

“Na província do Rio de Janeiro, e em geral no vale do Paraíba, as fazendas de café seguiram quase sempre à risca os moldes tradicionais da lavoura açucareira, constituindo cada qual uma unidade tanto quanto possível suficiente. A formação e a sustentação de semelhantes propriedades exigiam, por força grandes capitais, que não se encontravam ao alcance de qualquer mão.” HOLANDA (1995:173)

Na medida em que as necessidades dos negócios do café cresciam, as lavouras entravam sertão adentro, desenvolvendo uma rede de caminhos secundários de intercomunicação entre os lugarejos mais distantes, sempre em direção aos caminhos das tropas, o que levou a que se fundassem várias vilas, que logo se transformaram em cidades, entrepostos comerciais necessários para as grandes fazendas.

Esse período de apogeu econômico foi também período de grandes transformações na arquitetura das cidades; as antigas e modestas residências foram trocadas pelos casarões, pelos

grandes e pequenos sobrados construídos de adobe e de taipa de pilão, tanto nas cidades como nas sedes das fazendas. As construções eram inspiradas nos modelos da corte e colaboraram para generalizar os hábitos cosmopolitas, como se pode perceber na organização dos espaços internos, no mobiliário e, principalmente, no tratamento formal da arquitetura.

Cunha não se dedicou à lavoura de café em escala comercial, pois o clima ali não era favorável, mas teve importante participação na economia cafeeira do vale por sua condição de centro produtor de gêneros alimentícios de subsistência e por estar localizada, em termos geográficos, na saída para os caminhos do mar.

Cunha deixou de ser a “Boca do Sertão” e passou a ser “Porta do Caminho do Mar”, pois as tropas que vinham das mais diversas regiões do vale eram obrigadas a fazer um pouso ali, antes de iniciarem a descida pela Serra do Mar, com destino ao porto de Paraty, pelo antigo Caminho Velho do ouro.

Comparada a outras cidades do vale, logo surgiu em Cunha um importante núcleo comercial e um centro urbano bem desenvolvido para a época. Em 1810, enquanto Lorena contava com 49 casas, já havia 99 casas em Cunha, incluindo cinco sobrados. Era tal a importância de Cunha que, em 1858, a Vila de Nossa Senhora da Conceição de Cunha passou à categoria de cidade e em 1883 foi elevada a comarca judiciária independente de São Luiz do Paraitinga, com juiz de direito e promotor público próprios, nomeados por São Paulo.

Com o passar do tempo, o tráfego pelas velhas trilhas mudou significativamente. Os velhos caminhos utilizados anteriormente por pessoas e burros se transformam em caminhos amplos para que as tropas possam utilizá-los, agora com o café. Muitos desses caminhos chegaram a ser calçados com pedras²³ e receberam importantes obras de engenharia de contenção e drenagem para sustentar o tráfego de burros carregados de mercadorias, e para permitir o transporte contínuo de café no período de seca e das chuvas. Esses caminhos, além de servir para a circulação do café e produtos manufaturados que vinham da Europa, por muito tempo também serviram ao tráfego de escravos, que eram registrados na Barreira de Taboão (Cunha). Mesmo depois de 1850, quando já estava proibido o tráfico de escravos, os caminhos continuaram a servir para deslocamento dos escravos contrabandeados para os senhores do café do vale do Paraíba.

²³ O caminho Velho do ouro, o caminho de Mambucaba e o caminho dos Sete Degraus.

No início, passavam por Paraty as riquezas das Gerais; depois, foi a vez do café do vale do Paraíba que, outra vez, pelos antigos Caminhos do Ouro, alimentou uma intensa atividade comercial entre o vale e Paraty. Quando, em 1808, passou a ser livre a circulação entre os portos, Paraty outra vez assistiu a uma retomada do crescimento econômico, quando seu porto voltou ser utilizado para escoar o café que vinha do vale do Paraíba. E ao mesmo tempo em que o café era embarcado para a Europa, chegavam pelo porto os escravos, os manufaturados, as especiarias – o luxo europeu importado pelos “barões do café”.

Paraty recuperou-se, assim, com a reativação do porto para a exportação cafeeira, com o ressurgimento dos canaviais e com a retomada das lavouras de fumo e de cereais. Gradualmente surgiram mais povoamentos ao longo da costa e novos habitantes que, por utilizar o mar como principal meio de transporte, foram criando novas fazendas ao longo das planícies, enseadas e ilhas. Surgiram ainda fazendas que entravam pelos vales e, na cidade, novos casarões demonstravam a prosperidade dos comerciantes locais. A cidade de Paraty reviveu seus dias de glória.

No início do século XIX, com a vinda da Família Real para o Brasil, houve profundas transformações na vida política e cultural da colônia. Para começar, a metrópole mudou o modo como via a colônia brasileira e o Brasil, a partir de então, mais claramente passou a se espelhar nos modelos cosmopolitas europeus. Várias medidas importantes foram tomadas pelo governo português, dentre outras a reabertura dos portos ao comércio, a revogação dos decretos que proibiam a instalação de manufaturas na colônia e o estímulo à vinda de artistas e de naturalistas.

Dessas medidas, duas pelo menos tiveram efeito imediato e positivo para a região do vale do Paraíba e do litoral fluminense: a abertura dos portos e a expedição dos naturalistas organizada por Spix e von Martius, entre 1817 e 1820, que resultou no livro “Viagem pelo Brasil”. Nesse livro, encontram-se registros detalhados do modo de viver e de ser do povo que habitava a região²⁴ e os primeiros comentários sobre a importância que tiveram as tropas e seus pousos, para o sistema então existente de transporte de mercadorias.

No fim do século XIX, outra vez, Paraty e Cunha assistem ao declínio de sua vida econômica e ao seu isolamento geográfico. Dessa vez, os fatores que mais contribuíram para a decadên-

²⁴ A expedição organizada por SPIX e von MARTIUS encontrou entre o litoral e a Serra da Bocaina alguns povoados localizados nas áreas de relevo mais suaves, e no planalto do Paraíba povoados dispersos, de pequenas propriedades dedicadas às lavouras.

cia foram as ferrovias, recém-surgidas, que deslocaram para o Rio de Janeiro as funções do porto de Paraty e redirecionaram o processo de crescimento para fora da região; a abolição da escravidão, que parou os engenhos e as fazendas; e o início do declínio da produção cafeeira do vale do Paraíba.

Combinados, todos esses fatores levaram a abandonar os antigos Caminhos do Ouro e Caminhos do Café, que já não tinham qualquer função comercial significativa que justificasse preservá-los²⁵. Com o tempo, abandonados, aqueles caminhos tornaram-se intransitáveis e Paraty tornou-se inacessível por terra. O único acesso possível à Paraty, passou a ser por mar, de barco vindo de Angra dos Reis. Sem comunicação terrestre com o planalto e sem atividade econômica comercial importante, prevaleceu o isolamento geográfico e Paraty saiu de vez do cenário econômico da região.

Nessa situação, sem possibilidade de recuperar-se e de reinserir-se na economia brasileira, Paraty sofreu acelerado processo de despovoamento, do qual restaram apenas as atividades de subsistência, a pequena produção de açúcar e aguardente, o comércio local e pesca artesanal.

No primeiro quartel do século XX, estava praticamente acabado o ciclo do café, o que provocou o desequilíbrio econômico de toda a região do vale do Paraíba. Os principais fatores que levaram ao fim a economia de monocultura do café foram: a abolição da escravidão e conseqüentemente o aumento dos custos com pagamento da mão-de-obra assalariada; o esgotamento do solo pelo uso de práticas agrícolas inadequadas; o assédio da concorrência de novas áreas produtoras de café no oeste paulista facilitado pelo novo sistema de transporte ferroviário.

O deslocamento das grandes lavouras de produção de café, do vale do Paraíba para do oeste paulista, modificou a vida das grandes fazendas e das médias e pequenas explorações que lhes davam suporte, como também levou a rápida decadência a rede de cidades que constituíam as ligações entre os portos e centros administrativos. Conseqüentemente, houve um grande movimento migratório das antigas zonas cafeeiras para as cidades localizadas ao longo da ferrovia, que rapidamente se voltaram para as atividades urbanas de comércio e prestação de serviços, e era onde havia oportunidades para profissionais liberais, artesãos e

²⁵ A abolição da escravidão foi outro fator importante para o abandono desses caminhos, pois sua manutenção era feita exclusivamente com mão-de-obra escrava.

comerciantes. Essas cidades acolheram o grande contingente de pessoas que se mudavam das regiões das antigas lavouras - as famílias dos fazendeiros e os negros e mulatos recém libertos.

Em 1920, estava praticamente acabado o ciclo do café e o vale do Paraíba , como já acontecera no final do século XVIII, depois do ciclo do ouro, teve de procurar novas formas de produção. Os cafezais foram substituídos por pastagens para a criação extensiva de gado, que necessitava de menos trabalhadores – fator que contribuiu significativamente para acen-
tuar o despovoamento das áreas rurais do vale. A paisagem das áreas rurais se transformou: agora eram os pastos que desenhavam o lugar. A agricultura aos poucos diversificou-se: o arroz apareceu nas várzeas inundáveis, ao lado da citricultura, do cultivo de hortaliças e da pecuária leiteira, além dos produtos que, em pequena escala, já eram tradicionais na região – feijão, milho e mandioca.

1.5.A chegada da ferrovia e o isolamento geográfico da Bocaina

Em 1887, a ferrovia chegou ao vale do Paraíba paulista, em Guaratinguetá, quando o vale já enfrentava a crise do período final do ciclo do café, com a economia regional em declínio e quando já era visível a decadência das cidades, depois do deslocamento das grandes lavouras de café, do vale do Paraíba para do oeste do estado de São Paulo.

A antiga necessidade de contar com uma ligação direta entre Rio de Janeiro e São Paulo determinou a construção e o traçado da ferrovia D. Pedro II. No medio vale do Paraíba paulista, os trilhos dessa ferrovia ocuparam as várzeas ao longo do rio Paraíba do Sul, o mesmo espaço onde haviam florescido a maioria das antigas cidades que haviam servido como centros administrativos da economia cafeeira. E o traçado da ferrovia determinou os novos papéis que caberiam a algumas daquelas cidades; as cidades próximas dos trilhos puderam partilhar os benefícios do novo sistema e integraram-se às novas regras de um novo tipo de economia; as cidades que ficaram afastadas, isoladas, sofreram rápida decadência econômica.

As cidades do médio vale voltaram-se, com o fim da cultura do café, para a pecuária leiteira e o cultivo de arroz, como atividades principais e, por se localizarem nas proximidades da

ferrovia, mantiveram suas ligações econômicas com os centros consumidores. A ferrovia, nesses casos, atendeu as necessidades de circulação dos produtos agropecuários e permitiu que se criassem novas funções urbanas de comércio e prestação de serviços.

O desenvolvimento gerado pela ferrovia na economia das cidades do médio vale foi, contudo muito pequeno, se comparado com o desenvolvimento que o mesmo novo sistema de transporte levou ao novo centro produtor de café, o oeste paulista.

A estrada de ferro Santos-Jundiaí, construída em 1867, transferiu para o porto de Santos todas as atividades ligadas à exportação do café, o que valorizou e estimulou o desenvolvimento econômico de um novo eixo de produção e exportação de café – a baixada Santista e o oeste do estado de São Paulo.

As extensas áreas rurais produtoras do café e dos outros produtos que lhe davam suporte, as cidades distantes dos leitos da ferrovia e os portos exportadores de café - aos quais antes o café provindo do vale chegava transportado em lombos de burros -, foram abandonadas e desarticularam-se, dispersaram-se em diversos povoamentos isolados, sem atividade econômica relevante no quadro regional.

Cunha, embora não fosse cidade produtora de café, acompanhou a decadência econômica do fim do ciclo do café, pois a cidade vivia de atividades que eram consequência direta do caminho das tropas, de fornecimento de suprimentos e pouso para os muitos que, saídos do vale, desciam para litoral. Distante da ferrovia e sem atividade econômica independente, Cunha voltou-se para a economia de subsistência; a cultura ali assumiu feições acentuadas de cultura local e rural. O período de máximo isolamento durou de 1860 a 1932, ano em que se concluíram as obras da estrada de rodagem que ligou Cunha a Guaratinguetá, para que as tropas federais de Getúlio Vargas transpusessem a Serra da Bocaina rumo a Cunha, lugar onde se travaram os combates finais da Revolução Constitucionalista de 1932. WILLEMS (1947)

Os antigos caminhos do ouro e do café da Serra da Bocaina, que foram por três séculos o mais importante eixo do desenvolvimento da região centro-sul do Brasil e de relacionamento econômico entre o planalto e o litoral, e único acesso do vale do Paraíba para as cidades portuárias do litoral sul fluminense, tornaram-se obsoletos depois do advento da ferrovia. A

Serra da Bocaina, fechados os seus caminhos antigos, voltou a ser uma barreira intransponível entre o litoral e o planalto.

As cidades do planalto da Bocaina – principalmente Bananal, Areias e São José do Barreiro –, esquecidas no traçado da ferrovia, transformaram-se no que Monteiro Lobato descreveu como “Cidades Mortas”, cidades essas que em vários momentos chegaram a liderar a produção de café no vale do Paraíba paulista e onde se gerou parte significativa da riqueza de toda a região. O traçado da ferrovia e o rumo do café para o oeste alijaram e condenaram, essas cidades, à decadência e ao total esquecimento.

“onde tudo foi e nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito. (...) cidades moribundas arrastam um viver decrépito. Gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes. (...) A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurgem de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, reflui com eles duma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas.” LOBATO (1959)

Essas cidades viram-se obrigadas a reinventar suas economias e voltaram-se para as pouco expressivas atividades urbanas de comércio e prestação de serviço. As antigas zonas produtoras de café transformaram-se em áreas de pecuária para produção de leite e de indústria carvoeira – que se instalou e permaneceu na região por quase 40 anos, o que tornou exponencialmente ainda rápida e mais violenta a devastação das floretas nativas.

Paraty, isolada geograficamente e sem comunicação terrestre com o planalto, resistiu à completa estagnação econômica com atividades agrícolas praticadas nos moldes tradicionais, principalmente a cultura da banana, a pesca de cerco e uma pequena produção de açúcar e aguardente. Essas atividades econômicas foram, por um longo período, a única base de sustentação econômica das comunidades de pescadores que se espalhavam ao longo do litoral sul fluminense e norte paulista.

Alguns antigos fazendeiros de café tentaram de todas as formas criar pequenas companhias ferroviárias para reativar a economia local do vale do Paraíba, do litoral sul fluminense e

norte paulista, mas sem sucesso. A idéia, quase sempre, foi criar pequenos ramais ferroviários que ligassem algumas das cidades à Ferrovia D Pedro II. Planejou-se, por exemplo, construir uma estrada de ferro que ligaria Taubaté e Ubatuba; a ferrovia Guará-Cunha-Paraty²⁶, planejada em 1890 e que nem chegou a sair do papel, e cujo objetivo seria revitalizar o comércio de Cunha e do porto de Paraty. Em 1911, o governo federal fez planos para construir uma ferrovia que ligaria São José do Barreiro aos Campos de Bocaina e chegou a desapropriar terras próximas da chamada Cachoeira de Mambucaba, para uma futura eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil. De todas essas tentativas, a única que foi levada a termo, na época, foi a Estrada de Ferro Bananal, um ramal que ligou a Ferrovia D Pedro II à cidade de Bananal. Essa ferrovia foi inaugurada em 1889, para transporte de carga e passageiros.

“A região serrana e o litoral, para sua colonização, comportariam de início a construção de uma estrada de ferro que ligasse Taubaté a Ubatuba. A vasta zona da Central do Brasil e o sul de Minas teriam a sua produção encaminhada com menor despesa a um porto de mar mais barato. A totalidade das suas exportações é feita pelo Rio de Janeiro e por Santos. Si tomarmos Taubaté para base de calculo teremos que, para alcançar Santos, a mercadoria para frete de 233 kilometros e, para o Rio, de 345 kilometros. Si o trajecto fosse feito directamente para Ubatuba teria que se sujeitar unicamente ao frete de 90 kilometros. Cruzando a Central do Brasil na altura de Taubaté, e demandando as raias do sul de Minas, essa estrada não só teria um optimo campo de exploração económica como também iria prestar serviço e beneficiar uma vasta extensão territorial, já dotada de apreciável densidade demographica. A 6 de Agosto de 1888, o então presidente da província de São Paulo, concedia concessão e celebrava contacto para a construção da Estrada de ferro do Nordeste deste de São Paulo, que de Taubaté, atravessando a região Redempção-São Luiz do Parabytinga-Natividade, atingiria Ubatuba. Esta seiria então provida de porto. Ficaria dest’arte assegurada a fácil vasão dos productos daquela ampla zona. Convém notar que naquella ocasião havia poucos anos que tinha sido inaugurada a Central do Brasil e já se tornava uma necessidade a construção de uma linha que com menor trajecto alcançasse um porto de mar. Foram iniciados os trabalhos. O leito foi feito numa extensão de mais de 50 kilometros a partir de Taubaté. As obras do Porto de Ubatuba foram atacadas. No trapiche feito, guindastes descarregavam dos grandes cargueiros, o material necessário á execução das obras. O trecho d’ahi á raiz da Serra estava terminado. Os trilhos já assentados. Tanto abi como no planalto innumeradas obras de arte tinham sido construidas. No planalto até estações já estavam promptas. Para al-

²⁶ Oracy Nogueira em seu livro *Negro político, político negro* (1992) conta que Dr. Alfredo Casemiro da Rocha, medico baiano, respeitado morador de Cunha desde 1878 e senador da República Velha, defendia o projeto da Estrada de Ferro Guará-Cunha-Paraty e que em um jogo de baralho com um integrante da família Rodrigues Alves, ele apostou o dinheiro que já recebera para construir a estrada, e perdeu. Com o dinheiro, perdeu também a oportunidade de realizar o sonho de tirar Cunha do isolamento.

cançar o porto o leito tinha sido aberto na rocha viva. No litoral a estrada attingia a Serra nas cabeceiras do rio Maranduba. O primeiro tunnel tinha sido iniciado. A empresa lucrava com uma certa dificuldade de capitaes. O governo promettera um auxilio de 5.000 contos. Subito estala a revolta de 93. Um dos directores toma partido contrario ao governo e este, jugulando o movimento, não fornece o dinheiro. As obras são suspensas então, em 1894. Este o verdadeiro motivo, Nunca por não ter sido achada subida fácil da Serra. Esta até seria galgada com rampas de 1,8%. Si naquella época já era uma necessidade, hoje torna-se uma questão de vida ou de morte para a zona, a construção ao menos de uma boa estrada de rodagem, principalmente para o litoral.” SCHMIDT (1934 b : 636)

Todas as tentativas de recuperar a economia da região em maior escala foram vãs e o isolamento econômico e geográfico continuou, por muito tempo, característico dessa região.

As cidades e vilas rurais e caçaras da Serra da Bocaina teriam de esperar até a década dos 70, do século XX, para conhecer algum tipo de recuperação econômica, depois que se implantou um novo sistema de acesso – a rodovia – e, com ele, criaram-se novas possibilidades, numa atividade econômica intrinsecamente ligada aos sistemas rodoviários: o turismo.

1.6. Os novos caminhos rodoviários e a retomada dos caminhos da roça, da vizinhança, das festas, os religiosos e os outros caminhos da Bocaina

A rede urbana brasileira foi-se constituindo, durante quatro séculos, num ritmo lento de exploração do um extenso território, enquanto se sucediam os ciclos econômicos. Criou-se assim uma rede de cidades dispersas, estruturadas e dependentes, principalmente, das atividades agrárias mercantis exportadoras, numa tipologia de ocupação do território em que não havia muitas marcas de aglomerados importantes e sempre em condições de baixa densidade e grande dispersão demográfica – o território era vasto e a população, reduzida. Os colonizadores, originalmente, contavam com o ouro para enriquecer depressa e não pensavam em investir em atividades agrícolas, que lhes eram mais trabalhosas. Quando, frustradas as suas esperanças de enriquecer imediatamente, os colonizadores tiveram de orientar suas atividades para a agricultura, começaram por avançar sobre as matas, sempre à procura de novas áreas, com uma agricultura itinerante e predatória, que os levou a distanciar-se cada vez mais dos núcleos de povoamento e alimentou um intenso processo de dispersão populacional.

De tal modo, desde o tempo da colônia, o território brasileiro já se encontrava definido pela estrutura agrária baseada nas monoculturas de exportação, nas zonas de criação e na pequena produção de abastecimento dispersa pelo extenso território. Os fatores determinantes para a formação dessa estrutura agrária foram, em primeiro lugar, a grande extensão do território e a dispersão demográfica²⁷ e, em segundo lugar, uma valorização diferente das atividades agrárias, divididas em “nobres” e “pobres”²⁸. Somente na região mineradora se implantou uma verdadeira rede urbana de pequenas cidades independentes da produção agrícola, que surgiam no interior de cada área produtiva, e ali puderam desempenhar funções urbanas típicas – comércio, serviços e atividades culturais e religiosas.

Visando reverter esse quadro de dispersão populacional, na segunda metade do século XVIII, a coroa portuguesa tentou incentivar a criação de povoamentos e fez várias tentativas para concentrar as populações em povoamentos, nos moldes das comunidades de aldeia do antigo sistema português. Dois tipos de causa, contudo, impediram que o Brasil conhecesse a vida de aldeia que se encontrava com tanta frequência na estruturação da rede urbana européia: por um lado, o povo resistiu a fixar-se em vilarejos principalmente, porque se praticava então, por aqui, um tipo de agricultura itinerante que exigia sempre novas terras; por outro lado, a vasta extensão do território.

O ritmo da urbanização brasileira intensifica, sim, na região sul do país, com a economia cafeeira; com a implantação da rede ferroviária que tornou possível a expansão das fronteiras agrícolas; com a abolição da escravatura e com a chegada de fortes contingentes de imigrantes²⁹; e com a implantação das primeiras indústrias no fim do século XIX e início do século XX³⁰. As cidades e vilas, grandes ou pequenas, acompanharam a marcha do café; surgiram novas vilas e cidades ao longo do percurso por onde caminhou a “onda verde” mas, ao mesmo tempo, nos espaços que foram abandonados pelas lavouras de café, outras cidades decaíram rapidamente e transformaram-se em “cidades mortas”.

A rede de cidades brasileira só se estruturou, de fato, nas primeiras décadas do século XX, com as políticas de incentivo industrial e de implementação dos sistemas de comunicação e transportes, quando a indústria passou a ser o setor mais importante da economia nacional que deixou de ser agrário-exportadora e passou a ser urbano-industrial. E a rede urbana brasileira, afinal, só se consolidou, na década de 50, quando se fortaleceu a política gover-

²⁷ Os portugueses e índios eram muito pouco numerosos e os problemas de falta de mão-de-obra surgiram desde o início da colonização, e foram sendo resolvidos de formas diferentes conforme o tempo e o lugar, inicialmente com a importação de escravos africanos, depois com a chegada dos imigrantes, e a partir dos meados do século XX com as novas relações de trabalho.

²⁸ Eram nobres as monoculturas de exportação que exigiam grandes investimentos de capital, contudo apresentavam lucros atraentes; eram pobres as roças de abastecimento que não necessitavam de capital exigindo apenas o trabalho cotidiano do roceiro e sua família e, que auferiam poucos rendimentos. Entre estas duas, existia a criação de gado, que prescindia de grandes porções de terras livres, exigiam menos mão de obra e não precisavam de grandes capitais, com um lucro muito menor que os lucros auferidos pelas monoculturas de exportação.

²⁹ O fim do tráfico de escravos, em 1851, e a abolição, em 1888, provocaram um desembarque maciço de imigrantes europeus no país, pois as oligarquias brasileiras necessitavam de mão-de-obra barata para substituir o braço escravo nas plantações de café do sudeste.

³⁰ A revolução de 1930 impulsionou o processo de industrialização e atribuiu ao Estado o papel principal no processo econômico, embora o Estado de novo não interveio na estrutura agrária.

namental de desenvolvimento industrial - que visava a nos tornar definitivamente independentes da economia do café - e com os grandes investimentos que foram feitos para implantar a rede rodoviária federal, originando uma rede de cidades dependentes das atividades urbanas e não mais agrícolas³¹

A rede de cidades do planalto do Paraitinga e da Bocaina e do litoral sul fluminense acompanhou o modelo geral de toda a rede urbana brasileira e se estruturou também a partir dos moldes agrários mercantis ligados à economia cafeeira. Mas as cidades, os bairros rurais e as vilas caiçaras dessa região não se beneficiaram plenamente dos novos cenários econômicos que alcançaram o vale do Paraíba, na segunda metade do século XIX e início do século XX, porque estavam longe dos trilhos da ferrovia e, depois, do novo sistema rodoviário; e porque a região ficou distante dos centros ativos da nova atividade econômica em bases comerciais - o café tomou o rumo do oeste paulista e os espaços que foram abandonados pelas lavouras de café decaíram rapidamente.

Nem a economia industrial nem os novos caminhos rodoviários que se desenvolveram muito a partir da década dos 50 - quando o vale passou por intenso processo de industrialização e urbanização, que modificou totalmente suas antigas feições agrícolas - alcançaram estas localidades que, assim, conservaram por mais tempo os moldes tradicionais de vida do início do século XX.

A nova política de incentivo industrial e os fortes investimentos que o Estado fez para substituir os meios de transporte ferroviário por meios de transporte rodoviário, e que se concentraram nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, facilitaram a comunicação e intensificaram os contatos entre o planalto e a zona costeira, rompendo com a antiga dificuldade de transposição da barreira natural da Serra do Mar. E foram esses novos caminhos rodoviários que vieram a ser as principais vias e principais indutores do acelerado processo de urbanização e de transformação pelo qual passou o meio urbano e rural de toda esta região, ao longo do percurso das estradas; que provocaram grandes transformações no uso da terra; e levaram, conseqüentemente, ao aumento exponencial do valor comercial da terra.

Por onde passaram as novas estradas, elas deixaram novas atividades econômicas, especialmente as atividades industriais, turísticas e imobiliárias, a exemplo do vale do Paraíba e no

Mapa 1

Mapa 2

Mapa 3

Fonte: SCHIFFER (1999)

Mapa 1. Brasil 1955: Principais Rodovias pavimentadas.

Mapa 2. Brasil 1964: Principais Rodovias pavimentadas.

Mapa 3. Brasil 1975: Principais Rodovias pavimentadas.

³¹ Na década dos 60, a rede rodoviária brasileira concentra-se no estado de São Paulo (ligações entre a capital e o litoral e o interior do estado) e na importante ligação entre a nova capital federal, Brasília, e as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Na década dos 70, a rede expandiu-se também nos estados do sul e do nordeste do Brasil.

litoral paulista e provocou grandes transformações na vida desses lugares. Cada caminho que se abriu, conduzido por cada novo ciclo econômico, rompeu ao mesmo tempo um período durante o qual as comunidades mantiveram-se isoladas; e, de todos os novos caminhos, os rodoviários foram os que mais rapidamente transformaram as relações socioeconômicas e culturais das cidades e dos pequenos bairros e vilas do planalto e do litoral.

Nos lugares aonde não se projetaram esses caminhos rodoviários, perpetuou-se um longo período de isolamento geográfico e econômico sempre involuntário e não escolhido pelas comunidades humanas. Aí as cidades ficaram esquecidas, conservando traços dos antigos momentos de apogeu e riqueza; as áreas rurais distribuíram-se numa extensa rede de povoados muito distantes uns dos outros; a vida concentrou-se em prover a subsistência; e as comunidades passaram a sobreviver também, em larga medida, de relações de solidariedade e de fortes laços familiares; e esses laços, por sua vez, consagraram modos muito tradicionais de vida. A exemplo do que houve, as comunidades dos municípios do planalto da Bocaina e do litoral sul fluminense, voltaram a viver como viveram os seus antepassados.

O isolamento involuntário dessas cidades e de suas comunidades deixou sem função econômica e comercial os velhos caminhos da Serra da Bocaina; sem serem utilizados, os caminhos rapidamente se tornaram obsoletos; e, sem caminhos, rompeu-se um ciclo histórico muito tradicional de fortes vínculos econômicos entre o planalto e o litoral. Até que, outra vez, como no início da colonização, a Serra da Bocaina voltou a impor-se como grande barreira entre o litoral e o planalto.

Embora já não vissem circular as mesmas grandes riquezas de antes, os velhos caminhos da Bocaina rapidamente se transformaram em vias de circulação para todos os contatos e relacionamentos religiosos, sociais, culturais e de acesso à subsistência para as comunidades e populações mais isoladas. E assim se constituíram muitos importantes caminhos de uso público – caminhos da roça, caminhos de vizinhança, caminhos religiosos, caminhos da festa etc.

Esse cenário só seria alterado, no início dos anos 70, depois que foi asfaltada Rodovia Paulo Virgílio (Guaratinguetá-Cunha³²) e foi aberta a Rodovia Rio-Santos (BR-101), quando a vida econômica da região recebeu o impulso de um novo ciclo – dessa vez, o turismo –, como já acontecera antes, com o ouro e o café.

³² O asfaltamento da rodovia Paulo Virgílio foi concluído em 1967.

Os primeiros caminhos rodoviários que chegaram do planalto ao litoral³³ foram os que alcançaram a Baixada Santista e, logo a seguir, o litoral norte paulista, e levaram um impulso revitalizador sem precedentes à rede de cidades que se localizavam em áreas próximas do percurso das estradas. O fácil acesso ao litoral, por rodovia, estimulou a expansão em larga escala das atividades industriais, turísticas e imobiliárias que, até então, haviam sido pouco expressivas e restritas à região da Baixada Santista.

Os primeiros caminhos rodoviários chegaram à Baixada Santista no início da década dos 20, quando o antigo Caminho do Mar foi recuperado e pavimentado e implantou-se a balsa Santos-Guarujá para transporte de automóveis. Adiante, nos anos 40, foi inaugurada a Rodovia Anchieta,³⁴ construída para atender a demanda por transporte de cargas e de passageiros entre a capital e o porto de Santos, que crescia praticamente ao mesmo ritmo em que se saturava o sistema ferroviário Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

Com as rodovias, intensificou-se a ocupação turística, incipiente até então na região de Santos, Guarujá e São Vicente. Mas foi com a chegada até lá da Rodovia Anchieta que se observaram os efeitos mais significativos sobre as atividades econômicas, a rodovia permitiu que se instalasse ali o pólo industrial de Cubatão – evidência do processo de descentralização da indústria que se iniciava na cidade de São Paulo – e ainda levou para a região um grande número de companhias loteadoras que, instaladas, deram início ao rápido processo de ocupação turística da Baixada Santista, que logo se expandiu para o litoral sul paulista.

No litoral norte, a construção do Porto de São Sebastião³⁵ tornou ainda mais premente a já reconhecida necessidade de ligar o planalto ao litoral e que culminou, com a inauguração da Estrada dos Tamoios³⁶ – um precário caminho para veículos motorizados, que ligava São José dos Campos a Caraguatatuba. Na mesma época, e nas mesmas condições precárias, esse caminho foi prolongado até as cidades de São Sebastião e Ubatuba e, por ele, começou o processo de urbanização linear da faixa litorânea, sempre estimulada pelas atividades turísticas e, fortemente impulsionada pela indústria imobiliária.

O tráfego de automóveis entre Taubaté e Ubatuba tornou-se possível nos anos 30, com a Rodovia Oswaldo Cruz³⁷, cuja inauguração deu início a um tímido processo de ocupação turística na região, cuja vida, até então, acompanhava os moldes tradicionais da vida caçara.

³³ Consideramos para essa análise a região litorânea que se estende da Baixada Santista ao litoral sul fluminense - em Paraty - e a região do vale do Paraíba paulista.

³⁴ A Rodovia Anchieta ligou a região metropolitana de São Paulo à Baixada Santista; a primeira parte da rodovia foi entregue ao tráfego em 1947, mas só em 1953 foram inaugurados a segunda pista e o trecho da Baixada, entre as cidades de Cubatão e Santos. Essa rodovia foi uma das primeiras a serem construídas segundo os padrões técnicos modernos da época.

³⁵ A idéia de construir o Porto Público de São Sebastião surgiu por volta de 1925, em consequência do saturamento do porto de Santos. As obras de construção iniciaram-se em 1934 e foram concluídas em 1942, embora o porto só tenha começado a operar oficialmente em 1955 e as atividades portuárias só tenham sido regularizadas em 1966.

³⁶ O plano de construção da Estrada dos Tamoios (São José dos Campos-Paraibuna-Caraguatatuba) foi aprovado 1933; mas a estrada só começou a ser asfaltada em 1954 e o asfaltamento só foi concluído em 1958. O traçado da Estrada dos Tamoios foi desenvolvido sobre a antiga trilha dos tropeiros.

³⁷ A Rodovia Oswaldo Cruz originou-se sobre o antigo traçado das rotas dos tropeiros, saindo do Vale do Paraíba e passando por São Luís do Paraitinga, em direção a Ubatuba. Durante os anos de 1932 e 1933, com o auxílio da mão-de-obra dos presidiários da ilha Anchieta, a antiga trilha das tropas foi alargada e calçada com pedras, de forma a permitir o tráfego de veículos automotores. Em 1960, a rodovia foi retificada no traçado de São Luís do Paraitinga a Ubatuba, sobre o antigo traçado em terra, favorecendo seu uso. A pavimentação foi concluída em 1969.

Mas só na década dos 60, depois que a Rodovia Oswaldo Cruz foi regularizada e pavimentada, é que realmente se intensificou o processo de urbanização turística da costa norte paulista.

“No plano de viação da Diretoria de Estradas de Rodagem, da Secretaria da Viação, consta a ligação de Paraibuna a Caraguatatuba e São Sebastião, a de Caraguatatuba a Ubatuba e a de Ubatuba a Taubaté. Até há pouco tempo não existia estrada alguma que permitisse a passagem de veículos para comunicação com o planalto. Agora porém foi iniciada a Reconstrução da antiga estrada entre Taubaté e Ubatuba (em junho de 1933, esta estrada era franqueada ao trânsito de automóveis). Essa estrada foi construída para dar vazão aos produtos agrícolas do sul de Minas e do norte de São Paulo. Era calçada de pedras numa extensão de vinte e tantos quilômetros, da raiz da serra ao morro do Chapéu. Feita no tempo de D. Pedra I, custou 80 contos de réis ao governo imperial, sendo construída pelos fazendeiros da região, que a empreitaram. Ao que nos consta, vai o mesmo ser feito com a estrada entre Caraguatatuba e Paraibuna. Há esperança de reintegração do litoral na comunidade paulista. Os caminhos que até agora tem servido para a comunicação do litoral com o planalto, são somente transitáveis por tropas. Da mesma maneira está ligada a Bertioga até o extremo litoral. As travessias da serra do Mar são feitas nos seguintes lugares. a) Entre São Luiz e Ubatuba – 51 quilômetros; b) Natividade e Ubatuba -; c) Bairro Alto e Mocóca -; d) Paraibuna e Caraguatatuba -; e) Mogi das Cruzes e Bertioga - (intransitável). Pelo litoral são as seguintes as distâncias entre as diversas cidades, por terra: a) Ubatuba à divisa do Rio - 45 quilômetros; b) Ubatuba a Caraguatatuba - 49 quilômetros; c) Caraguatatuba a S. Sebastião - 25 quilômetros; d) São Sebastião a Bertioga - 93 quilômetros; e) Bertioga a Santos - 21 quilômetros (pelo canal).” SCHMIDT (1934 a: 77-78)

Na região do vale do Paraíba, a mesma antiga necessidade de interligar as capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo, que já havia determinado, em 1875, a construção da Ferrovia D. Pedro II (Estrada de Ferro Central do Brasil), também determinou, em 1928, a construção da rodovia São Paulo-Rio de Janeiro³⁸; essa rodovia, depois de construídas várias obras de melhorias, concluídas em 1950, passou a ser chamada Rodovia Presidente Dutra.

A implantação do sistema ferroviário no vale do Paraíba e, posteriormente, a implantação do sistema rodoviário, favoreceram o processo evolutivo e de consolidação das atividades industriais na região. No fim do século XIX, instalaram-se ali as primeiras indústrias, que se

³⁸ Em 1928 foi inaugurada a Rodovia Rio-São Paulo, conhecida como BR-2 (com 508 Km e apenas 8 Km pavimentados); em 1949, concluiu-se a pavimentação do trecho entre São Miguel e Mogi das Cruzes. Em 1950, após algumas obras de melhoria, como o alargamento de alguns trechos, passou a chamar-se Rodovia Presidente Dutra.

firmaram durante a primeira metade do século XX e finalmente, a partir dos anos 50, consolidaram-se como um dos pólos industriais mais importante do país, nitidamente em função da construção da Rodovia Presidente Dutra - período esse do fortalecimento da política governamental de desenvolvimento industrial e dos grandes investimentos feitos na rede rodoviária federal.

A Rodovia Presidente Dutra foi importante fator para a descentralização industrial das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, e a região absorveu várias atividades industriais, principalmente entre as cidades de São José dos Campos e Taubaté. Com essa nova economia industrial, a população da região do médio vale voltou a crescer e um processo intenso e contínuo de urbanização revitalizou os centros urbanos.

As atividades industriais encontraram, no vale do Paraíba, condições excepcionalmente favoráveis para desenvolverem-se – havia ali, para ser aplicado, o capital remanescente do café; a mão-de-obra era abundante e barata, também como resultado do declínio da economia do café; e a localização geográfica era privilegiada, com sistema eficiente de transporte ferroviário e rodoviário, que facilitava enormemente o acesso e a comunicação.

A revitalização econômica impulsionada industrialização e pela construção da Rodovia Presidente Dutra e os novos caminhos rodoviários, contudo, não atingiram os pequenos núcleos urbanos que se localizavam fora do eixo de circulação do médio vale – no planalto do Paraitinga e da Bocaina (Bananal, São José do Barreiro, Silveiras, Areias e Cunha) e no litoral sul fluminense (Paraty).

Afastadas do circuito de produção e comercialização que impulsionava o desenvolvimento regional do vale do Paraíba, Cunha³⁹ e Paraty não foram diretamente beneficiadas pelo desenvolvimento e continuaram a sobreviver em ritmo de economia de subsistência, nos moldes da vida rural que ali se reproduzia desde o início do século: no ambiente marinho, com pesca artesanal e pequena produção de aguardente; e no planalto, com as culturas agropecuárias tradicionais.

Na região da Serra da Bocaina houve várias tentativas frustradas de implantar o sistema rodoviário sobre alguns trechos do antigo Caminho do Ouro – único acesso em que havia

³⁹ O período de máximo isolamento de Cunha durou de 1860 a 1932, ano em que se concluíram as obras da precária estrada de rodagem que ligou Cunha a Guaratinguetá para que as tropas federais de Getúlio Vargas transpusessem a Serra da Bocaina, de Paraty rumo a Cunha, esta estrada não chegou a alterar o quadro de isolamento de Cunha.

condições de o caminho ser adaptado ao sistema rodoviário, para atravessar a Serra da Bocaina, do litoral de Paraty ao vale do Paraíba. A primeira daquelas tentativas alcançou a Serra da Bocaina em 1925, parcialmente sobre o antigo leito do Caminho do Ouro.⁴⁰ Só em 1929, contudo, ainda sobre o leito do Caminho do Ouro, chegou à cidade de Paraty o primeiro automóvel. E por lá ficou, pois não conseguiu vencer as escarpas abruptas da Serra da Bocaina, ao tentar voltar ao vale do Paraíba.

No início da década dos 30, a estrada Cunha-Paraty recebeu algumas obras de melhorias rodoviárias e outras complementares - entre essas a conclusão da ligação Guaratinguetá-Cunha (1932) - para que as tropas federais de Getúlio Vargas transpusessem a Serra da Bocaina com a intenção de chegar ao Vale do Paraíba, em Guaratinguetá, rumo a São Paulo, passando por Cunha, lugar onde se travaram os combates finais da Revolução Constitucionalista de 1932. O trânsito intenso de tropas e tanques provocou a rápida degradação da estrada e tornou-a intransitável até a década dos 50.

Em 1954, novamente tentou-se regularizar o fluxo de automóveis, dessa vez por solicitação dos paulistas que tinham interesse turístico na região de Paraty, mas que só conseguiam chegar à cidade de Paraty pelos caminhos do mar, vindos de Angra dos Reis. A estrada foi então novamente reaberta para o tráfego de automóveis, embora em condições muito precárias, mas já com o traçado que tem até hoje.⁴¹

As condições da estrada Cunha-Paraty sempre foram muito precárias, e as dificuldades para regularizar a trafegabilidade ainda aumentaram, primeiro em 1971, quando foi criado o Parque Nacional da Serra da Bocaina e, depois, em 1986, quando o IBAMA solicitou o embargo judicial das obras de pavimentação e conservação do trecho da estrada que se encontra dentro do Parque.

Antes de construída a rodovia Rio-Santos, a estrada Cunha-Paraty era a o único modo de alcançar, por rodovia, a cidade de Paraty e, apesar das péssimas condições de trafegabilidade e de só poder ser usada durante a estação seca, essa estrada permitiu que se mantivessem as relações sociais e comerciais de subsistência entre o vale do Paraíba e Paraty e também impulsionou, embora timidamente, o desenvolvimento turístico da região.

⁴⁰ A estrada Cunha-Paraty foi aberta sobre alguns trechos do antigo Caminho do Ouro, com alguns desvios, principalmente entre a localidade do Bairro dos Penhas, aproximadamente a 8 Km de Paraty, e a localidade de Estiva Preta, hoje conhecida como Fecha Nunca, onde encontrava novamente o antigo Caminho do Ouro.

⁴¹ A Estrada Cunha-Paraty é formada de duas rodovias estaduais (a SP-171 e a RJ-165) e seu percurso é de 48 Km. O trecho paulista Cunha-Divisa tem 25 Km pavimentados desde 1986; o trecho fluminense Divisa-Paraty tem 23 Km, 11 pavimentados e 12 sem pavimentação, no trecho da subida da Serra da Bocaina; desses 12 Km, aproximadamente 9 Km estão dentro dos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina (670-1.580 m de altitude), ainda hoje sob embargo judicial.

Diferente do que aconteceu na região da Baixada Santista e litoral norte paulista, os novos caminhos rodoviários, até os anos 70, não alcançaram efetivamente o Planalto da Bocaina e do Paraitinga e o litoral sul fluminense. Tampouco surgiu aí, depois do ciclo cafeeiro, uma nova atividade econômica que dinamizasse a região. Passado o ciclo do café, só restaram de fato os caminhos da roça – “os antigos e históricos caminhos da Serra da Bocaina” – estruturados pela precária estrada Cunha-Paraty que se estendia do planalto ao litoral e continuava sob a forma de uma extensa rede de caminhos marítimos, que serviram como eixo de relacionamento entre o núcleo urbano de Paraty e as vilas caiçaras litorâneas.

Se, por um lado, o isolamento involuntário perpetuou-se nessas cidades e vilas e impediu que a região se desenvolvesse, por outro lado criou condições para que aí se preservasse uma rica cultura herdada dos ciclos econômicos anteriores – preação, ouro e café – e um importante patrimônio urbanístico e arquitetônico: o conjunto arquitetônico do período do café, nas cidades do Planalto da Bocaina; e o conjunto urbanístico e arquitetônico colonial, em Paraty.⁴²

⁴² O conjunto urbanístico e arquitetônico colonial de Paraty, por sua importância, foi considerado Patrimônio Estadual em 1945, foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1958 e finalmente, em 1966, foi convertido em Monumento Nacional.

CAPÍTULO II

Um olhar sobre o rural na aceleração do movimento urbano industrial

O modo de vida rural de uma expressiva parcela da população brasileira, tão diferente da realidade urbana da época, despertou o interesse dos pesquisadores e professores das então recém criadas instituições brasileiras educacionais e de pesquisa – a Escola Livre de Sociologia e Política, fundada em 1933; a Universidade de São Paulo, fundada em 1934; e o Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura Municipal de São Paulo, fundado em 1935 –, a tal ponto que os anos 40 e 50 acabaram marcados pela grande quantidade de importantes estudos acadêmicos que tomaram por objeto a realidade rural brasileira.

Em São Paulo, o período foi de grande agitação político-cultural. Como reação à derrota do movimento constitucionalista de 1932, rapidamente as principais lideranças políticas, intelectuais e empresariais do estado – a inquietante elite paulista – mobilizaram-se para levar adiante um projeto de modernização das instituições educacionais e de pesquisa, visando com isso a formar quadros bem preparados, em termos de conhecimentos científicos, para atuar na “nova realidade brasileira”, principalmente em São Paulo,⁴³ estado cuja economia já se destacava no conjunto dos estados brasileiros.

Naquele momento, a elite paulista influenciava e participava dos mais diversos setores da vida política, cultural e acadêmica. Um dos exemplos da marcada influência que a elite paulista exercia na vida pública foi a participação que teve no governo de Fáblio da Silva Prado,⁴⁴ que reuniu alguns participantes da Semana de Arte Moderna de 1922, entre os quais Mário de Andrade, para propor e implementar as políticas culturais para a capital do estado. Desse trabalho resultou, dentre outras ações, a criação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura Municipal de São Paulo, que foi dirigido por Mário de Andrade.

⁴³ Entre 1900 e fim dos anos 30, o estado de São Paulo cresceu e se modernizou mais do que qualquer outra região do país. No final dos anos 30, o estado de São Paulo já concentrava cerca de 40% da produção industrial do país e era o principal produtor e exportador de produtos agrícolas. A população do estado cresceu de 2,3 para 5,8 milhões de habitantes, e a da cidade de São Paulo cresceu de 240.000 para 887.000 habitantes.

⁴⁴ Fáblio da Silva Prado foi nomeado prefeito de São Paulo em 1935.

Uma das primeiras iniciativas do Departamento de Cultura e Recreação foi criar um curso de Etnografia e Folclore. Para ministrá-lo, Mário de Andrade convidou o casal Lévi-Strauss. A repercussão que teve esse curso levou à criação da Sociedade de Etnografia e Folclore, fundada por Mário de Andrade e Dina Lévi-Strauss, que inovou, sobretudo os métodos de pesquisa de campo e produziu inúmeros estudos em que a etnografia prática era empregada como método de pesquisa.

“A Ethnographia não pode, de modo algum, affetar um character pratico. Ella é theorica, como toda a sciencia constituida. E nessa qualidade apresenta tres caracteres incompatíveis com as pessoas praticas: é systematica, explicativa, generalizadora.”... “Mais que uma sciencia é essa um estudo. Um estudo descriptivo e monographico dos povos e das culturas. E, como um estudo descriptivo, não pode nem deve propôr theorias. Dedica todo seu esforço à descripção minuciosa e fiel de seu objecto e unicamente delle; daí o dizermos que é monographica. (...) E, nos mais afatados arrebaldes das grandes cidades como nas menores localidades toda uma série de pesquisas ethnographicas pode e deve ser emprehendida; estudo da cerâmica, da tecelagem local, do estilo das casas e do character de cada um de seus elementos, telhados, panelas etc. Estudo das profissões, dos officios etc.” (LÉVI-STRAUSS, Dina, “Função Theorica e Pratica da Ethnographia”, in: O Estado de São Paulo, 29/3/1936.)

A Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo nasceu do novo modelo de ensino da “escola livre”,⁴⁵ inspirado nas experiências de ensino europeu da *École Libre de Sciences Politiques*, e tinha o objetivo de formar quadros técnicos e capacitados para investigar a “nova realidade brasileira”, nas áreas das ciências sociais. Essa escola foi a primeira instituição de pesquisa sociológica do país organizada a partir de critérios acadêmicos; como modelo, inspirou-se no Centro de Sociologia da Universidade de Chicago⁴⁶, um dos mais influentes na época e de onde vieram vários dos professores convidados a lecionar no Brasil e a participar do novo projeto de ensino e pesquisa.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo também vivia, no início da década dos 40, um momento de grande inquietação e interesse pelo pensamento acadêmico europeu, nos vários campos da ciência e, como a Escola de Sociologia e Política, enfrentava a necessidade de formar de quadros especializados para o magistério superior, ainda raros na época. Para responder a essas necessidades, a Universidade de São Paulo

⁴⁵ O modelo de ensino superior de “Escola Livre” tinha uma concepção inovadora que se distinguia do ensino superior brasileiro da época, por oferecer cursos noturnos, matérias especiais optativas, pesquisas de campo e permitir alunos ouvintes.

⁴⁶ A Universidade de Chicago foi criada em 1892, a partir do Departamento de Sociologia, o primeiro dos Estados Unidos que ofereceu cursos de graduação e de pós-graduação associados à pesquisa, com a perspectiva de prestar serviços à comunidade, distinguindo-se dos demais departamentos de sociologia do país.

contratou vários professores estrangeiros e, com eles, chegou-nos a ciência dos países mais avançados, naquele momento.

O quadro de docentes da Universidade de São Paulo, nos primeiros tempos, foi quase exclusivamente composto de estrangeiros, mas, desde a fundação, a universidade beneficiou-se também da experiência e dos saberes dos profissionais que trabalhavam nas instituições de pesquisa do estado, muito dos quais, posteriormente, foram incorporados à universidade, como docentes.

Resultado desse momento de grande inquietude intelectual, os primeiros projetos de pesquisa sociológica sistemática no Brasil foram buscar seu objeto de estudo nas classes menos favorecidas – o negro, o trabalhador urbano, o lavrador pobre, o pescador, o índio. Esses trabalhos e as teses de estudo sobre a realidade brasileira ganharam impulso extra na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, depois da visita dos professores Donald Pierson, Hebert Baldus e Emílio Willems e com as pesquisas que desenvolveram com alguns de seus alunos, entre os quais estavam Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Maurício Segall e Oracy Nogueira.

As culturas caipiras e caiçaras tornaram-se objeto preferencial de interesse das instituições de pesquisa e educação no final da década dos 40, quando os acadêmicos voltaram os olhos para elas, interessados em conhecer melhor algumas daquelas comunidades que viviam isoladas do que então se entendia como *progresso*. Esta nova forma de olhar e de tratar a realidade brasileira logo se difundiu para outras esferas da administração pública, que envolveu e influenciou os pioneiros do estudo da história da agricultura brasileira, entre eles o Engenheiro Agrônomo Carlos Borges Schmidt.

Surgiram nessa época as duas grandes linhas de interesse para os estudos sociológicos cujos desenvolvimentos continuariam até o fim da década dos 70: uma delas pesquisar o homem do Brasil rural, em busca de explicações para a cultura caipira; a outra pesquisar as comunidades litorâneas e o ambiente das regiões costeiras, em busca de explicações para a cultura caiçara.

2.1. Um olhar sobre os caipiras, roceiros, caboclos, camponeses

Para conhecer o homem do meio rural, vários autores dedicaram-se a investigar os roceiros, caboclos, caipiras, camponeses, sertanejos, cada um deles estudado a partir de diferentes características. Dentre os autores⁴⁷ que descreveram minuciosamente a vida e os costumes dos habitantes do meio rural, principalmente no estado de São Paulo, destacam-se Oracy Nogueira⁴⁸, Emílio Willems⁴⁹, Donald Pierson⁵⁰, Carlos Borges Schmidt⁵¹, Antônio Cândido⁵², Maria Isaura Pereira de Queiroz⁵³ e Robert W. Shirley⁵⁴.

Uma das linhas mais importantes de interpretação do homem rural, que estavam na origem dos novos estudos dedicados à “realidade brasileira”, segundo Queiroz (1973) foi a idéia de que a mestiçagem era nociva e retardava o progresso do povo brasileiro, uma vez que o mestiço seria sempre racial e fisicamente desequilibrado. Daí a explicação corrente na época de que o meio rural era atrasado e conservava costumes arcaicos, por ser povoado por mestiços inaptos para evoluir em termos socioeconômicos, idéia que não tinha qualquer base de sustentação científica e contra a qual se manifestaram os novos cientistas sociais.

Depois, surgiram outras explicações e interpretações, nascidas do que escrevia Euclides da Cunha, apresentadas como resultado de observação direta, não como aplicação de teorias então existentes. Essas interpretações baseavam-se na descoberta de traços especificamente arcaicos da vida rural brasileira, em oposição à vida moderna do litoral; nessas interpretações, as populações rústicas eram caracterizadas pelo conservadorismo e pela recusa às inovações, e tudo isso seria fruto do isolamento em que viviam as populações rústicas, que estariam reproduzindo ainda o modo de vida dos primeiros colonizadores, em contraste com as populações do litoral, que tinham contato com as progressistas cidades costeiras.

Seguiram-se as interpretações de Monteiro Lobato,⁵⁵ que começam a aparecer nos anos 10, e que influenciaram as elites do país, a partir, sobretudo, da figura do Jeca Tatu e da imagem distorcida do caipira que divulgava, apesar da riqueza das observações do autor. Nos primeiros relatos, Lobato retratava o caipira como um piolho da terra, espécie de praga incendiária que aticava fogo à mata e destruía as riquezas florestais, para plantar seus pobres roçados. O caipira de Lobato, caricaturizado, só lembrava a preguiça, a verminose e o desânimo do “não vale a pena” com que respondia a qualquer proposta de trabalho, sempre na sua postura

⁴⁷ A escolha dos autores é relativamente aleatória, haja vista a impossibilidade de uma revisão de bibliografia que esgotasse tudo quanto se escreveu sobre o tema, portanto essa escolha privilegiou os autores cujos estudos abordaram, direta ou indiretamente, a região de estudo dessa tese. Esses autores compõem o rol de leituras feitas sobre o tema e influenciaram esse trabalho. A influência, aqui expressamente reconhecida, não implica, contudo filiação a nenhuma corrente teórica. As leituras foram importantíssimas para, a partir delas, estabelecer referências teóricas indispensáveis para conceituar o tema dessa tese.

⁴⁸ Professor Oracy Nogueira (1917-1996) foi aluno e estudante-bolsista de Prof. Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política. É de sua autoria a primeira pesquisa sobre a questão do negro no Brasil, sua obra trata de temas como o preconceito, as relações raciais, família e parentesco, estudos de comunidade e sociologia das profissões; Recentemente, em 1992, publicou pela EDUSP, *Negro político, político negro*, cujo personagem principal é Alfredo Casemiro da Rocha, um médico baiano negro, que militou na política de Cunha durante a Primeira República.

⁴⁹ *Problema Rural Brasileiro do Ponto de Vista Antropológico* (1944); *Cunha: Tradição e Transição em uma Cultura Rural no Brasil* (1947); *Uma Vila Brasileira* (1961).

⁵⁰ *Candomblé da Bahia*. (1942); *Branco e pretos na Bahia, estudo de contacto racial*. (1945), *Cruz das Almas, a Brazilian Village*. (1948); *Homem no vale do São Francisco*. (1972); Donald Pierson foi professor de sociologia e antropologia na Escola Livre de Sociologia e Política orientou e influenciou diversas pesquisas sobre comunidades.

⁵¹ Carlos Borges Schmidt dedicou-se à pesquisa das atividades econômicas e sociais do meio rural paulista na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, entre seus trabalhos publicados os que mais se destacam no estudo do homem do meio rural, são: *Paisagens Rurais. O Paraíba e o Paraitinga. A Paranapiacaba e o Ribeira de Iguape* (1944); *O Paraíba e o Paraitinga: rumo a bacia do Paraíba* (1946); *O Meio Rural. Investigações e estudos de suas condições sociais e econômicas* (1946); *A vida rural no Brasil: a área de Paraitinga, uma mostra representativa* (1951); *Manual prático do lavrador* (1963); *Criação e Lavouira; O Milho e o Monjolo: aspectos da civilização do milho, técnicas, utensílios e maquinaria tradicionais* (1967); *Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais* (1976). Schmidt dedicou-se à pesquisa das atividades econômicas e sociais do meio rural, sua produção como

característica, acororado sobre os calcanhares, fumando o pito, cusbindo para os lados. Lobato de modo algum considerava os problemas sociais e culturais do contexto em que vivia o caipira, e o descrevia, de fato, como o via um intelectual-fazendeiro da burguesia que, então, vivia o fracasso da tentativa de acomodar os caipiras em seus planos.

Só adiante, depois que começaram a surgir os resultados das primeiras investigações nas áreas das ciências sociais, que se desenvolviam na Escola Livre de Sociologia e Política e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na década dos 40, é que começam a surgir, na paisagem do meio rural brasileiro, os contornos de um personagem da realidade brasileira que não era nem o fazendeiro nem o trabalhador sem terra. Só então, afinal, começou-se a pensar em uma nova categoria social, no Brasil – o sitiante ou o camponês.

O sitiante foi definido como o homem que trabalha a terra pessoalmente, com o auxílio de sua família, seja ou não proprietário da terra, desde que seja ele o responsável pelo cultivo, em roças de policultura de subsistência, cujos excedentes são usados para abastecer de gêneros os núcleos urbanos próximos. O sitiante conta com instrumentos de trabalho e só conhece técnicas rudimentares; participa em instituições solidárias (principalmente o mutirão) na lavoura e na moradia; reúne-se em congregação por padrões religiosos e mágicos. A vizinhança do sitiante é uma organização que tem contornos específicos, com profundo sentimento de localidade, em que os grupos de vizinhos ligam-se entre si pelo espaço geográfico e social – o Bairro Rural –, o que demonstrou o quanto havia de ilusório na idéia de que o sitiante vivia em situação de isolamento.⁵⁶

Uma das primeiras pesquisas desenvolvidas e publicadas nessa linha foi a de Emílio Willems, *CUNHA. Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil* (1947), que contou com a participação de Alceu Maynard Araujo, Gioconda Mussolini, Francisca Klovrrza, Myrtes Nogueira, Florestan Fernandes, Carlos Borges Schmidt e Paulo Camilher Florençano, como assistentes e colabores, alguns da Universidade de São Paulo, outros da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

O livro *Cunha. Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil* foi publicado pela primeira vez em 1947, pela Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria de Agricultura do

Anexo III, C039 Cunha

escritor e pesquisador foi voltada, em sua totalidade, para o registro e o estudo da atividade agrícola, dos equipamentos de pesca, lavoura, criação, pequenas indústrias, dos equipamentos de montaria e transportes, das habitações rurais, festas e costumes representativos das culturas caipira e caçara.

⁵² *Os Parceiros do Rio Bonito* (1964).

⁵³ *Bairros rurais paulistas* (1973); *O campesinato brasileiro* (1976); *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil* (1978).

⁵⁴ Robert Shirley estudou a comunidade rural de Cunha em sua pesquisa para o doutoramento em antropologia da Columbia University, Nova Iorque, EUA (ver, adiante).

⁵⁵ Em 1914, Monteiro Lobato publicou em *O Estado de S. Paulo* os artigos “Uma Velha Praga” e “Urupês”; no primeiro, mostrou a imagem do caboclo desprovido de força de vontade e senso estético, feio e grotesco; no segundo, acentuou a ignorância e a preguiça do habitante do interior, caracterizando-o como aquele que vive do que a natureza dá, sem gastar energia para alcançar qualquer objetivo na vida. Nesses dois artigos nasceu o Jeca Tatu, em primeira versão.

⁵⁶ Esse sitiante tradicional brasileiro enquadrava-se na categoria dos *camponeses*, como a definiu REDFIELD “está em relações de complementaridade com um aglomerado urbano ao qual vende o excedente de sua produção, mas produz primordialmente para sua subsistência”.

Estado de São Paulo, da qual Carlos Borges Schmidt era Diretor de Publicidade Agrícola. Schmidt participara da pesquisa de campo de Willems, da qual trouxe várias cadernetas de campo, um importantíssimo registro documental fotográfico e textual da pesquisa, com descrições detalhadas dos modos de ser e de viver do povo rural de Cunha – que 1980 foi doado pela família de Schmidt ao Museu da Imagem e do Som (MIS), onde permanece reunido como “Coleção Carlos Borges Schmidt”, que ainda comentaremos mais detalhadamente.

Anos mais tarde, quando a Editora Difusão Européia do Livro (Difel) interessou-se por fazer uma edição comercial desse trabalho, a idéia enfrentou forte oposição dos moradores da cidade de Cunha, para os quais o livro destacava demais os contrastes entre o isolamento e a estagnação da região e os avanços da riqueza no restante do estado. Em consequência da reação que suscitou o trabalho original e para não causar qualquer incômodo aos habitantes de Cunha, o autor substituiu os nomes dos lugares: Cunha passou a ser identificada como Itaipava; Paraty passou a ser Paracaúba; e Guaratinguetá foi chamada de Guapira. Em 1961, o trabalho foi publicado sob o novo título de *Uma Vila Brasileira: tradição e transição*, e prefaciado por Nelson Werneck Sodré.

A partir daquela pesquisa, Willems e seus alunos desenvolveram uma linha própria de reflexão sociológica que valorizava e privilegiava a pesquisa da realidade do homem rural brasileiro. Para isto, Willems valeu-se de algumas linhas teóricas que se desenvolviam havia mais de dez anos nas Universidades de Chicago e de Oxford, das investigações da organização social e cultural de comunidades rurais e camponesas (não consideradas primitivas) e de comunidades modernas (urbanas) – e valeu-se, em especial, das pesquisas de antropologia social de Robert Redfield em comunidades mexicanas de cultura rústica (*Folk Culture*).

“Sem ligar às unilateralidades ou resíduos doutrinários porventura existentes nas obras desse ou daquele autor (que o identificariam como membro de uma determinada ‘Escola’) o presente trabalho propõe-se investigar uma comunidade rural no Brasil, com recursos metodológicos que se encontram amplamente empregados. (...) Quanto aos métodos ou técnicas aplicados para obter as informações necessárias à confecção desse trabalho, outros não puderam ser postos em prática senão a ‘observação participante’ e a ‘entrevista’. Inúmeras vezes essas duas ‘técnicas’ confundiram-se numa só que, pela cordial e espontânea hospitalidade do povo, se transforma então

Anexo III, C133 Cunha

Anexo III, C007 Cunha

“Estivemos em Cunha nos meses de janeiro, março, junho, julho e novembro de 1945. Percorremos 300 quilômetros aproximadamente, da região rural servindo-nos exclusivamente de animais de montaria. Conhece-mos assim uma grande parte do extenso município e de alguns municípios vizinhos. Descemos a secular estrada Imperial que atravessa a Serra do Mar a 1600 m de altitude ligando Cunha ao velho porto de Parati, uma das mais isoladas cidades da costa meridional. Fomos a Campos de Cunha e atravessamos a Serra da Bocaina, zona praticamente desabitada e sulcada apenas por trilhos de gado. (...) Não se trata, porém, de uma monografia no sentido um tanto vago da palavra. Não pretendemos abarcar todas as esferas da cultura ‘caipira’ de Cunha, mas somente aquelas em que o contraste entre tradição e transição se está tornado evidente. Um estudo pormenorizado dos aspectos tradicionais da cultura e organização social representa, por assim dizer, o ‘pano de fundo’ sobre o qual se descortinam as mudanças que se fazem sentir com intensidade variável na vida de uma comunidade.” WILLEMS (1947:6)

Fonte: Cunha Tradição e Transição em uma cultura rural no Brasil.

WILLEMS (1947)

em participação vivida de nossa parte. É preciso confessar que o contato íntimo e demorado com o povo de Cunha, suas praxes, crenças e seus costumes, seus moçambiques, jongs e modinhas de violeiro, suas danças e festas, está entre as impressões mais profundas da nossa vida, impressão essa cujos aspectos emocionais em um trabalho científico só muito imperfeitamente pode expressar.” WILLEMS (1947:6)

Willems estimulou e influenciou vários novos estudos sobre a organização social e cultural de comunidades rurais brasileiras e ofereceu às pesquisas acadêmicas uma nova metodologia de trabalho. Estudos que até então eram exclusivos das ciências antropológicas ampliam-se também para as ciências sociológicas. Devem-se a Willems as pesquisas de campo e as reflexões que transformaram a Antropologia que se fazia no Brasil e que até então se ocupava apenas de aspectos biológicos e tribais, e colocaram-na como ciência capaz de analisar e interpretar aspectos cruciais da complexa sociedade brasileira.

Em 1954, Antônio Cândido defendeu sua tese de doutorado em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. O texto dessa tese, iniciada em 1948,⁵⁷ só foi publicado em 1964, como *Os Parceiros do Rio Bonito*, e tornou-se uma das referências mais importantes para os estudos do homem rural e, em particular, da cultura caipira, tanto do ponto de vista de como o caipira obtém seus meios de vida como no que diz respeito à problemática social. Cândido, nesse trabalho, através da forma investigativa da etnografia, usou as descrições da cultura caipira como pano de fundo para retratar os conflitos entre as classes sociais do meio rural - o sitiante e o latifundiário. *Os Parceiros do Rio Bonito*, daí em diante, influenciou e estimulou vários outros pesquisadores, que passaram a interessar-se por investigar as sociedades rústicas, em etapas diferentes do processo de urbanização e secularização.

Em entrevista recentemente publicada no Caderno Mais!⁵⁸, Antônio Cândido ao ser entrevistado sobre seu novo livro *Um Funcionário da Monarquia*, fala do processo pelo qual desenvolveu e conceituou o que ele próprio chamou de “observação participante” e “sociologia crítica e militante”, conceito que nasceu na pesquisa que fez para o doutoramento, em 1948, e que ainda o inspira, até os dias de hoje, a continuar estudando sistematicamente a realidade brasileira e a continuar a buscar e desenvolver os instrumentos teóricos que lhe pareçam os mais adequados para transformá-la em profundidade.

Anexo III, C100 Cunha

⁵⁷ Antônio Cândido foi fortemente influenciado por diversos autores, entre eles Redfield, que começou a estudar sobre a orientação de Professor Emílio Willems, no seminário de Antropologia do curso de doutoramento, que lhe ofereceu os elementos teóricos para compreender certos aspectos das mudanças de cultura nas sociedades rústicas.

⁵⁸ Entrevista publicada no Caderno Mais! da Folha de S. Paulo, de 17/2/2002, sobre o seu novo livro *Um Funcionário da Monarquia*, no artigo “O Segundo Império”, de Maurício Santana Dias.

“Registro, ainda, que a minha tese de doutorado em ciências sociais, de 1954, seguiu a mudança de enfoque realizada, sobretudo a partir de São Paulo nos anos de 1940: enquanto estudiosos como Oliveira Viana e Gilberto Freyre se concentraram nas classes dominantes, nós passamos a estudar as classes dominadas, e eu insisto sempre nisso como um dos traços distintivos da USP. Assim foi que estudei não o fazendeiro, mas o parceiro anônimo, um proletário rural”.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, na década dos 50, iniciou suas pesquisas sociológicas, estudando a evolução de sociedades e grupos – rurais e urbanos – mediante a observação e reflexão, que, para a autora, são os procedimentos fundamentais da Sociologia. Essa autora estudou as relações de trabalho na agricultura brasileira, os bairros rurais paulistas, o campesinato brasileiro, as favelas urbanas e rurais, dentre tantos outros temas, e, mediante a comparação entre os resultados dessas diversas pesquisas – procedimento metodológico que se tornou recorrente em todo o seu trabalho –, construiu um importante corpo de conhecimentos sobre a sociedade rural brasileira.

Para Queiroz (1973), o *sitiante*, também denominado *camponês*, sempre existiu, no Brasil, desde os tempos da colonização; os encontramos entre os fazendeiros e os trabalhadores sem terra, e a autora o define:

“o lavrador cuja produção é orientada para a subsistência, o que difere dos agricultores cuja produção é orientada para o comércio de gêneros produzidos; são em larga escala auto-suficientes e independentes em relação à economia urbana; seus estabelecimentos são do tipo familiar, concentrando-se no chefe de família os trabalhos efetuados na unidade de produção, trabalho que não se distingue e sim se confunde com todas atividades da vida cotidiana; e o gênero de vida se forma em função da cidade, com a qual aparece em equilíbrio de complementaridade, de tal ordem que a cidade necessita mais dele do que ele dela.” QUEIROZ (1973).

O *sitiante*, assim definido, encontra-se associado a uma modalidade de povoamento característica dos primeiros tempos da colonização portuguesa, por todas as partes do Brasil, nas zonas nas quais esses povoamentos mantiveram-se economicamente afastados das grandes monoculturas, com relações sociais de proximidade e de pouca distinção e, principalmente com configuração de grupo de vizinhança: os “bairros rurais”, como são designados em São Paulo.

Anexo III, C033 Cunha

Anexo III, SB06 I Serra da Bocaina

Para Queiroz (1973), o bairro rural é composto de famílias conjugais autônomas que lavram suas roças independentes, cujo agrupamento organiza-se à volta de um centro em que há uma capela e uma vendinha, centro esse que serve de núcleo para uma vizinhança dispersa. O bairro rural tem uma configuração intermediária entre a família e o arraial ou a vila e apresenta as formas mais elementares da sociabilidade da vida rústica. Os bairros rurais são relativamente autônomos, mas não são desgarrados um dos outros; ao contrário, congregam-se em uma zona e integram-se em conjuntos que se alargam e que apresentam diferentes graus de relacionamento, seja dos bairros entre si, entre o bairro e a região ou entre o bairro e o exterior. Os bairros rurais muitas vezes não coincidem com os limites dos municípios nem as suas relações se restringem às sedes municipais; os moradores de bairros rurais conhecem várias regiões e várias realidades socioeconômicas, vivem em constante circulação dentro de sua região e saem de seus bairros para atividades econômicas ou religiosas:

“Os bairros rurais estão muitas vezes separados uns dos outros por grandes distâncias; quanto mais denso o povoamento da região, mais os bairros se multiplicam e mais as distâncias entre eles diminuem. A distância tem grande importância na determinação dos limites de um bairro, pois é preciso que seus membros possam assistir regularmente as festas religiosas celebradas na capela; é preciso também que participem do mutirão, trabalho coletivo que cada lavrador em geral se vê compelido a utilizar. Os habitantes que estão mais próximos do núcleo central têm perfeita consciência de pertencerem ao grupo de vizinhança. Os que habitam nas fronteiras não sabem mais direito a que grupo pertencem e hesitam entre dois bairros vizinhos.” QUEIROZ (1973)

2.2. Um olhar sobre os caiçaras

Nos anos 40, vários pesquisadores passaram a dedicar-se às sociedades litorâneas, que viviam isoladas do que se entendia como “o progresso” e que habitavam o Sul e o Sudeste do Brasil: os caiçaras⁵⁹. Os estudos sociológicos desenvolvidos em comunidades caiçaras começaram a aparecer, portanto na mesma época em que surgiram os estudos sobre os caipiras do interior e, como eles, também beneficiaram-se do mesmo espírito de inquietude intelectual que então animava as recém criadas instituições educacionais e de pesquisa e que levaram as Ciências Sociais, naquele momento, a interessar-se por investigar a “nova realidade brasileira”.

Anexo III, HAB I 49 Habitação

⁵⁹ Atualmente o termo caiçara é utilizado para designar os habitantes nativos do litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro cujo tipo étnico resultou da miscigenação étnico-cultural entre o índio, o negro e o europeu colonizador. “O termo caiçara tem origem no vocábulo Tupi-Guarani *caá-yaçara* (Sampaio, 1987). Para estes povos, o termo era utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores. Mais tarde, passou a ser usado para identificar o morador de Cananéia (Fundação SOS Mata Atlântica, 1992), e daí para todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (Diegues, 1988)”. ADAMS (2000:103).

Naquela década apareceram os primeiros estudos desenvolvidos em comunidades caiçaras, nos trabalhos de Antônio Paulino de Almeida⁶⁰, Emilio Willens⁶¹, Donald Pierson e Carlos Borges Teixeira⁶², Gioconda Mussolini⁶³, Carlos Borges Schmidt⁶⁴ e de Ary França⁶⁵. Vários desses autores, contudo, não se ocuparam em estudar o homem que habitava um determinado ambiente ou uma específica cultura – como se vê nas pesquisas de Donald Pierson, Emilio Willens e Carlos Borges Schmidt, em que se estudaram o meio rural e o universo caipira e, também, as comunidades da região litorâneas e o universo caiçara.

Os estudos sobre a cultura caiçara e seu território iniciam-se com os de Almeida que, desde o início do século, já estudava do ponto de vista histórico e geográfico o isolamento em que viviam as comunidades do litoral sul paulista. Os estudos históricos foram a base a partir da qual, na década dos 40, Almeida passou a investigar o modo de vida das populações caiçaras, em pesquisas cujos resultados, na maioria, foram publicados em artigos pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo (RAMSP), revista cuja linha editorial – por efeito das iniciativas de Mário de Andrade, em 1935, à frente do Departamento de Cultura e Recreação – privilegiava os estudos de Etnologia, Sociologia e Antropologia.

Os primeiros estudos antropológicos sobre os caiçaras foram, também na década dos 40, conduzidos pelos professores Donald Pierson e Emilio Wilems, com alunos e colaboradores da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – entre eles Teixeira e Mussolini.

Embora visassem principalmente ao homem rural e à cultura caipira, os estudos de Pierson e Willems trouxeram importante contribuição também ao estudo das comunidades caiçaras, direta ou indiretamente, graças ao trabalho que esses pesquisadores desenvolveram como orientadores das pesquisas de seus alunos.

Pierson e Teixeira estudaram a organização social da comunidade caiçara de Icapara (litoral sul paulista) e concluíram que as diferenças que se observavam entre a organização social e cultural de caipiras e caiçaras podiam explicar-se pelas diferenças entre os ambientes de um e outro grupo. Para esses autores, portanto, *caiçara* seria apenas um nome regional que se dava a um subgrupo dos caipiras do interior.

Anexo III, HABI 60 Habitação

⁶⁰ *Subsídios para a história de Iguape* (1902); *A voz do litoral* (1912); *Cananea: geographia, historia, lendas, tradições* (1927); *Usos e Costumes Praianos* (1945); *Da Decadência do Litoral Paulista* (1946); *Memória Histórica da Ilha do Cardoso* (1947); *A Ilha Comprida* (1950); *A Ilha de Cananéia* (1952); *Memória Histórica sobre São Sebastião* (1959).

⁶¹ *Notas sobre as Habitações Temporárias de Caiçaras* (1946); WILLEMS, Emilio, MUSSOLINI, Gioconda, *Búzios Island* (1952); *Búzios Island. A Caiçara Community of Southern Brazil* (1966).

⁶² *Survey de Icapara* (1947).

⁶³ *O Cerco da Tainha na Ilha de São Sebastião* (1945); *O Cerco Flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil* (1946); *Aspectos da Cultura e da Vida Social no Litoral Brasileiro* (1953); *Persistência e Mudança em Sociedades de folk no Brasil* (1954); *Os Pasquins do Litoral Norte de São Paulo e suas Peculiaridades na Ilha de São Sebastião* (1971); *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara* (1980).

⁶⁴ *Esteiras de taboa e esteiras de piri: uma indústria doméstica rural* (1947); *Alguns aspectos da pesca no litoral paulista* (1948); *A mandioca: contribuição para o conhecimento de sua origem* (1951); *Lavoura Caiçara* (1958); *O Pão da Terra* (1956), publicação premiada no 11º “Concurso Mário de Andrade”, de monografias sobre o folclore nacional, instituído em 1956, pela Discoteca Pública Municipal.

⁶⁵ *As Paisagens Humanizadas da Ilha de São Sebastião* (1952); *A Ilha de São Sebastião. Estudo de Geografia Humana* (1954).

Willems, na época em que desenvolvia sua pesquisa em Cunha, estudou as habitações caiçaras temporárias, nas comunidades litorâneas, que serviam como base e abrigo durante os períodos de pesca sazonal⁶⁶. Nos anos 50, com Mussolini como parceira e cooperadora, Willems pesquisou a organização social e cultural das comunidades caiçaras de Búzios. Conforme a literatura disponível, esse foi o primeiro trabalho antropológico que se dedicou mais aprofundadamente ao tema da sociedade e da cultura caiçaras.

Na década dos 50, desenvolveram-se outros estudos em comunidades caiçaras, paralelos aos da Antropologia Social e da Sociologia Crítica, dominantes no meio acadêmico: os estudos de Geografia Humana. Desses, os mais expressivos e que mais acuradamente descreveram o modo de vida das comunidades litorâneas foram os de França, sobre o litoral norte de São Paulo, em que se encontram descrições bastante detalhadas do modo de vida caiçara na década dos 50, e em que se analisam a paisagem humana do litoral e as transformações que a atividade humana provocava no meio natural.

Mas as primeiras pesquisas antropológicas sociais sistemáticas que se dedicariam a investigar as comunidades caiçaras foram as da antropóloga Gioconda Mussolini, que estudou as técnicas de pesca usadas pelos caiçaras e seu modo de vida, enfocando principalmente a cultura material das populações caiçaras, analisada a partir dos métodos da Etnografia. Os trabalhos de Mussolini começaram na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – onde, em 1945, a pesquisadora concluiu a pós-graduação – e prosseguiram na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde Mussolini desenvolveu uma série de pesquisas, mais tarde publicadas, sobre a pesca na Ilha de São Sebastião.

Os trabalhos de Mussolini influenciaram vários novos estudos sobre comunidades caiçaras e indígenas e inauguraram um novo modo de olhar e investigar metodologicamente essas comunidades. Seus trabalhos foram muito importantes para os estudos da Antropologia Social e, em 1980, foram reunidos e organizados por Edgard Carone e publicados com prefácio de Antônio Cândido, sob o título de *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara*.

Além da universidade, desde meados dos anos 40 havia instituições de pesquisa da administração pública que também trabalhavam em pesquisas nas comunidades “caiçaras e caipiras”. Dentre essas, a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, da qual na época, Carlos

Anexo III, LB Litoral

Anexo III, LA Litoral

⁶⁶ Embora não tenhamos encontrado referência explícita à origem desse trabalho, parece razoável deduzir que tenha sido um desdobramento dos estudos que Willems desenvolvia em Cunha – em que o autor observou que caipiras de Cunha saíam à procura de trabalho assalariado ou parceria nas fazendas ou sítios próximos e, também, na região do litoral.

Borges Schmidt era funcionário e diretor do Serviço de Publicidade Agrícola, que teve papel fundamental na divulgação dos estudos que estavam em andamento. Trabalho publicado pela Diretoria de Publicidade Agrícola e que foi uma das publicações mais significativas do período foi *Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, de Emilio Willems.

Também Carlos Borges Schmidt, ao longo de suas atividades na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, produziu muitos estudos sobre as atividades econômicas e sociais em comunidades rurais e caiçaras, interessado em conhecer o tipo de produção e de trabalho agrícola que se fazia no estado. Os trabalhos de Carlos Borges Schmidt apresentam minuciosos estudos e registros fotográficos do modo de vida tradicional, dos instrumentos e das técnicas de produção na lavoura e na pesca, das formas e dos meios de produção da pequena indústria caseira, das tipologias e das técnicas construtivas das habitações, dos meios transportes, das festas e dos costumes representativos da “cultura caipira e caiçara”.

Estudos dos anos 50 definem as comunidades caiçaras como casos de uma sociedade que sempre existiu desde a época do Brasil Colonial e que como os caipiras do interior formaram-se nas áreas distantes das economias agrárias exportadoras, nos interstícios geográficos e econômicos.

Essas sociedades se formaram em pequenos nucleamentos dispersos e isolados ao longo da costa sul e sudeste, a partir de unidades familiares autônomas e em grande medida auto-suficientes e independentes da economia urbana, com organização social que visava principalmente a satisfazer necessidades familiares.

O fato de os caiçaras serem agricultores e pescadores lhes conferiu um modo de vida todo especial, em que se reflete uma profunda ligação de interdependência entre a mata e o mar. Os caiçaras, assim, conhecem e exploram dois diferentes ambientes: o litorâneo e o costeiro.

As comunidades caiçaras desenvolvem atividades de subsistência – a pesca e a roça – e, quando há algum pequeno excedente, é comercializado nas fazendas próximas ou cidades litorâneas, com as quais os caiçaras estabelecem relações comerciais. (A farinha de mandioca, o peixe fresco ou seco e a aguardente são produtos produzidos para a comercialização.)

Anexo III, LC Litoral

Anexo III, LI I Litoral

Observavam-se na comunidade caiçara fortes laços de solidariedade, de que são evidências o mutirão e a troca dia, tanto para as atividades agrícolas de derrubadas e de queimadas como para construir as habitações e benfeitorias e, principalmente, a pesca da tainha, que é uma atividade coletiva em que se envolve toda a comunidade e um dos mais importantes momentos de união, trabalho cujo resultado reverte integralmente para toda a comunidade.

A divisão do trabalho aparece claramente marcada pelo gênero, na comunidade caiçara: cabem aos homens os trabalhos da roça: derrubada, queimada, plantio e colheita; a caça e a pesca; a comercialização dos excedentes agrícolas e a construção da moradia. A mulher é a responsável pela reprodução e manutenção da família e cabe a ela, além de cuidar do lar e de criar os filhos, auxiliar o marido, com os filhos, nas atividades de plantio e colheita na roça.

Os padrões religiosos e mágicos têm grande importância simbólica e mítica, na comunidade caiçara, nas atividades da caça, da pesca, da coleta e da extração de produtos da mata. As atividades de lazer são as festas, as procissões, as danças, poucos jogos e a leitura dos pasquins – espécie de literatura que tratava da vida nas comunidades. MUSSOLINI (1971).

Segundo Mussolini (1980) as características socioculturais são um importante fator de equilíbrio e de integração social entre os membros da comunidade e se manifestam pela importância que têm a unidade familiar doméstica ou comunal nas atividades de produção, que não se distingue mas confunde-se com todas atividades da vida cotidiana, como por exemplo, no complexo cultural da produção da farinha da mandioca, da pesca da tainha, da agricultura de coivara, do mutirão, do compadrio, e outras.

As vilas caiçaras se caracterizam pela configuração espacial de unidades habitacionais unifamiliares isoladas umas das outras, sem divisão física dos limites da propriedade, integradas em seu conjunto pelos quintais (terreiros) e interligadas por trilhas, num sistema de acessibilidade que articulava toda a vila. O centro da vila caiçara é a praia, lugar onde se estabelecem as relações entre a comunidade e o exterior; o sertão⁶⁷ é onde estão as roças e elas, como toda a vila, interligavam-se pelo amplo sistema de trilhas.

Assim como nos bairros rurais, encontram-se nas vilas caiçaras as formas mais elementares da sociabilidade da vida rústica. Os habitantes distinguem-se entre si pela localidade, que lhes

Anexo III, HAB290 Habitação

Anexo III, HAB292 Habitação

⁶⁷ No litoral de São Paulo, o termo “sertão” é usado para denominar o lugar que se encontra entre a beira-mar e as encostas da serra, e é o lugar onde se localizam as roças, os bananais e a floresta, e onde se pratica a coleta e a caça.

dá noção do grupo e do território a que cada um pertence; a vila caiçara é o lugar onde o grupo se reproduz econômica e socialmente.

2.3. Uma tradição persistente: Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil. Um relato de 1947, de Emílio Willems. A vida rural no Brasil. A área de Paraitinga, uma mostra representativa. Um relato de 1951, de Carlos Borges Schmidt. Fim de uma tradição. Relatos de Cunha, das décadas de 60, 70 e 90, de Robert Shirley

Destacamos adiante alguns aspectos da vida das comunidades rurais do município de Cunha investigadas por Emílio Willems, nos anos 40, e posteriormente por Robert Shirley, nos anos 60, 70 e 90, e ainda da vida das comunidades rurais na área do Paraitinga registrada por Carlos Borges Schmidt nos anos 50, e que parecem importantes, como referências, para comparar aquelas conclusões e os resultados dos estudos feitos para essa tese, em que as mesmas comunidades foram revisitadas, mais de 50 anos adiante dos primeiros estudos, nos fim dos anos 90 e nos primeiros anos deste século.

2.3.1. Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil. Um relato de 1947, de Emílio Willems

A pesquisa de Willems é fonte riquíssima de referências para que se compreendam as principais características socioeconômicas e culturais da comunidade rural de Cunha, na década dos 40, seja o livro que dela resultou *Cunha. Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil* sejam os registros documentais, textuais e fotográficos de Carlos Borges Schmidt. Do trabalho de Willems, destacamos os seguintes aspectos:

Estrutura social – O fator básico da estrutura social era a organização vicinal que subsistia principalmente em torno do mutirão; a relativa escassez de trabalhadores agrícolas fazia com que o mutirão tivesse papel cada vez mais importante, embora se manifestassem também alguns sinais de desintegração, decorrentes, sobretudo da interferência legislativa dos poderes estaduais e municipais.

Anexo II, p 254.

Anexo II, p 253.

Cooperativismo – O cooperativismo chocava-se não com os processos tradicionais de comércio, mas, em escala maior, com as próprias mudanças que ocorriam no sistema tradicional de comércio; a facilidade de vender produtos agrícolas a preços considerados compensadores tornava desnecessária a mediação das cooperativas.

Conflito e integração – A existência de classes sociais e de tantos grupos com interesses distintos e até antagônicos, era compensada por algumas tendências de integração; as igrejas, os partidos políticos, os mutirões agiam no sentido de neutralizar as diferenças de classes sociais e tendiam a criar coesão social entre moradores dispersos.

Atividades econômicas – A economia baseava-se na lavoura de milho e feijão. Se isso, antigamente, implicava uma economia de subsistência, no momento da observação (c. 1947) as lavouras eram esteios de uma economia baseada em troca monetária, graças ao desenvolvimento de mercados urbanos próximos. O êxodo dos trabalhadores rurais e a substituição deles por mineiros afetos à pecuária, estimulava a criação de gado, o que implicou uma série de importantes mudanças culturais.

Relações de gênero – A aproximação entre homens e mulheres estava sujeita a uma etiqueta bastante austera, se comparada ao padrão então predominante nos centros urbanos. No meio urbano de Cunha observava-se, no entanto, sintomas de enfraquecimento gradativo do controle tradicionalmente exercido pela família e comunidade. Havia diferenças acentuadas entre cidade e roça; na cidade, encontravam-se freqüentemente novos casais que residiam com os pais e os sogros; na família rural, dominava o padrão das terras em comum ou cedidas por pais ou sogros.

Anexo III, C001 Cunha

Anexo III, C081 Cunha

Anexo II, p. 259

Anexo III, C028 Cunha

Anexo III, HAB269 Habitação

Padrões religiosos – Os padrões religiosos e mágicos demarcavam um dos setores mais importantes da cultura local. A magia ligava-se estreitamente à religião; os ritos apareciam associados a todos os acontecimentos na vida individual e às atividades básicas da comunidade. O protestantismo contribuía consideravelmente para a desintegração das crenças mágicas. Pessoas influenciadas pelo que entendiam como *progresso*, passavam a desprezar as práticas mágicas e até o recurso à religião, que viam como sinal de atraso e ignorância.

Festas – As festas eram o núcleo da cultura recreativa e ligavam-se intimamente aos interesses econômicos e religiosos da comunidade. Nenhuma festa era secular ou religiosa; notava-se uma tendência para a secularização de certas festas, cujo significado sacro diminuía, na medida em que aumentavam os contatos com os moradores das cidades. Aos poucos, ia sendo solapado o tradicional equilíbrio entre encargos e compensações, que, contudo, a comunidade procurava manter, com os recursos de sua própria cultura. No ciclo anual de festas, destacavam-se a festa de São José e a festa do Divino Espírito Santo.

Willems concluiu que, na Cunha que conheceu, conviviam fatores decisivos para a estabilidade e para a instabilidade social e cultural e que não havia domínio de um sobre o outro. Os fatores que agiam na direção da estabilidade prendiam-se mais ao passado do que ao presente. Os fatores que agiam na direção instabilidade decorriam, sobretudo da perspectiva das inovações. Willems julgou ter evidenciado, que a tradição continuava viva, sobretudo nas esferas da cultura religiosa e mágica e que o passado não se caracterizava pela imutabilidade dos padrões básicos da cultura local.

Para Willems, eram os seguintes os fatores que favoreciam a estabilidade sociocultural:

Anexo III, C036 Cunha

Anexo III, C030 Cunha

Anexo III, C040 Cunha

Anexo III, C041 Cunha

Anexo III, C068 Cunha

Anexo III, C071 Cunha

O isolamento geográfico da região tornou praticamente impossível aduzir novos elementos culturais; predominava valores não econômicos, quase exclusivamente de subsistência, conseqüentes do sistema econômico caracterizado pela continuidade secular da produção básica e por possibilidades limitadas de troca; inexistia imigração em escala apreciável; existia uma grande presença de solidariedade da família e dos demais grupos de parentescos; as necessidades econômicas eram satisfeitas dentro das expectativas tradicionais da comunidade; a cultura tinha coerência interna, sendo as forças naturais e sobrenaturais controladas por meios religiosos e mágicos.

Para Willems, eram os seguintes os fatores que favoreciam a instabilidade sociocultural:

A comunidade rural dependia cada vez mais de troca monetária; a lavoura estava em transição para a criação de gado; era impossível defender, dentro dos recursos da economia tradicional, o equilíbrio entre as classes rurais, de um lado e, de outro, entre as populações rurais e urbanas; os valores econômicos estavam-se tornando cada vez mais importantes que os não econômicos; a imigração trazia indivíduos portadores de elementos culturais divergentes; a cultura perdia coerência interna, na medida em que cada vez mais se empregavam recursos racionais, em vez de meios religiosos e mágicos.

2.3.2. A vida rural no Brasil. A área de Paraitinga, uma mostra representativa. Um relato de 1951, de Carlos Borges Schmidt

Do trabalho de Schmidt, destacamos os seguintes aspectos:

Uma amostra representativa – O norte e o sul do Brasil apresentavam contrastes extremos de evolução e de desenvolvimento material; embora em outros estados do Brasil se tivessem alcançado índices elevados de progresso. São Paulo podia ser considerado o pri-

Anexo III, C060 Cunha

Anexo II, p. 261

Anexo III, C043 Cunha

Anexo II, p. 240

Anexo II, p. 241

meiro dos primeiros em desenvolvimento, por ser a mais rica das unidades federativas e onde o progressourgia. “Em São Paulo, uma outra área bem diferente subsiste, um São Paulo do século passado, e é parte dessa região que pode ser considerada, pelas condições sociais e pela cultura local, uma mostra representativa da vida rural brasileira: nas margens do antigo caminho que os Bandeirantes Paulistas do século XVII trilhavam na busca de ouro das Gerais, e hoje onde se desenvolve a ligação ferroviária e rodoviária entre São Paulo e Rio de Janeiro (*entre o vale do Paraíba e o mar, terras ao longo do Rio Paraitinga*)”.

O bairro dos carros – um exemplo. A formação de grupo de vizinhança em torno das capelas, armazéns ou escolas pareceu não ter sido condição obrigatória e generalizada, muitas vezes as antigas propriedades territoriais, subdividiam-se em sucessão hereditárias, os herdeiros recebiam seus quinhões e constituíam famílias e assim sucessivamente. Foi o que aconteceu no bairro dos Carros – Redenção da Serra - primeiro se estabeleceram os moradores, logo construíram a capela, não demorou o armazém, embora escola não existia, até a época.

A escola e a capela – Os moradores viviam trabalhando em suas terras, assistindo rezas e festas na capela, fazendo compras na venda e a criançada toda sem escola – a não ser que caminhassem alguns quilômetros. A escola para os caboclos até certo ponto atrapalhava, pois eles precisavam dos filhos a partir dos 8 ou 9 anos para o trabalho; daí que se notasse em certos lugares uma resistência à escola. E por outro lado, o ensino não satisfazia a exigência do meio, porque preparava a criança para a vida ‘civilizada’, e não para a vida de futuros agricultores; de certa forma, a escola se tornara também, entre outros fatores, um dos elementos de despovoamento rural.

O sítio e a habitação – O cabloco construía sua moradia na proximidade de um córrego ou de uma nascente e na meia encosta. Uma

Anexo III, HAB023 Habitação

Anexo III, HAB018 Habitação

casa modesta, com 20 palmos de frente por 16 de profundidade, com três cômodos, sendo um a cozinha; construída de pau a pique, e barreada em mutirão com o pessoal dos arredores. Em volta, as benfeitorias – chiqueiro, paiol para a safra do ano anterior e um rancho de maiores dimensões para os utensílios da lida diária.

A pequena propriedade nem sempre era a ideal – Os que habitavam em pequenas propriedades, morando no que lhes pertencia, e que viviam da exploração do solo, não encontravam em seus domínios recursos suficientes para manterem a família. O solo se esgotava para a produção, a não ser algum milho e um raro feijão para o próprio sustento. Mas, os que despojavam da propriedade, não conseguiam outra com os mesmos recursos; a solução foi trabalhar fora.

A procura de trabalho – O cabloco partia para o trabalho assalariado ou parceria, “que quando se trata de ordenado não se mede distância”. Ia para fazenda ou sítio próximo, ou para a região litorânea. Na maioria, preferiam empregos não efetivos, embora o salário fosse um pouco menor, mas retornavam para casa, com a família.

Lavoura de parceria – Quando algum morador dispunha de recursos financeiros, preferia ir trabalhar “de arrendo”, em alguma propriedade da zona que ainda tivesse capacidade produtiva. Mudava-se com toda a família. Fechava a casa onde morava a família e algum vizinho se incumbia de olhar. No lugar para que onde iam, o proprietário cedia a casa para a família. Quando a terra era boa, ficavam mais de um ano, e chegavam até a construir uma nova habitação, “pois não é difícil construir em pau a pique”, e depois deixavam a casa para o dono da terra. Esse tipo de arrendo nada tinha a ver com o arrendamento comum, “em que a terra é dada em troca de determinado pagamento em dinheiro ou espécie, seja qual for a colheita. Trabalhar ‘de arrendo’ é exploração de parceria, quando o arrendante entrega uma quarta ou quinta parte da produção bruta”.

Anexo III, HAB018 Habitação

Anexo III, HAB039 Habitação

A lavoura e a criação – Não era muito grande a variedade de produtos cultivados. O milho era a lavoura principal e a que ocupava a maior parte da área plantada; utilizavam o milho branco para a complementação alimentar e o milho vermelho para ração. Plantavam ainda feijão, mandioca, batata doce e cana de açúcar para a subsistência. Criavam alguns porcos.

Trabalho e solidariedade – Além dos dias santos e do descanso dominical, os sábados e domingos também não eram trabalhados. Esses dias eram utilizados para ir ao mercado comprar, vender, trocar ou para algum outro tipo de divertimento. A mulher raramente trabalhava na lavoura; ficava em casa ou com o trabalho nas imediações da habitação, acompanhada pelos filhos. As crianças conforme cresciam, acompanhavam o pai na lavoura. Quando o lavrador não conseguia dar conta sozinho do seu serviço, utilizava os *dias trocados* (trocava-se um dia dado por outro, quando solicitado, e assim resgatava-se a dívida). O mutirão no serviço agrícola era mais raro que os dias trocados; geralmente o mutirão era usado nas construções das moradias. O mutirão realizava-se na etapa da barreada (em que tudo tinha de ser feito de uma só vez) e terminava com uma grande festa; com isso, todos se sentiam bem pagos.

A roça e suas técnicas – O agricultor não tinha muito onde escolher a terra para a sua lavoura e, assim, não se respeitavam os remanescentes de cobertura vegetal. As condições do meio físico, mesmo que desfavoráveis, não impediam a ocupação pela lavoura, por pressões da especulação e da disputa da terra. A extensão da roça era determinada em função da semente; a quantidade de terreno era dada em função da quantidade de semente. As ferramentas usadas eram as mais rudimentares. As mulheres e crianças só ajudavam na etapa de largar as sementes nas covas já preparadas.

Anexo III, HAB04 | Habitação

Anexo III, HAB03 | Habitação

Anexo III, SB007 Serra da Bocaina

Anexo III, SB03 | Serra da Bocaina

2.3.3. O fim de uma tradição. Relatos de Cunha, das décadas de 60, 70 e 90, de Robert Shirley

“A posse da terra, o trabalho na roça, é que é a base da tradição”. SHIRLEY (Julho, 1997)

Robert Shirley chegou ao Brasil – a Cunha –, em meados da década dos 60, para desenvolver sua pesquisa de doutoramento em antropologia para a Columbia University, Nova Iorque, EUA, que foi concluída em 1967. Essa pesquisa sobre a sociedade caipira de Cunha tomou por referência os estudos que Emílio Willems desenvolveu entre 1945 e 1947 – pode-se até dizer que foi uma releitura desses estudos. Em 1971, o Instituto de Estudos Latino-Americanos da Columbia University publicou o trabalho de Shirley, sob o título de *The End of a Tradition: Culture and development in the Município of Cunha, São Paulo, Brazil*.

Shirley adotou para seus estudos os procedimentos das “modernas técnicas antropológico-sociais e sociológicas”, que se aplicavam a comunidades em nações complexas em desenvolvimento. Por esse modelo, o pesquisador devia buscar compreender a realidade e o mundo ao qual pertença seu objeto de estudo – no caso, o caipira como sitiante, como parceiro, como camarada - e descrever seu universo local mediante as tensões imediatas que se manifestam nos planos econômico, político e ideológico. Shirley analisou o efeito do crescimento industrial das metrópoles, sobre a dinâmica social no município de Cunha e as transformações pelas quais passavam a economia, a demografia, a política, a sociedade e as culturas, com ênfase na dinâmica da migração rural-urbana. Na tese, previu que *“Cunha está enredada na transformação ‘São Paulo não pode parar’ e se comprometerá cada vez mais com a movimentada vida paulistana. Na medida que as forças econômicas impelem São Paulo como centro industrial, Cunha será impelida a transformações ligadas à vida econômica de São Paulo”*.

Duas possibilidades nasceram de suas hipóteses sobre as mudanças que ocorreriam em Cunha: por uma dessas possibilidades, ali estaria o fim da tradição; pela outra, era iminente que a metrópole comercial se tornasse dominante - a cidade tradicional e os proprietários rurais partiriam à procura de serviços urbanos e surgiria uma nova cidade que, conforme previa a tese de Shirley, destacar-se-ia por suas qualidades urbanas e absorveria a cidade caipira. Shirley previu que a cidade caipira desapareceria - e junto com ela a suas zonas rurais tradicionais, seus

rituais e crenças - e que surgiria uma cidade integrada à metrópole industrial urbana – São Paulo. Shirley então concluiu que a tradição estava com os dias contados.

O pesquisador estabeleceu laços afetivos com o município de Cunha e voltou à cidade quase todos os anos, com o objetivo de acompanhar as mudanças econômicas, políticas e sociais do município e, como esperava, para verificar as hipóteses que levantara na tese de doutoramento. Em 1977, numa daquelas visitas, decidiu refazer os estudos do doutoramento, agora de modo não tão sistemático. Essa revisão, em quase sua totalidade, confirmou as suas primeiras conclusões que, depois de revisadas, foram publicadas pela Editora Perspectiva, de São Paulo, sob o título *O Fim de uma Tradição*.

Em 1997, novamente em visita a Cunha, Shirley deu por encerrada a pesquisa, mas com novas conclusões: parecia-lhe então que se podia dar por decidido que as previsões que havia feito na tese de doutoramento não se haviam concretizado, pelo menos na intensidade com que ele previra no trabalho de doutoramento e na revisão do mesmo publicada, em 1977. E em junho e julho de 1997, afinal, em vários depoimentos ao *Jornal Hoje de Cunha*, Shirley apresentou publicamente uma revisão de suas teorias e suas novas conclusões, sobre o que vinha observando sobre tradições culturais de Cunha:

“Em 1993 eu voltei por seis meses a Cunha, e tentei rever a comunidade com mais profundidade, fazer um estudo mais complexo, mais completo, sobre as mudanças em Cunha nos últimos 30 anos. A cidade cresceu, é gratificante ver que o fim das tradições não aconteceu. Mudou muita coisa. Por exemplo, muitas zonas do interior do município tiveram um êxodo rural, não tanto - como aconteceu na época de 60 - para cidades grandes como São Paulo, Guaratinguetá, e para a própria cidade de Cunha. Mas as pessoas mudaram para a cidade de Cunha - principalmente para os filhos estudarem, trabalharem – mas ficam muitas vezes com laços e com parentes na roça. Então achei muito interessante que essas tradições não acabaram. Elas vão continuando e, talvez, até aumentando um pouquinho... Em relação às mudanças do município, posso dizer que a tese geral do meu livro é exatamente isto: o impacto da urbanização, da industrialização e da modernização que está acontecendo, principalmente na cidade de São Paulo, esta também em todo o Estado. É interessante que eu descobri, agora, que estou voltando aqui, que a cidade de São Paulo está ficando relativamente pobre em relação ao Interior do Estado. Por exemplo, o Vale do Paraíba é muito mais desenvolvido em

muitos sentidos do que a própria cidade de São Paulo. Isto é chocante para mim porque sempre achei que a cidade de São Paulo seria carro-chefe ou locomotiva do Estado. Acho que não é mais... O que eu vi nos últimos 20 anos é, em parte, o êxodo rural. Mas também não existe empobrecimento do povo do lugar, o que aconteceu em muitos lugares do Brasil. Isto quer dizer que muita gente em Cunha ainda tem terra. Não tem muita, mas tem um pouco, o bastante para trabalhar, para fazer alguma coisa, e isto acho que é muito importante. E acho interessante porque Cunha é uma região que tem ainda uma distribuição de terra muito mais justa que em muitas partes do Brasil. Não existem em Cunha grandes fazendeiros, como tem – por exemplo – no Nordeste, ou em Minas ou no Rio Grande do Sul onde trabalhei muito tempo. Esse tipo de justiça de terra que Cunha tem é grande, não é totalmente justa, mas é em relação ao Brasil em geral, onde os grandes já comeram os pequenos. Só existem grandes proprietários. Isto é um vício do Brasil há muitos séculos. Então isto permite que essas tradições rurais, sua vida rural que é atraente para o povo, continuem. E permite que o pequeno produtor, o caipira, ainda lá exista. É esse aspecto da tradição que continua. E espero que ainda continue por bastante tempo”. (julho de 1997)

2.4. O olhar de Carlos Borges Schmidt

Apresentamos e discutimos aqui alguns aspectos das culturas caipira e caiçara recolhidos entre os anos 40 e 70, a partir dos *Percursos de Viagem pelo Planalto da Bocaina e do Paraitinga e pelo Litoral Norte Paulista e Sul Fluminense*, de Carlos Borges Schmidt, como estão apresentados na bibliografia e na coleção “Carlos Borges Schmidt-MIS”.

Esse precioso acervo documental – “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS” – foi adotado aqui como referência principal para conhecer e compreender os métodos de investigação da época e para que possamos comprar os resultados a que chegaram os primeiros estudos dedicados àquela região e o que se sabe hoje e pode-se ver hoje, em re-percursos de viagem em lugares que Carlos Borges Schmidt percorreu, e que é objeto e cenário dessa tese.

Os fundamentos para o aprofundamento dessa tese apoiaram-se nos métodos empregados pelo Agrônomo Carlos Borges Schmidt e em seu movimento permanente de aproximação ao meio rural, sensível às relações locais do povo rural e de seus laços culturais, para começar a refletir sobre o que permanece do modo de vida e da produção econômica.

O trabalho de Carlos Borges Schmidt, cuidadosamente registrado no calor da hora, em situação de pesquisa e de participação na vida das comunidades, nos deu oportunidade de explorar os conhecimentos técnicos e o saber fazer tradicional e é a partir desses conhecimentos que aqui começamos a construir um paralelo entre a indagação que Carlos Borges Schmidt dirigiu ao homem e à paisagem e a indagação que lhes dirigimos hoje, com objetivos que, afinal, não parecem ser essencialmente diferentes dos dele, visando, nos dois casos, a aprofundar o estudo e o conhecimento sobre o homem rural e sobre sua inserção na economia contemporânea. Apenas que nós, no presente, já mais atentos ao pressuposto de que é indispensável preservar a paisagem e, ao mesmo tempo, mais ativamente interessados nas possibilidades de construir-se um novo Habitat Rural.

Acredita-se que levantamentos deste tipo existam em toda o Brasil, devendo ser recenseados e divulgados, isto porque o conhecimento ordenado e profundo destes documentos e a reflexão sobre sua relação com o ambiente, criarão condições para a atualização das técnicas tradicionais, ordenando posturas de preservação, recuperação e promoção do ambiente natural, associadas à proposta maior de bem estar da morada e de maior equidade na condição de vida de todos da sociedade.

2.4.1. Nota breve sobre Carlos Borges Schmidt

“Carlos Borges agricultor, publicista, viajante, inveterado e entusiasta, desses que sabem ver e sentir as paisagens, filho de provecto e saudoso Sertanista – Coronel Cornélio Borges Schmidt, que tão relevantes serviços prestou ao Estado de São Paulo, como Engenheiro ilustre que foi da antiga comissão Geográfica e Geológica – o operoso autor de ‘O Meio Rural’, está como se vê, prosseguindo condignamente, no velho caminho paterno. O novel valioso elemento do DPA, é sem dúvida um autêntico ‘country-gentleman’, que veio trazer para as nossas oficinas de trabalho um pouco deste agreste e salutar, que ele bem sabe colher e transmitir. Salve!” FERRAZ, MÁRIO de S. In: SCHMIDT (1941)

O Engenheiro Agrônomo Carlos Borges Schmidt (1908-1980) dedicou-se a pesquisar as atividades econômicas e sociais do meio rural paulista, durante os quase 40 anos de sua atividade profissional na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.⁶⁸ Em seu trabalho nessa Secretaria, Schmidt pesquisou e escreveu sobre as atividades econômicas e sociais,

⁶⁸ Carlos Borges Schmidt nasceu em São Paulo em 1908, formou-se em Engenharia Agrônoma e foi funcionário por quase 40 anos da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, onde ingressou como técnico industrial, em 21/9/1944; passou a Chefe do Serviço de Documentação, conforme publicação no Diário Oficial de 24/11/1944; em 13/2/1946, foi reclassificado para Sociologista Rural lotado no Instituto de Administração, anexo do Departamento de Ciências da Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade de São Paulo; e em 17/11/1946 passou a exercer a função de Diretor de Publicidade Agrícola. Aposentou-se compulsoriamente em 21/1/1970, conforme ficha funcional CBS 55840433 R 489 – AGDA – do Departamento de Pessoal da Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio. Morreu em 1980.

interessado em conhecer o tipo de produção e de trabalho agrícola, e reuniu uma importante documentação no campo da história, agricultura, geografia, arquitetura e etnografia, em que registrou elementos técnicos e traços da vivência fisionômica da época, tanto dos caiçaras como dos caipiras.

Schmidt foi dos primeiros autores a chamar a atenção, no Brasil, para a interdependência entre a agricultura, a terra e o homem e a concluir – como faz em *O Meio Rural* – que cada região é um caso distinto, peculiar, com fenômenos próprios e locais a serem estudados. A partir desse modo de ver a sociedade, que aplicou às comunidades caipira e caiçara, Schmidt produziu muitos trabalhos, em que estudou mais aprofundadamente a diversidade sociocultural dessas comunidades.

O fato de Schmidt ter sido um dos pioneiros do estudo da história da agricultura brasileira, e de seus interesses não se limitarem a um tipo de ambiente produtivo – planalto ou litoral – enriqueceu muito a contribuição desse pesquisador para que se conhecessem as diferenças culturais que, até o fim da década dos 50, marcavam as populações caipiras do planalto, em relação às caiçaras do litoral. Os trabalhos de Schmidt traduziram simbolicamente essas diferenças e devemos a ele o conceito de que o caipira vincula-se à cultura do milho e os caiçaras à cultura da mandioca.

A pesquisa sistemática da vida rural paulista, no caso de Schmidt, foi um desenvolvimento de sua vivência profissional e gerou uma excepcional documentação – fotografias, diários e cadernetas de viagem extremamente ricos em informações e detalhes. Nesses registros documentais fotográficos e textuais encontram-se detalhes minuciosos de paisagens regionais, dos costumes dos povos, das técnicas e dos sistemas construtivos de equipamentos e instrumentos de trabalho agrícola e de habitações rurais, principalmente nas regiões do alto vale do Paraíba, vale do Ribeira, litoral norte, litoral sul e região lagunar-estuarina de Iguape Cananéia, que compõe a coleção “Carlos Borges Schmidt-MIS”.

Enquanto foi diretor da Publicidade Agrícola⁶⁹, com participação muito ativa como redator e publicista, Schmidt organizou e divulgou no Documentário da Vida Rural do Serviço de Informação Agrícola, estudos, monografias, filmes e gravações, dos diversos trabalhos que vinham

⁶⁹ A Diretoria de Publicidade Agrícola foi criada em 1900 e sua primeira iniciativa editorial foi a publicação do “Boletim de Agricultura”, segundo boletim publicado no Brasil, surgido dois anos depois de começar a ser publicado o “Boletim do Instituto Agrônomo de Campinas”. Desde o início, a Diretoria de Publicidade Agrícola divulgou e ofereceu ao lavrador de todo o estado folhetos, monografias e boletins, com conselhos sobre o melhor modo de tratar a terra, sobre meios práticos para combater as pragas, cuidar do gado e outros. O Boletim de Agricultura tinha caráter essencialmente prático, o que era extremamente útil e necessário, dado que não se publicavam nem livros nem revistas sobre esses assuntos.

investigando mediante pesquisas sistemáticas de campo as sociedades ditas isoladas do progresso da época pelas instituições educacionais e de pesquisa da administração pública.

O serviço de Publicidade Agrícola visava em primeiro lugar a promover as organizações técnicas e conciliá-las entre si e com a lavoura, servindo como elemento intermediário entre departamentos científicos e a população campestre, e chegou a ter, como objeto principal, a divulgação do ensino “in loco”, além de, simultaneamente, oferecido em publicações – imprensa, livro, boletim, rádio etc., em termos científicos e populares.

O setor privilegiava o registro documental da vida rural brasileira, no que ela tinha de mais expressivo e fundamental, abrangendo não somente aspectos gerais da agropecuária – engenhos, fazendas, garimpos, estâncias, sítios etc. –, como também aspectos peculiares das atividades rurais, como feiras, meios de transporte, habitação, trabalho etc., com grande destaque também para as manifestações folclóricas ligadas aos respectivos ambientes, como danças, festas, cantos de trabalho etc.

Por atenderem a esses objetivos, as monografias publicadas pelo Setor de Publicidade Agrícola alcançaram grande êxito junto aos estudiosos e pesquisadores, o que animou os organizadores a ampliarem os trabalhos para outras áreas de conhecimento. Exemplos significativos que marcaram o trabalho da diretoria de que Schmidt participou foram a publicação de *Cunha. Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil*, de Emilio Willems, pesquisa de campo da qual Schmidt participou, ao lado de vários colaboradores da Escola Livre de Sociologia e Política; e a publicação dos livros de Schmidt: *O Meio Rural. Investigações e estudos de suas condições sociais e econômicas*, *Alguns aspectos da pesca no litoral paulista* e *Construções em Taipa: alguns aspectos de seu emprego e de sua técnica*.

Como escritor e pesquisador, a produção de Schmidt foi toda voltada para o registro e o estudo da atividade agrícola, dos equipamentos de pesca, lavoura, criação, pequenas indústrias, dos equipamentos, da montaria e transportes, das habitações rurais, das festas e dos costumes, em trabalhos em que se descrevem e retratam detalhadamente os modos de vida da “cultura caipira e caiçara”.

A produção bibliográfica de Schmidt⁷⁰ pode ser classificada em dois períodos. No período de

Schmidt (1949)

⁷⁰ No Anexo 1 reúnem-se resumos dos livros. Optamos por apresentar os resumos em anexo, pois o conjunto dos títulos publicado de Carlos Borges Schmidt não encontra-se facilmente disponível; a maioria desses estão depositados na biblioteca e no acervo do IAC Instituto Agrônomo de Campinas.

1934 a 1943, o autor dedicou-se principalmente a estudar aspectos técnicos da história da agricultura brasileira,⁷¹ campo de estudos em que foi um dos pioneiros no Brasil.

No segundo período de produção, de 1944 a 1976, Schmidt foi fortemente influenciado pelas pesquisas que estavam em andamento nas áreas de Antropologia Social e pela sociologia crítica da Escola Livre de Sociologia e Política e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, das quais foi colaborador ativo, ao lado dos pesquisadores, e dos quais se aproximou em 1946, quando foi lotado no Instituto de Administração, anexo do Departamento de Ciências da Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da Universidade de São Paulo, como Sociologista Rural da Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

No primeiro período, foram publicados: *A Cultura Prática da Bananeira Nanica no Litoral Norte Paulista*; *Colonização do Litoral*; *O anil: cultura e indústria, em São Paulo, na época colonial*; *Classificação decimal dos assumptos agrícolas*; *Rasgando Horizontes: A Secretaria da Agricultura no seu cinquentenário* (em parceria com José Reis); *Systems of land tenure in São Paulo*; *Explorações Econômicas do Litoral Paulista. Chá – Cravo da Índia – Pimenta do Reino – Côco da Baía e Óleo de Fígado de Cação*; *O fogo e seus perigos*; *A conservação das máquinas agrícolas* e *As chuvas e as colheitas*.

São do segundo período: *Paisagens Rurais. O Paraíba e o Paraitinga. A Paranapiacaba e o Ribeira de Iguape. São Paulo*; *O Meio Rural. Investigações e estudos de suas condições sociais e econômicas*; *Esteiras de taboa e esteiras de piri: uma indústria doméstica rural*; *Alguns aspectos da pesca no litoral paulista*; *Substituição da atividade agrícola em face do esgotamento das reservas de fertilidade do solo*; *Construções em Taipa: alguns aspectos de seu emprego e de sua técnica*; *Estudo e solução dos problemas da lavoura cafeeira*; *A vida rural no Brasil: a área de Paraitinga, uma mostra representativa*; *A mandioca: contribuição para o conhecimento de sua origem*; *O Pão da Terra* (premiado no 11º “Concurso Mário de Andrade”, de monografias sobre o folclore nacional, instituído em 1956 pela Discoteca Pública Municipal); *Lavoura Caiçara*; *Manual pratico do lavrador*; *O Milho e o Monjolo: aspectos da civilização do milho, técnicas, utensílios e maquinaria tradicionais e Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais*.

Todos os documentos reunidos por Schmidt em suas viagens de pesquisa – “Coleção Carlos

⁷¹ Carlos Borges Schmidt foi um dos pioneiros no estudo da história da agricultura brasileira, considerados os aspectos técnicos, ao lado de Frederico Carlos Hoehne, Inglês de Sousa e Sérgio Buarque de Hollanda.

Borges Schmidt-MIS” – encontram-se hoje no acervo fotográfico do Museu da Imagem e do Som. Em 1980, depois da morte de Schmidt, a família doou ao Museu da Imagem e do Som (MIS) todo o acervo pessoal de documentos do pesquisador. Até a última visita feita ao Museu, em 2000, para pesquisas para essa tese, a “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS” permanecia no setor de documentação fotográfica, guardada em condições ambientais muito precárias.

2.4.2.A Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS

Em 1993, a autora dessa tese, Arquiteta Maria de Lourdes Zuquim, era funcionária do Departamento de Museus e Arquivos da Secretaria do Estado da Cultura (DEMA) e, naquele período, estava lotada no Museu da Imagem e do Som (MIS). Dentre outras funções, cabia-lhe desenvolver projetos especiais para a diretoria do Museu, que, naquele momento, estava engajada em um projeto que envolvia o acervo fotográfico do MIS. Numa das pesquisas para esse projeto, casualmente, a autora dessa tese encontrou, numa estante do setor de acervo, a “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”.

Rápido exame superficial do material foi suficiente para perceber que ali estava um trabalho a ser feito imediatamente, de investigação sistemática sobre a coleção e sobre o autor, interessantes como objeto de pesquisa para qualquer arquiteto. A arquiteta, então, apresentou a coleção para que fosse apreciada pelo Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya, que, como ela, percebeu imediatamente o valor, o significado e importância documental do material e incentivou a arquiteta a desenvolver e apresentar um projeto de pesquisa de mestrado, para a qual a coleção seria adotada como referência para outros estudos.

Esse projeto de pesquisa de mestrado, com o título “Tecnologias Patrimoniais” e tendo como orientador o Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya, foi apresentado por Maria de Lourdes Zuquim ao Curso de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e foi aprovado em 1994.

Em novembro de 1994, como primeiro passo das pesquisas para a dissertação “Tecnologias Patrimoniais”, Maria de Lourdes Zuquim solicitou ao diretor técnico do MIS, jornalista Amir Labaki, autorização para iniciar o trabalho de reconhecimento da “Coleção Carlos Borges

Restauração e Catalogação dos documentos, e Reprodução eletrônica da Coleção “Carlos Borges Schmidt”. Projeto de pesquisa “Carlos Borges Schmidt”. Responsável pela pesquisa: Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya, coordenadora: Maria de Lourdes Zuquim

Schmidt-MIS”, visando à catalogação e à restauração dos documentos, etapas indispensáveis para eles pudessem ser analisados e para que, posteriormente, pudessem ser liberados para outras pesquisas e, sendo o caso, para que pudessem ser exibidos ao público em geral.

Ainda em novembro de 1994, o MIS autorizou o início do trabalho com a “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”, mediante documentação oficial em que o jornalista Amir Labaki reconhecia a importância documental da coleção e as dificuldades que haviam impedido, até aquele momento, que o próprio MIS assumisse todo o trabalho técnico que a coleção exigia.

Nesse momento, O MIS oferecia os seguintes apoios: apoio do Setor de Documentação para a catalogação e restauração dos documentos, com a supervisão dos técnicos da área; apoio do Setor de Produção Gráfica para a digitalização por *scanner* das fotos e documentos, fornecimento do equipamento e disponibilização do técnico operador; e apoio técnico para climatização do material (desumidificação e acondicionamento adequado da coleção).

Também em novembro de 1994, solicitou-se o apoio da Faculdade de Arquitetura Brás Cubas para gerenciar os dados da coleção, dada a reconhecida experiência do laboratório de informática dessa instituição em catalogar acervos documentais. No mês seguinte, em dezembro de 1994, o arquiteto David Chermann, diretor do núcleo de documentação da Faculdade de Arquitetura Brás Cubas, respondeu o nosso pedido de apoio para o trabalho de gerenciar os dados da “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”.

Em novembro de 1995, o Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya, responsável pela pesquisa, e a arquiteta Maria de Lourdes Zuquim, encaminharam ao Conselho do Departamento de Projeto da FAUUSP o projeto de pesquisa “Restauração e catalogação dos documentos, e reprodução eletrônica da Coleção Carlos Borges Schmidt”, abaixo resumido:

Objetivos: Reconhecer e organizar a coleção “Carlos Borges Schmidt-MIS”. Este trabalho será realizado por intermédio da Biblioteca “Eduardo Kneese de Melo” da FAUUSP. Restaurados os originais, serão feitas cópias integrais de todo o material para consulta no MIS e na FAUUSP. *A coleção original será devolvida ao MIS (depositário), onde os originais permanecerão guardados mas não serão manuseados para pesquisa, para efeito de preservação.* Os elementos mais significativos dessa documentação deverão ser digitalizados para consulta eletrônica e reprodução.

Método: A coleção em apreço é composta de registros manuscritos, fotografias em papel ou negativos, artigos de jornal da época, desenhos e outros, que deverão ser, inicialmente, recenseados e identificados na sua totalidade; para cada documento estabelecer-se-ão o estado de conservação e o grau de deterioração. A organização do material feita pelo autor deve ser respeitada, inclusive ao que se refere à forma de apresentação: álbuns, cadernetas de campo e outros. Paralelamente, proceder-se-á a classificação do material, para arquivamento e consulta, finalidade para a qual serão providenciadas cópias e outras formas de reprodução dos documentos. Finalmente, preparar-se-ão os principais documentos da coleção, para divulgação e consulta. O projeto, portanto, visa, mediante ações de restauro, organização e apresentação, a dar condições de preservação e de perenidade aos documentos da “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS” e, ao mesmo tempo, a permitir que os documentos possam ser consultados e divulgados.

Atividades a serem desenvolvidas: Preservação do material⁷²; Catalogação – fotografias, diários de viagem e cadernetas de campo⁷³; Reprodução do material⁷⁴; Informatização total do material⁷⁵.

Contrapartida da FAUUSP: O material ficará depositado, com absoluta segurança, nas dependências da FAUUSP, onde também deverá ser feito o restauro dos negativos e papéis, por técnicos e pesquisadores qualificados. Biblioteca da FAUUSP fará a organização e catalogação final dos documentos e arquivará uma cópia completa da Coleção, para consulta.

Em 8/12/1995, o Projeto de Pesquisa “Restauração e catalogação dos documentos, e reprodução eletrônica da Coleção Carlos Borges Schmidt” recebeu parecer favorável da relatora, Professora Doutora Élide Monzeglio⁷⁶, que encaminhou o projeto ao Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca, Chefe do Departamento de Projeto.

Em 20/12/1995, pelo Of. AUP 032295/FAU/201295, o Prof. Dr. José Luiz Caruso Ronca comunicou ao Prof. Dr. Sylvio de Barros Sawaya que o Projeto de Pesquisa “Restauração e catalogação dos documentos, e reprodução eletrônica da Coleção Carlos Borges Schmidt” havia sido aprovado.

Logo a seguir foram iniciados os contatos com a Sra. Eliana de Azevedo Marques, diretora

⁷² Acondicionamento dos negativos em embalagens de material neutro e em arquivo de aço galvanizado; numeração, limpeza, estabilização e acondicionamento de cerca de 1.325 negativos; restauração dos álbuns; confecção de álbuns para acondicionamento das fotos avulsas; e restauração dos diários de viagem e cadernetas de campo.

⁷³ Serão seguidos os padrões estabelecidos pelo acervo fotográfico e de documentação, considerando o processo de organização, identificação e indexação do material com o auxílio das áreas de arquitetura, agronomia e antropologia para a identificação do material, segundo o modelo adotado e fornecido pelo setor de documentação do MIS.

⁷⁴ Após a catalogação e a restauração da coleção, produzirão-se um novo negativo para cada foto e uma nova ampliação, para que se possa fazer novas ampliações a partir dos segundos negativos, de modo que os originais permaneçam resguardados no museu. Reprodução por xerox (encadernado) dos documentos manuscritos (cadernetas e diários).

⁷⁵ Gerar um banco de imagem das fotos, dos diários e das cadernetas, que mostre com fidedignidade o conteúdo da coleção; digitalizar as fotos e documentos escritos da coleção em arquivos digitais de padrão targa 8; gerar um banco de dados do produto integral da catalogação das fotos, cadernetas e diários; digitar o total das fichas resultantes da catalogação da coleção em arquivos de padrão DBF. O Gerenciador de banco de dados (FAUBC) e o cruzamento do banco de imagens com o banco de dados gerarão informações, a partir do gerenciador, sobre os textos e imagens, organizados por descritores e palavras-chave.

⁷⁶ “Considerando, ser pesquisa do Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, ser o assunto relevante para estudo e resgate de desenhos e sistemas tradicionais construtivos populares e de ambientações típicas das regiões litorâneas paulistas, e sendo o objetivo a preservação documental do expressivo acervo, com a finalidade de poder viabilizá-lo à consulta ampla, por processos de computação eletrônica, incluindo possibilidades de reproduções, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto de Pesquisa apresentado, com responsável o Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya”. (assina) Prof^a Dr^a Élide Monzeglio. 8/12/1995.

técnica do SBI da “Biblioteca Eduardo Kneese de Melo” da FAUUSP, para que se definissem as parcerias necessárias para desenvolver a pesquisa; imediatamente depois iniciaram-se os contatos com o MIS, depositário do acervo.

Em ofício datado de 8/2/1996, a Sra. Eliana de Azevedo Marques, diretora técnica do SBI da Biblioteca Eduardo Kneese de Melo da FAUUSP manifestou-se favorável ao projeto e estabeleceu procedimentos para o trabalho.⁷⁷

A partir do momento em que se estabeleceram os procedimentos do trabalho interno, nos departamentos da FAUUSP envolvidos no projeto, iniciaram-se os procedimentos necessários para encaminhar o projeto nas instâncias competentes dos órgãos de financiamento de pesquisa.

Como primeiro passo indispensável do trabalho, solicitou-se laudo técnico do estado de conservação à especialista em restauração fotográfica, arquiteta e fotógrafa Patrícia de Filippi. Nesse laudo, a especialista confirmou às péssimas condições ambientais de conservação em que estava a Coleção e indicou os trabalhos e orçamento necessário à sua recuperação.

“A coleção foi doada ao Museu da Imagem e do Som por volta de 1980 e desde então foi guardada em condições ambientais precárias. Os filmes estão acondicionados em envelopes de papel não neutro em gaveta de madeira, criando um microclima propício à deterioração. Esta situação se agrava ao fato da coleção, até recentemente, não se encontrar em área climatizada com controle de temperatura e umidade relativa do ar, sendo transferida para a sala climatizada somente em dezembro de 1995. A madeira e o papel dos envelopes repassara as variações de temperatura e a umidade relativa do ar para os filmes, deflagrando um processo de deterioração biológica dada pela presença de fungos. Além disto, ocorre a degradação fotográfica, dada pela metalização da imagem nas bordas do negativo. A maioria dos negativos não apresenta instabilidade dimensional ou desplastificação. As ampliações fotográficas em preto e brancas coladas nos álbuns apresentam manchas de forma irregular nas imagens pela ação da cola e/ou resíduos do processamento químico. Em geral, está havendo ataques de fungos e insetos no papel e na emulsão das ampliações fotográficas. Alguns álbuns estão entrefolhados de folhas de papel manteiga de PH ácido, contribuindo para acelerar o processo de deterioração. Quanto às fotografias soltas, elas apresentam diferentes estágios de degradação porque são de épocas diferentes, ampliadas

⁷⁷ A Biblioteca colocará à disposição do grupo de trabalho o nome dos estagiários que participaram do projeto de recuperação dos negativos de vidro do escritório técnico Ramos de Azevedo; a Biblioteca poderá indicar, se for de interesse do grupo, duas bibliotecárias para acompanharem o trabalho; a coordenação e a responsabilidade perante os órgãos de financiamento ficará integralmente para o Prof. Sylvio Sawaya, o qual deverá contar com recursos outros da Faculdade para suas tarefas locais de trabalho; a Biblioteca receberá o material devidamente identificado e duplicado para então proceder a respectiva classificação e catalogação”. Ofício B/2996/FAU/070296.

em papel fotográfico diferentes e foram manuseadas de formas diversas. Algumas estão rasgadas, amassadas e escritas no verso com tinta de caneta não recomendada. Se compararmos uma imagem que foi guardada no álbum e outra que foi guardada junto às fotos soltas, podemos observar que as fotos dos álbuns se encontram em melhor estado de conservação”. Laudo técnico sobre o estado de conservação da coleção Carlos Borges Schmidt elaborado Arquiteta Patrícia de Filippi. 1996.

Ao mesmo tempo, solicitou-se orçamento ao Arquiteto Rui Alão para os serviços de digitalização do acervo, de modo a torná-lo integralmente acessível por meio digital, depois de a coleção estar restaurada e depois de completado o trabalho de gerenciamento dos dados da coleção, previsto para ser feito por equipes técnicas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Brás Cubas.

Para dar encaminhamento ao projeto, a Diretoria da FAUUSP, representada pelo Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky, solicitou que o Departamento Jurídico da Universidade de São Paulo se manifestasse, por parecer, sobre o melhor modo de conduzir-se o trabalho, do qual participariam várias instituições. Para essa consulta, foi aberto o Processo n. 96.1.177.16.1.⁷⁸

Em resposta, o Departamento Jurídico da Universidade de São Paulo apresentou proposta de minuta de convênio, que foi levado para ser apreciado pela Secretaria de Cultura, e começaram os trâmites de lei entre a Secretaria de Estado da Cultura e a Universidade de São Paulo.

A partir desse ponto, as questões jurídicas refletiram a inércia e o pouco interesse que do MIS em que se efetivassem as parcerias e, ao que parece, também no trabalho de restauro da “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”, como facilmente se depreende dos pareceres incluídos no Processo n. 96.1.177.16.1.

Desde o início, o projeto de pesquisa “Carlos Borges Schmidt” recebeu o apoio do Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky, que o considerava oportuno e de alta relevância acadêmica. Enquanto foi Diretor da FAUUSP, o Prof. Dr. Júlio Roberto Katinsky não mediu esforços para ver firmado convênio entre o MIS e a USP, do qual a FAUUSP participaria como interveniente, e que viabilizaria o projeto de restaurar os documentos da Coleção Carlos Borges Schmidt. O Prof. Katinsky participou de várias reuniões com o então diretor técnico do MIS, Sr. Fernando Faro; e com o Secretario de Estado da Cultura, Sr. Marcos Mendonça; todas em vão. O convênio nunca foi firmado.

⁷⁸ PROCESSO Nº 96.1.177.16.1. INTERESSADO: FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO. ASSUNTO: Termo de colaboração a ser celebrado entre o Museu da Imagem e do Som e a Universidade de São Paulo, com interveniência da FAU objetivando o levantamento completo, organização, identificação e restauração do acervo “Carlos Borges Schmidt”.

A falta de vontade política serviu-se da grande quantidade de exigências burocráticas e dos muitos pareceres e acabou por prevalecer, contra o interesse público e contra os interesses da pesquisa acadêmica. No entender da autora dessa tese – e coordenadora do projeto de restaurar os documentos da “Coleção Carlos Borges Schmidt”, jamais viabilizado –, várias autoridades e instituições falharam, nesse processo, por não preservar da deterioração e por não privilegiar a atenção a documentos valiosos para a história do Brasil, como sem dúvida são os documentos da “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”; e falharam também, sobretudo no caso dos museus públicos, por não facilitar o acesso de especialistas a informações que estão ainda sob sua guarda.

Durante o tempo em que se buscava formalizar algum tipo de entendimento entre a FAUUSP e o MIS, a autora dessa tese cuidou, na medida do possível, e formalmente autorizada pelo diretor do MIS, jornalista Almir Labaki, de dar andamento aos trabalhos de reconhecimento da coleção.⁷⁹

O trabalho começou por uma primeira listagem dos documentos. Para facilitar esse trabalho, a autora dessa tese cuidou de localizar os documentos oficiais de doação, nos quais esperava encontrar uma relação dos itens doados, que a ajudasse a identificar e descrever o conteúdo da coleção.

Apesar de demorada e cuidadosa pesquisa em vários setores da Secretaria de Cultura: no Protocolo e no arquivo morto do Departamento de Museus e Arquivos do Estado (DEMA); nos livros de tombo do MIS; e nos setores responsáveis pelo patrimônio na própria Secretaria Estadual de Cultura, não foi possível localizar qualquer documento nem qualquer referência à doação do acervo de Carlos Borges Schmidt.

Só se encontraram dois documentos, em toda essa pesquisa, em que se faz referência direta e clara à coleção Carlos Borges Schmidt.

O mais importante deles, para a história da “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”, é um ofício, datado de 5/12/1983 e assinado pelo então diretor técnico do MIS, Ivan Negro Isola, em que ele solicita que o DEMA contrate o Prof. Ernani da Silva Bruno para fazer o levantamento completo, organizar e identificar as peças (fotografias e textos) do “Acervo Carlos Borges Schmidt”.

⁷⁹ Composição da coleção – Em um primeiro levantamento foram encontrados no acervo Carlos Borges Schmidt os seguintes itens: 10 álbuns de fotografias com @ 2.000 cópias, sem negativos; cerca de 1.325 negativos com ampliações, acondicionados de modo inadequado, dentro de envelopes de papel ácido e em fichários de madeira, em ambiente sem aclimação; alguns nitratos de celulose, colecionados por Cornélio Schmidt (pai de Carlos Borges Schmidt), engenheiro da comissão geográfica e geológica e chefe do Instituto Florestal do Estado de São Paulo durante o período de 1910-1920; material escrito, cadernetas de viagem e diários de viagem; coleção de recortes de jornais da época.

O Prof. Ernani da Silva Bruno não foi jamais contratado, mas, apesar disso, o único documento em que há referências ao conteúdo da Coleção é o projeto que ele então apresentou, e no qual se lê, no item “Escopo do Projeto”:

“Constam desta esta coleção de fotografias (10 álbuns e mais 1.481 fotografias avulsas), material escrito (originais de livro em preparo, anotações, fichas bibliográficas e cadernetas de viagem) voltados, em sua quase totalidade, para o registro e estudo das habitações, técnicas de produção, dos equipamentos de pesca, lavoura, criação e pequenas indústrias, dos equipamentos de montaria e das festas e costumes representativos da “cultura caipira.” (Prof. Ernani da Silva Bruno, OFICIO MIS 1983).

O segundo documento em que se encontrou referência aos documentos cuja história se investigava, está datado de dezembro de 1984; nele, o MIS solicitou ao DEMA que adquirisse os materiais necessários para reproduzir o “Acervo Carlos Borges Schmidt”. Há documentos que comprovam que esses materiais foram comprados em janeiro de 1985, mas, que se saiba, o acervo nunca foi reproduzido.

Além dessa compra, não se encontrou, em nenhum dos setores investigados, nenhum registro de qualquer outra providência que tenha sido tomada com vistas a catalogar os itens da coleção, nem qualquer sinal de algum cuidado ou iniciativa para preservar e conservar os documentos da “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”.

Até 1999, nenhum convênio havia sido firmado e nem a Secretaria de Cultura nem o Museu da Imagem e do Som haviam manifestado interesse em estabelecer qualquer outro tipo de parceria que viabilize o projeto de restaurar aqueles documentos. De fato, pode-se dizer que as duas instituições criaram, desde o início, inúmeros obstáculos à formalização do convênio. Em 1999, o processo que visava a restaurar a “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS” foi “engavetado” no MIS e na Secretaria de Cultura.

Até a data das últimas tentativas de firmar-se o convênio, em 1999, a “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”, portanto, continuava sem classificação e catalogação e sem quaisquer cuidados de preservação e conservação, o que tornou extremamente difícil manusear os documentos selecionados para essa tese.

Apesar das muitas dificuldades, há um saldo positivo a considerar, das muitas tentativas que foram feitas para salvar todos os documentos da “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”, desde o momento em que, por acaso, caíram sob os olhos da autora dessa tese.

Graças ao levantamento que a autora dessa tese iniciou em 1994 – há quase dez anos, portanto – e a difícil pesquisa, sob condições sempre adversas, que pôde fazer ao longo desses anos, estão hoje reproduzidos e protegidos contra a rápida deterioração que ainda ameaça o restante da “Coleção Carlos Borges Schmidt-MIS”, os seguintes documentos, selecionados pela relação direta que guardam com o objetivo dessa tese:

- os álbuns de fotografias: Serra da Bocaina, Cunha, Habitação Rural, Litoral;⁸⁰
- as cadernetas de campo: Caderneta de Viagem nº 5, 1943; Viagem a Ubatuba, 14 de novembro de 1943; Viagem à Bocaina, 15/11/1945; Ubatuba, 9/9/1946 a 16/9/46; Pedra do Rail (Salvador Venancio-S. Cruz); Caderneta de viagem nº 9, 1947; Ubatuba, 17/9/1947; Dito Nato (Pedra Negra);⁸¹ e
- Anotações, recortes de jornais de época e alguns roteiros de Pesquisa de Campo.

⁸⁰ Anexo 2 – Transcrição livre de Maria de Lourdes Zuquim, das cadernetas de viagem de Carlos Borges Schmidt, pertencentes ao acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS), de São Paulo.

⁸¹ Anexo 3 – Catalogação das fotos dos álbuns fotográficos de Carlos Borges Schmidt, pertencentes ao acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS), de São Paulo

CAPÍTULO III

A modernização urbano-industrial e agrícola versus a questão ambiental

A política governamental de desenvolvimento industrial e os investimentos feitos para expandir os sistemas de comunicação e transportes implementados na chegada do século XX, e mais intensamente a partir dos anos 30, com o Estado Novo, deram início às grandes transformações que redesenharam o território brasileiro. Aquele ritmo antigo e lento de ocupação do território, com sua rede de cidades dispersas e dependentes das atividades agrário-exportadoras dos primeiros séculos de nossa História, começa a se modificar, na medida em que se intensificam os processos de industrialização e de urbanização.

Entre os anos 50 e 70 do século 20, inicialmente com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e, depois, com o chamado “milagre econômico” dos governos militares – período das grandes transformações econômicas e de maior vigor do desenvolvimento capitalista, a economia urbano-industrial passou a determinar as prioridades das políticas públicas e, conseqüentemente, os planos e programas de investimentos governamentais. O país, muito rapidamente, se transformou de agrário-exportador em urbano-industrial.

Então, já contávamos com uma rede de cidades urbanizadas e industrializadas em eixos privilegiados de desenvolvimento, em detrimento da ‘antiga’ rede de cidades e vilas que, por estarem afastadas dos pontos favoráveis para a implantação dessa nova ordem econômica, não receberam investimentos importantes, o que acentuou exponencialmente as disparidades regionais.

Essas grandes transformações econômicas definiram a visão que o Brasil tem de si mesmo, de país urbanizado, que privilegiou e ainda privilegia as políticas e investimentos da economia urbana e industrial. Essa identidade de país urbano rapidamente se generalizou e adquiriu lógica própria, pela qual se valoriza o “urbano” sobre o “rural”. Com isso, o planejamento e

os investimentos públicos orientaram-se nitidamente para o modelo de expansão industrial das cidades e para o modelo produtivista do campo, o que parece ser clara evidência da miopia de sucessivos governos para um justo desenvolvimento territorial do Brasil.

As grandes cidades passam a ser vistas como o lugar em que se concentram as riquezas, onde acontecem a reprodução do capital industrial e os grandes feitos e, também, como o lugar onde se deveria buscar a solução para os problemas do campo, para onde acorrem grandes contingentes de trabalhadores, sempre em direção às cidades.

Aquelas cidades, que já não tinham estrutura para acompanhar o ritmo acelerado de desenvolvimento urbano-industrial, também não estavam preparadas para receber o contingente populacional que deixava a zona rural, por isso passam a atender cada vez mais precariamente as necessidades básicas do conjunto da população.

Assim que o acelerado crescimento das cidades acompanhou o crescimento da pobreza, do desemprego, da exclusão social, da violência, e o Estado não foi capaz de responder a esses problemas, nem de formular políticas públicas eficazes para o desenvolvimento das cidades, o que contribuiu para aumentar os chamados “cinturões de pobreza” e, logo, a degradação dos espaços urbanos e a qualidade de vida das populações.

Criou-se assim uma nova lógica da desordem dos grandes centros urbanos, que se tornou cada vez mais dominante, na medida em que rapidamente se acentuava a relação entre o crescimento urbano e o agravamento dos problemas daí decorrentes. Os problemas urbanos, portanto, cresceram mais rapidamente que a eficácia das medidas para resolvê-los e mais rapidamente, até, que os meios para prever e planejar quaisquer mudanças.

Quanto às “outras” cidades, como as da região do Planalto da Bocaina e do Paraitinga, situadas fora do eixo de concentração de riquezas do capital industrial e urbano, mantiveram-se nos moldes tradicionais da economia pré-industrial, sem acesso, sequer, aos meios insuficientes do dito “modelo de desenvolvimento” e aos investimentos concentradamente urbano-industriais.

Enquanto as grandes cidades passavam a ser definidas como palco da modernidade, a zona rural e a rede de pequenas cidades dependentes da economia agrária passavam a ser vistas

como um lugar “arcaico”, onde vivia uma população “atrasada”, enfim, como um lugar que fazia lembrar o passado do Brasil agrário, não urbano-industrial, um Brasil cuja realidade parecia desmentir a modernidade aparente dos grandes centros e do qual os governos ‘modernizantes’ não tinham qualquer interesse em lembrar.

A esperança encontrada para mudar esse quadro de atraso da zona rural brasileira foi toda investida na *modernização agrícola*, e a zona rural – novamente como “por milagre” – passa a ser vista quase exclusivamente como espaço da grande produção agrícola e dos grandes proprietários, enfim da “agroindústria”, um espaço extensivamente e como que essencialmente agrícola.

O modelo da agroindústria – da monocultura e da mecanização – foi estimulado por diversos governos como exemplo de agricultura “moderna e racional” e praticamente todas as políticas públicas e os grandes investimentos foram direcionados para expandir e modernizar aquele modelo e, novamente, foram esquecidos ou ignorados outros modelos de desenvolvimento rural que alcançassem o pequeno agricultor rural, proprietário ou não de terras, e todos os outros tipos de trabalhadores rurais.

O preconizado modelo da modernização da agricultura⁸² modificou o perfil técnico e econômico da agricultura brasileira e, como previsto, aumentou expressivamente a produtividade das lavouras.

Ao contrário, contudo, do que se deveria esperar da modernização do campo e do emprego de mão-de-obra agrícola, a modernização que se fez não foi capaz de desenvolver-se sem comprometer extensas faixas contínuas do território; sem devastar inúmeros recursos naturais, com a utilização intensiva da terra e larga utilização dos insumos agrícolas industriais; sem provocar sérios conflitos fundiários; sem estimular a grande concentração de terra e de riquezas; e, principalmente, sem impedir que aumentasse o já grave êxodo rural e o grande avanço populacional dos mais diversos pontos do território nacional em direção aos centros urbanos industrializados.

Os pequenos proprietários e trabalhadores rurais com ou sem terra, expulsos do campo, caminharam para as cidades, onde o modelo do setor urbano-industrial não cuidara de gerar

⁸² Segundo EULLERS (1996), o conceito de agricultura moderna surge nos séculos XVIII e XIX, com a Primeira Revolução Agrícola, quando se intensifica o sistema rotacional com plantas forrageiras leguminosas e fundem-se as atividades agrícolas e pecuárias, substituindo-se o pousio (“descanso” da terra). A partir de meados do século XIX, acontecem inúmeras descobertas científicas e tecnológicas que estimulam progressivamente o abandono das rotações de culturas e a separação, outra vez, entre agricultura e pecuária. No século XX, acontece a segunda Revolução Agrícola e o padrão “produtivista agrícola” substitui os sistemas rotacionais integrados à produção animal, pelos sistemas especializados baseados na energia fóssil e de insumos industriais (fertilizantes químicos, os agrotóxicos, os motores de combustão interna e as variedades de alto potencial produtivo); com isso, aumentam exponencialmente os rendimentos físicos das lavouras, em termos de produtividade do trabalho. Após a segunda Guerra Mundial, com muitas descobertas científicas e importantes inovações tecnológicas, especialmente no campo da genética aplicada à agricultura, acontece, nos anos 70, a chamada “Revolução Verde”, com seu respectivo “pacote tecnológico” e a equivocada esperança de resolver para sempre o problema da fome. Na década dos 80, em função dos incentivos e subsídios para modernizar a agricultura, o setor agrícola cresceu muito, e a euforia com as grandes safras colaborou para encobrir os muitos e novos problemas socioeconômicos e socioambientais que então surgiram.

número suficiente de empregos. E nas periferias das cidades brasileiras juntaram-se, afinal, os egressos do campo, os mal-empregados, os subempregados e os desempregados de todo o país.

“A importância em se assenboear das causas fundamentais dessa migrações, que a miúdo estão se verificando, ressalta ao se notar que êsse inconveniente e perigoso despovoamento rural, em detrimento da população e em favor da macrocefalia das cidades devoradoras de homens, pode ser prevenido e de antemão combatido se, desde logo, forem tomadas as providências necessárias e orientada a produção num sentido adequado. Mais vale prevenir que remediar. Oferecidas possibilidades interessantes e condições favoráveis ao desenvolvimento e êxito da empresa agrícola, anular-se-ão às causas responsáveis pelo êxodo rural e, inversamente, verificar-se-á uma racional, legítima e natural volta ao campo.” SCHMIDT(1946:46)

O rápido e intenso processo de urbanização, num modelo concentrador do capital urbano industrial em regiões definidas como ‘privilegiadas’ para o desenvolvimento do país, e a intensificação e valorização do modelo produtivista do campo, em detrimento de projetos de desenvolvimento que considerassem a importância de manter ligados à terra os pequenos agricultores familiares e outras categorias sociais existentes no campo – triste resultado da idéia do progresso a qualquer preço e da visão que prevaleceu durante aqueles anos, para a cidade e para o campo –, acentuaram irracionalmente as diferenças regionais, as desigualdades sociais, as condições de vida e a degradação, ao mesmo tempo, dos dois ambientes, no Brasil, o ambiente urbano e o ambiente rural.

A idéia de progresso a qualquer preço criou o falso dilema entre estagnação ou sacrifício, que se apresentava implícito e era conivente com a ideologia de desenvolvimento então dominante: *“para que o país se desenvolva assegurando a felicidade futura de seus habitantes, é necessário renunciar às satisfações presentes”*. Esse ‘delírio’ desenvolvimentista, longe de contribuir para o desenvolvimento do país, criou os crescentes e tão atuais problemas socioambientais que enfrentamos hoje, principalmente os gerados pelo crescente empobrecimento de grandes segmentos da população brasileira, seja urbana seja rural.

Esse modelo, injusto do ponto de vista social e do ponto de vista ambiental, levou a uma primeira tomada de consciência quanto à possibilidade de outro tipo de desenvolvimento

econômico e social, no fim dos anos 60 e início dos 70, quando começa a haver ativa participação popular nas chamadas “reformas de base” – agrária, urbana, bancária e universitária –, e surgem os primeiros movimentos organizados nos quais se manifestavam preocupações públicas, em relação, principalmente, aos problemas gerados pelas diferenças sociais e, incipientemente, também em relação à inadequada e predatória forma de uso do território.

E foi também nesse mesmo período, no fim dos anos 60 e início dos 70, que os primeiros movimentos de defesa do meio ambiente no Brasil surgem – os “preservacionistas” –, oriundos das áreas das ciências naturais, em especial das ciências biológicas, e fortemente influenciados pela visão americana do “mito urbano da natureza intocada”⁸³, pelo qual a natureza deveria ser protegida da maléfica interferência humana.

A influência desses movimentos nas políticas públicas ambientais foi muito intensa, pois, além de determinar a visão biocentrista que se encontra impregnada até os dias de hoje na estrutura governamental, não-governamental e acadêmica dos órgãos que tratam direta ou indiretamente das questões ambientais, também influenciaram profundamente na concepção das áreas naturais protegidas brasileiras. Diferentemente dos Estados Unidos, no Brasil, onde os territórios naturais são em grande parte desabitados, as áreas naturais, embora pareçam desabitadas nas estatísticas, porque são muito extensas, são habitadas por populações caiquiras, caiçaras, ribeirinhas, indígenas, negras, dentre outras, minorias que sobreviveram geograficamente e economicamente isoladas, desde os tempos da colonização, em pequenos nucleamentos nos interstícios geográficos sobreviventes das áreas economicamente ativas durante os ciclos econômicos.

A visão do “mito urbano da natureza intocada”, além de deixar fortes traços nas políticas públicas brasileiras para a área ambiental, também influenciou significativamente a ideologia dos movimentos ambientalistas que se seguiram. Hoje, essa influência pode ser identificada como um dos grandes entraves para o planejamento e desenvolvimento territorial de grande parte dos municípios brasileiros, haja ou não, nesses territórios, áreas naturais protegidas ou a proteger.

Como contraponto aos movimentos preservacionistas, defensores da diversidade biológica e genética estrito senso e portadores, conseqüentemente, de uma dificuldade histórica para

⁸³ Segundo DIEGUES (1995), a visão moderna de conservação da Natureza surge nos Estados Unidos, em meados do século XIX, período da Revolução Industrial e do grande incremento populacional nas cidades, para proteger a vida selvagem (“wilderness”) que se via ameaçada pela civilização urbano-industrial – destruidora do mundo natural e selvagem – dando origem aos parques nacionais americanos – territórios “intocados” e totalmente desabitados –, que ofereciam aos homens da cidade um mundo natural selvagem, com lugares paradisíacos, para ser usufruído como fonte de admiração, de descanso e onde se desligar dos afazeres e compromissos urbanos.

enfrentar as relações entre o homem e a natureza, surgem, ainda nos anos 70, os grupos que se dispõem a defender não só a preservação da diversidade biológica como também da diversidade cultural, e que valorizarão a importante relação entre as populações que habitam as áreas naturais existentes em grandes porções do território brasileiro e a melhoria de sua qualidade de vida. Estes grupos abriram um importante espaço para que outros grupos surgissem, com uma nova concepção das relações entre o homem e a natureza.

No fim dos anos 70 e início dos anos 80, surgem os movimentos ambientais de denúncia, originados das lutas contra os impactos ambientais provenientes dos grandes projetos de desenvolvimento industrial e dos impactos decorrentes da agricultura moderna – agroindústria –, dominante na época do “milagre econômico”.

Esses movimentos surgem para protestar contra os impactos ambientais decorrentes do modelo de desenvolvimento econômico da época e, ao mesmo tempo, indiretamente, também para criticar esse modelo. Esses grupos, por não estarem vinculados a grupos partidários, não foram coagidos pelos governos militares – que se preocupavam fundamentalmente com os movimentos sociais organizados –, o que possibilitou que divulgassem e disseminassem suas idéias e, portanto, possibilitou também o crescimento dos grupos já existentes e o surgimento de outros grupos.

No fim dos anos 80, o modelo de progresso a qualquer custo, que já se mostrava claramente inviável, e os problemas sociais e ambientais decorrentes desse modelo levaram ao crescimento de um novo paradigma: o paradigma da sustentabilidade, que foi como um contraponto do modelo tradicional de desenvolvimento econômico, que tão graves impactos negativos teve sobre a sociedade e o meio ambiente, no Brasil.

Para os defensores da sustentabilidade, seria possível produzir sem destruir o meio ambiente e garantir, ao mesmo tempo, justiça social: *“O Desenvolvimento Sustentável é aquele que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção da equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo, assim, que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.”* (NOS-
SO FUTURO COMUM, 1987)⁸⁴

⁸⁴ Relatório Nosso Futuro Comum – RELATÓRIO BRUNDTLAND, publicado em 1987, pela Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Assembléia Geral da ONU.

A partir desse momento – e mais intensamente após a conhecida RIO-92, “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” –, o conceito de sustentabilidade passa a ser adotado internacionalmente e seus fundamentos passam a ser praticamente imperativos no discurso moderno dos diversos setores governamentais e não-governamentais, com lugar obrigatório nas políticas públicas setoriais democráticas e, principalmente, nos acordos e financiamentos firmados entre os governos e as agências de desenvolvimento humano e bancos bilaterais e multilaterais.⁸⁵

Apesar de algumas imprecisões conceituais, o conceito de sustentabilidade rapidamente passou a ser muito utilizado, alcançou dimensão transdisciplinar e passou a ser usado em quase todas as áreas de conhecimento e em quase todos os documentos oficiais. Ao mesmo tempo, disseminado pela mídia de divulgação, o conceito popularizou-se e passou a ser usado também, mais frugalmente, como terminologia “da moda”, por diversos setores da sociedade.

Mas não foi só nos setores governamentais e não-governamentais que o conceito de *desenvolvimento sustentável* teve ampla divulgação e utilização. Também se tornou muito importante no ambiente acadêmico e nas instituições de pesquisa, que passaram a orientar pesquisas e estudos, nas mais diversas áreas de conhecimento, segundo esse novo conceito de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi recebendo diferentes e novas interpretações nos mais diversos setores da sociedade, dentre as quais as idéias de *sustentabilidade ampliada*⁸⁶, de *desenvolvimento do capital humano e social*⁸⁷, de *desenvolvimento do capital socioambiental*⁸⁸, dentre várias outras que não são abordadas aqui. Cada uma dessas interpretações valorizou um aspecto distinto do que este conceito propõe e originou uma grande gama de reinterpretções, que passarão a nortear os vários caminhos das pesquisas acadêmicas, das políticas públicas, dos programas governamentais e não-governamentais e, até mesmo, as formas de atuação de organizações não-governamentais mais recentes.

Esse conceito, contudo, vive hoje um grande paradoxo. Por um lado, tem grande sucesso nos fóruns governamentais e não-governamentais; aparece nos discursos, nos programas, nos projetos e nos financiamentos; e direciona os rumos das políticas públicas setoriais para um

⁸⁵ As agências de desenvolvimento humano surgem da cooperação internacional para a reconstrução e desenvolvimento dos países europeus atingidos pela II Guerra Mundial. Após alguns anos, essas agências passam a ocupar-se com apoiar o processo de descolonização e com oferecer cooperação internacional para o “mundo em desenvolvimento”. Nesse novo contexto, surge o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), para implantar a nova filosofia da agência nos países em desenvolvimento. A crise brasileira dos anos 80 ampliou a cooperação bi e multilateral com vários programas de cooperação técnica, dentre eles o PNUD-Brasil. A filosofia desses programas incorporou o novo paradigma da sustentabilidade. Destacam-se, dentre outros programas de cooperação, o Desenvolvimento Humano Sustentável (DHS): crescimento com emprego; crescimento com meio ambiente; crescimento com “empoderamento” e crescimento com equidade; e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA-ONU): de assistência aos países para aprimoramento das políticas e instituições ambientais; para promover o desenvolvimento sustentável e dedicar-se a buscar soluções para problemas ambientais globais. A necessidade de os governos associarem-se a essas agências de desenvolvimento humano para terem acesso aos financiamentos de bancos bi e multilaterais transformaram essas agências em autoridades mundiais, de caráter intergovernamental, encarregadas de equacionar os problemas ambientais mundiais, com um poder decisório e hegemônico na constituição dos programas de cooperação técnica.

⁸⁶ O conceito de *sustentabilidade ampliada* foi criado pelo governo brasileiro como forma de operar a transição do estágio atual de desenvolvimento para uma sociedade sustentável, e valorizou principalmente os aspectos do capital econômico. Essa posição foi oficializada com a criação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, que adota gradativamente o conceito, na elaboração de políticas públicas e projetos setoriais.

⁸⁷ As interpretações que enfatizam o capital humano e social despontam no meio acadêmico, na área de Humanidades, principalmente na Escola de Economia: “o concerto de desenvolvimento sustentável só faz sentido à medida que nos impele a lutar por uma sociedade mais equilibrada e racional, não somente nas relações homem-natureza, mas sobretudo nas relações homem-homem, ou seja, em busca de maior harmonia e equilíbrio entre as sociedades contemporâneas.” RATTNER (1992:31) Segundo o mesmo autor, para que exista um desenvolvimento realmente sustentável, deve existir um sistema

novo modelo de desenvolvimento que, aos poucos, foi modificando os padrões de produção e de consumo baseados no modelo de desenvolvimento a qualquer preço. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável passa a aparecer também naqueles mesmos fóruns governamentais e não-governamentais, como justificativa para ‘explicar’ ou ‘justificar’ percepções muitas vezes contraditórias das relações homem–natureza, com profunda influência em diversas esferas de decisão, orientando políticas para a proteção da natureza, em especial as políticas de proteção às áreas naturais e ao ambiente rural.

No fim dos anos 80, o agravamento dos problemas ambientais globais – a destruição da camada de ozônio, o aquecimento global, a perda da biodiversidade, a poluição do ar e da água, a desertificação, a devastação das florestas, a explosão demográfica, os riscos de acidentes nucleares e biotecnológicos, o consumo desmedido – e os impactos sociais e ambientais negativos, resultantes do “milagre econômico” – aumento das desigualdades sociais, a exclusão social, o aumento da pobreza (visto que o Brasil havia-se convertido em produtor de pobreza, na medida em que a pobreza cresceu mais que a população) e a degradação dos ambientes urbano e rural –, levaram as autoridades públicas brasileiras a começar a preocupar-se com os problemas socioambientais e, conseqüentemente, com o avanço dos movimentos sociais organizados para preservar o meio ambiente e promover melhor qualidade de vida.

Também nos anos 80, de democratização do país, surgem vários movimentos nacionais de defesa da qualidade de vida e do meio ambiente, em função do crescente descontentamento das populações urbanas com as questões ambientais latentes nas áreas urbanas, rurais e naturais. Surgem os movimentos de defesa do patrimônio ambiental urbano, conseqüência dos problemas das grandes cidades; os movimentos de defesa do patrimônio natural – conservação da natureza propriamente dita –, em sua grande maioria fortemente influenciados pelo pensamento preservacionista; os movimentos ligados à agricultura sustentável, que denunciam os impactos da agroindústria e os efeitos que provocam no meio ambiente e no homem; o ecologismo dos movimentos sociais, que defendem o livre acesso aos recursos naturais (movimentos dos seringueiros, indígenas, quilombos) e aos sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas; dentre tantos outros que desde então se dedicam a defender direitos comuns a toda a sociedade.

sociopolítico mais adequado, um processo que assegure empregos, renda, bens, serviços e condições de vida básica, e condições para o exercício pleno da cidadania para todos. Para o autor, pensar em propor e implantar exclusivamente medidas de proteção ou conservação do meio ambiente seria auto-ilusão ou mistificação.

⁸⁸ As interpretações que enfatizam o capital socioambiental partem da área da Sociologia Ambiental; propõem que se discuta a relação entre o homem e a gestão de território: “o desenvolvimento sustentável deve conceber o ambiente com potencial para o desenvolvimento, de onde a natureza emerge como um meio de produção, objeto de uma reapropriação social possibilitando uma nova dimensão democrática, na medida em que requer a autogestão dos recursos naturais de cada região e permite a autonomia cultural de cada comunidade.” LEFF (1996) Outras interpretações do capital socioambiental aparecem também nas escolas de Ciências Biológicas, direcionando a aplicação do conceito para as relações entre os ambientes naturais e seus habitantes. “Envolver é a antítese de des-envolver. Des-envolver, para as populações tradicionais, significa perder o envolvimento econômico, cultural, social e ecológico com os ecossistemas e seus recursos naturais. Perde-se a dignidade e a perspectiva de construção da cidadania. Envolver sustentável é o conjunto de políticas e ações direcionadas para fortalecer o envolvimento das sociedades com os ecossistemas locais, fortalecendo e expandindo os seus laços sociais, econômicos, culturais, espirituais e ecológicos; com o objetivo de buscar a sustentabilidade em todas essas dimensões.” VIANA (1999)

Esses movimentos surgiram amparados no novo paradigma da sustentabilidade e foram amplamente favorecidos pela nova Constituição de 1988, que cuida, de forma inédita entre nós e muito abrangente, de aspectos do patrimônio cultural brasileiro⁸⁹ e de meio ambiente⁹⁰.

A partir dos anos 90, com as novas políticas mundiais, o governo passa a não mais regular as relações entre os interesses públicos e a sociedade, passa então, a intermediar essas relações, e, assim, a delegar diversas de suas antigas atribuições à sociedade civil organizada (ONGs). Para as questões ambientais, isso quer dizer que as vontades dos portadores dos antigos e ultrapassados modelos de preservação da natureza intocada vão-se impor de uma forma generalizada ao território protegido – visto que esses se encontram em grande parte vinculados direta e indiretamente ao Poder Público. E aos outros que defendem os princípios do capital humano e social (RATTNER, 1992) e socioambiental (LEFF, 1996), e outras correntes, lhes restam fazer a oposição a esse pensamento e conquistar espaços para a aplicação de seus ideais.

A preocupação dos órgãos, instituições e serviços públicos com o meio ambiente; o consequente surgimento das diversas organizações ambientais governamentais e não-governamentais; e a adoção do impreciso conceito de sustentabilidade como princípio programático e de atuação das políticas de proteção da natureza deram origem a interpretações diversas, e muitas vezes equivocadas, sobre o modo como as populações se relacionam com o seu meio.

Essas interpretações levaram a conclusões que, em sua maioria, parecem distanciar-se cada vez mais do saber de referência construído no Brasil na década dos 40, nos estudos sobre “caiçaras” e “caboclos”. Aqueles estudos haviam mostrado ao Brasil um homem que pertencia, habitava, produzia e, fundamentalmente, que sabia conservar o meio em que vivia. Agora, com esse novo contexto, esse homem aparece para alguns, que continuam defendendo a conservação da natureza intocada, como o grande vilão, e para muitos outros, como os possíveis parceiros na preservação, de fato, da natureza.

3.1.A conservação da natureza e fragmentação do território humanizado

A partir dos anos 70, e mais intensamente dos anos 80, com os grandes projetos de desenvolvimento urbano industrial, resultantes do modelo de desenvolvimento econômico da época;

⁸⁹Art. 216: *Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.*

⁹⁰ Art. 225: *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Artigo 4.º: A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.*

com a necessidade de os governos firmarem acordos e financiamentos para projetos nacionais com agências internacionais de cooperação técnica e bancos bi e multilaterais; e com a emergência das questões ambientais – dada a crescente demanda de vários segmentos da sociedade brasileira preocupada com o meio ambiente –; começou a definir-se o desenho das políticas públicas para a proteção da natureza, pautadas nessa época pelo conceito de preservação da natureza que implicava protegê-la da maléfica interferência humana.

A partir daí, começou a intensificar-se a criação de diversos instrumentos legais para a preservação ambiental e também, por conta disso, a desenharem-se as novas configurações territoriais de grandes porções do território brasileiro – no caso do Sul e do Sudeste do Brasil, em sua grande maioria áreas remanescentes da Mata Atlântica, onde a terra e os recursos naturais eram, e ainda são, de certa forma abundantes, e onde habitam as populações caipiras e caiçaras, povos indígenas e quilombolas⁹¹.

Esses lugares, ao mesmo tempo grandes depositários da importante reserva florestal atlântica, são também o retrato social do Brasil. São locais de imensa e desigual distribuição de terras e de riquezas, em grande parte habitados por populações pobres, que ficaram historicamente ao largo das atividades comerciais dos ciclos econômicos, com pouca instrução formal, com títulos precários ou mesmo inexistentes de suas terras, esquecidas pelo Poder Público e, sobretudo, totalmente desinformadas sobre as novas questões que, a partir desse momento, passaram a ser parte de suas vidas, como o impedimento do exercício de suas atividades econômicas de subsistência ou mesmo comerciais, conflitos fundiários e tantas outras.

Nesse momento – da intensificação da mobilização social em defesa da natureza e dos grandes projetos de desenvolvimento urbano industrial, resultantes do modelo de desenvolvimento econômico da época, motivado nessa região pela construção da BR-101 –, a região da Serra da Bocaina passou a ser um local importante, e um dos primeiros, das ações de defesa da conservação da natureza. A pressão exercida pelos grupos preservacionistas sobre o então governo militar, em prol da preservação da Serra da Bocaina, levou à criação – ainda que somente no papel – do Parque Nacional da Serra da Bocaina, mesmo não sendo do interesse imediato do então governo, uma vez que era o tempo do milagre econômico e dos grandes projetos de desenvolvimento.

⁹¹ Segundo DIEGUES (1995), em 1992 o Brasil tinha 34 parques nacionais, 23 reservas biológicas federais, 21 estações ecológicas, 38 florestas nacionais, 14 áreas de proteção ambiental e quatro reservas extrativistas, com 31.294.911 ha (3,7% da extensão territorial), sem considerar ainda as áreas de conservação criadas por estados, municípios e particulares, o que significa que, naquela época, as unidades de conservação de uso restritivo cobriam extensão maior do que muitos estados brasileiros. E o autor enfatiza ainda que, se o Brasil atingir os 10,0% de seu território em unidade de conservação propostos pelo PNUMA-ONU (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), serão aproximadamente 8.000.000 Km² de áreas protegidas, superfície maior que a extensão média dos grandes estados brasileiros.

LEGENDA

- Análisis de datos, documentos, formularios
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo
- Planificación de actividades de desarrollo

Logo após a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, a região em que se encontram Cunha e Paraty tornou-se objeto de várias outras ações para a proteção da natureza. Criou-se uma série de normas disciplinadoras que traziam consigo o então preconizado modelo para a preservação da natureza, que para essa região se expressava fundamentalmente em proteger as diversas formações da Mata Atlântica das possíveis ações predatórias da atividade humana. Contrariamente ao pensamento preservacionista, da natureza intocada, foram exatamente as populações que habitavam a região e seu modo de vida que permitiram que esses lugares se mantivessem preservados⁹².

Os municípios de Paraty e Cunha, a partir daí, ficaram submetidos a um conjunto de normas legais de acentuado caráter restritivo – instrumentos jurídicos federais, estaduais e municipais⁹³ – que, em sua quase totalidade, atendem principalmente à proteção da natureza e apenas uma pequena parte ao desenvolvimento territorial – urbano e rural. Definiu-se assim a nova configuração para o território e, conseqüentemente também, a forma de atuação do Poder Público nas suas ações de planejar, projetar, normatizar e fiscalizar, que agora não mais são para o homem que lá habita, e sim para a natureza que lá existe⁹⁴.

Esse extenso quadro de normas disciplinadoras aplicadas aos municípios de Paraty e Cunha

⁹² “Um exemplo desse tipo de situação das populações tradicionais em áreas naturais protegidas é a existente no Estado de São Paulo. Nesse Estado, em cerca de 37,5% dos parques existe ocupação humana, tradicional ou não. Essas populações são heterogêneas quanto à origem geográfica, laços históricos com a região, situação fundiária e tipo de uso de recursos naturais. De um lado, existem aquelas que invadiram o parque na época ou depois de sua criação e que são fruto da estrutura agrária injusta no Brasil, e de outro lado, existem populações tradicionais que residem há várias gerações na área transformada em parque e que mantêm vínculos históricos importantes com ela, dependem para sua sobrevivência do uso dos recursos naturais renováveis, dos quais tem um grande conhecimento.” VIANNA (1990), In: DIEGUES (1995:182)

⁹³ Listagem das legislações territoriais que incidem sobre a região de Cunha e Paraty – **1948** : LE 182/48 - Cunha passa a categoria de Estância Climática. **1961**: DF 50.813/61 - Florestas Protetoras da Vertente Atlântica da Serra do Mar – A faixa da vertente atlântica do Rio Grande do sul ao Espírito Santo é definida como um corredor de proteção visando proteger as encostas de declividade acentuada e salvaguardar as paisagens de extraordinária beleza e potencial turístico. **1965** : LF 4771/65 - Código Florestal. **1966** : DF 58.077/66 de 24 de março de 1966- Converte o município de Paraty em Monumento Nacional - Área Tombada do Município de Paraty – dispõe sobre a adoção de planos que assegurem tanto à preservação do acervo arquitetônico como do patrimônio natural. Abrangência: todo o município. desde a Ponta da Trindade até a enseada de Parati Mirim, Ilha das Almas, Praia Grande, Ilha do Araújo e Praia de Tarituba. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **1971** : DF 68.172/71 de 4 de fevereiro de 1971- Institui o Parque Nacional da Bocaina englobando as terras do Horto Florestal de Mambucaba - Fazenda da Central do Brasil-, Núcleo Colonial Senador Vergueiro, terras devolutas dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e ainda propriedades particulares, com uma área total de 134.000 ha (Parque - unidade de conservação cuja finalidade é de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos, e é proibida qualquer forma de exploração dos seus recursos naturais. NOVO CÓDIGO FLORESTAL - 1965); DE 15.273/71, DE 16.067/73, DE 2.061/78, DE 2.062/78-Rio de Janeiro. Cria o Parque Estadual da Ilha Grande com uma área aproximada de 5500 ha. IEF/RJ - Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro. **1972** : DF 70.694/72 de 8 de junho de 1972, altera o artigo 1º, do Decreto nº 68.172 de 04.02.71 e redefine a área do Parque Nacional da Serra da Bocaina para 100.000 ha. distribuídos em: Ubatuba (12,72 %), São José do Barreiro (18,35 %), Areias (2,39 %), Cunha (4,57 %), no Estado de São Paulo (38,03%) e Parati (40,31%), Angra dos Reis (21,66 %), no Estado do Rio de Janeiro (61,97%); DE15.927/72 e LE7220/73 RJ - É criado o Parque Estadual Parati-Mirim – Paraty. 1976 : LF 6.766/1976 - Parcelamento do Solo Urbano; DE 996/76 de 17 de novembro de 1976 – Cria a Área Estadual de Lazer de Parati Mirim e dispõe sobre a criação da Área Estadual de Lazer em Paraty Mirim modificando a denominação anterior de Parque Estadual. Área: 1 747 ha - abrangência: Parati Mirim. Área doada ao patrimônio da FLAMITUR atual TURISRIO. **1977** : DE 10251/77-São Paulo - Cria o Parque Estadual da Serra do Mar - São Paulo - com 315.390,69 ha. Abrangência: encostas da Serra do Mar desde o litoral sul do Estado até a divisa com o Rio de Janeiro em Ubatuba. Sobrepe o Parque Nacional da Serra da Bocaina em cerca de 10.000 ha, no município de Ubatuba. É administrado por Núcleos: Cubatão, Curucutu, Caraguatatuba/São Sebastião, Santa Virgínia, Cunha, Picinguaba. Esta Unidade de conservação se sobrepe com Parque Nacional da Serra da Bocaina no município de Cunha. IF/DRPE-SP. Instituto Florestal de São Paulo. **1981** : LF 6.902/81. Cria APAs (Área de Proteção Ambiental – “área de relevante interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais”. Ai existem limitações ou proibições de atividades e obras que possam causar prejuízos ao ambiente, tais como: poluição em mananciais de água; erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas e ameaça de extinção das espécies raras da biota regional. LEI N. 6.902, de 27/4/1981) e Estações ecológicas; LF 6.938/81. Política Nacional de Meio Ambiente; **1982** : DF 87.561/82 – Cria a Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Paraíba do Sul. Área de Abrangência: nascentes do Rio Paraíba do Sul – São Paulo /Rio de Janeiro e estabelece medidas de proteção e recuperação da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul. IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **1983** : DE20.957/83 e LE4100/84 - Cria a Área de Proteção Ambiental de Silveiras, com área de 42.700 ha. CPLA/SMA/São Paulo. Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Resolução SC07/83 - Tombamento do Núcleo Caiçara Picinguaba pelo governo do Estado de São Paulo; DF 89.242/83 de 27 de dezembro de 1983 - Cria a Área de Proteção Ambiental Federal de Cairuçu, com área de 33.800 ha na porção sul do estado do Rio de Janeiro. **1984** : LM 685/84 de 11 de outubro de 1984 – Cria a Área de Proteção Ambiental Municipal da Baía de Paraty e Saco do Mamanguá, ampliada pela Lei Municipal no 744, de 9 de novembro de 1987 que dispõe sobre a criação da Área de Preservação Permanente - APA da Baía de Parati e Saco do Mamanguá.. Área: 5.642 ha. Abrangência: Baía de Parati e Saco do Mamanguá., Secretaria da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Paraty. Área: 5.642 ha.; DF 22.717/84, 28.347 e 28.348 - É

norteou não só o uso e a ocupação do solo para a preservação dos recursos naturais, como também o desenho do desenvolvimento territorial para outras formas que não o desenvolvimento rural.

As comunidades que habitavam esses lugares e produziam livremente sobre o território desde os tempos do desbravamento do Centro-sul do país, ou seja, muito antes da existência desses diplomas legais, em um passe de mágica passaram a ter de submeter-se a novas e desconhecidas regras que as impedem de exercer seu direito de uso do território, de habitar e de produzir, como sempre fizeram.

“Acusados desconhecem. Pessoas que desmatam a área do Parque, ouvidas pelo Globo, disseram desconhecer o que é uma reserva florestal. Elas dizem que já foram intimidadas pela fiscalização para que parassem de arrancar árvores, mas que vão continuar porque não têm aonde plantar.” O GLOBO, 25 de novembro de 1980.

3.2. Um exemplo: o Parque Nacional da Serra da Bocaina

As primeiras notícias sobre a conservação da atual região do Parque Nacional da Serra da Bocaina se deram a partir da publicação dos seguintes textos legais:

criada a Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar com 488.864,86 ha IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **1985** : Resolução SC40 - A Serra do Mar é tombada pelo Estado de São Paulo. - Áreas Naturais Tombadas Serra do Mar e Paranapiacaba. CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Diário Oficial do Rio de Janeiro - Tombamento das localidades Ponta da Trindade, Ponta da Fazenda e Enseada do Sono - Paraty- Rio de Janeiro. **1986** : DE 9452/86-RJ - Cria a Área de Proteção Ambiental Estadual de Tamoios - Angra dos Reis. Com 90.000 ha. FEEMA Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do estado do Rio de Janeiro. **1987** : RESOLUÇÃO CONAMA-11/87 - Disciplina as Reservas Biológicas. 1988 : RESOLUÇÃO CONAMA-03/88 - Disciplina as Reservas Ecológicas; RESOLUÇÃO CONAMA-10/88 - Disciplina as Áreas de Proteção Ambiental; LF 7.661/88 – Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; LF 6171/88 – Disciplina o uso, a conservação e a preservação do solo agrícola; Art.225, #4 da Constituição Federal - A Mata Atlântica é considerada, pela Constituição Federal, patrimônio nacional e “sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. **1989** : RESOLUÇÃO CONAMA-11/89 - Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico; LF 7.554/89 – Proteção das Florestas nas nascentes dos rios. **1990** : RESOLUÇÃO CONAMA-01/90 – Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; RESOLUÇÃO CONAMA-13/90 – Licenciamento de atividades em áreas circundantes as Unidades de conservação; DF98.864/90 - É criada a Estação Ecológica Federal de Tamoios -Angra dos Reis Com 700 ha . Está contida nas partes insulares da APA Estadual de Tamoios; Diário Oficial do Rio de Janeiro de 6 de março de 1991 - Tombamento da Serra do Mar no Estado do Rio de Janeiro. Área aproximada: 15% do Estado do Rio de Janeiro. **1991**: DE 17.981/91 de 30 de outubro de 1992 – Cria a Reserva Ecológica da Juatinga (*“Art. 1º - Fica criada, no Município de Parati, a Reserva Ecológica da Juatinga, de natureza non edificandi, delimitada, de um lado, pelo Saco de Mamanguá, de outro e pela frente, pelo mar aberto e, pelos fundos, por uma linha reta imaginária que, partindo do ponto conhecido como Cachoeira do Cocal (no lado do Canto Bravo da Praia do Sono), alcança o local conhecido como Porto do Sono (ao fundo do Mamanguá), ficando, destarte, resguardada a faixa de Marinha...Art. 2º - A administração da Reserva Ecológica da Juatinga será exercida pela Fundação Instituto Estadual de Florestas I.E.F./RJ, entidade...Art. 4º - A Fundação Instituto Estadual de Florestas I.E.F./RJ desenvolverá programa específico de Educação Ambiental, com o objetivo de fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando a utilização dos recursos naturais com os preceitos conservacionistas (grifo nosso) estabelecidos neste Decreto”*. Decreto n. 17.98/92 RJ). Com área de 7.000 ha segundo a legislação (10.000 ha segundo geoprocessamento no “*Diagnostico Ambiental da Baía da Ilba Grande*”) Abrangência: região do Pico do Cairuçu. A Reserva Ecológica da Juatinga encontra-se inserida em sua totalidade na APA do Cairuçu. IEF Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro. **1992** : UNESCO – A Região de Mata Atlântica é reconhecida e 8 de outubro pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e inclui a área do Parque Nacional da Serra da Bocaina; DE 34.663/92 – Disciplina a exploração agrícola em áreas de várzea. **1993** : DF 750/93 e Resolução CONAMA 02 - Estabelece parâmetros para o corte, exploração e supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da mata atlântica; Resolução CONAMA10 - Estabelece parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da mata atlântica são estabelecidos. **1994** : Resolução CONAMA 01 – Defini a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da mata atlântica do estado de São Paulo; Portaria Ministerial 151- Cria a Reserva Indígena Guarani do Bracuí - Angra dos Reis-. Com 2.127ha; PM 437/94 – Cria a Reserva Indígena Parati-Mirim (Tekoa Porã; Marãey) – Localização: Paraty Mirim -Paraty. Com 79, 19 ha; Portaria Ministerial nº 437 de 30 de junho de 1994 - Cria a Reserva Indígena de Parati-Mirim ; Portaria Ministerial 494 de 14 de julho de 1994 - Cria a Reserva Indígena Guarani-Araponga – Paraty. Com área de 223,61 há. Localizada no bairro do Patrimônio em Paraty e totalmente inserida no Parque Nacional da Serra da Bocaina. **1995** : LE 2.393/95 - Dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro. **1996** : DE 25.341/96 - Regula-menta os parques estaduais de São Paulo. **1999** : A Comunidade Quilombola Campinho da Independência recebe título de reconhecimento de domínio do Instituto de Terras do Rio de Janeiro, em 21 de março de 1999. Área: 287 ha com aproximadamente 85 famílias e 295 habitantes, localizados no Município de Paraty, Rio de Janeiro. **2000** : LF nº 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, esta lei de forma inédita propõe que as comunidades que vivem em áreas importantes para a preservação sejam ouvidas antes que o local vire parque nacional.

⁹⁴ As iniciativas para criação de parques no Brasil são de autoria do engenheiro André Rebouças, em 1876, com a idéia de criar parques naturais segundo o modelo americano. Em 1911, foram iniciadas as discussões a partir dessa ótica para a criação do Parque Nacional de Itatiaia, defendendo que a implantação do tal parque oferecia ao moradores da capital federal um retiro ideal para a reconstituição física e mental. Foi criado o Parque de Itatiaia em 1937, com objetivo de lazer e pesquisa, e foi proposta a retirada dos antigos moradores por na época entender que estes eram considerados predadores do ambiente.

- **Decreto Federal n. 50. 813/61**, de 20 de outubro de 1961, que determinou proteger as “florestas protetoras” que encobrem a vertente atlântica da Serra do Mar, desde o Estado do Rio Grande do Sul ao Estado do Espírito Santo. A finalidade desse decreto era: garantir a segurança das encostas de acentuada declividade nessas regiões de topografia muito acidentada e sujeita a índices pluviométricos elevados, visando a proteger o solo contra os efeitos da erosão e salvaguardar as paisagens de extraordinária beleza e inegável patrimônio turístico;
- **Decreto n. 58.077**, de 24 de março de 1966, que converteu o município de Paraty em Monumento Nacional, determinado-se medidas para preservar o patrimônio urbanístico e arquitetônico da cidade histórica, e também para *que se fossem estudados meios de assegurar a conservação dos remanescentes do patrimônio natural que envolve esta cidade histórica*;
- **Projeto de Lei n. 11/1969**, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, encaminhado pela Assessoria Parlamentar do Ministério da Agricultura para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), hoje Incra⁹⁵, que propõe a criação do “Parque Nacional de Mambucaba” no vale do rio Mambucaba.

A criação do parque se dá, de fato, com o **Decreto n. 68.172/71**, em terras do antigo Campo de Fruticultura “Senador Vergueiro”⁹⁶ (originado do Núcleo Colonial do mesmo nome), terras devolutas do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, e outras terras de propriedades particulares, abrangendo uma área total de 134.000 ha em ambos os Estados. Na criação do parque, cujo decreto é muito claro e *não permite a permanência de pessoas, residências das mesmas ou atividades econômicas em seu interior*, não houve nenhuma medida por parte do Poder Público para verificar a existência de populações em seu interior, e essas terras, independentemente de estarem ou não habitadas, transformaram-se no Parque Nacional da Serra da Bocaina. Iniciam-se, então, os diversos conflitos fundiários e sociais que surgiram juntamente com o parque e que vêm-se intensificando até os dias de hoje.

Logo após a criação do parque, começam a surgir várias discordâncias quanto a sua abrangência territorial. Alguns grupos econômicos ligados aos interesses especulativos de terra, e também bastante influentes, exerceram fortes pressões políticas para que não vissem, nem que parci-

⁹⁵ Esse primeiro esboço do que seria o parque encontra-se no artigo 2 desse projeto de lei, que menciona as terras que deveriam ser englobadas: terras pertencentes à Estrada de Ferro Central do Brasil (atual RFFSA – Rede Ferroviária Federal), denominado “Horto Florestal de Mambucaba”, localizado nos municípios de Angra dos Reis e Paraty (RJ) e São José do Barreiro (SP), com cerca de 12.228 ha; terras do antigo Núcleo Colonial Senador Vergueiro no município de São José do Barreiro (SP), pertencentes na época ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) (hoje Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra), e ainda outras terras a serem demarcadas e desapropriadas nas vertentes da serra da Bocaina em Paraty, Angra dos Reis e Cunha.

⁹⁶ O Núcleo Colonial Senador Vergueiro foi criado em 1909, e fazia parte dos projetos governamentais de colonização, que tinham como objetivo fixar os imigrantes recém-chegados ao Brasil. Mas esse núcleo nunca chegou a cumprir seu objetivo, nunca foi ocupado pelos imigrantes europeus. Em 1950, parte das terras do Núcleo Colonial Senador Vergueiro foi transferida para o Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR) e para o Departamento de Fomento Agropecuário do Ministério de Agricultura (DFA), formando o “Campo de Fruticultura Senador Vergueiro”, agora com o objetivo de aclimação dos frutos de clima temperado, favorecido pela altitude elevada. Em 1955 o Núcleo Colonial Senador Vergueiro passou a ser administrado pelo Incra e logo após por termo de cessão foi repassado para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

almente, suas terras abrangidas pelo parque – mesmo não sendo essas terras vocacionadas economicamente para uso agrícola em escala comercial, tanto por sua declividade, como pelos remanescentes florestais de mata atlântica. Todos os esforços feitos pela administração do parque para manter os limites originais foram suficientes para concorrer com esses grupos, e logo se vê a primeira alteração dos limites do parque.

Uma comissão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (atual Ibama) foi constituída para avaliar essa questão, e propôs a revisão dos limites como medida necessária à implantação do parque. A redução de área foi objeto de muita controvérsia nos meios governamentais e movimentos ambientalistas da época, tanto pelo discutível parecer técnico da comissão do IBDF, que determinou a retirada de uma área que não era de fato degradada, e onde se localizam as nascentes do rio Mambucaba, como também pelos interesses fundiários que sobre ela recaíam.

“(...) abandonando parte dos Campos da Bocaina no município de Bananal, já bastante degradada, modificando o limite da cota de 100 m, por várias cotas distintas, que subiam à medida que se aproximavam da cidade de Paraty, atendendo solicitação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico. Abrangeu, ainda, uma ilha oceânica e atravessou a divisa interestadual de modo a englobar matas do município de Ubatuba, que são as de melhor estado de conservação do Parque”. DF n. 70.694/72.

Essa nova delimitação, mesmo apresentando grande inconsistência técnica e interesses fundiários duvidosos, por outro lado reduziu parcialmente a tensão social já existente na época, pois tirou de seus limites territoriais e jurídicos alguns moradores locais, e também incluiu novas áreas – costeira e marinha de Trindade (praias do Caixa de Aço e do Meio, Ilha do Tesouro, Ilha da Trindade) e o costão rochoso do Camburi, na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em 1972, o **Decreto federal n. 70.986/72**⁹⁷ declarou a região zona prioritária para reforma agrária. Seu objetivo era facilitar a desapropriação e conseqüentemente a implantação do Parque Nacional da Serra da Bocaina. O prazo estabelecido para esse fim não foi cumprido, e a área foi então declarada de interesse social pelo **Decreto Federal n. 73.699/74**. Novamente, o prazo foi vencido, sem que a ação houvesse sido efetivada e mais uma vez foi concedida

⁹⁷Para propor a desapropriação e conseqüentemente a implantação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, foi elaborado o levantamento socioeconômico do Núcleo Colonial “Senador Vergueiro” com a finalidade de avaliar e dimensionar as benfeitorias (construções e culturas permanentes) dos moradores dentro desses domínios (posseiros e parceiros), e mesmo depreciando quase totalmente os valores dessas moradias de novo a desapropriação nunca chegou a acontecer, comprovando a inércia ou a falta de interesse por parte do poder público. “Casas toscas, feitas de pau a pique, cobertas de cavacos (lascas de madeira) ou sapé, constituíam a maioria das construções residenciais dos posseiros. Poucas eram cobertas de telhas ou outro tipo de material. Para efeito da avaliação foi computado, apenas, o valor da mão-de-obra utilizada para retirar o material originário da mata natural circundante (ou que as circundava). Muitas vezes, aplicando-se os índices de depreciação anual às edificações, conforme norma específica adotada, resultava uma redução muito drástica de valor, quando não o anulavam totalmente, de forma que era necessário estabelecer um valor residual mínimo para essas precárias moradias.” UEHARA (1972)

uma prorrogação de prazo, dessa vez por cinco anos – **Decreto n. 80.113/77** –, que também expirou em 1982. Como se vê, todos os prazos não foram cumpridos e nenhuma ação de desapropriação foi concluída. E essa questão perdura sem solução até os dias de hoje.

De todas as terras que se encontram nos limites internos ao parque, somente as pertencentes à União Federal, de domínio do Incra – o antigo Campo de Fruticultura “Senador Vergueiro” – foram efetivamente transferidas para a jurisdição IBDF (atual Ibama)⁹⁸. Juntamente com essas terras, foram transferidos os problemas relativos às ocupações humanas que lá existiam.

As terras pertencentes ao Estado, nos domínios do parque, são: “Fazenda Ponte Alta de Baixo”, com 2.420 ha, e “Fazenda do Moinho”, com 1.900 ha, em São José do Barreiro; parte da Fazenda São José e São Vitorino, com 853 ha, Fazenda Quilombo, com 1.470 ha, e Fazenda Itapicu, com 768 ha, em Angra dos Reis; Fazenda Guebetiba⁹⁹, com 18.214 ha, em Paraty; perfazendo um total de 25.625 ha. A Rede Ferroviária Federal S/A, já anteriormente pertencente ao Estado e sob domínio da RFFSA, lá mantém suas instalações e funcionários. Também de domínio estadual são as terras da Fazenda Picinguaba, do Parque Estadual da Serra do Mar, em Ubatuba, São Paulo, com 5.000 ha, que se encontra até hoje em ajuizamento de ação discriminatória na Procuradoria Geral do Estado (PGE) e de cujo total 65% se sobrepõem com o Parque Nacional da Serra da Bocaina.

A regularização fundiária do Parque Nacional da Serra da Bocaina, como se vê, mantém-se até os dias de hoje inalterada. Pode-se dizer até que é a mesma situação de sua origem. Da mesma forma que a regularização fundiária, a demarcação do parque também é totalmente inexistente, e a ausência dessa demarcação, tanto para os que lá habitam, como para o Poder Público, dá ao parque grande indefinição físico-territorial e contornos muito imprecisos, o que induz uma série de conflitos de uso e de posse do território – esses limites são em grande parte definidos por cotas altimétricas e só podem ser identificados nos documentos.

A falta de solução para as questões fundiárias faz com que até os dias atuais não se saiba concretamente a quantidade de pessoas que habitam o interior do parque, sua situação fundiária¹⁰⁰ e muito menos suas condições de vida. As informações disponíveis sobre o assunto são da administração do Parque Nacional da Serra da Bocaina, que estima em 300 o número de famílias e em aproximadamente 420 o número de posses ou de propriedades, e

⁹⁸ Essa transferência foi feita mediante termo de cessão, pelo Decreto n. 70.237/72, num total 8.682 ha, distribuídos em cinco propriedades, todas no Estado São Paulo: Fazenda do Lageado (1.120 ha); Fazenda das Garrafas – (562 ha); Fazenda da Entrada (3.553 ha); Fazenda das Posses (2.643 ha); e Fazenda Pedra Azul (802 ha), com um total de área de 8.6852 ha.

⁹⁹ A “Fazenda Guebetiba” encontra-se quase 2/3 fora dos limites do parque e 6.000 ha de sua propriedade em águas da Bacia da Ilha Grande, e ainda parte da área que se encontra dentro dos limites do parque tem sobreposição de títulos com outras propriedades. “TCU PEDE INQUÉRITO SOBRE FAZENDA QUE ESTÁ SOB O MAR. Brasília - Tribunal de contas da União determinou que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) instaure inquérito para apurar irregularidades na compra de terras que compõem o Parque Nacional da Serra da Bocaina, localizado entre o Rio e o Espírito Santo. Há denúncias de que um terço das fazendas desapropriadas para a formação da reserva estariam submersas no Oceano Atlântico. A região submersa seria a da Fazenda Guebetiba, que foi adquirida, numa transação considerada irregular, por Hamilton Martins Silveira, que na época ocupava cargo de direção no extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A compra foi feita sem autorização do Departamento de Parques Nacionais”. O ESTADO DE S. PAULO, 29 de abril de 1993.

¹⁰⁰ No Parque, o menor sítio é de 35 ha; a maioria das propriedades está em torno de 120 ha. A área utilizada com a produção é no entanto pequena (máximo de 25 ha), provavelmente resultado das limitações de cultivo impostas pela legislação, mas também devido ao sistema de produção tradicionalmente empregado, quase sempre rotativo, que pressupõe parcelas em pousio e parcelas em cultivo. A titularidade das terras, a maioria (46%) é posse escriturada, encontrando-se também posse sem escritura, propriedade e usucapião com título. EXPEDIÇÃO PRÓ-BOCAINA (1996)

as do Plano Municipal de Extensão Rural de 1997¹⁰¹, que estima em 950 o número de agricultores, em sua grande maioria posseiros.

Contrariamente ao ritmo lento e até inexistente da regularização fundiária e da demarcação do parque, os conflitos e demandas fundiárias apresentam outra dinâmica, um tanto mais vigorosa, com problemas de todas as ordens – crescente venda de posses vendidas para sítios de lazer, instalação de condomínios de diversos padrões para segunda residência, diversas ocupações precárias e periféricas aos núcleos urbanos de Paraty e Angra dos Reis, surgimento de inúmeras novas posses, expansão da pecuária e da bananicultura por empresários de fora da região, grilagens de terras e, principalmente, conflitos entre as populações que habitam o interior do parque. De fato, em relação aos aspectos fundiários (regularização e demarcação) não houve esforço ou medida efetiva por parte do Poder Público para que se encontrasse algum tipo de solução para esses problemas, e o que deveria ser solução é agora conflito fundiário e social.

Essa problemática está ilustrada em carta de 1977 do então presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Paraty, Sr. Amâncio Feliciano Gonçalves, encaminhada ao Ministro da Agricultura, Sr. Allison Paulinelli. Em síntese, apresenta os maiores problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais do município de Paraty. Segundo ele, para os que viviam nas proximidades da região do parque, um dos maiores problemas advindos da criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina foi que centenas de trabalhadores rurais ficaram sem suas benfeitorias, “casas e lavouras”, quer pela ausência de demarcação e de definições precisas dos limites do parque, que em caso de dúvida proibia o trabalhador de usar a terra, quer pela proibição ostensiva de uso da terra por parte dos agentes florestais. Para os trabalhadores rurais que habitavam as praias, os maiores problemas foram a expulsão dos caiçaras de suas terras e os métodos usados para tal, tanto pela falta discriminatória para as terras públicas, como pela facilitação das grilagens, conseqüentes da ausência do Poder Público. Como exemplo, o Sr. Amâncio denuncia na carta as grilagens praticadas e as formas bárbaras de obtenção da terra em áreas anteriormente pertencentes à fazenda do Estado e aos caiçaras que tinham sua posse – Trindade passou a pertencer à Fazenda Laranjeiras, e a Praia do Sono passou a pertencer à Fazenda Mamangá.

¹⁰¹ EMATER (1997)

“Com relação ao turismo e a construção da Br-101, denunciemos o surgimento e criação de novos negócios por empresários de fora do município que aproveitam a situação em que se encontra o município de desvalorização e estão adquirindo terras por meios ilícitos, em alguns casos ou por desastrosas grilagens. Denunciamos as grilagens praticadas e suas formas bárbaras de conseguirem a terra, e exemplificamos estas grilagens com o caso de Trindade que passou a pertencer a Fazenda Laranjeiras e da Praia do Sono que passou a pertencer a Fazenda Mamanguá, entre outros (estas áreas anteriormente pertenciam a fazenda do estado e os caiçaras tinham posse destas)”. Amâncio Feliciano Gonçalves (1997).

A falta de regularização fundiária e de demarcação e, ainda, a falta de atenção aos problemas sociais das populações residentes no interior fazem com esse parque, ao invés de encontrar-se preservado, encontre-se em um processo de degradação constante, quer pelas atividades ilegais que lá se instalaram, quer pela ausência do Poder Público na gestão do parque. O que se vê é uma forte pressão imobiliária, diversas atividades clandestinas de extração de essências nativas e de caça por caçadores profissionais e ocupação de grandes áreas por agricultores capitalizados. E a presença humana e as formas de vida dos agricultores que habitam o interior do parque, com suas técnicas de produção que passam, há anos, de geração a geração, são os fatores que menos causam impactos ao ambiente, inversamente ao pensamento preservacionista tão defendido na época.

Esses impactos sociais e culturais são os grandes fatores que levam esse parque – que nada mais é que uma mostra de todas as unidades de conservação de uso restrito do Brasil – ao insucesso de sua conservação, tanto pelo conceito de natureza protegida, como pela inércia do Poder Público na gestão da unidade.

“O Parque da Bocaina não chegou a abrir uma exceção a essa triste herança administrativa: uma vez publicado o decreto, as autoridades responsáveis deram o Parque como realizado e, de consciência tranqüila, puderam dormir em paz. Não se cogitou de uma via de acesso praticável, não só para o público, como para a autoridade fiscalizadora. (...) As dificuldades de acesso, pois, acobertam todos os abusos e infrações do regulamento. Enquanto permanecer longe dos olhos do público e das autoridades responsáveis pela sua manutenção, o Parque Nacional da Bocaina estará com os seus dias contados. Como tantas outras criações governamentais, passará a existir apenas no papel do ‘Diário Oficial’ que a imprimiu, revogadas as disposições em contrário”. O ESTADO DE S. PAULO, 5 de março de 1977.

3.2.1. Os habitantes do Parque Nacional da Serra da Bocaina

A população da região da Serra da Bocaina historicamente dependeu dos órgãos governamentais que lhes prestavam assistência para suas necessidades básicas de vida (escolas rurais, contratação de serviços temporários etc.), por meio dos programas de colonização. A atuação governamental nesses programas desenvolveu-se até 1971, quando o governo passou a priorizar a preservação da natureza, e essa nova política preservacionista fez com que a população que já habitava a região muitos anos antes do parque se visse cerceada do uso de sua terra por determinações legais.

A mudança da política pública de colonização para a de preservação da natureza mudou a prática de ação do Poder Público, provocando diversas tensões e conflitos – com ações de reintegração de posse, com fiscalização que proibia o uso da terra, que chegou a envolver funcionários do Ibama e posseiros em conflitos que geraram a morte de um posseiro em 1979.

As condições da população rural residente dentro dos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina não diferem das condições da população rural do seu entorno, tanto pelo seu modo particular de viver em áreas ecologicamente sensíveis, como pelo modo de produção que depende fundamentalmente do meio para sua reprodução. No caso das populações que se encontram no Parque Nacional da Serra da Bocaina, o que as diferencia das demais são apenas as restrições legais em vigor a que estas estão submetidas.

As famílias que continuaram morando no parque vivem permanentemente sobre a pressão da fiscalização do Ibama, que as impede de desenvolver suas atividades econômicas, quer sejam ligadas às tradicionais de subsistência, quer sejam voltadas ao turismo que vem crescendo no parque. Embora se note que esse modelo de fiscalização se desgastou ao longo dos anos, a partir da década de 90 surgem algumas tentativas novas de se encontrarem outras formas de atuação, quando o Poder Público, na forma da fiscalização, vai procurar atuar mais próximo da população, em outras atividades que não só multar e proibir. São introduzidas, então, algumas tentativas de se trabalhar com a difusão das informações sobre os aspectos legais da unidade de conservação, junto a essas populações, o que amenizou um pouco esses antigos e intensos conflitos.

Para que essas populações desenvolvam suas atividades econômicas dentro do parque, são necessárias melhorias ou benfeitorias em seus sítios, o que a legislação e, conseqüentemente, a fiscalização não permitem. Essas famílias se vêem, de um lado, pressionadas pela fiscalização e, de outro, pela pressão de pessoas de origem urbana que vêm adquirindo suas posses para instalar seus sítios de lazer.

Outro fator que pressiona as famílias residentes no parque é o ecoturismo, que vem crescendo na última década. As famílias não estão capacitadas para receber essa nova atividade econômica. Além dos conflitos existentes entre o órgão responsável pela aplicação da política ambiental e as populações residentes no parque, essas populações ainda são vistas como vilãs pelos grupos ambientalistas e pelos formadores de opinião nos meios ambientais, como cita o Engenheiro Agrônomo Rondon, diretor do Parque Nacional da Serra da Bocaina desde 1977:

“(...) o que existe na realidade é a ironia cruel do ecoturismo urbano x repressão ao uso dos recursos pelas populações residentes. Os organizadores e os usuários do chamado “turismo ecológico” são atores políticos importantes, pessoas esclarecidas, pertencentes às camadas mais privilegiadas social e economicamente, representantes de ONG’S ligadas ao setor, com espaço garantido nos veículos de comunicação em massa cuja opinião é capaz de influenciar as mais altas esferas de decisão. Os residentes são, apenas, os “vilões”, os grandes responsáveis pela destruição dos recursos naturais, dentro e fora das unidades de conservação”.

A dificuldade de encontrar referências sobre os modos de vida das populações residentes no Parque Nacional da Serra da Bocaina é resultante da presença da preocupação pública com as questões ambientais, ainda muito fortemente marcada pela visão preservacionista da natureza intocada. Portanto, o que se encontra são estudos e pesquisas que tratam das ciências naturais – biológicas e florestais em sua grande maioria. Um dos exemplos disso pode ser visto no Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, que, ao descrever o parque, nem chega a mencionar a presença de populações dentro de seus domínios. A única referência à população é quando trata dos conflitos fundiários.

“Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) representa um importante fragmento do Domínio da Mata Atlântica, agrupando ampla diversidade de tipos vegetacionais, grandes extensões contínuas de áreas florestadas, sob diversos domínios geomorfológicos. Abrange

desde áreas costeiras até vertentes íngremes no alto do planalto dissecado da Bocaina, do nível do mar a 2.088 metros de altitude. É considerado um dos principais redutos de Floresta Atlântica, coberto pela Floresta Ombrófila Densa (Submontana, Montana e Alto Montana), Floresta Ombrófila Mista Alto Montana e Campos de Altitude, ainda em bom estado de conservação, apesar de inúmeros pontos de interferência humana. Deve-se destacar a alta diversidade e complexidade natural da área, resultantes das inúmeras combinações entre tipos de relevo, altitudes, características topográficas, rede de drenagem, substrato rochoso, solos e cobertura vegetal natural. É um território com endemismos, refúgios ecológicos e espécies ameaçadas de extinção. Sua localização geográfica está compreendida entre as coordenadas 22°40' e 23°20'S e 44° 24'e 44°54'W, na divisa entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo circundado por importantes núcleos populacionais, como Angra dos Reis, Mambucaba, Paraty, Ubatuba, Cunha, Areias, São José do Barreiro e Bananal. Para estes centros a conservação do Parque é vital, uma vez que concentra grande parte das nascentes que fornecem ou podem fornecer água potável à população. Contém os cursos dos rios Mambucaba, Bracuí, Barra Grande, Perequê-Açu, Iriri, Promirim, Paraitinga, Paraibuna e cabeceiras do rio Paraíba do Sul, além das praias do Cachadaço, do Meio e Ilha da Trindade.” MMA/IBAMA/PRÓ-BOCAINA/UNICAMP//FEC/DAS/LAPLA (2002)

Os estudos encontrados sobre as populações residentes no parque, ou mesmo ao seu entorno, foram as monografias *“Práticas Sustentáveis para Manejo de Parques Nacionais Habitados: o caso do Parque Nacional da Serra da Bocaina”*¹⁰² e a dissertação de mestrado *“Preservação do modo de produção camponês no Parque Nacional da Serra da Bocaina”*¹⁰³.

Nesses trabalhos, começa a perceber-se o distanciamento daquelas velhas práticas conseqüentes do pensamento preservacionista da natureza intocada e a aproximação do novo conceito da sustentabilidade, tão preconizado a partir dos anos 80, que aqui direciona para uma nova forma de compreensão das relações entre populações humanas e a conservação da natureza. Esses trabalhos propõem-se a discutir as condições e modos de vida das populações residentes no parque e as alternativas para elevar o nível de vida e proteger os ecossistemas, através da manutenção das atividades de subsistência e de novas opções econômicas sustentáveis.

Segundo JORGE (1997), as famílias que habitam essa região dividem-se em dois grupos sociais distintos. Um desses grupos é aquele que aparece na literatura clássica como camponeses ou assalariados. São famílias que vivem em pequenas posses e das atividades agropastoris,

¹⁰² RONDON (1995).

¹⁰³ JORGE (1997).

predominantemente de subsistência, e muitos nem ao menos possuem animal de carga para auxiliá-los na distribuição do excedente produtivo. Mantêm vínculos histórico-culturais que os fixam à região e ainda guardam o modo de vida tradicional dos caipiras que aqui habitavam. Ocupam a região do Alto da Serra, ao longo do rio Paraitinga, nos municípios de Cunha, São José do Barreiro e Areias. Esse grupo, incluídos os habitantes do Bairro da Bocaina de São Roque e da Bocaininha, é o que mais vivencia problemas com a fiscalização do Ibama, que proíbe e multa novas roçadas e queimadas (o fato de chover muito nessa região faz com que as roças logo virem capoeiras e, por isso, ficam proibidas de serem usadas, e o que era roça colhida vira capoeira e, logo, desmamamento) e a população se vê sem área para plantar e ainda sem capacidade financeira para arcar com o pagamento das multas.

O outro grupo é aquele que, do mesmo modo, não possui título de terras. As famílias que pertencem a esse grupo, em sua grande maioria não são da região, não residem no local e possuem outras atividades além da agricultura, mas se dedicam à monocultura da banana, que comercializam nos mercados do Rio de Janeiro. Ocupam a planície litorânea do parque e, principalmente, as várzeas do rio Mambucaba, em Angra dos Reis, e do rio Taquari, em Paraty.

A implantação dos parques nacionais no território brasileiro, desde sua origem, vem produzindo conflitos com as populações residentes, provocando, em alguns casos, a expulsão das populações de suas áreas e, em outros, o impedimento de suas atividades tradicionais, sem considerar a qualidade dessas atividades – se predatórias ou preservacionistas –, gerando sérios impactos sociais.

O Parque Nacional da Serra da Bocaina não difere em nada dos demais parques nacionais. Segundo o Ibama, do total de parques, 70% têm população residente em seu interior. A legislação brasileira reza que a população tem seu direito histórico “possessório” garantido, podendo requerer usucapião e conseqüentemente ser indenizada pelas terras sob seu domínio. Na realidade, o que ocorre é o inverso dos direitos históricos das populações, é a prática do governo de decretar parques sem ter recursos previstos para a indenização, provocando conflitos já no momento do decreto de criação da Unidade de Conservação, por não apresentar previsão de dotação orçamentária para a desapropriação. A situação agrária na região da Bocaina é igual à de qualquer outra brasileira, enquanto antigos moradores são gradativamente expulsos, outros invadem os limites do parque.

3.2.2 A estrada Cunha–Paraty e os descaminhos da Serra da Bocaina

A estrada Cunha-Paraty, desde os primeiros tempos, foi importante eixo de ligação do litoral com o planalto. Pertencia à rede de caminhos indígenas que saíam do médio Vale do Paraíba pelo sertão adentro – as *Trilhas de Guaianás* –, até alcançar o litoral, em Paraty. Por ela, firmaram-se as relações econômicas entre a região do Vale do Paraíba e o litoral sul-fluminense – do escambo ao ouro, passando pelo café. Foi caminho da roça, em tempos de isolamento, como também caminho militar das tropas federais fiéis a Getúlio Vargas, que combateram os paulistas em Cunha, na Revolução Constitucionalista de 1932. Com o fim do ciclo do café e, conseqüentemente, com o seu desuso econômico, o caminho de Cunha-Paraty foi então apropriado pelos caipiras e caíçaras, para suas funções de caminhos da roça, caminhos da vizinhança, caminhos religiosos, caminhos da festa e outros caminhos.

A falta de ligação do litoral com o Vale do Paraíba paulista fez com que houvesse várias tentativas de implantar um sistema rodoviário que ligasse o litoral ao planalto, pelos antigos caminhos de Guaianases. Em 1925 foi aberta a então estrada Cunha-Paraty, parcialmente sobre o antigo leito do Caminho do Ouro, com alguns desvios, principalmente entre a localidade do Bairro dos Penhas – aproximadamente a 8 km de Paraty – e a localidade de Estiva Preta, hoje conhecida como Fecha Nunca.

Na década de 30, a estrada Cunha-Paraty ganhou nova função, embora dessa vez uma função temporária, e sobre ela foram feitas melhorias rodoviárias para que as tropas federais de Getúlio Vargas transpusessem a Serra da Bocaina, para, do litoral, alcançar o planalto e então São Paulo. O intenso trânsito dessas tropas, porém, tornou a estrada intransitável, e assim ficou até a década dos 50. Em 1954, devido ao interesse turístico da gente de São Paulo pela região de Paraty, que só conseguia chegar à cidade pelos caminhos do mar, vindo de Angra dos Reis, tentou-se regularizar o fluxo de automóveis, e a estrada foi reaberta para o tráfego de automóveis, já com o traçado que tem até hoje.

Por quase quatro séculos, esse caminho cumpriu sua função de ligação do litoral com o planalto, mesmo alternando entre períodos de maior facilidade e de maior dificuldade de trafegabilidade. Com a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, esse quadro começa a ser mudado e a estrada Cunha-Paraty vai ficando cada vez mais abandonada. A inauguração

da rodovia Rio-Santos (1974) acentuou esse quadro, já que as antigas dificuldades para se alcançar o litoral sul-fluminense resolveram-se no leito dessa nova estrada, e o antigo caminho fica cada vez mais esquecido.

Em 1971, o governo do Estado do Rio de Janeiro tinha iniciado a construção da estrada que ligaria Paraty a Cunha, sobre o antigo leito da estrada Cunha-Paraty. Essa tentativa de retomar o acesso entre o litoral e o planalto fazia parte dos grandes projetos de desenvolvimento e de fomento ao turismo da região, concretizados no planalto com o asfaltamento da Rodovia Paulo Virgílio (Guaratinguetá-Cunha), e na faixa litorânea com a construção da Rodovia BR-101 (Rio-Santos). Mas essa iniciativa reduz-se ao fracasso, com a falência da empresa contratada para a construção da estrada, em 1984, e novamente ela fica praticamente intransitável. Em 1986, como se não bastasse o descaso que se mantinha com essa estrada, o Ibama solicitou o embargo judicial das obras de pavimentação e conservação do trecho que se encontra dentro do parque, como forma, segundo eles, de proteger os recursos naturais do parque.

“PARQUE AMEAÇADO. ‘A pavimentação da estrada que cota no Parque Nacional da Bocaina, afirma Francisco Cerignoni, delegado regional do IBDF, trará prejuízos ao parque: poluição dos veículos, facilitação de entrada de posseiros e invasores, matança de animais, perigo de incêndio, e principalmente a descaracterização do parque, local aonde é proibido o tráfego pesado de veículos e que só deve ser aberto a visitação pública.’ FOLHA DE S. PAULO, 2 de abril de 1986.

E a estrada Cunha-Paraty, que havia sido sempre importante eixo de relacionamento, passa agora, com esse embargo, a ser a grande barreira entre o planalto e o litoral, tanto para a população da região do Vale do Paraíba paulista, como para o Poder Público local. Insatisfeitos com essa nova condição, diversos setores da sociedade e do Poder Público local iniciam uma grande mobilização para mudar essa condição imposta pelo embargo, e o conjunto de prefeitos, atendendo às reivindicações da população, iniciam por conta própria, à revelia do embargo, obras para a manutenção dessa estrada.

“Sete prefeitos do trecho paulista do Vale do Paraíba vão ser processados pelo IBDF por descumprirem uma decisão judicial...Os prefeitos de Guaratinguetá, Roseira, Piquete, Lorena, Aparecida, Cachoeira Paulista e Cunha, em fevereiro deste ano, resolveram enviar ao Estado do Rio de Janeiro servidores, caminhões e máquinas municipais para

completar as obras da estrada Cunha-Paraty, que recortam o Parque Nacional da Bocaina. A iniciativa de acabar por conta própria as obras da estrada partiu do prefeito paulista de Cunha, José Abdala, conhecido como Zelão. Ele consultou outros prefeitos da região e pediu ajuda de servidores e máquinas. De início todos acharam que a decisão era 'uma grande loucura'. Primeiro que o trecho pertence ao Estado do Rio e, finalmente, porque as obras estavam embargadas por um juiz federal sob o argumento de que traria prejuízos ao equilíbrio ecológico de um parque nacional. Mas, atendendo as reivindicações dos moradores da região que desejam novas saídas para o litoral, os sete prefeitos paulistas concordaram.” O ESTADO DE S. PAULO, 22 de julho de 1987.

A partir daí, acentua-se a problemática da Estrada Cunha-Paraty. As diversas tentativas de regularização e conservação dessa estrada, empregadas pelos órgãos estaduais e municipais, esbarraram inevitavelmente nas restrições impostas pelo Ibama. E desde então espera-se uma manifestação oficial do Ibama, tanto para o Relatório de Impacto Ambiental (finalizado em 1990), que deu as diretrizes de execução das obras de pavimentação dessa estrada, como para os outros projetos apresentados, como o da Estrada-Parque Cunha-Paraty, do Arquiteto José Jorge Boueri, em conjunto com os técnicos do DNER. Esse projeto propunha o asfaltamento do trecho de 12 quilômetros da rodovia Cunha-Paraty, que atravessa o Parque Nacional da Serra da Bocaina, transformando-a em 'estrada-parque', vinculada a uma proposta de turismo cultural e ambientalista.

Durante todos esses anos de diversas demandas sobre a estrada, as únicas iniciativas empregadas pelo Ibama foram, em 1993, a assinatura do Termo de Cooperação Técnica para “serviços emergenciais para a simples conservação do leito da estrada atualmente existente”, entre o município de Paraty, o Ibama/RJ e o DER/Rio de Janeiro, que não chegou a alcançar a viabilização de fato da trafegabilidade; e a contratação do estudo para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, no qual se vincula a solução para a estrada ao zoneamento proposto pelo Plano de Manejo. O Plano de Manejo foi desenvolvido em duas fases; a primeira fase em parceria com Associação Pró-Bocaina (concluída em 1997) e a segunda fase em parceria com a mesma instituição e com a Unicamp//FEC/DAS/LAPLA (concluída em 2002).

A ausência de uma solução para a recuperação dessa estrada é o grande impedimento para que as populações urbanas e rurais da região do litoral sul-fluminense e do Vale do Paraíba

paulista recuperem seus antigos e históricos caminhos de ligação econômica e cultural, como também possam ter acesso aos bens e serviços públicos somente encontrados nos centros urbanos próximos. A falta de solução também é um dos maiores fatores para a degradação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, tanto pela dificuldade que proporciona para fiscalização, como pela crescente ocupação por diversos usos turísticos ou mesmo agrícolas comerciais, que não se compatibilizam com a preservação do parque.

3.2.3. Revisitando o Parque da Serra da Bocaina

Re-percurso pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina – Areias, São José do Barreiro e Cunha, 1996, baseado nas “Cadernetas de Viagem à Bocaina – 15/11/45” e “Caderneta de Viagem n. 9. 1947” e álbuns fotográficos “Coleção Carlos Borges Schmidt”

Iniciou-se o percurso pela Rodovia dos Tropeiros, a caminho de São José do Barreiro, passando pelas cidades de Silveiras e Areias. Percebeu-se a presença de poucos bairros rurais, distantes entre si e com baixa densidade. As atividades econômicas que se destacavam nesse trecho eram as olarias e a pecuária.

Em São José do Barreiro, tomou-se o caminho da entrada principal do “Parque Nacional da Bocaina”. Por toda a extensão dessa estrada, notou-se uma ocupação linear de propriedades rurais e de sítios de lazer, organizados dispersamente.

Da portaria do Parque Nacional da Bocaina, tomou-se o caminho da Fazenda Barreirinha, já dentro dos limites do parque. Esse percurso é formado por poucos sítios, muito dispersos, cuja grande maioria apresenta importantes características tradicionais da arquitetura rural da região. Seguimos para o Bairro das Posses, que está desabitado. As

Repercurso de viagem

famílias que nele moravam mudaram-se por problemas com a fiscalização do parque, que as impedia de fazer suas roças. Impedidas de trabalhar, mudaram-se, mesmo sem terem sido desapropriadas pelo Ibama, ou seja, tiveram (por pressões) de abandonar suas terras.

Encontramos o casal Sebastião e Wanda na Fazenda Barreirinha, onde pousamos e onde foi feita a maior parte dos levantamentos.

Como vivem

Sebastião trabalha para a Prefeitura de São José do Barreiro, mas considera a agricultura sua atividade principal. Planta milho (que é moído nas proximidades em moinho emprestado) e feijão, ambos pelo sistema de agricultura itinerante. Sebastião ainda conta com alguns meeiros. Não sabe precisar qual a área que cultiva, mas sim a medida de semente – litros ou sacos – que planta.

Wanda cuida da casa e dos seus sete filhos. Também cuida da horta e da criação (patos, porcos, galinhas), que servem para a alimentação da família, e nesse serviço conta com a ajuda dos filhos mais velhos.

O leite de gado do sítio é utilizado pela família e, quando há excedente, Wanda produz queijo. Seus filhos estudam na escola rural próxima, localizada no Bairro de Olaria, 2 Km morro abaixo de sua casa. Todos cursam o 1º grau.

As festas mais importantes da região são a Festa de Reis e a Festa da Cruz. Para a Festa de Reis (24 de dezembro a 6 de janeiro), a comunidade de um raio de mais ou menos 30 quilômetros solidariza-se e participa dos seus preparativos durante grande parte do ano. A Festa da Cruz (3 de maio) é uma homenagem aos soldados mortos na

Anexo II, p. 253

Anexo II, p. 253

Caminho São José do Barreiro para o PNSB –
Ocupações dispersas

Limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina

Revolução de 22. No próprio bairro, entre a Fazenda Barreirinha e a Olaria, foi erguida uma igreja de pau-a-pique em homenagem ao soldado morto. Outra festa importante é a da colheita, festejada em São José do Barreiro. Para o povo dessa região, São José é a referência de centro.

O mutirão é pouco praticado, só mesmo quando necessário no plantio e na colheita. O mutirão para construção das casas ocorre muito raramente nos dias de hoje.

A casa que eles habitam divide-se em três corpos distintos. O primeiro bloco é de pau-a-pique, e foi construído pelo pai do Sebastião, Sr. Agnaldo, há 30 anos. A cobertura inicial, anteriormente de sapé, hoje é de telha francesa. Atualmente, o Sr. Agnaldo mora no bairro dos Macacos e ainda constrói, por lá, em pau-a-pique. Nesse bloco encontra-se a cozinha, a “área de serviço” e o quarto do casal. O segundo bloco, feito anos depois, é em tábua de madeira rejuntada com cobertura da mesma telha. Utilizaram a madeira por ser um material local, farto e disponível. Nesse bloco encontram-se os quartos das crianças e de pouso de visitantes (turistas). O terceiro bloco, feito para a ligação dos demais, é em bloco baiano, com cobertura da mesma telha. Nele se localizam a sala de refeições e os dois banheiros. O forro da casa é de taquara trançada, uma tradição que foi mantida no local. Esse forro foi feito pelo pai da Wanda, Sr. José Divino Pires, que hoje mora em São José do Barreiro e continua a fazer seu artesanato de taquara (forro, balaies, esteiras etc.).

O centro da casa é a cozinha, com um fogão de lenha nas proporções de 3,0 m x 1,5 m, local onde a família estuda, come, conversa e recebe seus amigos. É interessante notar que a sala de refeições só é utilizada quando há visitantes. O hábito da família é fazer suas refeições na cozinha, cada um em um canto.

Fazenda Barreirinha – Casa Wanda e Sebastião

Benfeitorias

Forro de Taquara

Fogão à lenha

Wanda e Sebastião-Vestimenta da festa de Reis

O Bairro Olaria é o centro do bairro rural e a referência para todos os sítios em torno dele. Lá se encontram a venda, a escola, a parábólica etc.

Depois seguiu-se o caminho do Bairro Dona Luiza, e entre esses dois núcleos não se verificou a presença humana tanto por construções ou mesmo por roças e crias. No bairro de D. Luiza, encontrou-se uma casa que apresenta importantes traços da arquitetura rural mineira, e que provavelmente, pela sua tipologia, era a sede do sítio que deu nome ao bairro. Mas como também encontra-se abandonada, não se obtiveram mais informações.

Continuamos pela trilha para o Bairro do Taquaral, passando depois pelo Bairro do Charquinho, até chegar a Campos Novos de Cunha. A partir do Taquaral, começa a notar-se a presença mais freqüente de sítios, tanto de produção agrícola, como alguns também de turismo. Ao se aproximar de Campos Novos de Cunha, essa freqüência fica mais acentuada. A partir de Campos Novos de Cunha para Cunha, a ocupação da região transforma-se rapidamente. Aqui as características já são vinculadas às atividades turísticas e urbanas. Em Cunha, finalizou-se o percurso.

Sede do bairro rural – Olaria

Igreja – Olaria

Caminho – Bairro D. Luiza

Casa abandonada – D. Luiza

Sítios – Caminho D. Luiza – Campos Novos de Cunha

Serra da Bocaina

CAPÍTULO IV

As questões territoriais e os novos vínculos rural-urbanos

A diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Hoje, o rural pode ser entendido como uma continuação da organização da atividade econômica e espacial do urbano. Não se pode mais identificar as cidades apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. O meio rural brasileiro urbanizou-se nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura e do prolongamento do mundo urbano naquele espaço tradicionalmente definido como rural.

Essas profundas transformações devem-se, tanto ao avanço da modernização agrícola¹⁰⁴, quanto à introdução de novas atividades no seu interior. Até recentemente, o espaço rural era considerado sinônimo de ou coincidente com a agricultura e oposto ao espaço urbano, este sempre associado à indústria e às atividades de serviço – setores não-agrícolas. O espaço rural não é mais somente o lugar produtor de mercadorias agrárias, é também ofertador de mão-de-obra, ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, ou seja, é um espaço que agora consorcia as antigas atividades agrárias com novas atividades urbanas.

No Brasil vários estudos têm investigado as novas feições do meio rural brasileiro, dentre eles o “Projeto Rurbano”¹⁰⁵, cuja hipótese geral é a existência de um significativo processo de reestruturação do espaço rural, em função da perda progressiva de geração de renda pelas atividades agrícolas tradicionais e a introdução de novas atividades produtivas deslocadas do meio urbano para o meio rural, ou ainda outras atividades criadas ou recriadas do meio rural em novas bases.

Essa estruturação do espaço rural, segundo GRAZIANO DA SILVA (1997), deve-se à queda sistemática do emprego agrícola, desde meados dos anos 80, e ao crescimento da população rural ocupada. Isto significa uma compensação de perdas de postos de trabalho no setor

¹⁰⁴ Agrícola no sentido genérico do termo. É referente ao conjunto das atividades agrícola, pecuária, pesca e de extração vegetal.

¹⁰⁵ “Projeto Rurbano”, do Instituto de Economia da Unicamp, coordenado pelos Professores Doutores José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann.

agrícola e a criação de inúmeras “novas atividades” não-agrícolas no meio rural, ou seja, um conjunto de atividades rurais não-agrícolas (ORNAs).

Do ponto de vista econômico, essas atividades encontram-se dentre aquelas desvinculadas das atividades agrícolas e vinculadas ao setor de prestação de serviço, e que, genericamente, distribuem-se entre as atividades não agrícolas ligadas à agroindústria; a moradia e lazer, como por exemplo: lazer de feriados e finais de semana em chácaras e sítios de recreio, hotéis-fazenda, spas, pesque-e-pagues; as atividades turísticas - ecoturismo, turismo rural, agroturismo, turismo patrimonial e outras categorias de turismo; as novas atividades agropecuárias, ligadas a nichos de mercado especiais; as atividades de preservação e conservação da natureza; sem falar nos condomínios residenciais de alto e médio padrão para os que fogem da insegurança das cidades e nas moradias das classes populares que procuram no meio rural uma alternativa para a escassez de moradia e empregos nas cidades.

Desse conjunto de atividades não agrícolas as que mais vem solicitando os espaços rurais são as ligadas ao lazer - chácaras e sítios de lazer - e ao turismo em suas mais diversas formas. Essas atividades começam a intensificar-se a partir dos anos 70, devido à crescente preocupação pública com as questões ambientais, que vão buscar na natureza e na vida no campo novos contatos e novos valores “purificadores” do corpo e do espírito corrompidos pela sociedade industrial – o ar puro, a simplicidade da vida, as áreas naturais. Além de estimular uma intensa atividade de lazer e turismo sobre o meio rural, essa preocupação também mudou os padrões de consumo das populações urbanas, que demandaram do meio rural novas atividades direcionadas para nichos especiais de mercados – olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais, como rãs, canários, aves exóticas, e ainda e principalmente as atividades de preservação e conservação da natureza.

Vê-se, hoje, o crescimento exponencial das atividades não agrícolas, que cada vez mais alcançam aqueles espaços até então esquecidos geograficamente e economicamente. Além disso, começa a destacar-se como uma economia importante para grande parte dos pequenos produtores rurais, que se vêem sem alternativas econômicas em função das restrições ambientais, a que seus lugares estão submetidos, dadas suas características naturais.

O efeito da nova demanda ecológica sobre o campo logo ampliou as possibilidades de trabalho para a população rural, que até então dedicava-se quase que exclusivamente à agricultura. O campo passa a ser visto, não mais como agrícola, mas como local de lazer, de turismo, uma opção de residência, enfim um lugar alternativo para as pessoas da cidade, criando novas demandas e redesenhado profundamente a paisagem rural.

Segundo WANDERLEY (1996) algumas experiências conhecidas na comunidade européia, nas últimas décadas, mostram a transformação do “campo” em um lugar de vida, mais que um lugar de produção agrícola. Essa transformação opõe-se àquela antiga visão dualista do “rural” e do “urbano” como duas realidades distintas, uma em negação à outra, com critérios descritivos do “rural” como meramente agrícola e “atrasado” e do “urbano” como industrial e “moderno”. Com isso, o campo passa a ser visto agora como um lugar de viver e de usufruir.

Não é somente a ocupação rural não-agrícola que vem transformando, nesses últimos anos, as antigas feições do meio rural. O efeito da pluriatividade¹⁰⁶ é também um dos fatores de grande importância nessa transformação, pois além de auferir outros rendimentos para as famílias rurais, também se mostra como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. A pluriatividade tem mostrado significativo movimento de reorientação do trabalho no campo, com a redução do trabalho agrícola em tempo integral, ou seja, mostrando-se capaz de manter alguma parcela da população no campo e viabilizar as pequenas unidades produtivas que não conseguem sobreviver ao mercado. Também está apontando para um desenvolvimento local que valoriza os aspectos socioeconômicos, ecológicos e culturais dos diversos segmentos dos grupos sociais rurais.

Portanto, o meio rural brasileiro apresenta “novas” funções e “novos” tipos de ocupações com atividades produtivas deslocadas do meio urbano e recriadas do meio rural em novas bases, não se podendo mais caracterizar o meio rural brasileiro como estritamente agrário. A redução relativa do emprego agropecuário no espaço rural e o crescimento dos setores de serviços ligados a atividades urbanas, não mais exclusivamente ligados à agropecuária, sugerem um decréscimo proporcional do êxodo rural e, conseqüentemente, a diminuição

¹⁰⁶ Segundo GRAZIANO DA SILVA (1997), o conceito de pluriatividade é a conjunção das atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não-monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária, considerando todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não-assalariado, realizados dentro e ou fora das explorações agropecuárias. O conceito da diversificação produtiva e da agricultura em tempo parcial fica contido no conceito de pluriatividade.

da pobreza nas periferias urbanas¹⁰⁷. Os espaços rurais não são mais apenas um local de moradia e trabalho agrícola. Essa dissociação crescente entre local de residência e local de trabalho, que há muito já ocorreu nas cidades, é mais um indicador da urbanização do campo brasileiro e uma possibilidade de fixar os trabalhadores rurais, com melhores condições, e configurando uma nova “multifuncionalidade do espaço rural”.

O que não acompanhou essas mudanças do meio rural brasileiro foram as políticas públicas de desenvolvimento territorial, que equivocadamente dedicaram-se a atender ao desenvolvimento rural, sempre associado à agricultura moderna, e ao desenvolvimento urbano, como prioritário, já que se entende o país como um país urbanizado.

A ausência de políticas de desenvolvimento rural acentuou as disparidades regionais e as regiões ditas “atrasadas” ficaram no esquecimento, portanto sem um desenvolvimento justo que atendesse a demandas locais e ainda sem incentivos para outras atividades não-agrícolas; ou seja, não se criaram nessas regiões outras alternativas de desenvolvimento. E nessas áreas, ditas atrasadas, que não são favoráveis às grandes plantações – quer por questões geográficas, quer por questões econômicas –, não se desenvolveu uma organização espacial que minimizasse o distanciamento econômico entre o meio rural e o meio urbano.

Segundo VEIGA (2001), essas políticas de desenvolvimento territoriais equivocadamente têm-se pautado, nos critérios adotados pelo governo Getúlio Vargas, de 1938, para a conceituação do urbano e do rural, e que considera como cidade toda sede de município, e como vila toda sede de distrito, mesmo com características econômicas completamente diferentes. Essa falta de clareza para o que é urbano e rural não consegue alcançar a realidade local da maior parte dos municípios brasileiros.

Esses critérios, adotados até hoje¹⁰⁸, impedem caracterizar o território que não se encontra inserido na rede urbanizada, bem como a constituição de uma tipologia que retrate a diversidade territorial. O Censo 2000 IBGE afirma que o país é hoje 81,2% urbano e 18,8 % rural. Segundo VEIGA (2001), 90% desses municípios que o IBGE considera como urbanos não fazem parte de aglomerados urbanos, e portanto não deveriam ser caracterizados como tal, mas sim como rurais. Afirma ainda que somente 600 desses municípios apresentam

¹⁰⁷Um emprego urbano custa seis vezes mais caro que um no meio rural, e manter uma família na cidade custa ao Poder Público 22 vezes mais caro que no campo.

¹⁰⁸ **Críticos adotados pelo IBGE para definir área urbana e rural:** **a) Áreas Urbanas:** áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas: 1) áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana, 2) áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros etc., 3) áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores; **b) Áreas Urbanas Não-Urbanizadas:** áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas; **c) Áreas Urbanas Isoladas:** casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município. **d) Áreas Rurais – Extensão Urbanas:** áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município; **e) Áreas Rurais – Povoados:** aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário, por possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender a seus moradores. Os serviços que deve integrar regularmente um povoado são: 1) pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo, 2) pelo menos dois dos três serviços seguintes: 2.1) estabelecimento de ensino de primeiro grau; 2.2) posto de saúde; 2.3) templo religioso de qualquer credo; **f) Áreas Rurais – Núcleo:** é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.), e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados. É considerado, pois, como característica definidora desse tipo de aglomerado o seu caráter privado empresarial; **g) Áreas Rurais – Outros:** são os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário; **h) Áreas Rurais – Exclusive:** áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

características que poderiam lhe conferir a qualidade de cidades. Para demonstrar essa mioopia, VEIGA ainda cita ironicamente: *“não há 600 municípios que tenham uma livraria no Brasil”*.

O autor propõe a adoção de outros critérios para definir o meio urbano, que não apenas o lugar de residência ou mesmo taxas de urbanização, conforme os critérios vigentes, e afirma que se olharmos para esses municípios da ótica da urbanidade (ou seja, relacionando os bens e serviços públicos que um município deveria ofertar obrigatoriamente a todo o cidadão) e não com os critérios vigentes adotados pelo IBGE, veremos que a população rural é de no mínimo 30%, e ainda 13% em situações ambíguas.

Isso quer dizer que existe um grande número de pessoas que residem em áreas consideradas urbanas, mas com características de áreas rurais, tanto no que diz respeito à economia do lugar como dos serviços urbanos que lá não chegaram. Afirma-se, assim, a visão que o Brasil tem de si mesmo de um país urbanizado, cujas previsões o levariam, em 2030, a ser um país totalmente urbanizado. Firma-se aí a idéia de que não se devem desenvolver políticas para o desenvolvimento rural, pois logo essa categoria não mais existirá.

Recentemente, nos anos 90, o foco de atenção volta-se para o desenvolvimento rural sustentável, resultante das preocupações com o desenvolvimento territorial e da preocupação pública com as questões ambientais pautadas nos novos paradigmas da sustentabilidade, que agora não vêem mais o meio rural somente como o lugar da agricultura, mas sim como uma extensão da vida urbana e das preocupações crescentes com a gestão e a conservação dos recursos naturais. O desenvolvimento rural e o urbano começam então a ser considerados como incluídos e alvos de políticas públicas dependentes. A necessidade de urbanizar a área rural e de ruralizar as cidades – agricultura urbana e recuperação dos ambientes naturais da cidade – passa a ser vista dentro da mesma lógica.

A partir daí, o território rural começa a receber atenção dos meios acadêmicos, governamental e da sociedade civil organizada, que passa a preocupar-se com o desenvolvimento rural, não apenas em relação aos seus impactos, mas igualmente quanto a sua racionalidade e estratégia operacional.

E como naquele tempo dos estudos construídos no Brasil na década dos 40, que olhavam o rural frente a aceleração do movimento urbano industrial, agora de novo o rural passa a ser olhado como um lugar possuidor de uma diversidade sociocultural e ambiental que possui ilimitadas possibilidades de ser o guardião do futuro das cidades.

4.1. Pequeno produtor – os caipiras e os caiçaras

Nas últimas décadas, vários autores têm definido o caipira, o camponês, o pequeno agricultor familiar, a partir de diferentes características. No Brasil, assistimos a uma seqüência interminável de denominações que obedeciam aos pontos de vistas dos analistas dos interesses das classes que dominavam a política e o Estado, durante boa parte da nossa história. Assim, de acordo com os critérios hoje aplicados, um agricultor com determinadas características poderia ser denominado “colono”, “posseiro”, “meeiro”, “parceiro”, “morador”, “de subsistência”, “pequeno agricultor”, “baixa renda”, “miniprodutor”, “microprodutor”, “familiar”, “camponês”, além de outras como “tradicional”, “despossuído”, “excluído”, “mutuário”, “irrigante”, “assentado”, “multiplicador”, “integrado”, “líder”, dentre outras.

Para WANDERLEY (1996), o camponês é entendido como aquele cuja família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Para a autora, esse caráter familiar não é mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família. No entanto, apresenta particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que se referem aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma como se insere na sociedade global.

Para SHANIN (1996:54), essa categoria seria um “tipo geral”, que inclui quatro facetas interdependentes: (1) “a roça da família camponesa como a unidade multidimensional básica da organização social”, em que a família é a base do trabalho, que se compõe numa unidade autárquica em torno da roça; (2) “o trato da terra como principal meio de vida”, em

que os ciclos sazonais influenciam a vida da família e os acontecimentos familiares refletem-se na dinâmica da lavoura; (3) “padrões culturais específicos ligados ao modo de vida de uma pequena comunidade/vizinhança rural”, dentro da qual a maior parte das necessidades camponesas de vida e reprodução social pode ser atendida; e (4) “a posição de subalterno”, o domínio do campesinato por elementos de fora, que subordinam culturalmente e exploram economicamente através de impostos, arrendamento, corvéia, juros e relações comerciais desfavoráveis.

Afirma JORGE (1997) sobre o camponês: “Não é a inserção na divisão social do trabalho e o papel que ele desempenha que explicam o comportamento camponês; ao contrário, é pelo seu comportamento que se pode compreender a maneira como ele é, enquanto unidade subjetiva, inserindo-se socialmente”. Segundo ABRAMOVAY (1992), essa unidade de produção não se constitui em resquício histórico, fadado ao desaparecimento. Esse camponês apresenta regras próprias de reprodução, condições favoráveis para absorver o processo técnico e, assim, potencial para alavancar a produção agrícola do Brasil e de outros países.

Para DIEGUES (2000), são as populações que desenvolveram modos de vida particulares, que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até linguagens específicas, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra. Para o autor, essa sociedade encontra-se na categoria dos camponeses, que dependem fundamentalmente do cultivo da terra. Podem ser pescadores, pescadores-lavradores, artesãos, extrativistas, e em grande parte dependem, para sua reprodução social, econômica e cultural, das cidades na qual estabelecem trocas. Afirma ainda que essas culturas tradicionais desenvolvem-se a partir da pequena produção mercantil e distinguem-se das outras que se associam ao modo de produção capitalista, que não só a força de trabalho como a própria natureza se transforma em objeto de compra e venda (mercadoria). Para essas populações, a natureza é um espaço que determina e garante a todos controle e uso dos recursos naturais, como: meios de subsistência; meios de trabalho e produção; meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais.

Finalmente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)¹⁰⁹ define essa categoria social dentro da classificação de agricultura familiar, “caracterizada como aquela exercida por membros da mesma família compreendendo a gestão, o fornecimento da mão-de-obra necessária. Os meios de produção pertencem à família e a renda é, em sua quase totalidade, oriunda da atividade agropecuária”.

O termo “agricultura familiar” é relativamente recente na América Latina. Nos Estados Unidos, o sistema “family farm” predominou durante varias décadas como uma estratégia de consolidação de uma classe média rural com altos índices de produtividade e tecnificação dos processos de produção. Na Europa do Oeste, a propriedade familiar é uma instituição antiga, estável e influente. Na América Latina, principalmente na espanhola, o termo “campesino” ainda é utilizado com maior frequência para designar uma grande variedade de agricultores com características bem marcantes.

Esse pequeno agricultor também se encontra na categoria “agricultor familiar” definido a partir do conceito geral que lhe é atribuído por VEIGA (1991), ABRAMOVAY (1992) e FAO/Inra (1995), como: produtores rurais, proprietários ou não, que trabalham direta e pessoalmente a terra, com a produção baseada fundamentalmente no trabalho familiar e que ocasionalmente podem utilizar outros poucos elementos, remunerando-os de maneira variada; praticam a policultura, com pequena produção obtida em áreas não-extensas e por meio de técnicas rudimentares, destinada ao consumo familiar, sendo apenas o excedente destinado para o mercado; possuem relativa independência com relação à sociedade, graças à auto-suficiência, porém estabelecem alguma relação econômica com a sociedade; são organizados pelo grupo doméstico da vida econômica e da vida social da coletividade, sendo a direção dos trabalhos decisão do chefe da família; subordinação econômica, social e política de outras categorias, tanto rurais quanto urbanas; possuem uma rica cultura apesar do baixo nível de vida e de instrução; e em sua maioria são pluriativos.

Define-se portanto esses agricultores como aqueles que trabalham em família, decidem suas ações e podem recorrer a trabalhos assalariados de forma complementar, possuem ou não uma propriedade territorial, e que dela criam o seu usufruto. Famílias que herdaram ou conquistaram o direito de trabalhar na terra e procuram reproduzir – sempre que possível –

¹⁰⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado pelo Governo Federal, destinado a apoiar as atividades produtivas exploradas com o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. O Pronaf foi instituído, no âmbito do crédito rural, em 24/8/95, através da Resolução n.º 2.191, do Conselho Monetário Nacional, e também pelo Decreto n.º 1.946, de 28/6/96.

as mesmas condições sociais de crescimento patrimonial que tiveram os seus pais. Famílias que detêm os seus meios de produção, ao mesmo tempo que trabalham diretamente no estabelecimento rural. Portanto, entende-se que a agricultura familiar não significa nem atraso nem pobreza. E será o caráter tecnológico que determinará um novo parâmetro para a produção rural, com o emprego de tecnologia, de crédito, de extensão rural e de acesso aos mercados. A pequena propriedade pode auferir renda e pode transformar-se em negócio economicamente viável.¹¹⁰

A importância dessa categoria no cenário nacional pode ser verificada na Pesquisa Agropecuária Incra-IBGE (1985), que contou 4,3 milhões de estabelecimentos familiares, ou seja, 75% do total de estabelecimentos no país, distribuídos em: 13% no Sudeste; 21% no Sul; 3% no Sudoeste; 3% no Centro-oeste; 10% no Norte e, finalmente, 53% no Nordeste, com uma área correspondente a 22% do total dos estabelecimentos do país. O levantamento censitário da produção agrícola do Estado de São Paulo – Projeto Lupa – somou 180.000 produtores, com menos de 30 há; porém, desse total, apenas 10% destes têm acesso ao crédito rural, o que demonstra a importância da participação destes e, ao mesmo tempo, a ausência de políticas públicas para essa categoria.

Os caipiras de Cunha – sitiante, meeiro, parceiro, pequeno agricultor familiar – e os caiçaras de Paraty – pescador-lavrador, pescador artesanal – sobreviveram precariamente em nichos entre as monoculturas e outros ciclos econômicos, em pequenas propriedades em que desenvolvem atividades agrícolas, da roça ou da pesca, de pequena pecuária, e cuja produção se dirigia principalmente à subsistência familiar e de poucos excedentes para o mercado, que por razões históricas e sociais organizam sua produção para a sobrevivência imediata, sem vincular ao mercado.

Hoje, esses caipiras e caiçaras pertencem à categoria denominada de agricultor familiar, que neste caso não é simplesmente uma categoria de produtores agrícolas, voltados a uma agricultura de subsistência, mas sim na sua condição atual de produtores familiares pluriativos – ligados às atividades de turismo –, cujo resultado representa um elemento fundamental na sua estrutura e na viabilização de sua reprodução presente e futura.

¹¹⁰ A base social do desenvolvimento agrícola nos países capitalistas centrais (EUA, Canadá, Europa Ocidental, Japão) e recentemente os asiáticos é formada por unidades produtivas em que a gestão, o trabalho e as regras de sucessão patrimonial são predominantemente familiares. Essa base de unidades familiares de produção é que constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras dessas nações.

Esses agricultores familiares – caipiras e caiçaras de Cunha e Paraty – atualmente estão partilhando, mesmo que ainda de modo incipiente, das recentes e latentes questões ambientais, através de programas e projetos governamentais e não-governamentais para a conservação da natureza. Esses agricultores familiares, neste novo cenário, passam a ser vistos como possíveis parceiros no processo de conservação da natureza, pondo em prática aquele paradigma da sustentabilidade que muito tempo ficou somente nos discursos governamentais e nos movimentos ambientalistas, agora como um modelo a ser alcançado, distanciando-se daquela ultrapassada visão preservacionista que prevaleceu por muitos anos nas políticas públicas para a conservação da natureza.

Agora, esses caipiras e caiçaras, ou agricultores familiares, passam a ser atores sociais do processo de conservação da natureza, e além de serem produtores de alimentos e de outros produtos agrícolas, e ainda vinculados a outras atividades não agrícolas, podem ser os guardiães da paisagem e conservadores da natureza. E a agricultura familiar, nesse novo contexto, se faz uma nova forma de atender às questões sociais e ambientais.

CAPÍTULO V

Cunha e Paraty: os caminhos do turismo

As cidades, os bairros rurais e as vilas caiçaras do Planalto da Bocaina e Paraitinga e do litoral sul fluminense, passado o período do auge da economia cafeeira, ficaram distanciados de quaisquer atividades econômica em bases comerciais. Nem a chegada dos grandes projetos de desenvolvimento urbano-industrial, com seus novos caminhos rodoviários e as atividades econômicas intrinsecamente associadas a eles – industriais, urbanos e turísticos –, que modificaram a configuração territorial e as relações socioeconômicas das regiões vizinhas do médio vale do Paraíba e menos intensamente do litoral norte paulista, alcançaram a região de Cunha e Paraty, onde se mantiveram, até os anos 70, os moldes tradicionais de vida do início do século XX.

O Vale do Paraíba, diferente do Planalto da Bocaina e Paraitinga e do litoral sul-fluminense, havia passado, já nas primeiras décadas do século XX, por importantes mudanças econômicas, que o transformaram em um dos principais pólos industriais e tecnológicos do país. O setor industrial não foi o único que contribuiu para essas importantes mudanças: o setor agrícola também teve importante participação na transformação do vale, desde os tempos da colônia – com a policultura de abastecimento para as tropas que seguiam para as regiões auríferas; com a cultura canavieira em bases comerciais; com a cultura cafeeira e com os produtos complementares de subsistência para as cidades e fazendas do café. E a partir dos anos 70, a pecuária colaborou para fazer do vale do Paraíba um dos maiores produtores de leite do Estado de São Paulo, além do cultivo de arroz, batata, mandioca, milho, feijão, tomate, frutas, verduras, flores, reflorestamento de pinus e eucaliptos, dentre outros.

Apesar de o vale ser um dos principais pólos industriais e tecnológicos do país, a agricultura ali foi e ainda é praticada, em grande parte, nos moldes tradicionais e a região teve fraca inserção no processo de modernização, com agricultura capitalizada apenas nas glebas agrícolas próximas ao eixo industrial e com pouca representação no total da renda agrícola.

Nem toda essa intensa atividade econômica do médio vale Paraíba e nem a pequena distância existente entre as cidades do médio vale do Paraíba e as cidades de Cunha e de Paraty¹¹¹ foram suficientes para alcançar direta ou indiretamente essas cidades, o que criou um enorme distanciamento entre o desenvolvimento territorial gerado pela intensa atividade industrial, agropecuária e urbana para o médio vale do Paraíba, turística e imobiliária em ascensão para o litoral norte paulista, e a realidade de estagnação econômica e isolamento geográfico dessas cidades vizinhas.

Esse cenário só começou a ser modificado a partir dos anos 70, anos do “milagre econômico” dos governos militares, com os incentivos e investimentos aplicados para o desenvolvimento urbano-industrial da região do macroeixo paulista e de fomento ao turismo para a região litorânea, concretizados na região, principalmente, com os projetos de expansão da rede urbana ligada ao eixo da Rodovia Dutra do médio Paraíba paulista – dentre os quais o asfaltamento da Rodovia Paulo Virgílio (Guaratinguetá-Cunha) – e com o projeto de criar-se um acesso alternativo à Rodovia Presidente Dutra e de incentivo ao turismo da região litorânea – do qual fazia parte o projeto de construção da Rodovia BR-101 (Rio-Santos).

As novas acessibilidades criadas com o asfaltamento da rodovia Paulo Virgílio e com a abertura da rodovia BR-101, guardadas as proporções e a escala de abrangência de cada uma dessas estradas, trouxeram consigo um novo impulso econômico e, com ele, um novo ciclo – o turismo –, como já acontecera nos tempos do ouro e do café, que chega motivado inicialmente pelo patrimônio arquitetônico e urbanístico e pela exuberante geográfica da Baía de Paraty.

A construção da rodovia BR-101 criou, durante os anos 70, uma intensa atividade turístico-imobiliária na região de Paraty, e uma grande expectativa em relação às possibilidades de novos investimentos na região. A essas expectativas logo responderam os grupos econômicos ligados ao setor de turismo e imobiliário, que rapidamente conseguiram que a região de Paraty passasse a ser vista como um lugar para todos os tipos de empreendimentos, dos loteamentos para segunda residência das populações urbanas, principalmente de São Paulo e do Vale do Paraíba, aos sofisticados condomínios como, por exemplo, o Condomínio Laranjeiras e o *resort* São Gonçalo, em Paraty, dentre outros tantos que despontaram e que rapidamente se instalaram na região.

Caminho do Ouro

¹¹¹ Cunha está a 45 Km e Paraty a 90 Km de distância da Rodovia Presidente Dutra.

A construção da BR-101 deu grande impulso à economia de Paraty, mas também provocou um intenso e desordenado processo de ocupação linear da região litorânea e conseqüentemente, e talvez na mesma proporção, favoreceu um intenso processo de degradação socioambiental. Esse intenso e desordenado processo de ocupação da região litorânea pode ser atribuído ao fato de não terem sido previstos – e, mesmo, de sequer terem sido considerados –, pelo projeto da BR-101, os grandes interesses especulativos turísticos e imobiliários e os impactos socioambientais que inevitavelmente acompanhariam a construção dessa estrada. As características dessa ocupação também se explicam pela total ausência do Poder Público federal, estadual e municipal como regulador das atividades econômicas e dos interesses especulativos dos setores envolvidos na construção dessa nova realidade. Na região que aqui se estuda, o Poder Público não cuidou de propor instrumentos de controle para o planejamento e ordenamento do território.

Esse novo impulso contudo só alcançou regiões do planalto de Paraitinga e da Bocaina – onde se encontram Cunha e os lugares de Paraty, distantes do traçado da rodovia Rio-Santos – a partir dos anos 80, quando a economia turística começou a se diversificar e surgiram novas modalidades de turismo: rural, patrimonial, cultural, ambiental, ecoturismo, dentre outros. As características

dessas modalidades de turismo levaram a descobrir e desbravar outras regiões, mais distantes da rodovia e, por isso, mais interessantes para esses turistas.

Nesse processo, reencontrou-se e revalorizou-se a extensa rede dos antigos caminhos da Bocaina, graças ao importante patrimônio arquitetônico e natural e às tradições culturais guardadas dos tempos do ouro e do café, como a cultura tropeira das regiões serranas da Bocaina, Serra do Mar e Quebra Cangalha e a cultura caiçara na região litorânea de Paraty, nos lugares aos quais não chegara a onda de turismo-padrão.

5.1. O município de Cunha

Cunha localiza-se na região fisiográfica do Alto Vale do Paraíba do Sul, com extensão territorial de 1.410 Km² divididos em dois distritos: Cunha e Campos Novos de Cunha – é o segundo maior município em extensão territorial do Estado de São Paulo. Sua área urbana abrange 3 Km² de extensão territorial. Ao Norte, encontram-se os municípios de Lorena, Silveiras e Areias; ao Sul, os municípios de São Luiz do Paraitinga e Ubatuba; a Leste, os municípios de Parati-RJ e São José do Barreiro-SP; e a Oeste, os municípios de Lagoinha e Guaratinguetá.

A altitude média é de 1.100 m, a máxima chega a 1.1630 m no Pico do Cume ou Pedra da Macela. A topografia em todo o município é predominantemente montanhosa e o clima é temperado seco. Entre Guaratinguetá e Cunha localiza-se a Serra Quebra Cangalha, entre Lorena e Cunha a Serra das Pedrinhas, e entre Cunha e Paraty estão as Serras da Bocaina e Serra do Mar. No município encontram-se as nascentes dos rios Paraitinga e do Paraibuna, formadores do rio Paraíba do Sul. Os principais rios que percorrem o Município são: rio Paraitinga e Paraibuna, formadores do rio Paraíba do Sul.

A temperatura média anual é de 17,50°, no verão com temperatura máxima de 25° e mínima de 18 ° e no inverno com máxima de 12 ° e mínima de 2 °. A precipitação anual é de 983,2 mm, com granizo, trovoadas e relâmpagos nos meses de novembro a março; nos meses de junho a setembro vêm os nevoeiros, bruma seca e orvalho, principalmente na zona rural.

O acesso ao município é feito por duas estradas, a principal das quais é a Rodovia SP 171 – Paulo Virgílio, que liga Guaratinguetá a Cunha, com extensão de 47 Km, o município com o

Nascente do rio Paraitinga

Anexo III, C004 – Cunha

Vale do Paraíba e, conseqüentemente, São Paulo e Rio de Janeiro. Essa estrada continua por mais 25 Km, até chegar à divisa entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e, a partir daí, até Paraty, há mais 23 Km pela RJ 165, que liga a região do planalto e o litoral fluminense. O trecho de 48 Km entre a sede de Cunha e a sede de Paraty é conhecido como Estrada Cunha-Paraty. No trecho paulista, essa estrada é totalmente pavimentada; no trecho fluminense dos seus 23 Km, há 11 Km pavimentados e 12 Km de terra, no trecho do Parque Nacional da Serra da Bocaina, o de acesso mais difícil. Cunha localiza-se a 220 Km de São Paulo e a 300 Km do Rio de Janeiro.

A outra estrada liga a sede do município de Silveiras à sede do município de Cunha, passando pelo bairro de Macacos, em Silveiras, e pelo distrito de Campos Novos de Cunha. O acesso de Cunha até Campos de Cunha é o único trecho asfaltado. O restante da malha rodoviária de Cunha está estruturada por 2.100 Km de vias vicinais pavimentadas de terra, que ligam a zona rural à zona urbana e são precárias estradas de terra, de trafegabilidade muito dificultosa, principalmente nos períodos chuvosos.

O comércio está medianamente estruturado, com aproximadamente 300 estabelecimentos comerciais que, na maioria, são direcionados

para as atividades turísticas. O comércio agropecuário tem cinco estabelecimentos comerciais que fornecem insumos em geral; desses, três oferecem serviços de assistência técnica ao produtor rural.

O sistema de saúde é muito precário, prestado apenas pela Santa Casa de Misericórdia, único local onde há serviços de laboratório de análises clínicas; por um Centro de Saúde SUS e quatro Postos de Saúde. A partir de 2000, o sistema de saúde foi municipalizado e implantado o Programa de Saúde da Família, que atende praticamente a todas as localidades do município.

No campo do ensino, há três pré-escolas (uma na sede municipal, uma no Bairro Bocaina de São Roque, e uma em Campos Novos), quatro escolas de ensino fundamental (três localizadas na sede municipal e uma em Campos Novos de Cunha), um escola estadual de ensino médio, na sede municipal, que oferece também habilitação específica em magistério. O município tem uma APAE e algumas salas especiais da rede pública. O sistema de ensino da zona rural conta com 85 escolas rurais (multisseriais) e encontra-se em fase de estruturação. Os bairros rurais que não são atendidos pela rede contam com transporte da prefeitura para se dirigir às escolas de bairros rurais próximos ou mesmo na sede municipal. A partir de 2000, o sistema de ensino foi municipalizado e encontra-se portanto em fase de reestruturação. Há no município um museu e uma biblioteca municipal.

A sede municipal possui sistema de abastecimento de água mantido pela prefeitura, que é a responsável pela captação, reservação, tratamento e distribuição. A água provém de um manancial superficial no Bairro do Monjolo (Cachoeira do Pimenta); a partir desse ponto, é canalizada até a estação de tratamento de água, onde é decantada, filtrada e clorada (encontra-se em fase de projeto a fluoretação da água). Todos os bairros da zona urbana são abastecidos de água; os bairros da zona rural, em sua grande maioria, não têm atendimento público de abastecimento de água, e recorrem à água captada de nascentes ou rios próximos. Em termos quantitativos, o sistema é suficiente para atender às necessidades domésticas mínimas *per capita* (80l/hab./dia), embora, por falta de manutenção, haja freqüentes interrupções de fornecimento.

A rede pública de esgoto é mantida pela prefeitura, que não tem estação de tratamento, e o esgoto é despejado no Ribeirão Luiz da Silva. A coleta pública de lixo é diária, feita por

Monjolo – Bairro do Monjolo

Carlos Borge Schimdt (1967)

caminhão fechado, de propriedade da Prefeitura, nos bairros da zona urbana. Como destino final, o lixo é disposto em “lixão”, (céu aberto); parte do lixo hospitalar é incinerado na própria instituição. A zona rural não tem atendimento público de saneamento básico.

O município tem rede de abastecimento e distribuição de energia elétrica com estação própria de transmissão. Na zona urbana, quase 100% dos domicílios possuem eletricidade no padrão CESP e também há grande número de propriedades eletrificadas na zona rural.

Cunha guarda ainda diversas manifestações da cultura popular caipira e rural como Congada¹¹², Moçambique, Festa do Divino¹¹³ e a festa de Corpus Christi, todas de grande importância na vida da população rural e também para o turismo de Cunha.

5.1.1. População e Economia

A população de Cunha, entre os anos 80 e 90¹¹⁴, aumentou 11%, sendo 27% na área urbana, demonstrando que a área urbana de Cunha, nesse período, começou a tornar-se atraente, tanto para as populações rurais que se deslocaram à procura de trabalho, estudo ou ainda outros motivos, como para pessoas de fora do município, que se mudaram para Cunha pela boa qualidade do clima ou, mesmo, para fugir das grandes cidades. O crescimento populacional na área rural, nesse mesmo período, ao contrário, foi de menos de 1%, confirmando o êxodo das áreas rurais, que claramente é resultado da ausência de políticas públicas para a agricultura familiar, que é a que prevalece no município.

No período de 1990 aos primeiros anos da década seguinte, esse quadro se acentuou; a população urbana cresceu 22% e a rural diminuiu 18%, ou seja, foi o período de maior êxodo rural. As chácaras e sítios de recreio, que começaram a aparecer de modo mais marcante no município a partir de 1991, começam a surgir significativamente no município, sendo responsáveis por uma população flutuante de aproximadamente 7.000 habitantes. Em 2000, a população de Cunha era de 23.090 habitantes, 11.956 habitantes na zona rural (51,8%) e 11.134 na zona urbana (48,2%), e a cidade mantinha a dinâmica populacional de crescimento urbano e de êxodo rural, já conhecida desde os anos 70.

¹¹² Cortejos de influência africana, com um rei, uma rainha e a vassalagem e a parte dramática, com embaixadas e lutas. Há hoje, em Cunha, quatro grupos de Congada, e esses apresentam todas as características do passado, como coreografias, músicas e símbolos.

¹¹³ Para os preparativos para a Festa do Divino em Cunha, os foliões percorrem de duas mil moradias na zona rural e 1.800 na cidade. O trabalho de pedir ofertas é iniciado no meio do mês de novembro, de porta em porta. Pelo último levantamento da Prefeitura, em 1997, foram doados 328 bezerros, 21 leitões, 1.800 frangos, 231 “cargueiros” de milho (cerca de 12 toneladas) e R\$ 8,3 mil. Parte do que foi arrecadado foi utilizado no dia da festa, para o “afogado” (arroz, feijão, cozido de carne com batata e macarrão, oferecido a toda a população, no almoço do Dia da Festa) e parte foi vendida; os recursos obtidos foram destinados a atividades da igreja. Esse processo prolonga-se de novembro até a festa, em 20 de julho.

¹¹⁴ A população em Cunha em 1980 era de 20.826 com 6.430 (30,1%) na área urbana e 14.396 (69,9%) na área rural. Em 1990 a população era de 23.168 com 8.725 (37,6%) na área urbana e 14.443 (62,4%) na área rural. Em 2000 a população era de 23.090 com 11.134 (48,2%) na área urbana e 11.956 (51,8%) na área rural. (IBGE 1.970/80/90/2.000).

A distribuição de renda na população é de 38% para as faixas de 2 e 3 salários mínimos, seguida de 32% para um salário mínimo, 12% entre três a cinco salários; e os 18% restantes são os que têm ganho superior a cinco salários mínimos.

A economia do município é baseada nas atividades agropecuárias, turísticas e artesanais. O turismo e o artesanato são atualmente atividades de grande importância econômica para o município.

O setor de turismo encontra-se em plena fase de desenvolvimento, contando com dois hotéis-fazenda, quatorze pousadas, onze restaurantes, cinco ateliês de cerâmica e três pesque-trutas. A partir da década dos 80, a cerâmica e o artesanato – objetos de taquara, cerâmica de alta temperatura e tradicional, entalhes em madeira e outros, começaram a ser conhecidos fora dos limites municipais e bastante requisitados pelos turistas. Em 1993, Cunha começou a temporada de inverno “Acordes na Serra” – julho musical -, que tem incentivando muito o turismo.

As principais atividades agropecuárias no município de Cunha são a pecuária leiteira, pecuária de corte, cultura de milho, feijão e batata, cana, arroz sequeiro e de frutas. As roças de milho e feijão são quase que totalmente roças de subsistência. Há, na sede do município, um entreposto da cooperativa de laticínios do sistema paulista e um entreposto de laticínios do sindicato rural e é importante destacar que 90% dos derivados do leite são produção familiar. A indústria rural conta com quatro produtores de compotas e doces caseiros e nove produtores de queijos. No distrito de Campos Novos de Cunha estão duas importantes fontes de renda do município: a indústria de laticínios e a atividade de exploração de águas minerais.

A fruticultura difundiu-se no município, a partir da década dos 70, com pomares domésticos e comerciais de pêssego, pêra, uva, caqui, ameixa, tamoia, sermoia, favorecida pelo clima temperado. A produção de pinhão em Cunha é a mais expressiva do Vale do Paraíba. O município conta também com vários hectares de terras reflorestadas.

A criação de trutas é outra atividade econômica em pleno desenvolvimento, com dez criadouros, sendo dois de médio/grande, quatro de médio e quatro de pequeno porte, e produção em torno de oito/toneladas mês, que chega a ser distribuída para restaurantes e

redes de supermercados de vários municípios próximos e na capital de São Paulo. Há no município também atividades econômicas de menos expressão como criação de faisão, cultivo de cogumelo, apicultura e avicultura de galinhas e gansos.

“O Levantamento: previsão e estimativa de safra - 1995, da Casa da Agricultura Dr. Alaor de Almeida Casola, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo”, concluiu que 70% da agricultura no município é familiar, com aproximadamente 800 produtores rurais.

A estrutura fundiária no município é baseada na pequena e média propriedade, não existindo concentração de terras no município. Cunha se diferencia do conjunto de municípios da região pela estrutura fundiária, que é baseada na pequena propriedade; 34% das propriedades têm área de até 50 ha; 40% das propriedades com área entre 50 ha e 200 ha; e apenas 26% das propriedades com área superior a 200 ha¹¹⁵.

A economia da pequena propriedade rural, em sua grande maioria, baseia-se na cultura agrícola e as médias e grandes propriedades na pecuária (gado de corte, leite, suínos e caprinos). Do total das pequenas propriedades rurais de até 50 ha, 74% têm a economia baseada na cultura agrícola familiar, com aproximadamente 800 produtores rurais e 66 comunidades (bairros rurais). Do total das propriedades médias (50 ha a 200 ha), 70% têm sua economia baseada na pecuária.

Um dos mais importantes problemas para o bom desempenho das atividades agrícolas é a falta de uma política agrícola e de financiamentos, principalmente para o pequeno produtor familiar, e, conseqüentemente, as dificuldades para comercialização e distribuição da produção. Uma grande parte dos agricultores de Cunha têm título precário de terra (posse); apesar de pagarem o Imposto Territorial Rural (ITR), esses títulos de posse impedem que obtenham financiamento para a lavoura.

A ausência de assistência técnica agropecuária; a topografia acidentada, que dificulta a mecanização; o uso inadequado do solo, que desgastou as terras férteis e avança sobre colinas e vales florestados à procura de solos mais férteis, gerando desmatamentos e assoreamento dos rios; a dificuldade de acesso devido às precárias condições das estradas rurais que, na época das chuvas, prejudicam o escoamento da produção, e a dificuldade de comunicação com a

Campos Novos de Cunha

¹¹⁵ Plano de Desenvolvimento Rural, Casa da Agricultura - Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1994.

sede do município; a ausência de práticas conservacionistas agropecuárias; a ausência de programas de saúde e de saneamento rural; as práticas agropecuárias rudimentares utilizadas; a elevada acidez do solo e o baixo índice de fertilidade; o baixo potencial genético do rebanho; e o controle sanitário animal inadequado são fatores que muito contribuem para o baixo rendimento da atividade agropecuária no município.

Segundo informações da Casa da Agricultura da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, as atividades agropecuárias desenvolvidas no município são rudimentares e não atendem ao que aconselha a Assistência Técnica, com exceção de pouquíssimos produtores. O agricultor tem assistência técnica agropecuária oficial da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, da Prefeitura Municipal e da Cooperativa de Laticínios de Guaratinguetá (Usina de Cunha) e, ainda, de alguns profissionais autônomos.

O município tem 180 comunidades rurais e várias entidades representativas dessas comunidades; comunidades rurais: Cooperativa de Laticínios de Guaratinguetá (Usina de Cunha), Assistência Agronômica e Veterinária; Sindicato Rural de Guaratinguetá (Assistência Jurídica); Sadicac (Sociedade de Amigos do Distrito de Campos de Cunha); Associação de Amigos dos Bairros da Várzea do Tanque; Associação de Moradores e Amigos do Paio; Associação de Moradores e Amigos do Jaguarão; Associação de Moradores e Amigos do Vale do Paraitinga; Associação dos Moradores e Amigos do Vale do Jacuí; Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros do Cedro; Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros do Ribeirão; Associação dos Moradores e Amigos da Região Sudeste de Cunha; Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros do Jericó; Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros da Barra; Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros da Bocaina; Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros da Barra J. Alves; Associação dos Produtores Rurais do Alto Vale do Paraíba.

Os bairros rurais apresentam em sua grande maioria a mesma problemática: a falta de acesso aos serviços de saúde (centro de saúde, assistência médica e odontológica); falta de acesso à educação formal ou mesmo técnica agrícola; péssimas condições de moradia e ausência de saneamento básico rural ¹¹⁶.

O meio rural em Cunha está mudando. O espaço que sempre foi da produção/exploração agropecuária, florestal e pesqueira encontra-se hoje em transformação. A baixa produtivida-

¹¹⁶ A maioria das habitações são construídas de pau-a-pique sem forro e piso de terra batida, com precárias condições de conservação, há também casas de tijolo cozido ou bloco de cimento. A maioria não apresenta soluções sanitárias adequadas para o esgotamento sanitário, não têm banheiro e quando têm o esgoto é lançado diretamente no rio ou no terreno, contaminando a água e solo. Não há serviço público de coleta de lixo, o lixo é lançado no próprio terreno ou em terrenos próximos às residências (poucos queimam e enterram), provocando sérios danos à saúde e alta incidência de enfermidades relacionadas às questões sanitárias, bem como à degradação do ambiente. O abastecimento de água doméstico nas propriedades rurais é feito pelo sistema de captação de água das nascentes em fontes de encostas, e conduzida por gravidade através de canos ou valetas escavadas no solo, passíveis de contaminação. Na maioria dos casos, a qualidade da água não atende os padrões exigidos.

de agrícola e a falta de incentivos ao pequeno agricultor faz com que o meio rural procure novas atividades econômicas ligadas a setores da economia urbana. E o meio rural está caminhando para a incorporação de “novas funções”, que vão além das atividades tradicionais agrícolas, ao ofertar novas atividades como o turismo histórico e rural e novos locais de moradia, demandando a criação de serviços, comércio e indústria local, iniciando uma nova “multifuncionalidade do espaço rural”.

5.1.2. Políticas públicas e planos, projetos e programas municipais

Os instrumentos de gestão municipal de que o município dispõe são a Lei Orgânica do município e o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). Com relação à gestão urbana, somente a lei de perímetro urbano. Esses instrumentos são insuficientes para o planejamento territorial e, conseqüentemente, para o ordenamento e controle do uso do solo. Os demais instrumentos necessários às políticas setoriais são inexistentes.

A partir dos anos 90, houve várias ações, no município, voltadas ao fomento das atividades econômicas e da preservação ambiental do meio rural, de autoria de autoridades governamentais e de organizações não-governamentais, com iniciativas importantes mas isoladas, voltadas para o turismo, artesanato, preservação ambiental e cultural e fomento às atividades agropecuárias. Dentre essas ações¹¹⁷, destacam-se:

A educação ambiental e o desenvolvimento sustentável – unidade demonstrativa no município de Cunha. O projeto apresenta opções econômicas e conservacionistas para as florestas, tendo implantado uma unidade demonstrativa de recuperação da cobertura florestal junto às nascentes, com essências nativas e pinus, no bairro do Jaguarão, em terras da igreja, com proposta de expansão pela DIRA para os outros municípios da região. Instituições envolvidas: Fundação Florestal – SMA do Estado de São Paulo, Casa da Agricultura de Cunha (CATI/DIRA de São José dos Campos), Secretaria da Agricultura, CESP (Centrais Elétricas de São Paulo), Associação de Moradores e Amigos do Vale do Paraitinga (AMAVAPA) e Igreja local, com apoio do IPEF/ESALQ – USP, Delegacia de Ensino de Guaratinguetá, Núcleo Cunha/Indaiá do PESM e Associação de Recuperação Florestal do Vale do Paraíba e Litoral Norte – Flora Paraíba. 1997/1999

¹¹⁷ Para uma melhor compreensão da dinâmica municipal em seus aspectos sociais, econômicos, ambientais e de caráter legal, foram desenvolvidos diversos levantamentos de campo, entre os anos de 1999 e 2001, junto aos órgãos públicos, instituições não governamentais, lideranças locais, empresas e associações de caráter comercial no município de Cunha e de Paraty. A metodologia aplicada para a elaboração desse levantamento privilegiou os levantamentos de campo por entender que a partir desses possa-se melhor compreender a realidade local e conseqüentemente a vida cotidiana do município.

Programa de Microbacias Hidrográficas – Projeto: Microbacia do Vale do Paraitinga. Implantação de tecnologia alternativa florestal como instrumento para a sustentabilidade. DIRA –Divisão Regional Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Fundação Florestal, Associação de Moradores do Vale do Paraíba (Amavapa), CESP e igreja local. O projeto desenvolveu-se na microbacia do Vale do Paraitinga, onde se encontram os rios do Peixe, córrego do Embira, córrego do Sertãozinho e Passos das Éguas, todos afluentes do rio Paraitinga. Esses rios são usados principalmente para abastecimento rural (higiene e bebedouro) e desprovidos de mata ciliar e assoreamento dos leitos. 1997/1999

Associação Agropecuária do Alto Paraíba (Agroalpi). Produção e distribuição de mudas de essências nativas e incentivo à fruticultura, especialmente na introdução da castanha portuguesa entre os associados (cerca de 6.000 mudas já plantadas).

Secretaria de Meio Ambiente e Instituto Florestal – Núcleo CUNHA/Indaiá do Parque Estadual da Serra do Mar e Laboratório de Hidrologia “Ibama-Pesmar”. Apoio a atividades de pesquisas e projetos de educação ambiental.

Criação da **SECRETARIA DE TURISMO**, em 1993, com projetos de incentivo do potencial de instância turística e criação do projeto Acordes na Serra/julho musical, criado em 1995.

CUNHATUR – Associação dos Proprietários de Hotéis, Pousadas, Restaurantes, Bares, Similares e dos Artesãos de Cunha, fundada em 1996, com o objetivo de agregar o setor.

Programa de desenvolvimento de gado leiteiro – Projeto: Racionalização do Manejo e Rebanho. O objetivo do projeto é o aumento da produtividade do rebanho leiteiro, a partir do controle de doenças infecto-contagiosas e parasitárias e da capacitação técnica do produtor. Foram envolvidas dezesseis propriedades e já foram vacinadas 2.000 cabeças, contra brucelose, febre aftosa, raiva, carbúnculo e vermifugação.

Criação do conselho municipal de desenvolvimento rural em 1997, com financiamento do Pronaf – (linha C) com o Programa de Aumento da Produtividade Agropastoril. Por esse programa, a prefeitura construiu um entreposto de distribuição de insumos (silo calcário) e adquiriu dois caminhões de transporte em 1998. Em 1999, adquiriu uma pá carregadeira e

um caminhão e em 2000 começou a desenvolver o programa de saneamento rural, que se propõe a dar apoio às comunidades rurais organizadas e constituídas.

5.1.3. Uma mostra representativa. O meio rural em Cunha: o bairro do Paiol (Vargem do Tanque). 2000.

O bairro originou-se na década dos 40, quando a família Fonseca veio de Minas Gerais para Cunha, à procura de uma vida melhor, segundo conta o Sr. Dirceu, morador local.

O Bairro do Paiol localiza-se no caminho de Campos Novos de Cunha, nas margens do rio Jacuizinho. O acesso ao Bairro do Paiol é feito por uma estrada de terra de 2,5 Km, variante da estrada de Cunha-Campos Novos, na altura do Km 15, sentido Cunha - Campos Novos. Essa estrada é de terra batida e tem traçado irregular, e ainda sem ordenamento das águas pluviais.

No centro do bairro existem uma escola multisseriada, um posto médico, uma igreja católica e um centro comunitário. A escola multisseriada (ou seja, até a 4ª série), atende a 23 alunos e conta com apenas um professor. Depois do 4º ano, as crianças vão para Cunha estudar. O transporte é feito pela prefeitura. O posto médico, abre a cada quinze dias, quando um médico e uma enfermeira atendem ao bairro.

A Igreja Católica e o Centro Comunitário são os lugares onde a população do bairro se reúne para discutir questões relativas à comunidade e onde ocorrem as festas. As festas mais importantes são a Festa de São Sebastião, em 20 de janeiro, e a festa do Divino de Cunha. A festa do Divino de Cunha envolve todos os bairros rurais do município e tradicionalmente a comunidade do Paiol, que é responsável pela cozinha. O bairro tem uma venda que comercializa produtos básicos.

Moram no bairro 66 famílias, praticamente todas aparentadas entre si, com média de quatro pessoas por família, e população estimada de 280 habitantes. No bairro não existe propriedade de pessoas “de fora”. Como população flutuante, há quatro famílias que fazem veraneio no bairro, oriundas de São José dos Campos, todas aparentadas com a população local. E há três famílias que freqüentam o bairro em feriados ou férias e que não têm laços familiares

com a população do bairro, mas têm laços de amizade, quer dizer, não podem ser considerados estranhos à comunidade.

A maioria das habitações é de tijolo cozido, cobertura de quatro águas de telha francesa, e algumas de telha colonial, reproduzindo a tipologia tradicional da casa rural. Em todas as casas há fogão de lenha. A água é captada em nascentes próximas e armazenada em caixas d'água individuais, sem tratamento. Cada casa tem sua fossa negra.

A maioria dos sítios não ultrapassa 20 ha. Essa estrutura de pequenos sítios explica-se pela subdivisão das propriedades em função de sucessão familiar, pois são todos descendentes dos primeiros moradores.

A produção é familiar e apresenta ainda formas cooperativas de produção, como o mutirão, troca de dia e meia (plantam em terras dos outros) na lavoura, e ainda com pouca expressão o mutirão nas habitações e nas benfeitorias. Só duas famílias têm trator; as demais trabalham com tratores alugados.

Os produtos predominantes são o feijão, milho e leite, vendidos em bairros próximos ou na cidade, embora ultimamente, aos poucos, a agricultura venha sendo abandonada, pois dizem que não há preço para os produ-

tos. Todas as famílias têm “crias” para o próprio sustento alimentar.

Nos últimos tempos, algumas famílias começaram a fazer hortas. As famílias que estão fazendo hortas para vender a produção estão conseguindo auferir lucros maiores do que com a roça; a horta parece ser atividade mais bem remunerada.

O Sr. Dirceu (líder comunitário) nos conta que a comunidade vem sofrendo muito com a agricultura e que pararam de plantar, nos últimos tempos, pois o custo da produção supera muito o custo da venda.

Ainda nos diz que a fiscalização do Ibama e do DPRN-SP faz aumentar as dificuldades para a agricultura, pois as restrições inviabilizam a roça. Conta que, se vão fazer o pousio e o mato cresce um pouco, a fiscalização diz que é recuperação de Mata Atlântica. Outro problema é a impossibilidade de obterem autorização para qualquer tipo de corte. Segundo o Sr. Dirceu, “o pessoal da fiscalização tem mania de vim multar e embargar”; diz que nunca viu representante de qualquer desses órgãos que viesse à comunidade para ensinar ou esclarecer o que pode e o que não pode ser feito.

O acesso ao bairro do Paiol

O centro comunitário e a venda

A escola e a igreja

O sítio do Sr. Dirceu

O centro comunitário

A casa do Sr. Dirceu

5.2. O município de Paraty

Localizada fisiograficamente na baía da Ilha Grande, juntamente com Angra dos Reis e Mangaratiba, Paraty possui extensão territorial de 928 Km² e divide-se em três distritos: Paraty, Paraty Mirim e Tarituba. Quanto à sua topografia, o município é constituído por uma grande porção montanhosa e uma baixada litorânea descontínua, compostas de diversas planícies; sua altitude chega a alcançar os 1.800 metros. Conta com mais de 300 praias, quatro enseadas e aproximadamente 65 ilhas.

Ao norte, encontram-se os municípios de Angra dos Reis, São José do Barreiro e Cunha; a oeste, o município de Cunha; ao sul, o município de Ubatuba e o oceano Atlântico; e toda a sua extensão leste é contornada pelo oceano Atlântico. O município de Paraty, a leste, é banhado pelo oceano Atlântico; o restante dos seus limites é inteiramente ladeado pela Serra do Mar, que, ao sul, na divisa com o município de Ubatuba, recebe a denominação regional de Serra Paraty; ao norte, com os municípios de Cunha, São José do Barreiro e Angra dos Reis, encontra-se a Serra da Bocaina.

O acesso ao município é feito por duas estradas: a principal delas é a Rodovia BR-101 Rio-Santos, que liga o litoral paulista sul à capital do Rio de Janeiro; e a outra é a Cunha-Paraty, composta de duas rodovias estaduais – a RJ 165 e a Rodovia SP 171 - Paulo Virgílio, que vai de Paraty a Cunha, e daí ao Vale do Paraíba, e depois às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Paraty foi a região que mais tardiamente recebeu os novos caminhos rodoviários e, enquanto se abriam estradas pelo resto do país, só era possível chegar a Paraty de barco por Angra dos Reis, como na época do Brasil colônia. Somente a partir de 1950, ainda com grandes restrições de trafegabilidade, conseguiu-se chegar a Paraty via Cunha por terra – estrada Cunha-Paraty. Já que os caminhos não se modernizavam, Paraty ficou isolada geograficamente e economicamente do resto da rede de cidades do planalto e do litoral. Esse isolamento foi um dos fatores que mais contribuiu para a conservação do patrimônio arquitetônico-urbanístico e natural, e para a manutenção da cultura tradicional – a cultura caiçara.

A malha rodoviária de Paraty está estruturada por vias vicinais pavimentadas de terra, que ligam a zona litorânea à zona rural; são precárias estradas de terra, de trafegabilidade muito

Paraty

difícil, principalmente nos períodos chuvosos. O restante da rede de acesso estrutura-se sobre os antigos caminhos da Bocaina, que, até os dias de hoje, fazem o papel de relacionamento entre os bairros rurais, mais distantes, que não contam com estradas, e o litoral.

O sistema de saúde em Paraty dispõe da Santa “Casa de La Misericórdia” (com 52 leitos), um posto de saúde SUS em Patitiba, no centro, e doze Postos de Saúde SUS na zona rural: Paraty Mirim, Patrimônio, Campinho, Laranjeiras (Oratório), Trindade, Corisco, Tarituba, Corumbé, Ponta Grossa, Taquari, Mamanguá e Barra Grande. Esses postos prestam serviços preventivos e curativos. Existem seis farmácias e drogarias na área urbana.

Quanto ao sistema de ensino, há 38 escolas municipalizadas, 35 na área rural e três na sede municipal, e uma escola estadual de 1º e 2º grau. Há, ainda, um Centro Integrado de Ensino Estadual e a Faculdade de Turismo Plínio Leite.

A atividade turística no município é desenvolvida sem regulamentação específica, e conta com 120 hotéis e pousadas com aproximadamente 4.000 leitos, sete campings, sete agências de turismo, trinta bares, cinquenta restaurantes, oito operadoras de mergulho (segundo levantamento da Secretaria Municipal de Turismo de 1999). Nos programas turísticos predominam as atividades náuticas, que também não apresentam nenhuma regulamentação específica, e ultimamente já existem roteiros para trilhas, cachoeiras e praias mais isoladas. Paraty possui cinco marinas (Benoit, Santa Galo, Boa Vista, Júnior e Salvador) e quatro estaleiros (Zeinha em Matheus Nunes, Américo, Isaías e Hortêncio). As atividades turísticas alternam-se entre náuticas e terrestres –(caminhadas, cachoeiras e praias isoladas). O comércio é estruturado fundamentalmente para o atendimento da demanda turística de Paraty.

Os fatores impulsionadores da atividade turística de Paraty foram, e ainda o são, a grande riqueza herdada dos antigos ciclos econômicos que legaram à cidade um Patrimônio Arquitetônico-Urbanístico e Cultural de extraordinário valor: inúmeras casas e sobrados de pedra entaipada, de influência maçônica (símbolos maçônicos presentes nos desenhos geométricos em relevo que ornamentam as fachadas de muitos sobrados); a qualidade cênica da paisagem com suas belezas naturais; e a forte presença da cultura caiçara que criou um modo de vida todo especial de profunda ligação entre a mata e o mar. Paraty mantém ainda o traço marcante da cultura caiçara nas mais diversas manifestações materiais e imateriais (os modos

Paraty-Mirim

de fazer, criar e viver), patentes principalmente no rico e variado artesanato – confecção de canoas e remos, barcos, gamelas de madeira, balaies, samburás, peneiras de taquara, abanos de palha etc. Guarda um dos mais importantes patrimônios arquitetônicos e urbanísticos herdado dos antigos ciclos econômicos. Outra característica muito importante da arquitetura das cidades litorâneas, muito presente em Paraty, são os engenhos de cana-de-açúcar, moinhos e antigos fortes.

“do ponto de vista da arquitetura civil, Paraty é um testemunho daquela serena maturidade que a Colônia, impedida de qualquer contato que não com o mundo português, se viu conduzida, como criança asilada, e da qual resultou esse modo simples e peculiar de ser, expressar-se, isto que, em termos arquitetônicos, se traduz no que se chama estilo. Plantas regulares, pequenos saguões, recortes de madeira, treliças de resguardo, caixilharias envidraçadas, beirais coloridos. Tanto nas casas de feição mais severa e antiga, quanto naquelas concedidas ao gosto já liberto e acolbedor de meados de oitocentos, caracterizado pelo gracioso desenho das vidraças e pela serralharia rendada – o vocabulário é o corrente, e a linguagem urbana só articula com naturalidade à paisagem, contida entre o fundo de montanha e o ritmo largo e alterado da maré. Porque junto Paraty à cidade onde os caminhos do mar e os caminhos da terra se encontram, se entrosam. As águas não são barradas, mas avançam cidade a dentro levadas pela lua, e o reticulado de ruas, balizados pelas igrejas.” LUCIO COSTA (1983)

5.2.1 População e economia

A população de Paraty é de 29.544 habitantes, dos quais 15.478 (52%) residem na zona rural e 14.066 (48%) na zona urbana (IBGE 2000). A dinâmica do crescimento populacional vem destacando-se nesses últimos anos pelo declínio da população rural e crescimento da população urbana. Em 1978 a população de Paraty era de 20.135 habitantes, com 14.972 na zona rural (74%) e 5.163 (26%) na zona urbana (Inventário Turístico do Estado do Rio de Janeiro, região do Litoral Sul – Paraty, 1978), ou seja, em 22 anos a população rural passou de 74% para 52%, e a população de urbana passou de 26% para 48%. A população flutuante, em função das atividades turísticas, chega a alcançar ou até superar a população residente, o que acarreta grande pressão sobre os equipamentos sociais e de infra-estrutura urbana e sobre o território natural, que se encontra cada vez mais pressionado pelos interesses econômicos imobiliários e turísticos.

Vista aérea – Fundo do saco do Mamanguá

Vila Cruzeiro – Saco do Mamanguá

Os principais fatores do declínio da população rural e crescimento das populações urbanas no município de Paraty são: a intensa atividade turística e o alto índice de urbanização da região da costa norte-paulista e sul-fluminense que absorve importantes contingentes da população rural; a ausência de equipamentos sociais, de serviços públicos e de infraestrutura nas áreas rurais que fazem dos centros urbanos *um lugar dos sonhos*, onde, imaginariamente, podem-se suprir as carências do meio rural; e os conflitos gerados pela legislação ambiental, que restringiu o uso da terra nas áreas rurais e cerceou as atividades econômicas e de subsistência dos habitantes que, historicamente, viviam do mar e da roça.

O município conta com 45 comunidades rurais, cujas atividades econômicas estão ligadas principalmente à agricultura de subsistência (pesca e roça), na maioria das vezes complementada com o turismo e outras atividades decorrentes do meio urbano. Distribuídas entre os bairros rurais (atividades ligadas à terra e à pequena indústria rural caseira) e as comunidades caiçaras (que vivem das atividades ligadas ao mar e à terra e hoje freqüentemente também das atividades ligadas ao turismo), essas comunidades encontram-se em sua maioria na porção sul do litoral de Paraty.

A economia de Paraty é baseada, em primeiro lugar, no turismo, seguido da pesca e da atividade agropecuária. A atividade agrícola predominante é a cultura da banana, seguida da cana-de-açúcar (para atender às pequenas destilarias de aguardente). Ainda é presente a cultura do gengibre, que faz de Paraty o maior produtor do Estado do Rio de Janeiro (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Plano Municipal de Extensão Rural, 1995). A cultura de palmito vem sendo estimulada através de doações de mudas de jicara, açai e pupunha, distribuídas para as comunidades caiçaras e rurais com a expectativa de controlar a extração ilegal do palmito. Outra cultura que vem recebendo estímulos é a da cana-de-açúcar, visando a resgatar a histórica atividade dos engenhos de aguardente; hoje há quatro em funcionamento e dois em fase de construção. Embora sem peso econômico significativo, nota-se ainda a forte presença da indústria caseira de mandioca, cana e banana. A pesca artesanal é realizada pela população caiçara, mas não é considerada uma atividade econômica, pois sua produção é de subsistência.

O perfil fundiário do Estado do Rio de Janeiro é marcado pela presença dominante do pequeno imóvel rural, o que não quer dizer que esse Estado conte com uma estrutura

Habitação caiçara

fundiária equilibrada, pois ao mesmo tempo em que a pequena propriedade é dominante, o grau da concentração fundiária também é bastante elevado. A região da baía da Ilha Grande apresenta uma das mais altas taxas de concentração de terra e a maior incidência de conflitos fundiários do Estado do Rio de Janeiro. Isso é resultado da intensa urbanização turística, viabilizada pela rodovia Rio-Santos – BR-101, que provocou a apropriação por parte de grandes grupos turísticos e imobiliários do solo agrícola para fim turístico-imobiliário, principalmente com a aquisição do direito ou posse das terras que quase sempre resultam na expulsão dos antigos moradores – caiçaras e pequenos agricultores familiares.

Paraty apresenta uma grande concentração de terras, as propriedades que têm área superior a 500 ha representam 38% e concentram-se em apenas cinco propriedades, as propriedades com área de até 50 ha representam 40% do total de área territorial municipal e estão distribuídas em 1.441 propriedades.

O uso da terra¹¹⁸ em Paraty está distribuído da seguinte forma: 58,9% de matas naturais, 15% de lavoura permanente, 8,5% de pastagens naturais, 4,5% de pastagens plantadas, 3,3% de matas plantadas, 2,6% de lavoura temporária, 2,0% de terras produtivas não-plantadas, 1,7% de lavouras em descanso e 3,5% de terras impróprias. O fato de Paraty concentrar no seu território 58,9% de matas naturais – importantes remanescentes florestais de Mata Atlântica – e o crescente movimento, nesses últimos trinta anos, da preocupação pública com a conservação da natureza condicionaram a implementação das políticas públicas para a conservação da natureza em detrimento de outras, como, por exemplo, as de desenvolvimento rural – Paraty é um município que conta com 37,6% de terras com aptidão agrícola e uma população economicamente ativa vinculada a essas atividades.

Em suas 45 comunidades rurais, com aproximadamente 1.250 agricultores familiares, as atividades econômicas concentram-se principalmente nas atividades agrícolas de subsistência (pesca e roça), além de estabelecerem relações econômicas complementares com as atividades turísticas e urbanas.

5.2.2. Políticas públicas e planos, projetos e programas municipais

A diversidade das características histórico-culturais e ambientais do município de Paraty orien-

¹¹⁸ Atlas Fundiário do Rio de Janeiro. 1991. Governo de Estado do Rio de Janeiro – Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos. Instituto de Terras e Cartografia.

tou a criação de diversas normas reguladoras para a proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental, submetendo-o a um conjunto de normas legais, de acentuado caráter restritivo, federais, estaduais e municipais, que em sua grande maioria apresentam conflitos de sobreposições de área de interesse e de natureza de aplicação nos mais diversos níveis da administração pública. Entretanto, ainda que a regulamentação tenha sido intensa, não foi capaz de construir políticas públicas que implementassem o desenvolvimento territorial e, conseqüentemente, também não se fez eficaz para conter a degradação do patrimônio arquitetônico-urbanístico, natural e da qualidade de vida da população local. Da mesma forma que na maior parte dos municípios brasileiros, em Paraty as políticas públicas para a gestão municipal não alcançam a realidade municipal, e o que se vê de fato é a ausência de normas reguladoras que tratem o desenvolvimento territorial dentro de um conjunto das políticas públicas municipais.

Assim, o que se tem efetivamente como regulamentação para a conservação do patrimônio natural é um extenso conjunto de diplomas legais, que em sua maioria apresentam sérios conflitos territoriais e sociais. A existência desse extenso conjunto de regulamentações e, contraditoriamente, a inexistência, por parte do Poder Público, de medidas propositivas de políticas de desenvolvimento territorial em conformidade com esse conjunto de regulamentações de conservação do patrimônio natural provocaram diversos impedimentos de uso do território e geraram conflitos nos mais diversos níveis jurídicos e sociais, principalmente para as populações que residem nessas áreas.

Desse modo, não se consegue nem a conservação do patrimônio natural nem a melhoria da qualidade de vida da população, as principais características que de fato determinaram a preocupação pública e, conseqüentemente, as regulamentações de proteção do patrimônio natural – ou seja, a qualidade cênica da paisagem e o modo de vida da população local. Essa problemática pode ser percebida na fala da Sra. Lindalva, vice-presidente da Associação de Moradores da Praia do Sono, em depoimento colhido no levantamento de campo de 2001:

“O maior problema que tem aqui são as leis ambientais, elas são feitas para os ricos, pois os ricos conseguem ocupar as praias e os pobres só sofrem com a fiscalização e embargos.”...”Vem gente do Rio de Janeiro, do IEF, da Reserva e outros mais, para tirar nossa atividade turística, nós não esperamos nada mais dos políticos.”

As diversas Unidades de Conservação existentes no município de Paraty – Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, Parque Nacional da Serra da Bocaina, Reserva Ecológica da Juatinga, Área Estadual de Lazer de Paraty Mirim, APA Municipal da Baía de Paraty, e outras – relacionam-se unicamente pela sobreposição física territorial.

O fato de serem administradas por diferentes instâncias de competência, nas quais as atribuições administrativas de planejamento, normatização, licenciamento e fiscalização andam paralelas, sem uma gestão integrada e ainda sem contar com instrumentos de ordenamento territorial – zoneamento –, concretiza de forma generalizada a mesma problemática, que permite os mais diversos e conflitantes usos do território e conseqüentemente as mais diversas atividades ilegais, como: a caça; a pesca; a extração de essências nativas como madeiras de lei, espécies comestíveis (palmito), ornamentais (principalmente bromélias e orquídeas); a intensa especulação imobiliária, principalmente pelos sítios de lazer e turismo em áreas “Non Edificand” e até em áreas de patrimônio histórico, como o caso de Paraty Mirim; também sérios problemas sociais são gerados nos bairros rurais e vilas caiçaras, tanto pela questão de disputas e das formas de uso da terra como ainda e principalmente pela total ausência de serviços e equipamentos públicos; fragmentação do território pela falta de acessibilidade como o caso da “Estrada Cunha Paraty”; e outras.

O que se tem efetivamente como regulamentação das atividades turísticas não é o bastante para desenvolver, implantar e fiscalizar adequadamente essas atividades no município. Em Paraty não há uma Política de Desenvolvimento Turístico, através da inserção generalizada da matéria em seus dispositivos legais, portanto não existe uma legislação específica que trate da matéria. Dessa forma, as dificuldades de regulamentar as atividades turísticas no município são claras. A cidade padece de um conjunto sistematizado de normas reguladoras do comportamento econômico turístico que deveria ocorrer através de um planejamento turístico adequado.

Afora as questões de ausência de planejamento e regulamentação das atividades turísticas, Paraty tem todos os atributos para ter um bom desenvolvimento de sua atividade turística através de seus bens culturais e naturais, mas não se encontra dotada na mesma proporção de serviços públicos e privados de hospedagem, alimentação e entretenimento, apresentando um distanciamento entre demanda e oferta, significativamente acentuado quando se sai dos

limites urbanos do município. As instituições públicas e privadas que têm suas ações associadas direta ou indiretamente com as atividades turísticas não desenvolvem políticas setoriais integradas, apresentando desordenado exercício do turismo no seu território.

No que diz respeito à legislação turística, a **Lei Municipal n. 998, de 12/9/1995**, institui o Fundo Municipal de Turismo em Paraty, com a finalidade de promover eventos turísticos e obras de infra-estrutura turística a partir de recursos provenientes da arrecadação do ISS da rede de hotéis e pousadas e, ainda, do pagamento de taxas para obtenção de licenças de funcionamento realizado através da Secretaria de Finanças do município. Esse Fundo deveria ser gerido por um Conselho Gestor Municipal, composto de membros do Poder Executivo, Legislativo e da sociedade civil organizada; na prática, contudo, nada acontece, pois o mesmo não foi constituído.

No que diz respeito às atividades náuticas, **Lei n. 9.537**, de 11/12/1997, regulamentada pelo **Decreto n. 2.596**, de 18/5/1998, dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, estabelecendo normas de funcionamento e fiscalização para qualquer tipo de embarcação, com a finalidade de “assegurar a salvaguarda da vida humana, a segurança da navegação e a prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio”. De acordo com a Portaria Ministerial n. 67, de 18/3/1998, a execução das inspeções navais cabe às Capitânicas dos Portos, que, no caso do Município de Paraty, é a autoridade administrativa de maior competência para tratar a matéria. O que anteriormente era atribuição da Marinha, no que diz respeito às atividades da construção civil na faixa dos 33 metros, a partir da Lei n. 7.661, de 16/5/1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, essa atribuição é municipalizada, e assim o licenciamento das construções na zona costeira da Marinha passou para a prefeitura, que no caso de Paraty divide essa atribuição com o Ibama, quando em área da APA de Cairuçu.

O instrumento que norteia o licenciamento das atividades e conseqüentemente a aprovação para a construção é o **Projeto de Lei de Parcelamento do Solo n. 609, de 25/6/1981**, que, segundo a Secretaria de Obras e o IPHAN: “é o projeto de lei de Zoneamento de 1981, que prevalece hoje como **instrumento legal** para aplicação da Política Municipal de Parcelamento do Solo Urbano e de Zoneamento municipal.”

As ações voltadas à proteção do patrimônio histórico e cultural em Paraty são, ou deveriam ser, adotadas a partir das principais recomendações internacionais e nacionais e da legislação brasileira¹¹⁹. Essas recomendações para o assunto, mesmo que inexpressivas, são as referências indicadas para a orientação dos trabalhos de conservação e preservação dos testemunhos históricos do Patrimônio Cultural e Artístico, e tratam de forma clara e indicativa o pensamento contemporâneo como o processo necessário à manutenção do bem em seu estado natural, propiciando-lhe as condições necessárias, pois a obra contém as realizações humanas e a maneira mais eficaz de proteção e de conservação é evidentemente a sua integração à sociedade, onde a obra pode expressar seu significado.

A legislação brasileira, no que se refere à matéria de Conservação do Patrimônio Arquitetônico e Cultural, é inexpressiva. A Constituição de 1988 significou grande avanço no sentido da ampliação dos conceitos de excepcionalidade e monumentalidade. Esse avanço é notado no artigo 216, que deixa claro que os bens culturais devem ser enfocados pelo **aspecto patrimonial** (bens materiais: obras, edifícios e etc.) e pelo **aspecto da ação cultural** (bens imateriais: modos de criar, fazer e viver).

O compromisso de Quito 1967, do qual o Brasil é signatário, recomendou aos países da América a adesão à Carta de Veneza¹²⁰ 1964, portanto as principais recomendações atualmente para as questões do Patrimônio Arquitetônico e Cultural podem-se resumir na Carta de Veneza e na Constituição Brasileira de 1988; outros documentos, como a Carta do Restauro do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, de 1972, os compromissos Brasília¹²¹, Salvador¹²², Fortaleza¹²³, são adotados para o assunto como recomendações pertinentes.

Os instrumentos existentes para o parcelamento do solo no município de Paraty – que deveriam ser os mais importantes para ao desenvolvimento territorial – dizem respeito à **Lei Federal n. 6.766**, de 19/12/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá diretrizes para que o Poder Público municipal promova o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (essa lei federal veda qualquer parcelamento em áreas de preservação ecológica, devemos entender preservação ecológica como áreas de preservação permanente de acordo com o Código Florestal de 1965); e à **Lei n. 7.661**, de 16/5/1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dispõe que o uso do solo deverá orientar-se pela utilização racio-

¹¹⁹ Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. CAPÍTULO I Do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Art. 1º - “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

¹²⁰ **CARTA DE VENEZA.** Aprovada no segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31/5/1964: E diz: “Portadoras de mensagem espiritual do passado, **as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares.** A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade”. Art. 1º: “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”.

¹²¹ **Compromisso de Brasília-DF, abril de 1970.** 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e representantes de instituições culturais, para o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Recomendou-se a necessidade de ação supletiva dos Estados e dos Municípios na atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional; e ainda definiu-se que aos Estados e Municípios também compete, com a orientação técnica da DPHAN, a proteção dos bens culturais de valor regional.

¹²² **Compromisso de Salvador.** II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, outubro de 1971. Ministério da Educação e Cultura Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)-. Foi ratificado, em todos os seus itens, o “**Compromisso de Brasília**”.

¹²³ **Carta de Fortaleza.** Realizado em Fortaleza, novembro de 1997, para a comemoração aos 60 anos de criação do

nal dos recursos na zona costeira, devendo contribuir para a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

O Município de Paraty foi convertido em Monumento Nacional pelo Decreto Federal n. 58.077/66, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) passou a ser responsável pelo planejamento, licenciamento e fiscalização na ocupação do solo municipal. Em decorrência dessa determinação, foi criado o Plano de Desenvolvimento Integrado de Paraty, plano urbanístico que previa a valorização e adequação tanto da preservação e da proteção do patrimônio arquitetônico-urbanístico do centro histórico como de todo o sítio municipal. Em 1974 foi elaborado um novo plano, em função da falta de implementação do plano de 1966, denominado agora de “Plano de Expansão Urbana da Cidade de Paraty”.

Em 1978 o Poder Público local conclui o Projeto de Lei n. 78 de Zoneamento para Paraty. Em 1981 é concluído o Projeto de Lei de Parcelamento do Solo n. 609, de 25/6/1981, e Projeto de Lei de Zoneamento da área Urbana e de Expansão Urbana n. 608, de 25/6/1981, que, segundo o Arquiteto Paulo Borges, da Secretaria de Obras, Arquitetura e Urbanismo do Município de Paraty, e o arquiteto Júlio Cezar, responsável pelo Iphan Paraty, ***o projeto de lei de Zoneamento é o que prevalece hoje, como “instrumento legal” para aplicação da Política Municipal de Parcelamento do Solo Urbano e Zoneamento Municipal.***

A Constituição Federal de 1988 definiu de maneira explícita a autonomia municipal em termos políticos, legais e financeiros; posteriormente, as Leis Orgânicas Municipais consolidaram tal quadro. Contudo, para os municípios parece persistir a noção de que estes não têm competência para agir dentro das suas próprias zonas rurais, ou seja, ainda entende-se, equivocadamente, que o município não tem jurisdição sobre a parte do território municipal reservada para atividades rurais, quanto à disciplina do uso do solo. Esse entendimento tem gerado sérios conflitos, como a falta de concessão de alvarás de construção e de licenciamento de atividades na área rural, a proliferação de assentamentos ilegais como os chamados “loteamentos fechados”, “condomínios horizontais”.

O município de Paraty, portanto, prescinde de legislação adequada para ordenamento urbanístico, que concretize a utilização de todo território rural e urbano, uma vez que compete tão-somente ao município fixar diretrizes de uso do solo urbano e rural através de

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Seminário “Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção”, com a presença de representantes de diversas instituições públicas e privadas, da Unesco e da sociedade, todos signatários deste documento. O objetivo do Seminário foi recolher subsídios para a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando a identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens “portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” - artigo 216 da Constituição brasileira - considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente, “as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas”, com especial atenção àquelas referentes à cultura popular. O plenário recomendou: “que a preservação do patrimônio cultural seja abordada de maneira global, buscando valorizar as formas de produção simbólica e cognitiva”.

Lei e não de Projetos ou Anteprojetos de Lei como instrumento legal, considerados, no caso de Paraty, instrumentos virtuais e não-reais.

A partir dos anos 80, houve várias ações, no município, voltadas ao fomento das atividades econômicas e da preservação ambiental, de autoria de autoridades governamentais e de organizações não-governamentais, com iniciativas importantes mas isoladas, voltadas para turismo, artesanato, preservação ambiental e cultural. Dentre essas ações¹²⁴, destacam-se as que se seguem.

Iphan Paraty – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa instituição há muitos anos tem um projeto para levantar os bens remanescentes das sedes das fazendas dos períodos da cana-de-açúcar e do café, das casas rurais e dos bens imateriais (dos modos de saber e viver) visando à exploração turística. Embora este projeto nunca tenha chegado a ser iniciado, encontra-se nessa instituição a listagem do que seriam esses bens: sedes de fazendas de engenho de cana e café; antigas capelas rurais, em especial a de Santa Cruz; Paraty Mirim, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e ruínas da fazenda; os modos de saber e viver (bens imateriais), como rezas, benzimentos, ladainhas, danças típicas, comidas e artesanato, em especial os rituais das festas de Santa Cruz em 3/5 e de Nossa Senhora da Conceição em 8/12; o artesanato do Campinho (D. Madalena e Sr. Valentin); Passo da Paixão em Paraty – oratórios que contam os episódios principais da Paixão de Cristo; ruínas: Cadeia Velha (antiga cadeia de escravos), próxima à Ponta da Cajaíba; Fazenda Martim de Sá; Fazenda Santa Maria – Mamanguá; e as do entorno de Paraty Mirim.

Secretaria de Obras, Arquitetura e Urbanismo de Paraty. As atividades desta Secretaria restringem-se a licenciamento e fiscalização de projetos de parcelamento do solo e de edificações, com exceção do centro histórico, da APA de Cairuçu e, parcialmente, do Condomínio de Laranjeiras. O licenciamento e a fiscalização para parcelamento e construção nesses lugares, *mesmo encontrando-se em território municipal*, fica a cargo do centro histórico do Iphan; e, no caso da região da Área de Proteção Ambiental Cairuçu, do Ibama. O Condomínio Laranjeiras tem sua própria regulamentação, que estabelece os critérios para o uso e ocupação do solo dentro dos limites de sua propriedade; esse instrumento foi criado pelo Condomínio Laranjeiras e aprovado pela prefeitura municipal e, neste caso, a Secretaria de Obras, Arquitetura e Urbanismo licencia as atividades de acordo com essa regulamentação.

¹²⁴ Para uma melhor compreensão da dinâmica municipal em seus aspectos sociais, econômicos, ambientais e de caráter legal, foram desenvolvidos diversos levantamentos de campo, entre os anos de 1999 e 2001, junto aos órgãos públicos, instituições não governamentais, lideranças locais, empresas e associações de caráter comercial no município de Cunha e de Paraty. A metodologia aplicada para a elaboração desse levantamento privilegiou os levantamentos de campo por entender que a partir desses possa-se melhor compreender a realidade local e conseqüentemente a vida cotidiana do município.

Assessoria de Planejamento e Controle da Prefeitura de Paraty. Essa assessoria iniciou o processo de discussão para a implantação do programa de “Orçamento Participativo” em diversas comunidades costeiras do município e pretende expandi-la a outras comunidades neste ano de 2002. Tem como atribuição a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paraty, que, no fim de 2001 e início de 2002, já foi apresentado e discutido em diversas audiências públicas com vários setores interessados – governamentais, não-governamentais, universidades, associações de moradores e outros. Essa assessoria tem ainda a importante atribuição de equacionar e promover a recuperação e a pavimentação da Estrada Paraty-Cunha.

Secretaria Municipal do Turismo e Cultura de Paraty. Essa Secretaria tem como atividade principal suprir demandas turísticas através de atendimento pessoal ou telefônico no Centro de Informações Turísticas; acompanha ainda o calendário das festas tradicionais do município, com apoio logístico. Em 1999 atualizou o levantamento da infra-estrutura turística do município, elaborado em 1998. *É estranho o fato de que qualquer atividade turística, a ser implantada ou em funcionamento no município, não seja licenciada e ou fiscalizada pela Secretaria de Turismo, e sim pela Secretaria de Finanças que, mediante pagamento da “Taxa de Licenciamento e Funcionamento”, habilita qualquer atividade econômica e de qualquer natureza.* Essa secretaria tem acompanhado a discussão do grupo de empresários de turismo, associação comercial e barqueiros, que propõem a implantação de um conselho gestor para o Conselho Municipal de Turismo. Esse conselho, embora em fase de estruturação, encontra-se muito desarticulado.

Secretaria de Educação do Município de Paraty. A Secretaria tem como atividade principal ações voltadas à educação municipal e, paralelamente, tem desenvolvido um trabalho de apoio a programas de Educação Ambiental na rede pública municipal.

Secretaria da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de Paraty. Esta secretaria, além de suas atribuições de licenciamento e fiscalização, desenvolve projetos de apoio ao pequeno agricultor através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que se dá em parceria com a Emater, no programa de crédito rural, e com a prefeitura municipal, no programa de infra-estrutura. Ainda em outra parceria com a Emater desenvolveu o Plano de Desenvolvimento Rural (PMDR) (“Diagnóstico e Prognóstico, 1997”), concluído em fevereiro

de 1999, que propôs e realizou as seguintes ações naquele período: ampliou o mercado Produtor Rural e desenvolveu projetos de eletrificação rural, neste caso juntamente com o Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário (Prodesa), atendendo a quatro comunidades e com previsão para mais seis. Os projetos em andamento dessa Secretaria são: Programa de Proteção e Valorização da Pesca Artesanal do Município, com coordenação do biólogo Paulo Nogara (Nupaub/USP) e com apoio da Eletronuclear; Projeto de Proteção de Nascentes dos rios Perequê-Açu e Matheus Nunes; e o projeto de reflorestamento da BR 101, em parceria com o município de Angra dos Reis e empresários, este ainda em fase de projeto.

Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural (Emater). Suas funções estão distribuídas nas mais diversas formas de apoio ao produtor rural. Recentemente desenvolveu os seguintes projetos: implantação de duas casas de farinha/moenda para caldo de cana e rapadura, uma já inaugurada no Bairro do Corisco; repovoamento de alevinos no rio Carapitanga (nascente no Araponga); apoio e capacitação técnica na Aldeia Indígena Paraty Mirim e Arapongas; implantação de unidades demonstrativas de 1 ha de milho, mandioca, cana-de-açúcar, feijão, arroz; melhoria do processo de fabricação de aguardente do município em parceria com o Sebrae, com três alambiques já modernizados; implantação de programas de agrosilvicultura no Bairro do Patrimônio (palmito, açaí e pupunha) e Cocos; Projeto Pupunha Corisco (2.000 mudas plantadas); e finalmente a atualização do Censo Agrícola 2000. O engenheiro agrônomo Ciro Duarte Sobrinho, responsável pela Emater até o ano de 2001, elaborou uma listagem de alguns atrativos nos núcleos rurais que poderiam vir a ser explorados pelo turismo rural, defendendo que essa atividade complementa a renda das populações rurais, quais sejam: Corisco: Alambique (Maré Alta e Corisco) e casa de farinha; Meros: Alambique (Antigona e Fim de Século) e casa de farinha; Cabral: Alambique (Coqueiro) e casa de farinha; Itatinga: Alambique (Do Gabriel e Vamos Nessa) e casa de farinha; Campinho: Casa de farinha; Paraty Mirim: pesca artesanal; Arapongas: Reserva Indígena; Campinho, Paraty Mirim e Pedras Azuis: artesanato; Patrimônio: projeto de manejo de palmito e minhocário.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – O Balcão Sebrae de Paraty desenvolve várias atividades referentes a formação e capacitação para negócios ligados ao turismo e tem desenvolvido diversos programas como: “Programa de Turismo Sebrae-Rio de Janeiro”, com financiamento do Programa de Emprego e Renda (Proder); aplicando diversos cursos para formação de guias turísticos, de artesões e de cultura popular;

ainda com financiamento do Proder, elaborou o Diagnóstico Socioeconômico de Paraty (Sebrae/R.J.- 1999). O Sebrae concentra seu trabalho na formação e capacitação do micro e médio empresário dos setores envolvidos diretamente ou indiretamente nas atividades turísticas. Dos vários projetos que desenvolve, os que têm tido mais destaque são: Programa de Apoio Tecnológico à Micro e Pequena Empresa (Patme), através da melhoria do produto aguardente e derivados (melado, açúcar mascavo e rapadura), readequação do *leiaute*, dos equipamentos e das estalagens, implantado já em quatro microempresas do setor de alambiques; e o já citado “Programa de Turismo Sebrae Rio de Janeiro”, programa de revitalização do Turismo do Município de Paraty – tanto do Centro Histórico como de outras áreas como Trindade, Cajaíba, Sono, Mamanguá, Ilha do Araújo.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Desenvolve apenas suas atividades de rotina do escritório Ibama-Paraty, ou seja, licenciamento de obras, parecer técnico para licenciamento e fiscalização, na Unidade de Conservação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu, que por acaso não conta com funcionários para tal. A fiscalização do Ibama-Paraty só se faz presente na zona costeira quando demandada por algum tipo de denúncia e, neste caso, solicita ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, em São José do Barreiro, o empréstimo de pessoal para poder efetuar a fiscalização na área costeira de Paraty. No caso de a fiscalização ser efetuada na zona marítima, a solicitação é feita para o escritório do Ibama de Angra dos Reis.

Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro (IEF). Sua atribuição é a implantação e fiscalização da Reserva Ecológica da Juatinga, que para isso vem recebendo infra-estrutura do escritório central em Paraty. O administrador da Reserva e presidente do Centro Excursionista de Paraty (CEP), Sr. João Fernandes, elaborou detalhado trabalho de identificação dos bens naturais que seriam de interesse de exploração turística, assim descritos: Saco do Mamanguá (artesanato de caixeta e maior manguezal da região, praia, trilha, pesca artesanal); Praia Grande da Cajaíba (praias, cachoeiras e trilhas); Pouso da Cajaíba (praias, trilhas e pesca artesanal); Ponta da Joatinga (paisagens naturais, trilhas e pesca artesanal); Praia Martim de Sá (paisagens naturais – praia deserta, trilhas, cachoeira); Ponta Negra (comunidade caiçara, cachoeira e trilha); Galhetas (praia de pedras e cachoeira que desemboca no mar, trilha); Praia dos Antigos (praia e cachoeira); Praia do Sono (praia, comunidade caiçara, artesanato, trilha, cachoeira); Trilhas de Montanhas (abertas e em boa condição de percurso); Pico do Cairuçu (Martim de Sá,

Ponta Negra e Sono); Pedra da Jamanta; Paraty Mirim / Laranjeiras; Mamanguá / Laranjeiras; Mamanguá / Farol Joatinga; Pouso / Martim de Sá; Martim de Sá / Sumaca.

Ministério da Marinha. Diretoria de Portos e Costas - Agência da Capitania dos Portos de Paraty, Rio de Janeiro. Regulamenta, licencia e vistoria as embarcações e a habilitação do grupo dos marítimos através da aplicação da “Lei Lesta” (dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e sobre salvaguarda da vida humana no mar). Convém ressaltar que as antigas atribuições que cabiam à Capitania foram municipalizadas pela Lei do Gerenciamento Costeiro. Essa instituição não disponibiliza o cadastro das embarcações existentes no município, mas informa que existem aproximadamente 1.200 barcos (entre comerciais e particulares).

Associação dos Barqueiros de Paraty (Abapa). Associação de classe de proprietários de barcos que comportem até dez pessoas. O trabalho desses barqueiros é regulamentado pela capitania dos portos, no que diz respeito à segurança do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar. Os barqueiros reclamam muito da falta de fiscalização das atividades turísticas por parte do poder municipal, que não preserva a Baía de Paraty de barqueiros de fora, provocando uma competição injusta com os barcos de fora.

Associação paratiense de operadores de saveiro de turismo. São seis os proprietários de saveiros regulares em Paraty, todos de São Paulo ou Rio de Janeiro. Dos seis proprietários, quatro estão em fase de regularização junto ao Poder Público municipal. Um dos maiores problemas que a Associação enfrenta é a falta de regulamentação das atividades no município, e estes acreditam que se chegou a um estado crítico das atividades turísticas. Os operadores solicitaram à prefeitura medidas urgentes nesse sentido, principalmente no que diz respeito à clandestinidade na atividade turística. O saveiro de Paraty tem de competir com mais de 25 saveiros que vêm de fora e operam ilegalmente na Baía de Paraty. Para esses proprietários de saveiros, Paraty está perdendo sua qualidade de suporte e atendimento turístico. Alguns empresários de turismo estão participando do Grupo de Fomento Náutico da Secretaria de Turismo do Rio de Janeiro, Ibama, Embratur e Marinha, no projeto “Costa Verde”, com objetivo de buscar soluções para a região, a exemplo de Angra e Búzios. Os roteiros oferecidos são: Algodão, Ilha da Cotia, Ilha dos Cocos, Paraty Mirim, Vermelha, Ilha Comprida, Catimbau, Lula, Conceição, Saco da Velha (Área interna da Baía).

Agências de Turismo. A Paraty Tours é a única agência de turismo com alvará da Embratur. Oferece diversos roteiros náuticos e terrestres como: Trindade, Pedra Branca, e cachoeiras. Por mar são: Praia Vermelha, Lulas, Saco da Velha, Cotia, Praia do Sobrado, Praia da Conceição, Algodão, Comprida, Sapeca e Araújo, e eventualmente as praias de Picinguaba e do Sono. O maior problema que as agências dizem enfrentar é a existência de diversas agências “piratas”, tanto da região como de São Paulo, que operam irregularmente, sem regulamentação e fiscalização, oferecendo um serviço turístico que desqualifica a atividade e degrada o patrimônio natural. As agências que operam em Paraty atualmente são: Albatroz, Cavalo Marinho, Eco Alternativa. As operadoras de mergulho que operam em Paraty são oito, todas atuam dentro da Baía de Paraty. A Alfa Dive e Operadora de Mergulho Narwhall são as duas operadoras que vêm preocupando-se e tentando mobilizar empresários e guias para criar mecanismos de controle. A falta de fiscalização da atividade náutica está prejudicando os que trabalham nesse setor.

Associação Amigos de Mamanguá (Amam). Essa Associação, através do biólogo Paulo Nogara (Nupaub-USP), desenvolve o projeto “Proteção Participativa dos Recursos Pesqueiros do Saco do Mamanguá e Implantação de Dispositivos de Exclusão de Pesca de Arrasto”. Esse projeto envolve várias atividades na área de educação, saúde e infra-estrutura nas comunidades do Saco do Mamanguá, como: Projeto de Assistência Odontológica (1999); Curso de Instrumentação e Capacitação de Professores (1999); Programa Biblioteca Viva (1999); Curso de Alfabetização de adultos e Intercâmbio Cultural (1999); Projeto Educação Ambiental nas Escolas (1999); Curso de ecologia e manejo participativo de caixeta (1998); discussão para proposta de criação de reserva extrativismo do Saco do Mamanguá; e Projeto de eletrificação fotovoltáica e dinamização social.

Universidade Federal Fluminense/Programa de Educação Fluminense da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (Prodef). Criou uma Base Científica e Ambiental da “Pedra-Branca¹²⁵,” no município de Paraty, e há três anos está implantando suas atividades, através de diversos projetos de pesquisa e de extensão universitária e de atividades didático-pedagógicas na rede de ensino público da Secretaria Municipal de Paraty. Dentre as diversas pesquisas de extensão em desenvolvimento encontra-se a pesquisa *O Homem e a Tecnologia do Novo Rural*, aprovada em setembro de 2000 pelas instituições UFF, UFF-Prodef e Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAPPLAC): Produção e Linguagem do Ambiente

¹²⁵ Fazem parte da Base Científica a Universidade Federal Fluminense (UFF), Associação Comercial e Industrial de Paraty (ACIP), Centro Excursionista de Paraty (CEP), (Secretaria Municipal de Educação de Paraty (SME/ PARATY), Prefeitura Municipal de Paraty, Sindicato de Guias de Turismo de Paraty (SIGUT/Paraty).

Construído/FAUUSP, coordenada pela Prof.^a Dr.^a Yvonne Mautner e Prof.^a Maria de Lourdes Zuquim e com a consultoria do Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya.

Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz (ESALQ/USP). Está desenvolvendo, sob a coordenação do Prof. Dr. Virgílio Viana, o projeto de Conservação de Florestas Tropicais na região do Fundo do Mamanguá, com a aplicação de diversos cursos de ecologia e mobilização da população para o manejo participativo de caixeta.

Centro excursionista de Paraty. Entidade reconhecida como de utilidade pública, promove atividades de educação ambiental e realiza caminhadas e excursões na região, mapeando e descrevendo sistematicamente as trilhas dos caminhos da Bocaina.

Grupo Araçari. Sociedade Araçari para Conservação de Diversidade Biológica e Cultural. Trabalha prioritariamente na conservação da diversidade biológica e cultural da região de Paraty, promovendo, por meio de ações conservacionistas, o resgate da identidade cultural de comunidades tradicionais em conjunto com a prefeitura e os colégios de 1º e 2º grau. Algumas ações do Grupo Araçari: Semana do Meio Ambiente, em conjunto com Ibama local e a direção do Colégio Cembra; Trilha do Quilombo para fins de turismo (com enfoque étnico-ecológico) juntamente com a Associação de Moradores do Campinho (Amoc); III Encontro da Cultura Negra de Paraty em parceria com a Fundação Cultural Palmares/BSB, Ibama/RJ/Paraty, Ass. Moradores do Mocambo do Campinho, Casa da Cultura de Paraty e Vice-governadoria do Rio de Janeiro.

Centro Educacional Leonardo Da Vinci (Celavi). Promove projetos de desenvolvimento artístico-cultural, com reciclagem de materiais para criação artística e educação ambiental, junto à rede pública de escolas de primeiro grau.

Grupo Nhandeva. Promove a recuperação e difusão das culturas indígena e caiçara por meio de atividades culturais e oficinas comunitárias para ensino e produção de artesanato com recursos locais. A Associação Nhandeva participa, em conjunto com a Emater, o Ministério da Agricultura e a Prefeitura de Paraty, do Projeto “Casa de Farinha na Aldeia Araponga”. Trata-se da construção da casa de farinha, fuso, ralador e forno, instrumentos de trabalho tradicionais da cultura guarani, com o objetivo principal de resgate cultural aliado à auto-

sustentabilidade da comunidade indígena. A comunidade de Paraty Mirim também participa do projeto, que prevê o plantio de outros produtos como o milho, batata-doce e palmito.

Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (Idaco). Atua nas áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro, financiando projetos de melhoria das condições de vida de agricultores familiares e de formação e capacitação dos pequenos agricultores. Desenvolve projetos de conservação ambiental e projetos de comercialização, incentivo e de geração de renda de produtos agrícolas e artesanais. Atua em Paraty nas comunidades de Boa Esperança, Fazenda Alpina, Mutirão da Paz, Santa Rosa, Santo Inácio, São Domingos, São José da Boa Morte, São Roque, Sol da Manhã, Vale do Mambucaba e Vitória da União.

Conselho de Defesa do Meio Ambiente (Condeama) Encontra-se em fase de reestruturação.

Fundação SOS Mata Atlântica (São Paulo). Finalizou em 2002 o Plano de Gestão Ambiental da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, em parceria com o Ibama, IEF e Prefeitura Municipal de Paraty.

5.2.3. As vilas caiçaras de Cajaíba, Juatinga, Ponta Negra e Sono¹²⁶

As vilas caiçaras de Cajaíba, Juatinga, Ponta Negra e Praia do Sono localizam-se na porção sul do município de Paraty, no subdistrito de Paraty Mirim, inteiramente inseridas nos limites territoriais da Reserva Ecológica da Juatinga e da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. Essa região, quer pela sua exuberante e acidentada geografia de costões rochosos, restingas e mangues, quer pela ausência de acessos viários e de meios de transporte, manteve-se isolada geográfica e economicamente das atividades turísticas que se estabeleceram em Paraty, o que lhe conferiu traços muito especiais da cultura caiçara tradicional.

População

A população das vilas caiçaras de Cajaíba, Juatinga, Ponta Negra e Sono totalizam 268 famílias e 975 moradores, assim distribuídos: Cajaíba – 164 famílias, 475 habitantes e média de três pessoas por família; Juatinga – 27 famílias, 150 habitantes e média de seis pessoas por família; Ponta Negra – 23 famílias, 110 habitantes e média de cinco pessoas por família; Praia

¹²⁶ Foram consultadas e adotadas as fontes primárias e secundárias do projeto “Caracterização Socioeconômica e do Uso Antrópico” do Plano de Gestão Ambiental da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu - Projeto de Cooperação Técnica entre a Fundação SOS Mata Atlântica e Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em parceria com o IEF/RJ Instituto Estadual de Florestas do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura Municipal de Paraty -, elaborado no período de novembro de 1999 a julho de 2000 sob a coordenação geral da SOS Mata Atlântica através da Arquiteta Adriana de Queiroz Mattoso e Coordenação técnica da Arquiteta Maria de Lourdes Zuquim.

do Sono – 54 famílias, 240 habitantes e média de quatro pessoas por família. A importância dessas vilas caiçaras para o município de Paraty é significativa, pois representam aproximadamente 7% do total da população rural do município.

A maior parte da população é nascida na terra e lá habita desde seu nascimento, o que demonstra ainda a forte existência de vínculos com o lugar e com a sociedade a que pertencem. Da população, 57% é nascida no próprio bairro; 32% nasceram em Paraty; e 11% em outros lugares fora do município. No caso das pessoas nascidas em Paraty, acredita-se que a grande maioria é gente da própria terra, que se deslocou para Paraty em busca de atendimento de saúde para o parto na sede municipal.

As pessoas que saíram da vila somam 32% do total de habitantes. Destes, 61% foram para outras vilas caiçaras ou bairros rurais próximos (migração interna) e 39% para centros urbanos próximos. O movimento migratório interno, ou seja, a mobilidade espacial entre os moradores dessas vilas e das vilas vizinhas é muito comum em função dos fortes laços de vizinhança que essas comunidades estabeleceram há muitos anos. O motivo mais freqüente para essa mobilidade é casamento ou separação. A outra forma apresentada de mobilidade espacial é o êxodo para os núcleos urbanos próximos, e os motivos apresentados são, em primeiro lugar, o trabalho, seguido de estudo, saúde e *tentar a vida*, demonstrando que as pessoas saem à procura de outros lugares que possam oferecer melhor qualidade de vida.

Religião

A religião católica é predominante nas comunidades de Cajaíba (49%), Juatinga (53%) e Ponta Negra (55%), embora o surgimento de outras igrejas venha crescendo intensamente nos últimos anos. Na Praia do Sono a religião preponderante é a evangélica (95%). Segundo Soares (1998), é importante notar que os cultos evangélicos foram introduzidos na região a partir da década de 70, quando essas igrejas começaram a conquistar seus moradores e introduziram novos hábitos nas comunidades, provocando uma rápida mudança social que imediatamente suprimiu as antigas manifestações culturais e sociais, pois essas manifestações tinham forte ligação com a tradição católica. Hoje essas novas igrejas têm grande importância na organização social e nas decisões dessas comunidades

Escolaridade

A região apresenta altos índices de analfabetismo, e sua grande maioria tem somente o 1º grau do ensino básico. A ausência de equipamentos públicos de ensino explica essa baixa escolaridade. O nível de escolaridade é de 48% no 1º grau, 13% de analfabetos, 11% de pessoas que só escrevem o nome, e os que completaram o 2º grau são somente 3%. Os motivos que impedem a continuidade dos estudos são, em primeiro lugar, o trabalho, seguido na mesma proporção da distância dos equipamentos de ensino da moradia e da falta de meios de transporte.

Renda familiar

Em Juatinga, Ponta Negra e Sono a renda familiar está entre dois e quatro salários mínimos (53%). No caso de Cajaíba, 43% da população tem renda familiar de até um salário mínimo.

Atividades econômicas

A população economicamente ativa nas vilas caiçaras é de 37%. As atividades econômicas são: em primeiro lugar a pesca embarcada (30%), seguida da pesca artesanal (29%), caseiro (14%), artesanato (8%), aposentado (7%), construção civil (3%), funcionário público (3%), turismo (2%), agricultura (2%), comércio (1%) e outros (1%). Essas atividades, em sua grande maioria (74%), são desenvolvidas dentro dos domínios da vizinhança (pesca embarcada e artesanal); em Paraty (16%), em Ubatuba (3%) e em outros lugares (7%).

Da atividade econômica complementar nas vilas caiçaras, a agricultura representa 51%, seguida da ocupação de caseiro (13%), pesca artesanal (9%), construção civil (8%), artesanato (7%), turismo (3%), comércio (1%) e outros serviços (8%). A população que tem atividade complementar é de 6%. As atividades econômicas complementares, em sua grande maioria (74%) são desenvolvidas nos próprios domínios da vizinhança, em Paraty (16%), em Ubatuba (9%) e em outros lugares (1%).

Na **Cajaíba** 43% da população é economicamente ativa. As atividades predominantes são a pesca artesanal (48%), seguida de caseiro (21%) e pesca embarcada (19%). Lá encontram-se 71 canoas, dezesseis cercos, 39 barcos a diesel, sete barcos de popa e vinte casas de farinha.

Na Praia da Cajaíba, 6% da população desenvolve atividades econômicas complementares, predominando a agricultura (87%). A prática do cultivo é de 55%; desses, 97% cultivam para o próprio consumo e 2% para comercialização. O cultivo predominante é fruta, seguido da mandioca, cana, ervas medicinais, temperos, horta, feijão, palmito e milho. Quanto à coleta, todas para consumo próprio, é praticada por 16% – marisco, planta ornamental, cipós, taquara e pau-do-mato, caranguejo, caixeta e palmito.

Na **Juatinga**, 38% da população é economicamente ativa. A atividade principal é a pesca embarcada e a artesanal, representando 42% e 37%, respectivamente. Hoje encontramos 23 canoas, oito cercos, onze barcos a diesel, quatro barcos de popa e nove casas de farinha. A atividade complementar é desenvolvida por 9% da população. As atividades econômicas complementares se distribuem entre agricultura (64%) e pesca artesanal (29%). A prática do cultivo é de 93%, ou seja, 25 famílias, das quais 24 para consumo próprio e apenas uma família para comercialização. O cultivo predominante é a mandioca, seguido de frutas, temperos, banana, ervas medicinais e cana e, com menor importância, feijão, milho e horta. São onze as famílias que praticam coleta (40%), todas para consumo próprio, somente uma família, que, além de consumo próprio, também comercializa marisco, palmito, taquara e pau-do-mato, cipó e a caixeta.

Na **Ponta Negra** 31% da população é economicamente ativa. As atividades principais são a pesca embarcada (41%) e a construção civil (26%). Hoje encontramos treze canoas, três cercos, um barco a diesel, um barco de popa e três casas de farinha. A atividade complementar é desenvolvida por 2% da população, distribuída igualmente entre a pesca artesanal e a construção civil. São dezenove as famílias que praticam coleta, todas para consumo próprio – marisco, planta ornamental, pau-do-mato, caixeta, palmito, cipó e taquara.

Na **Praia do Sono**, 29% da população é economicamente ativa. As atividades principais são a pesca embarcada (38%), seguida de aposentado (13%), pesca artesanal (10%) e caseiro (10%). Há 26 canoas, cinco cercos, um barco a diesel e cinco casas de farinha. A atividade complementar é desenvolvida por 8% da população, da seguinte maneira: construção civil (26%), caseiro (26%), artesanato (16%), turismo (5%), comércio (5%) e outros serviços (21%). Segundo o IEF¹²⁷, em Sono, em 1993, 58% da população praticava agricultura, predominando

¹²⁷ Cadastro da População das praias do Sono e Ponta Negra de 1993.

o cultivo de banana e aipim, seguido do de abacate, feijão e laranja. A produção de farinha contava com dezessete pessoas, e 92% da população está envolvida na atividade pesqueira. Das 54 famílias entrevistadas, 59% praticam cultivo e 41% não. Dos que praticam cultivo, 100% fazem-no para consumo próprio. O cultivo predominante é fruta, seguido de tempero, ervas medicinais, horta e mandioca, e, com menor importância, feijão, milho, cana e palmito. São 70% as famílias que praticam coleta para consumo próprio – marisco, plantas ornamentais, o cipó, caranguejo, pau-do-mato, taquara e caixeta.

Propriedades

Da população que vive nessas vilas, originariamente dona de suas terras, hoje 75% têm títulos – precários ou não – de suas terras; os 25% restantes têm titulares de fora, a maioria é de São Paulo e Paraty. Isso comprova o crescente movimento de aquisição de posses dos caiçaras para segunda moradia de turismo.

Moradia

A função predominante das moradias é a habitação familiar (48%), seguida da moradia mista com trabalho, comércio e turismo (10% cada, respectivamente). É interessante destacar que, nos períodos de temporada, a habitação das vilas caiçaras adapta-se, mesmo que precariamente, ao uso turístico, tanto no que diz respeito a alojamento quanto a prestação de serviços de alimentação, predominando, nesses períodos, o uso misto de moradia-turismo.

Regime de construção das moradias

As formas de construção das moradias existentes na região são: a familiar (47%), seguida de empreiteiro (29%), mutirão (7%) e outras formas (4%). O regime de construção familiar ou mutirão caracteriza-se pelas formas tradicionais de associativismo muito encontradas ainda nessas populações caiçaras, que mantêm o modelo de organização social baseado nas relações familiares e de cooperação, tanto para a construção das moradias como para as atividades agrícolas e pesqueiras.

Tipologia das moradias

O padrão dimensional das habitações mais comum é o de até quatro cômodos, embora exista ainda a presença importante de moradias de quatro a sete cômodos. Na Praia da Juatinga prevalece a moradia menor (de até quatro cômodos). A Praia do Sono apresenta um número maior de residências com mais de sete cômodos, 11% do total; isso se deve à presença da atividade turística. Os fogões a lenha predominam nas cozinhas (55%), seguidos do fogão a gás (32%) e misto lenha/gás (13%).

O número de habitações sem unidades sanitárias chega a 43% do total das moradias; na Juatinga a 67% e na Ponta Negra a 65%. As unidades habitacionais que têm um sanitário dentro da casa são as que prevalecem nessas vilas, com 37% do total. A precariedade das unidades sanitárias, quer pela sua ausência quer pela falta de tratamento dos esgotos, e a falta de abastecimento e tratamento de água provocam contaminação nos corpos d'água superficiais e subterrâneos que são as fontes de captação de água dessas moradias, e, conseqüentemente, um grande fator de risco à saúde da população

Os sistemas construtivos predominantemente encontrados nas moradias são o estuque (pau-a-pique); a cobertura de telha de barro e o eternit. O modelo da cultura construtiva encontrada nas periferias das cidades começa a tornar-se mais freqüente nesses lugares, distanciando-se cada vez mais da cultura construtiva caiçara tradicional.

Com relação à iluminação, nenhuma das vilas apresenta sistemas públicos de eletrificação; como solução para a iluminação residencial, adotam a tradicional lamparina e vela e, em alguns casos, a energia complementar do gerador.

Quanto às benfeitorias, distribuem-se de acordo com as atividades econômicas predominantes na vila. São as ligadas a turismo, subsistência e pequena indústria caseira (casa de farinha).

Infra-estrutura

Não existem estradas para essas vilas, o acesso é feito de barco ou a pé, por trilhas. A ausência de um sistema público ou mesmo condominial de abastecimento e tratamento de

água faz com que as comunidades venham a adotar a captação direta do rio, o que acontece em 52% delas. Assim, sem tratamento de água e de destinação de esgotamento sanitário – saneamento básico –, a saúde pública corre sérios riscos. A Juatinga é a única comunidade que adota o sistema de poço para a captação da água. Com relação ao tratamento da água, 77% da população não tem nenhum tipo de tratamento de água, 22% filtram a água. A destinação do esgoto ocorre da seguinte forma: despejo direto (59%), fossa negra (34%), fossa séptica (7%). Não existe serviço público de coleta de lixo; a solução adotada pela comunidade é queimar o lixo e jogá-lo no mato.

O turismo

O turismo para essas comunidades representa uma esperança de solução para suas carências. A Cajaíba, Juatinga, Ponta Negra e Sono não se encontram preparadas para o turismo, tanto no que diz respeito à dotação de infra-estrutura como por seus valores, ainda voltados aos traços familiares. Ocorre que os turistas estão trazendo novos costumes e novos padrões de consumo e a comunidade, admirada com a possibilidade de novos ganhos, acaba vendendo suas terras e rompendo seus laços socioculturais até então existentes, e dirigem-se para a periferia de Paraty.

A Praia do Sono é a única dessas vilas que está no roteiro das agências de turismo de Paraty – trilha Laranjeiras/Sono. No réveillon de 2001, segundo a associação dos moradores, Sono recebeu cerca de 800 visitantes, nos seus quatro campings e em algumas casas alugadas na alta temporada e nos seus oito bares que servem refeição caseira. A Ponta Negra, nesse mesmo período, recebeu cerca de 120 pessoas. Como lá não existe camping, o turista aluga casas dos caiçaras – cerca de quinze casas, a maioria sem banheiro, e dois bares. A Cajaíba, no mesmo período, recebeu cerca de 400 pessoas, sessenta barracas no camping e vinte casas alugadas, e oito bares. O turismo nessas vilas é sazonal, concentrando-se basicamente em dois grandes feriados, o Ano Novo e o Carnaval. A atividade turística é desenvolvida exclusivamente com mão-de-obra local e familiar.

A faixa etária predominante dos turistas que freqüentam essas vilas é de 20 a 30 anos, seguida de 30 a 40 anos. A origem da grande maioria é paulistana, seguida do interior do Estado de São Paulo. A renda predominante dos turistas é de sete a dez salários mínimos. O grau de instrução é predominantemente o superior completo, seguido do superior incompleto.

Problemática ambiental

A maioria dos entrevistados e das lideranças comunitárias desconhece a legislação ambiental e não sabe dizer se o lugar onde eles moram se encontra dentro ou fora da Reserva Ecológica da Juatinga ou mesmo da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, e ainda muito menos sabem dizer o que são ou o que significam essas Unidades de Conservação. Pode-se afirmar que a ausência total de informação sobre a legislação ambiental é recorrente em todas as comunidades. Há falta de informação por parte do Poder Público e dos gestores dessas unidades, que muitas vezes negam o direito à terra e ao uso da terra a essas comunidades, que, contraditoriamente, habitam essa região há quase quatro séculos, muito antes da existência dessas Unidades de Conservação.

5.2.4. Uma mostra representativa: o bairro rural do rio dos Meros

A história que a população conta do Rio dos Meros sobre a origem do bairro é que lá existia uma fazenda de escravos, que, por volta de 1660, foi dividida e deu origem ao bairro do Rio dos Meros.

O Rio dos Meros possui uma várzea de 400 ha, cujo proprietário é um industrial de São Paulo. Essa fazenda está abandonada e nela só mora o caseiro, Sr. Manuel, com esposa, filha e genro. Ao lado de sua casa ele tem uma casa de farinha, que lhe dá o sustento complementar ao salário de caseiro. Antigamente, plantava mandioca, milho, às vezes feijão; agora que está doente, só cuida do açude do patrão. Os sítios localizados no sertão, fora da área da várzea, são todos de posseiros.

O Rio dos Meros, por ser um bairro rural extremamente ligado às atividades agrícolas, mistura as funções de moradia com agricultura e pecuária – moradia/roça/criação. Todos os sítios têm benfeitorias que se distribuem de acordo com a atividade agrícola ou pecuária de cada

Vale dos rios dos Meros

Alambique da Fazenda dos Meros

sítio. A maioria das moradias foi construída em regime de mutirão em pau-a-pique.

O acesso ao bairro se dá pela BR-101 e, partir daí, por uma estrada de terra muito precária, que vai até a sede da escola. O restante dos acessos é feito por trilhas – a pé – que vão se desenvolvendo serra acima até alcançar o último sítio.

Não existe transporte coletivo da BR-101 para o bairro; o trajeto é feito a pé.

O comércio não existe. Antigamente os comerciantes entregavam no bairro, recentemente os comerciantes não entregam mais devido às condições precárias da estrada.

Não existe iluminação pública. A energia elétrica alcança a sede da escola, a partir daí, os sítios usam lamparina ou vela.

O abastecimento de água é feito pela captação direta da nascente. A rede de esgoto é inexistente, cada sítio adota o despejo direto no terreno ou no rio próximo.

O transporte coletivo não é muito dificultado pelas condições precárias da estrada

A população do bairro rural do Rio dos Meiros é de aproximadamente noventa habitantes, são trinta famílias, das quais vinte são

Casa de Farinha do Sr. Manuel

Forno da Casa de Farinha

Vista externa Casa de Farinha

descendentes dos primeiros moradores. Já foi um bairro bastante habitado, os antigos chegam a falar em oitenta famílias.

“Aqui morava bastante gente aqui pra cima sabe? Mas é que agora a maioria do pessoal foram largando esse negócio de roça, e foram tudo pra cidade, vêm aí um final de semana, passa um diazinho, desce de novo, aqui tem um sítio aí pra cima, tem as casas né, mas vêve mais é da cidade, quase não tão ligando pra roça, porque tão iludido com a cidade, sabe como é? Não tem como viver na cidade, mas o negócio dele é dizer que mora na cidade. É o que acontece com muitos aí, que tão continuando na cidade, tem sítio aí pra cima tudo...lugar pra trabalhar né, são deles mesmo, mas não adianta, eles vem aí passa o dia mesmo, e volta de novo, passa um, dois, três dias e volta pra cidade. Então se torna difícil, porque ta ruim o lugar, difícil de arrumar serviço né, na cidade não tem como ficar pra trabalhar a semana pra voltar. E no ano que vem essa escola vai ser desativada, que já tão ameaçando desativar essa escola, daí as crianças vai ficar sem estudar, porque a maioria não vai ter condição, e a gente tem que ver o que é que vai fazer né, porque as crianças não pode ficar sem estudar, não pode deixar eles sem estudar, eles têm que estudar. Vamo vê, se Deus ajudar, se eu consigo fazer um barraco meu esse ano aí. Porque do Corisco fica fácil, que tem ônibus e o lote da gente fica pertinho da pista, então dá pra o garoto ir, a gente vê a hora que ele salta do ônibus ali, e do Corisco tem ônibus de hora em hora, duas hora tem ônibus” SR. JOÃO (caseiro da escola).

A atividade econômica de maior importância é a agricultura da cana-de-açúcar, mandioca e banana, seguida da construção civil e da pecuária. A construção civil é a atividade que aufer maior renda para a comunidade. No bairro, a pequena indústria rural caseira é muito presente, lá existem quatro casas de farinha e um alambique desativado.

Escola do Rio dos Meros

Acima, entrada do sítio e casa do Sr. Benedito

“Tem um rapaz aqui que só vive da roça, aqui em cima, aquele só vive da roça mesmo, o vizinho aí, depois da cachoeira, tratam ele no apelido de três conto. Aquele vive da roça mesmo, direto, aquele só trabalha na roça, e lá em cima, o Orlando também, ele só vive da roça. Esse vive da roça, fica aí, dia e noite, fica aí mês e mês, direto. Agora os outros vizinhos que tem lá pra baixo, vive mesmo é da cidade, aí tem o Orlando, tem o Laércio, tem o Vidíco, tem o Acílio, tem o Valmir, que vive também da cidade, só? Nê?! E o Severino! É! E ter a roça é bom né, pra gente se viver, quando a gente vive da roça, você tem tudo, tem fartura, trabalha ali, se tá se sentindo mal, não dá pra ir trabalhar, não vai. Não é como empregado que às vezes vai trabalhar doente. A gente não tem condições, não tem terra pra trabalhar, então tem que viver do emprego, se tiver desempregado... eu tô dois anos desempregado, dois anos parado.” SR. MANUEL (empregado da fazenda Engenho).

O Sr. Benedito – o três Conto – tem um sítio no sertão e lá ele e sua mulher vivem somente da roça e da venda de farinha de mandioca. Ele é um dos poucos que sobraram no bairro que ainda vive do lugar. Sua casa mede 4 x 6 m e é feita de pau-a-pique. Ele e a esposa trabalham juntos na roça e na farinhada. Diz ele que, para fazerem uma saca de farinha e vendê-la em Paraty por R\$ 75,00, levam um dia de trabalho; normalmente vendem uma saca por semana. Para ir para Paraty vender a farinha ele vai até o asfalto e de lá pega um ônibus. Com o dinheiro da saca que ele vende, em Paraty, compra o que precisa para viver. Ele mesmo faz todo o aviamento da casa de farinha, pega a madeira no mato (aricurama) e, para o balaio, usa a taquara de cipó (imbé), também do lugar.

Existia uma escola rural – ensino básico – que foi fechada em 1999. Antes de fechar atendia a sete alunos, todos de cima do sertão dos Meros. Essa escola encontra-se em terras da fazenda do Engenho. As crianças passaram a ir à sede municipal para dar continuidade a seus estudos.

Fogão à lenha

Interior da casa Sr. Benedito

Ao lado, tanque/pia de cozinha externos. Acima, sumidouro da Casa de Farinha

Em um cômodo da escola mora, há oito anos, a família do Sr. João (esposa e dois filhos). Ele é contratado da prefeitura como caseiro. Mesmo a escola tendo sido fechada, o Sr. João continua morando lá, segundo ele, única e exclusivamente por falta de alternativa de moradia; não tem como construir uma casa – nem terra nem dinheiro.

“se eu tivesse dinheiro ai eu queria procurar o melhor, o bloco, mas acho que bloco sai mais caro de que o tijolos, o tijolo sai menos. Eu ia fazer uma casa pequena né, uma casa de 6 x 6, pra pouca gente né. Então a gente está esperando uma oportunidade pra gente conseguir né, fazer, porque nos precisamos. Eu sei fazer de pau a pique, mais assim é meio difícil né, esses negócio de madeira, esses negócios de Ibama né, cortar madeira, né, tem todo aquele problema, então a gente faz uma casa pequena, mas de tijolo sai mais tranqüilo, porque a gente trabalha a vontade né, então o jeito é a gente ficar aqui na roça até a gente ver se consegue fazer o barraco da gente, eu queria fazer no Corisco” SR. JOÃO (caseiro da escola).

Forno externo da Casa de Farinha

Aviamento da Casa de Farinha

CAPÍTULO VI

O bairro rural da Bocaina de São Roque e a vila caiçara do Sono

A escolha das comunidades foi feita por ocasião dos estudos de campo que envolveram esta tese, denominados de “re-percursos” de viagem, quando foram visitadas comunidades rurais (da região do planalto da Bocaina¹²⁸ e do Paraitinga¹²⁹) e caiçaras (da região do litoral norte-paulista e sul-fluminense). Esses “re-percursos” basearam-se nas referências documentais e fotográficas de “Carlos Borges Schimtd” e tinham o objetivo de verificar as permanências e registrar a atualidade do modo de vida dessas comunidades como balizamento para uma indagação propositiva do *habitat* rural. Assim é que foram escolhidos o Bairro da Bocaina de São Roque e a Vila Caiçara do Sono – Praia do Sono.

Os motivos que levaram à escolha do Bairro da Bocaina de São Roque foram: características de uma sociedade de pequenos agricultores familiares que vivem ainda de estrita relação com a lida da terra; presença de referências documentais (caderneta de Viagem “Viagem a Bocaina de 1945”) e fotográficas (“Álbum fotográfico Serra da Bocaina” – na coleção Carlos Borges Schmidt); característica fisiográfica do lugar; e, principalmente, por se encontrar na zona de influência do Parque Nacional da Serra da Bocaina e, portanto, submetido a uma série de restrições legais.

A Vila Caiçara do Sono – Praia do Sono, da mesma forma que o Bairro da Bocaina de São Roque, foi escolhida por apresentar o modo de vida tradicional caiçara; pela presença de referências documentais e fotográficas na coleção de Carlos Borges Schmidt; pelas características fisiográficas do lugar; por se encontrar nos domínios da Reserva Ecológica da Juatinga e da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, e, ainda, na zona tampão do Parque Nacional da Serra da Bocaina, ou seja, um lugar submetido a diversas restrições ambientais; e, fundamentalmente, por se encontrar em um momento de transição devido à forte pressão dos interesses especulativos turísticos e imobiliários.

¹²⁸ PLANALTO DA BOCAINA – Caracteriza-se pelos altos da Serra da Bocaina e Serra do Quebra Cangalha. Atua como divisor entre as águas do Rio Paraíba e Rio Paraitinga. A Serra da Bocaina devido a suas variações litológicas e estruturais apresenta relevo bem acidentado, onde se desenvolveu uma rede de drenagem em treliça, com coletores subsequentes orientados na direção Nordeste, buscando o mar ou o Rio Paraíba escoando em vales embutidos no Planalto. O relevo apresenta-se em forma de campos ondulados, muito retalhados pelo ravinamento, com amplitudes locais variando entre 200 e 300 metros abaixo dos altos que se nivelam a 1.200 metros. Os interflúvios chegam a 200 metros. Os limites do Planalto da Bocaina são particularmente graduais na porção adjacente ao Planalto da Bocaina, as altitudes aumentam e o relevo passa a ser serrano, porém com serras restritas. Esta zona funciona como um “castelo de águas” das nascentes formadoras do Paraíba, de afluentes do médio Vale Paulista e Fluminense, bem como algumas bacias do litoral fluminense. Esta unidade engloba as ilhas próximas, por estarem vinculadas aos processos geológicos e morfológicos que deram origem ao modelado da parte continental. Sua porção meridional é caracterizada por escarpas que, comumente, constituem falésias e se apresentam bastante recortadas, originando inúmeras enseadas e limitando pequenas planícies aluviais. Transversalmente às escarpas, observam-se diversas linhas de falha, que respondem pela orientação da rede de drenagem local. O Vale do Paraíba do Sul dispõe-se pelo interior, por trás da Serra do Mar, apresentando-se como uma região deprimida em relação ao relevo circunvizinho. ABREU, PRADO. (1995)

¹²⁹ PLANALTO DE PARAITINGA - Caracteriza-se pela sua estrutura cristalina complexa, com predominância de um relevo conhecido como “Mar de Morro”, ou seja, um relevo que se assemelha a um conjunto de colinas maturamente dissecadas em forma de meias laranjas. Destaca-se também a presença de longas serras longitudinais, geralmente na direção N/NE. As altitudes que chegam a 1.300 metros decrescem para a direção W/SW. Em vários pontos as amplitudes locais variam entre 200 a 300 metros e os rios apresentam então corredeiras e cachoeiras, com planícies aluvionares pouco desenvolvidas exceção feita ao Rio Paraíba, entre Paraíba e Bairro Alto, e alguns de seus afluentes. A região que separa as morrarias do Paraitinga e do Paraíba constitui-se num conjunto de serras alongadas que funcionam como divisor de águas. O Planalto de Paraitinga é constituído de morros de serras restritas, orientado pelas estruturas migmatíticas. ABREU, PRADO. (1995)

6.1. O bairro rural da Bocaina de São Roque e as comunidades Bocaina de São Roque e da Bocaininha

6.1.1. A geografia do sítio

O Bairro rural da Bocaina de São Roque localiza-se no extremo norte do Município de Cunha, próximo aos limites municipais de Areias e de São José do Barreiro, no distrito de Campos Novos de Cunha¹³⁰. O bairro é composto de duas comunidades rurais, uma do mesmo nome do bairro – Bocaina de São Roque – e outra denominada Bocaininha.

O acesso para a Bocaina de São Roque é feito pela estrada vicinal C-124, que se inicia em Campos Novos de Cunha, com aproximadamente 18 Km de percurso de terra batida e traçado bastante irregular (essa estrada segue como C-331 para a sede municipal de Areias). O percurso até o Bairro da Bocaina de São Roque divide-se em dois trechos. O primeiro, de 5 Km, apresenta um traçado suave e bastante favorável, acompanhando o vale do ribeirão de Mato Dentro e mantendo praticamente em todo esse percurso uma altitude aproximada de

¹³⁰ O distrito de Campos Novos de Cunha tem a dinâmica territorial e populacional estritamente ligada às atividades agropecuárias tradicionais. Em 2000, a população do distrito de Campos Novos de Cunha era de 4207 habitantes, 984 na sede distrital (23,4%) e 3223 na zona rural (76,6%), ou seja, a mesma distribuição populacional do Brasil nos anos 40, que era de 75% de habitantes vivendo no campo e 25% na zona urbana.

1.000 metros. O segundo trecho, de 13 Km, tem traçado bastante irregular, com vários estrangulamentos no leito carroçável e grandes trechos de declividade acentuada, que chegam a alcançar quase os 1.500 metros de altitude. Após transpor esse percurso de serra, já próximo ao Bairro da Bocaina de São Roque, essa estrada alcança o vale do rio Paraitinga, a 950 metros de altitude, onde se encontra o centro do Bairro da Bocaina de São Roque. Depois, já com o nome C-331, desenvolve-se suavemente por mais 5 Km até alcançar a comunidade de Bocaininha, a 1.000 metros de altitude. Nesse percurso encontram-se algumas planícies de inundação e terraços fluviais de pequena extensão. A partir daí, Bairro da Bocaininha, começa a acentuar-se a declividade até alcançar os Campos da Bocaina, em direção ao Bairro do Sertão dos Mouros e a sede municipal de Areias

Ao longo do percurso da estrada de Campos Novos de Cunha a Bocaina e São Roque a paisagem predominante são pastagens intercaladas por poucas e pequenas porções de vegetação secundária (ou capoeira – parte da floresta natural primitiva que sofreu exploração seletiva). Já próximo ao bairro, a paisagem começa a transformar-se, surgem alguns pequenos agrupamentos de floresta ombrófila mista (Mata Atlântica ou floresta pluvial subtropical com araucária – vegetação de porte arbóreo com árvores de 15 a 30 metros de altura e ocorrência abundante de lianas e epífitas) entre as pastagens e vegetação secundária. No bairro, a paisagem predominante é a pastagem intercalada por pequenos agrupamentos de mata primária (floresta ombrófila mista) e mata secundária. Em alguns pontos da margem do rio Paraitinga, podem-se ver alguns remanescentes de mata ciliar e, em outros pontos, pequenas áreas de reflorestamento. Acima da comunidade da Bocaininha, encontram-se os Campos Naturais de Altitude (também conhecidos como campos nativos que floristicamente relacionam-se com os campos montanos do planalto de Itatiaia, da Serra dos Órgãos e de algumas serras de Minas Gerais, acima de 1.500 metros de altitude).

A região apresenta um microclima eminentemente temperado, com inverno seco, mesmo estando localizada perto do litoral sul-fluminense. Esse microclima é uma exceção no Estado de São Paulo e, semelhante a ele, somente em Campos do Jordão. A temperatura média nas estações da primavera e outono é de 14,2° e 13,5°, respectivamente; no inverno é de 10,6° e no verão 16,0°. Os meses mais secos são os de julho e agosto; os meses de maiores precipitações são janeiro e fevereiro. As geadas são muito comuns nessa região, principalmente na estação do inverno, ocorrendo com maior intensidade entre o período do fim de outubro ao início da primavera.

Anexo IV – Relevo

6.1.2. O bairro da Bocaina de São Roque e sua gente¹³¹

Contam os moradores que o Bairro da Bocaina de São Roque surgiu com a vinda da família Mota, de Paraty, nos idos de 1700. A família estabeleceu-se no bairro por pouco tempo e logo se mudou para Campos Novos de Cunha. Depois veio, de São José do Barreiro, em 1800, a família dos Cardoso de Miranda, que formou a Fazenda Bocaininha e a Fazenda do Firmo para produzir café, em 1884, quando houve o segundo surto da peste negra “*Bexiga preta*” (varíola); nessa fazenda construiu-se o primeiro cemitério, que se encontra lá até os dias de hoje. Em 1922, vieram os mineiros; e, em 1850, veio de Mambucaba a família de Marcus Pinto, com doze filhos (dez homens e duas mulheres), para ocupar a sesmaria “Lavapés”, de 6.000 alqueires. Naquela época, a Sra. Teodora, da Fazenda Leite, esposa do Sr. Ernesto Pinto, tentando proteger seus escravos da peste negra, prometeu construir uma capela na Bocaina, para instalar uma imagem de São Roque que ela possuía, mas isso nunca chegou a acontecer. Essa imagem de São Roque, da Sra. Teodora, ficou guardada até 1944, quando o Sr. Juca Marco decidiu construir, então, a primeira capela no bairro, que não resistiu aos tempos. Em 1975 foi construída uma nova capela, que de novo recebeu a imagem de São Roque da Sra. Teodora, e é essa a capela que se vê hoje no centro do bairro. Os moradores da Bocaina ainda contam muitas histórias sobre os índios “Piquira”, descendentes dos Tupis, que lá habitavam antes da chegada dos primeiros moradores de fora, e ainda várias outras dos negros quilombolas que na “Gruta das Canhambola” viveram, e onde vivia uma índia idosa que abrigava escravos e índios, para salvá-los dos perigos.

“(...) as casas de uma zona de sítios estão dispersas em torno de pequeno núcleo central, constituído por capela, vendinha, duas ou três habitações, que formam como que a “capital” de um grupo de vizinhança. Os grupos de vizinhança rurais são muito homogêneos, a estratificação social é aí tênue, tanto mais que os lavradores trabalham a terra quase exclusivamente com o auxílio da família. Trata-se de uma forma de povoamento muito antiga, que remonta aos primeiros tempos da colonização portuguesa. A configuração do grupo de vizinhança o gênero de suas relações sociais foram e são, por toda a parte, iguais no Brasil, nas zonas em que conseguiram se implantar e se manter, afastadas das grandes monoculturas, cujo gênero de vida era diferente.” QUEIROZ (1973)

¹³¹ Esta pesquisa baseou-se nos dados fornecidos pela enfermeira Maria Aparecida Rabelo da Silva Toledo, do Programa de Saúde da Família (PSF) - GESP Secretária Municipal de Saúde de Cunha - Equipe A – e pelos levantamentos de campo feitos entre os anos de 1999 e 2002.

O centro do bairro, para ambas as comunidades, é a praça da Bocaina de São Roque, onde existe uma igreja, um centro comunitário, um posto médico, uma escola multisseriada, uma pequena indústria rural, um pequeno comércio local e uma pequena concentração de casas no entorno dessa praça. As outras casas vão dispersando-se pelos sítios encostas acima, ao longo do rio Paraitinga. A comunidade da Bocaininha também possui um pequeno centrinho, totalmente dependente do centro do bairro, e esse encontra-se na parte mais baixa dos limites dessa comunidade. Nesse centro existe uma igreja, uma escola (fechada há mais de cinco anos) e um pequeno armazém. As casas aqui são bem mais dispersas umas das outras, quase não se vêem casas próximas a esse centro. Nessa comunidade, a condição de vida é mais precária do que a da comunidade da Bocaina de São Roque, pois esse lugar é mais montanhoso, o que dificulta muito a agricultura e pecuária local.

“Na extremidade do atalho, partindo da estrada que se desenvolve pela meia-encosta do espigão, procurando a proximidade do córrego, ou da nascente; o caboclo construiu a sua morada, sem fugir à moda do lugar. Uma casinha modesta, vinte palmos de frente por dezesseis de profundidade, repartida em três cômodos, um dos quais reservado à cozinha; portas e janelas, na medida do indispensável; esteios de madeira boa-para-chão, barroteada com varas tiradas no mato próximo e ripada de bambú rachado, sobre cujo gradeado foi batido o barro, num mutirão do pessoal do arredor; duas camadas de sapê, a insubstituível cobertura, em cada uma das águas, rematadas em cima pela cumieira presa por ripas sobre-postas e à mostra, que a defendem contra a fúria do vento; sem caiação, sem reboco, quer interna e quer externamente, o barro deixando já aparecer o ripado das paredes, eis aí a habitação do nosso roceiro.” SCHMIDT (1944:10-11)

A igreja, além de ser o lugar onde a comunidade se encontra todos os finais de semana para rezar a missa, ainda é o lugar onde as pessoas discutem os problemas da comunidade e é onde ocorrem as festas. A igreja é o espaço dos homens, das mulheres e das crianças. As festas mais importantes na comunidade são a Festa de São Roque, em agosto/setembro, e a Festa dos Reis e a Festa do Peão, para a qual vêm tropeiros de toda a região, embora os tropeiros mais importantes morem nesse bairro, como o Jorge Vais de Silveiras e o Pedro Mineiro da Bocaininha. O centro comunitário da Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros da Bocaina é o lugar onde os homens encontram-se para discutir problemas das atividades agropecuárias, restringindo-se a questões do trabalho masculino.

Igreja – Praça da Bocaina de São Roque

Igreja e escola – Centro da Bocaininha

O posto médico funciona de 2^a a 6^a feira, oito horas por dia; o atendimento diário é feito por uma enfermeira que reside no bairro e, quinzenalmente, por um médico que vem de Cunha.

A escola é multisseriada e vai até a 6^a série, com uma turma no horário matutino e outra no vespertino. As crianças que continuam estudando, após completar a 6^a série, fazem-no na escola de 2^o grau em Campos Novos de Cunha; o transporte é feito por uma kombi da secretaria de educação da prefeitura municipal de Cunha.

A pequena indústria rural de queijo pertence à Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros da Bocaina, que compra o leite dos moradores do bairro, associados ou não, e comercializa o queijo em Cunha.

O comércio local conta com a mercearia, onde a comunidade faz as suas compras do mês, e mais três bares que servem de encontro para os homens e meninos depois do trabalho, e onde também se encontram nos fins de semana.

No bairro moram 105 famílias, 57 na comunidade da Bocaina de São Roque e 48 na Bocaininha. A maioria dessas famílias tem laços de parentesco. A população total do bairro é de 422 pessoas, o que representa 10% da população do distrito de Campos Novos de Cunha. Toda a comunidade é católica e sua representação política e social se faz através da Igreja a que eles pertencem.

Na Bocaininha, todos os chefes de família são lavradores, com exceção de um pecuarista, um motorista, um professor da escola da Bocaina de São Roque. Já as mulheres dedicam-se aos afazeres do lar e ajudam nos trabalhos da roça. Em Bocaina de São Roque, esse quadro muda um pouco, quase todos continuam sendo lavradores e as mulheres são dos afazeres do lar e ajudam nos trabalhos da roça; há, entretanto, algumas pessoas empregadas em outras atividades: treze pecuaristas, cinco aposentados da previdência rural, um auxiliar de enfermagem do posto de médico, seis trabalhadores do comércio local, dois pedreiros e duas professoras da escola. Esses pecuaristas são os únicos no lugar que praticam de fato uma atividade francamente comercial.

Pequena indústria rural (queijo) – Praça Bocaina de São Roque

Mercadinho – Praça Bocaina de São Roque

A renda das famílias em sua grande maioria não ultrapassa um salário mínimo, oriundo da sua pequena produção ou da força braçal como diarista na lavoura. A condição de vida na Bocaina de São Roque é um pouco melhor que a da Bocaininha, pois nessa comunidade quase 10% dos moradores têm um ganho melhor, ou seja, superior a um salário mínimo (os proprietários da mercearias e os pecuaristas que criam gado para comercialização).

Todas as crianças em idade escolar freqüentam a escola até a 6ª série no centro do bairro. Depois disso é muito difícil continuar os estudos, tanto pelo fato de ter de ajudar a família na roça e nos afazeres da casa, como pela distância e dificuldades que a estrada para Cunha apresenta, principalmente em tempos de chuva, quando se torna praticamente intransitável. Entre os mais velhos o índice de analfabetismo é muito alto, alcançando quase 60%.

A comunidade é atendida pelo PSF – equipe A – que vai de casa em casa dando atendimento preventivo e fazendo acompanhamento médico mensal das famílias. A maior incidência de doenças nos adultos são as de estômago e hipertensão, depois a diabetes, todas conseqüentes de má-alimentação, que aqui se baseia fundamentalmente nas carnes de suínos. Mesmo existindo uma pequena e significativa produção de legumes, verduras e frutas, a comunidade não tem o hábito de introduzi-los na sua alimentação diária; essa produção é destinada ao mercado. As crianças apresentam alguns problemas de pele conseqüentes, também, dos hábitos alimentares e da precariedade do saneamento básico desses sítios.

As casas próximas ao centro do bairro são, na grande maioria, de tijolos cozidos, pintadas com caulim, nem sempre brancas. Algumas são de cor bege e carmim, todas com cobertura de telha de barro, reproduzindo a tipologia tradicional da casa cabocla. Nos sítios, mais dispersos, as casas apresentam a mesma tipologia, alternando o sistema construtivo entre a alvenaria de tijolo de barro cozido e o pau-a-pique. Todas as casas têm fogão de lenha. A maioria das casas tem entre quatro e cinco cômodos, poucas têm apenas dois cômodos e mais de cinco. Em quase todas as casas vêem-se nos seus arredores os quintais – alguma horta, pomar, e as benfeitorias como o chiqueiro, a estrebaria, o paiol (que armazena o milho dos pequenos animais).

“À volta, as demais benfeitorias. Destaca-se, dentre todas, o chiqueiro, situado em frente à morada, a duas braças apenas da porta principal, e cujo cercado, feito todo

Vale Bocaina de São Roque

de varas de bambu, dispostas horizontalmente, presas a estacas fincadas a macete, aproveita, num dos lados, a meia encosta do espigão, onde o vedo foi escavado. Nos pontos mais vulneráveis foram plantadas touceiras de gravatá. Um ranchinho de meia braça quadrada, sem paredes, coberto de sapé, mal agasalha a criação da chuva e do sol. No centro, a eterna lameira, onde a palha e o sabugo de milho deteriorados se acumulam na criação duma variada casta de parasitas. Uns tatuzinhos pelados aguardam a boa vontade do dono em jogar-lhes umas espigas de milhos, alguma batata-doce ou umas pontas de cana da roça próxima. Ao lado, pouco abaixo, o paiol, outro cubículo de pequenas dimensões, barroteado e também coberto de sapé, à volta do qual a palharada do milho, indica que ali dentro se encontra a safra do ano inteiro. Atrás da casa, um rancho de dimensões maiores serve de abrigo ao arreio de cargueiros, aos jacás, aos utensílios todos de lida diária, e até de esconderijo para a galinhada, nas ocasiões de tempo mau, e onde também, pendurado nas pontas das linhas, se encontram os jacás onde as chocas encubam os ovos, a salvo da cachorrada. Ao lado deste rancho, uma cerca de bambus, postos em pé uns juntos aos outros, indica o local onde, a coberto do gado, de algum porco que escape do chiqueiro, da galinhada, da bicharada toda, enfim, são feitas as sementeiras que exigem proteção: algum raro pé de couve, canteiros de fumo, etc. Lá embaixo, na estreita várzea que acompanha o curso do ribeirão dos Afonsos, os talhões de cana espalham-se irregularmente, aproveitando os trechos que melhor se prestam, entremeando-se pelos lotes destinados a cultura de cereais, recortados pelas divisas irregulares do pasto que fronteira o sítio, do outro lado da água. Além do ribeiro insinuando-se pelas grotas, fraudeando a encosta, intrometendo-se, em algumas partes, pela capoeira que ainda reveste o morro, estende-se o pasto da propriedade, a meio-morro vedado a valo, onde o gado mestiço se vai nutrindo vadiamente.” SCHMIDT (1944:10-11)

O abastecimento de água na maioria dos sítios é feito por captação em minas, córregos e rios, em alguns poucos sítios por poços, mas todas essas formas sem nenhum tratamento. Já o centro do Bairro da Bocaina São Roque tem uma caixa d'água coletiva, que abastece os equipamentos sociais e o comércio, e ainda mais 24 casas próximas da praça. Essa caixa d'água é abastecida por mangueiras de borracha que vão buscar a água na nascente de um pequeno riacho no alto da Serra, na divisa com o bairro vizinho de Campo Alegre, também neste caso sem nenhum tratamento.

Os sítios destinam o esgoto nos córregos próximos ou mesmo direto no rio Paraitinga, apenas seis sítios têm fossa (todos próximos ao centro do bairro). Não existe nenhuma preocupação

com relação ao despejo do esgoto, se é à montante da captação de água ou não. A destinação do lixo é “no mato”, “por aí”, “tudo no grotão”, e alguns enterram ou queimam.

“A casa do nosso habitante rural, sob vários aspectos, sempre deixa a desejar. Comumente está abaixo dos recursos que possui o morador. Não são satisfeitas certas condições, exigidas pelo meio, de conforto e higiene. Muito longe disso, o homem desleixa-se nas particularidades essenciais. Os possuidores de recursos, capazes de permitir a adoção pelo menos dos elementares requisitos higiênicos, nem de longe se preocupam com isso: as próprias fossas perdidas existem apenas em proporções reduzidíssimas.” SCHMIDT(1946: 53)

O bairro tem iluminação pública. O meio de comunicação é exclusivamente o rádio. Apenas 26 casas têm aparelho de TV – todas essas localizadas nas proximidades do centro.

O único meio de transporte é o cavalo. Não existe transporte coletivo que atenda ao bairro, e para chegar-se a Campos Novos de Cunha tem-se que recorrer aos serviços de lotação, que cobram muito caro, uma média de 10 reais por pessoa. De Campos Novos de Cunha o transporte coletivo – ônibus – faz o trajeto até a sede municipal de Cunha. Na comunidade existem apenas quatro carros; todos esses, além de servir ao uso familiar, também prestam serviço de lotação para Campos Novos de Cunha.

A maioria dos sítios não ultrapassa 40 ha, essa estrutura de pequenos sítios explica-se pela subdivisão das propriedades em função de sucessão familiar, pois praticamente todos são descendentes dos primeiros moradores. A estrutura fundiária reproduz-se em quase todo o município de Cunha, que se diferencia do conjunto dos outros municípios da região pela estrutura fundiária baseada na pequena propriedade.

A produção é fundamentalmente familiar e ainda apresenta formas cooperativas de produção, como a troca de dia e meia (plantam em terras dos outros). O mutirão na lavoura, nos tempos de hoje, é muito raro, embora ainda seja usado para construção ou melhorias nas moradias, como também foi visto no Bairro do Paiol. A produção familiar aqui é característica de uma agricultura de subsistência com baixo grau de tecnologia e pequeno excedente vendido. A assistência rural não existe, esporadicamente recebem a visita de um veterinário do Estado.

Moradores – Bocaina de São Roque

Sítio – Bocaina de São Roque

“Pode-se dizer de um modo geral, que as dificuldades que entravam a maior expansão econômica da agricultura e tornam inviável a obtenção de um padrão de vida social mais digno por parte de nossas populações rurais são, na realidade, conhecidas. A aquisição ou a distribuição da propriedade, de forma a que cada um, dentro dos limites de uma saudável política social, possa trabalhar e desfrutar do que é seu; a eliminação dos impostos e taxas anti-econômicos e embaraçadores do desenvolvimento da produção; a fácil obtenção de crédito agrícola e uma segura garantia de preços mínimos para os produtos da lavoura e da pecuária; o regular suprimento de braços para o trabalho agrícola; a segurança de dispor de meios de transporte; a oportunidade de dispor de boas sementes, adubos, máquinas agrícolas (e ferramentas), venenos para combate às pragas e remédios veterinários, tudo de boa procedência e a preços razoáveis; uma mais ampla assistência técnica, e ainda escola, ambulatórios e medicamentos baratos, são, praticamente, a totalidade dos problemas que afligem a agricultura e a vida rural.” SCHMIDT (1950:750 -751)

O milho e o feijão são as principais culturas agrícolas, as demais culturas são cará, inhame, batata-doce, um pouco de café, e ainda algumas hortas e pomares predominantemente para subsistência. Todas as famílias têm “crias” para seu próprio sustento alimentar. Vêm-se alguns eqüinos e muares criados como animais de trabalho. A produção pecuária é exclusivamente de bovinos. O gado é vendido comercialmente e cerca de 60% da produção de leite é comercializada, o restante, que não é utilizado para o consumo, é transformado em queijo tipo minas e mussarela.

A região dos Campos da Bocaina, que neste caso incluía o Bairro Bocaina de São Roque, no fim dos anos 60 – anos do “milagre econômico” dos governos militares e dos grandes projetos de desenvolvimento –, foi objeto de apreciação pelo governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura. Essa secretaria via na região um importante potencial socioeconômico de crescimento para o Estado de São Paulo que, se explorado, poderia partilhar dos projetos desenvolvimentistas da época. O cenário desenhado nesse relatório ainda é o mesmo que vemos hoje, ou seja, ainda permanece a mesma condição de precariedade de infra-estrutura e de baixo desempenho econômico.

“Podemos afirmar com precisão que os Campos da Bocaina apresenta um estágio de desenvolvimento primário. Conforme verificar-se-á no diagnóstico da região, a infra-

Sítio – Bocaininha

estrutura é paupérrima; a economia é agrícola e extrativista, e representada no primeiro caso por uma exploração animal incipiente aliada a culturas anuais, e a alguns pomares de frutas de clima tempera, porém de pouco valor econômico. Quanto aos problemas sociais, verifica-se que embora não apresentem aspectos graves, encontram-se com poucos investimentos na infra-estrutura, ou seja, postos de saúde, escolas, assistência social e etc.” MENDONÇA (1969:3)

Os problemas hoje, como naquela época, persistem: a precariedade da estrada de acesso ao bairro afeta o contato com a rede de bairros rurais, com a sede distrital de Campos de Cunha e com a sede municipal de Cunha, e afeta também o que esses lugares oferecem, ou seja, atendimento médico, educação, mercado, farmácia, acesso a créditos e a assistência técnica; baixo desempenho agrícola e econômico; e outros mais.

A esses antigos problemas acresceram-se vários outros novos, originados do modelo adotado pelas políticas de conservação da natureza e das ações decorrentes que essas políticas impuseram ao território e aos seus habitantes. Nesse contexto surge o Parque Nacional da Serra da Bocaina e, com ele, uma série de restrições de uso e de exploração da terra, totalmente incompreensíveis para quem já habitava nesse lugar muito antes da existência do parque.

Além das restrições e das novas regras impostas pelo parque – não tão novas assim já que este foi criado há mais de trinta anos –, a atuação dos órgãos responsáveis pela conservação do parque sobre a forma exclusiva de fiscalização agravou as relações entre as comunidades e Poder Público, e aí pouco se fez para conservar o parque e muito menos para manter o trabalho na terra e o sustento da comunidade. As outras formas de atuação, que não a aplicação de severas multas impossíveis de serem pagas e os embargos que cerceiam as atividades na terra, como a orientação sobre essas novas regras ou mesmo sobre práticas conservacionistas, não se fizeram e são muito raras na prática desses órgãos. Assim, as restrições ambientais continuam desconhecidas e incompreensíveis para a maioria dos habitantes, a fiscalização cada vez mais ostensiva, os conflitos cada vez mais presentes, e as práticas agrícolas são as mesmas de antigamente.

Pode-se dizer que essa forma de atuação de preservação, pautada na fiscalização, não se restringe ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, pois essa prática é vista em quase todos os parques nacionais brasileiros.

Os moradores do bairro, portanto, vivenciam vários problemas de ordem econômica e social, mas são as restrições ambientais e a fiscalização que vieram com o Parque Nacional da Serra da Bocaina que mais se fazem presentes no dia-a-dia e que mais contribuem para as dificuldades de vida da comunidade. Impedida de praticar as atividades econômicas tradicionais, a comunidade da Bocaina de São Roque vê seu trabalho e sua renda cerceados e só lhe resta esperar alguma solução mágica, que um dia possa chegar.

6.2.A vila caiçara do Sono – Praia do Sono¹³²

6.2.1.A geografia do sítio

A Praia do Sono localiza-se na porção sul do município de Paraty, no distrito de Paraty Mirim, em uma região denominada Juatinga¹³³. O acesso para a Praia do Sono é feito inicialmente por uma estrada de asfalto de aproximadamente 7 Km, denominada Patrimônio-Laranjeiras; a partir desse ponto, o percurso continua por trilhas de terra ou pelo caminho do mar.

¹³² As vilas caiçaras são sempre identificadas pelo nome da praia ou por referências geográficas de destaque do lugar.

¹³³ Juatinga é uma região formada por costões rochosos e escarpas pronunciadas, cobertas de Mata Atlântica, e por pequenas restingas; esta região também é conhecida como Cairuçu, devido ao pico que se encontra no ponto mais alto da península, com 1.070 m de altitude.

no Bairro do Patrimônio, aos 200 metros de altitude, e seus primeiros 2 Km desenvolvem-se sinuosamente até alcançar aproximadamente os 450 metros de altitude, onde se encontra a bifurcação para a praia de Trindade ou para o Condomínio Laranjeiras e Vila do Oratório¹³⁴. Desse ponto ambas as estradas continuam seguindo sinuosamente em sentido ao mar, sempre alternando entre grandes porções de matas primárias (Mata Atlântica ou floresta pluvial subtropical com araucária – vegetação de porte arbóreo com árvores de 15 a 30 metros de altura e ocorrência abundante de lianas e epífitas) e alguns fragmentos de mata secundárias (capoeira – parte da floresta natural primitiva que sofreu exploração seletiva).

Nessa estrada existem duas grandes barreiras que dificultam, ou até mesmo impedem, o acesso à praia do Sono. Uma é a primeira portaria do Condomínio Laranjeiras, onde se encontram os limites da propriedade – o livre-acesso é permitido somente aos condôminos, seus convidados e seus empregados; aos outros, ou seja, visitantes ou mesmo turistas da Vila do Oratório e da comunidade do Sono, somente é permitido o acesso, desde que estejam devidamente identificados, mediante autorização do condomínio. A outra barreira é a outra portaria do condomínio, onde se encontra a área residencial – esta exclusiva dos condôminos e praticamente intransponível, é também o único acesso para a praia do Sono pelo caminho do mar.

Os caminhos por terra, a partir de Laranjeiras, podem ser feitos de duas formas: a primeira, e atualmente a preferencial, é uma trilha estreita de 4 Km que se inicia na Vila do Oratório – chamada de “a nossa rua” pela comunidade do Sono. Essa trilha inicia-se aos 20 metros de altitude e seu percurso vai seguindo sinuoso e ondulante no meio da mata primária fechada, até alcançar os 200 m de altitude, quando começa a se dirigir ao nível do mar – praia do Sono. Neste ponto da trilha, a 200 metros de altitude, avista-se a enseada do Sono, por um lado emoldurada pela cadeia de montanhas e morros¹³⁵ da Serra da Bocaina¹³⁶, coberta pela mata primária, e por outro delineada pelas amendoeiras que acompanham paralelamente a linha da areia e da beira d’água; logo atrás dessa linha, na pequena planície fluvio-marinha¹³⁷ e na planície fluvial¹³⁸, podem-se avistar os diversos telhados esparsos que formam a Vila, que se encontra totalmente envolvida pela mata secundária em estágio de regeneração, e logo atrás pela mata primária.

¹³⁴ A Vila do Oratório é um bairro formado em meados dos anos 70 pela empresa Brascan para receber parte dos moradores do lugar onde se implantou o empreendimento imobiliário “Condomínio Laranjeiras”. O empreendimento ocupou toda a orla da antiga fazenda Laranjeiras, com praias e marinas particulares, sobre o lugar onde moravam 200 famílias (Trindade e Laranjeiras) que lá viviam há mais de 100 anos exclusivamente da pesca e da lavoura. Hoje na Vila Oratório moram aproximadamente 150 famílias e a maioria desses moradores presta serviço ou é empregado do condomínio. Portanto, o que inicialmente era uma comunidade caiçara, hoje é uma comunidade de prestadores de serviço ao condomínio Laranjeiras.

¹³⁵ Montanhas e Morros. Relevo: altitudes de 700 a 2095 m e declividades variando entre 25 a 70%; Substrato: granitos; Fragilidades e Potencialidades: Encostas de altas declividades, Alta suscetibilidade à ocorrência de movimentação de massa com escorregamentos e queda de blocos e média à baixa suscetibilidade à ocorrência de processos erosivos concentrados, severas restrições ao uso agropecuário e favoráveis à proteção e abrigo de fauna e flora e de turismo e recreação. CIDE (1995)

¹³⁶ Denominação regional da Serra do Mar.

¹³⁷ Planície fluvio-marinha. Relevo: altitude de até 10 m e declividade menor que 5%; Substrato: composto de areia, silte, argilas, matéria orgânica e cascalhos restritos; Fragilidades e Potencialidades: Inundações periódicas da planície o que restringe a ocupação, suscetibilidade a assoreamento do canal no baixo curso e erosão no alto curso, importante ambiente para proteção da vegetação ciliar e retenção de água na bacia e alta suscetibilidade à contaminação do lençol freático e da água superficial. CIDE (1995)

¹³⁸ Planície fluvial. Relevo: altitude variável e declividade menor que 2%; Substrato: Sedimentos inconsolidados, constituídos por argila orgânica, argila siltosa, areia argilosa e cascalhos. Fragilidades e Potencialidades: Inundações periódicas da planície o que restringe a ocupação, suscetibilidade a assoreamento do canal no baixo curso e erosão no alto curso, importante ambiente para proteção da vegetação ciliar e retenção de água na bacia e alta suscetibilidade à contaminação do lençol freático e da água superficial. CIDE (1995)

O outro acesso por terra – Laranjeiras-Sono-Mamanguá – é um caminho de 12 km, que se inicia na estrada de asfalto, aproximadamente 50 metros antes da primeira portaria do condomínio, e da mesma forma vai desenvolvendo-se por meio da mata primária fechada, em terras da fazenda do Sr. Gibrail, até alcançar a Praia do Sono, ao meio desse acesso existe uma variante para o fundo do Saco do Mamanguá. No meio desse acesso, existe uma variante que leva ao fundo do Saco do Mamanguá. Essa estrada, por um período, foi transitável por automóveis, mas hoje é apenas uma trilha estreita. Esse caminho encontra-se atualmente intransitável, em função da falta de manutenção da estrada, que não é feita porque os proprietários da terra que ela atravessa não querem seu uso. A variante Laranjeiras-Mamanguá, em novembro de 2002, foi reaberta pelo Condomínio Laranjeiras, sem qualquer tipo de autorização do Poder Público, e depois de totalmente concluída, foi embargada pelo Ibama. O objetivo dos condôminos de Laranjeiras na reabertura da estrada é de instalar no fundo do Saco do Mamanguá uma marina para aportar suas lanchas, o que evitaria que suas embarcações enfrentassem o mar agitado da Ponta da Juatinga, tendo como opção as águas calmas de Mamanguá.

O caminho do mar inicia-se no cais ao lado da marina do Condomínio Laranjeiras, dentro dos domínios do condomínio e da paisagem que lhe é pertinente¹³⁹. Esse percurso vai contornando a costeira entre afloramentos rochosos¹⁴⁰ e as encostas cobertas de mata primária, até chegar às areias da Praia do Sono. Esse caminho por mar tem acesso restrito e depende de autorização do condomínio¹⁴¹ e de suas muitas restrições, pois implica o uso das áreas residenciais do condomínio. A circulação por dentro do condomínio é muito incômoda para os moradores do Sono, que não se sentem confortáveis em percorrer um espaço tão distinto de seu universo e ainda tão vigiado pelos olhares dos condôminos e dos inúmeros seguranças que lá trabalham.

6.2.A vila caiçara do Sono e sua gente

A história da Praia do Sono contada pela comunidade confunde-se com a história de suas lutas pela terra e pela manutenção do modo de vida caiçara. A história da sucessão das terras do Sono começa com a doação de uma sesmaria a Miguel Alves Maldonado, com o nome de “Cajahiba”, que abrangia, dentre outras praias, a Praia do Sono. Este, depois de certo tempo, doou essas terras à Nossa Senhora do Carmo, até então um lugar desabitado. Em 1762, parte

¹³⁹ O condomínio Laranjeiras tem 298 lotes de 1000m² ocupados por residências de em média 300m², uma marina com aproximadamente 90 embarcações de tamanho médio 30 pés, um heliponto, infra-estrutura urbana e de serviços urbanos completa (energia elétrica, abastecimento de água, tratamento de esgoto, pavimentação asfáltica, rede de águas pluviais, telefonia, coleta de lixo, segurança privada) e, para manter toda a sua estrutura, 120 funcionários, a maior parte residente na Vila do Oratório (60%), os outros vêm do Bairro do Patrimônio, do Campinho e ainda uns poucos da Praia do Sono.

¹⁴⁰ AFLORAMENTOS ROCHOSOS - Áreas desprovidas de cobertura florestal, onde sobre a rocha, se fixam líquens, e nas reentrâncias, bromélias, orquídeas, aráceas, gesneriaceas, e gramíneas. Além dos cumes e paredões. CIDE (1995)

¹⁴¹ O Condomínio Laranjeiras controla o uso do cais e só permite o uso para moradores da Praia do Sono de segunda a sexta, das 7h às 11h e das 14h às 17h, e, nos fins de semana e feriados, seu uso é proibido.

Anexo IV – Relevo

da Praia do Sono passou para Leonardo Pimenta d'Oliveira e, em 1771, a outra parte foi para Antonio Vilela Bastos, que alegava viver no local. Depois disso, o que se conhece como história do Sono é que lá chegaram e estabeleceram-se três famílias portuguesas, os Santos, os Araújo e os Castro, que se dedicaram à lavoura – principalmente a mandioca, feijão, milho, banana e aipim – e à pesca, e por lá ficaram deixando seus descendentes, atuais moradores.

Depois dos Santos, Araújo e Castro começou a história das grilagens de terra, que, segundo o Atlas Fundiário do Rio de Janeiro (1991), tiveram início em 1955, quando Gibrail Tanus e sua mulher compram a “Fazenda Mamanguá” de Theophilo Rameck¹⁴². Essa fazenda a princípio não incluía em seus domínios a Praia do Sono, no momento da transferência no registro de imóveis; contudo, fizeram com que fosse incluída (essa alteração foi feita no memorial descritivo com rasuras em tinta vermelha do livro do Registro de Imóveis).

Aqui se vê a concretização da grilagem da Fazenda do Sono e com ela o início dos conflitos fundiários que lá se instalaram. Conflitos esses que se iniciam no fim dos anos 60, quando Gibrail Tanus resolveu efetivar o domínio das terras do Sono e, a partir daí, prometeu toda a ajuda à comunidade, construiu uma estrada¹⁴³, uma fábrica de gelo para a conservação do pescado, e enquanto ele propunha essas melhorias, tentava, ao mesmo tempo, seduzir os caiçaras para que vendessem suas posses. Em 1968, a comunidade, na época com 102 famílias, orientada e iludida pelo pastor da Igreja Brasil para Cristo – Testemunha de Jeová, religião da comunidade até os dias de hoje, assinou um documento em branco acreditando que seria a regularização de suas terras, mas esse documento foi usado como um “contrato de comodato” para Gibrail, e esse falso comodato durou até 1979.

Como os caiçaras não aceitavam a idéia de abandonar suas terras, que eram cultivadas e habitadas por suas famílias há quase três gerações, Gibrail passou a ter atitudes violentas contra eles. Em 1975, quando foi concluída a construção da estrada de asfalto entre Patrimônio e Laranjeiras, Gibrail abriu uma estrada de 12 km para o Sono para seu uso e não permitiu que a população e os visitantes a usassem. Quando, entretanto, viu que os moradores se fortaleceram na luta pelas suas terras e pelo uso da estrada, ele abandonou a manutenção, deixando-a ficar intransitável. Gibrail usou de todos os expedientes que podia para ver os caiçaras fora das terras do Sono, começou impedindo o acesso à estrada, soltando búfalos e zebus nas plantações e até mesmo na Vila e, ainda, denunciando caiçaras como comunistas, o

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE AÇÃO DISCRIMINATÓRIA DA PRAIA DO SONO E SEUS CONFRONTANTES

DESCRIÇÃO DAS SESMARIAS DE LEONARDO PIMENTA D'OLIVEIRA

Atlas Fundiário do Rio de Janeiro (1991)

¹⁴² A fazenda Mamanguá foi comprada em 1953 por Theophilo Rameck em um leilão da Fazenda Pública Estadual, eram terras devolutas que descreviam a Fazenda do Sono como confrontante e não como pertencente a esses domínios.

¹⁴³ Até então os caiçaras tinham dois acessos, a trilha de 3 km pelo Pico do Cairuçu que os levava a Mamanguá e de lá para Paraty, e o outro acesso era o caminho do mar, que dependia exclusivamente do tempo.

As comunidades caiçaras de outras praias vizinhas viviam as mesmas pressões do interesse de terra. No final da década de 60, e coincidentemente com o início da construção

da Rio-Santos, ou seja, antes da valorização das terras dessa região, empresários de fora começavam a comprar terras ou mesmo outros voltavam à região como pretensos proprietários que tinham abandonado suas terras e, depois de algum tempo, com as terras já bem valorizadas, vendiam-nas. É o caso do ex-governador Carlos Lacerda, que comprou a Fazenda da Laranjeiras nos anos 60 e, em 1972, vendeu-a muito valorizada para uma *holding* de multinacionais associadas à Brascan, imobiliária que construiu o Condomínio Laranjeiras¹⁴⁴.

Segundo o Atlas Fundiário do Rio de Janeiro (1991), os municípios do Rio que mais apresentaram conflitos fundiários entre os anos de 1970 e 1985 foram os de Angra dos Reis e Paraty, pois desde a construção da rodovia Rio-Santos as terras dessa região foram usadas como reserva de valor que ficaram no aguardo de conjunturas favoráveis para ter seu uso transformado, ou seja, à espera dos empreendimentos turísticos que lá se instalaram. Essa forma de possuir as terras através de medidas violentas por parte dos grileiros, da mesma forma que aconteceu na Praia do Sono, repete-se em quase toda a costa brasileira, porque os caíçaros em geral jamais tiveram qualquer documento que comprovasse a propriedade da terra.

A praia do Sono, da mesma forma que a maioria das vilas caíçaros, forma-se a partir de uma extensa rede de caminhos estruturados por um eixo principal – a praia – que articula todos os lugares da vila. Esses caminhos vão desenvolvendo-se vila adentro, em meio aos terreiros (quintais) das casas, entre os canteiros de flores, as árvores frutíferas, as casas de farinha, as hortas, os bichos, e a cozinha – o lugar de limpar o peixe e “pôr no fogo”, o que lhe confere uma configuração espacial muito própria.

Essa rede de caminhos encontra-se estruturada a partir de um eixo principal paralelo à linha da praia. Esse caminho principal é uma continuidade da trilha de Laranjeiras, segue de uma ponta da praia até a outra ponta, onde encontra o rio Cachoeirinha e daí continua para as outras praias próximas – Antigos, Antiguinhos e Ponta Negra. No meio desse caminho, de 1.300 metros, encontram-se a escola e a igreja, onde poderia se pensar ser o centro da vila, mas, como em toda vila caíçara, o seu centro é toda a praia. Do caminho principal, na planície marinha, partem todos os outros caminhos subindo pelo sertão adentro, atravessando os terreiros e as roças, até chegar próximo dos 150 metros de altitude, onde se encontram as últimas casas. Ao longo da praia há as casas dos caíçaros, os ranchos de pesca, os bares, algum comércio, acompanhados por uma linha de amendoeiras que delineiam os contornos da areia.

¹⁴⁴ O processo para a desocupação das terras de Laranjeiras foi violento, principalmente em Trindade, onde se viu ostensivamente a ação de jagunços armados para intimidar e fazer com que os caíçaros vendessem suas terras, mas aqui houve a resistência por parte dos moradores, com o apoio da Sociedade Brasileira de Defesa do Litoral Brasileiro (SBDLB), que contratou defesa jurídica para a comunidade e conseguiu recuperar parte de suas terras - onde hoje é a vila. Em Laranjeiras a comunidade logo cedeu e vendeu suas terras, aceitando uma nova moradia em Ubatuba ou na Vila do Oratório, o que a fez dependente até os dias de hoje do condomínio Laranjeiras.

Escola – Praia do Sono

Igreja – Praia do Sono

Na vila não existe sistema de captação de água, tratamento de esgoto, energia elétrica, toda a infra-estrutura é muito precária. A água captada nas nascentes, sem nenhum tipo de tratamento, abastece as casas por meio de mangueiras. O esgoto é lançado no terreno e no rio próximo ou em fossas negras. Esse tipo de destinação, próxima das mangueiras que fazem a distribuição de água, produz alto índice de contaminação das águas e do próprio terreno. Esse sistema de destinação final do esgoto serve apenas 60% das casas, pois o restante nem ao menos banheiro tem.

A energia elétrica se faz por gerador ou lampião, com exceção da escola, que tem um sistema implantado de energização fotovoltaica, o que permite o uso da escola por períodos mais prolongados.

Essa escola atende a crianças da 1ª à 4ª série, depois disso os alunos ou recorrem a outros locais que não são tão próximos ou deixam os estudos. O atendimento de saúde na vila não existe, ou se usam os conhecimentos tradicionais para se tratar, o que aqui é muito comum, ou se for algo um pouco mais sério recorre-se a Paraty. As ervas medicinais mais usadas são cutiabeira, maria preta, santa maria e broto de goiaba e de pitanga, todas usadas para os problemas de saúde rotineiros.

As casas implantam-se no terreno sem nenhum rigor em meio aos terreiros com seus canteiros de flores, árvores frutíferas – goiaba, mamão, pitanga, jaca, abacate, banana e coco –, hortas, crias, benfeitorias, e ainda dividem esse espaço com a cozinha – onde se limpa o peixe e se “põe o fogo”. Situadas próximas às casas, como se delas fosse uma extensão, pode-se ainda ver algumas casas de farinha, aqui três – a da Baica, a do Jorge e do Fernando Castro (que se encontra desativada).

“(...) verifica-se que, pelo menos entre certos grupos indígenas, quando o tipo de habitação o permitia e propiciava, o preparo da farinha de mandioca, e o de outros produtos oriundos daquela preciosa raiz, era realizado no interior de suas próprias moradias. Tal como se dá entre a população rural brasileira na época atual. Até certo ponto, parece, a casa da farinha em íntima associação com a morada seria uma sobrevivência indígena na cultura atual de nossas populações caboclas.” SCHMIDT (1958:36)

1. Casa pau-a-pique do Moacir dos Santos;
2. banheiro externo;
3. rio/lugar de lavar peixe;
4. casa de aluguel;
5. casa do genro;
6. cozinha;
7. troça.

Quanto à fabricação da farinha de mandioca, algumas informações importantes nos foram dadas pelo Sr. Argeu, morador do Sono, que assim descreve o processo: cultivam em sistema de pousio, colhem o aipim, em média um ano e meio depois de plantado, descascam e passam na máquina de moer, chamada “rodete”, depois de o aipim virar uma massa colocam na cesta “tipiti” para escorrer por três horas, quando então espremem na prensa de madeira até sair o caldo, põem no cocho para tirar o grosso, e aí torram num tacho bem grande até ficar bem torrada. Os que não têm casa de farinha fazem-na no regime de uso e o pagamento é feito com parte da produção obtida.

“A casa da farinha é um vasto telheiro sustido por colunas de madeira ou alvenaria. A mandioca, entulhada ao meio da casa, é, comumente, raspada por mulheres, sentadas ao chão, armadas de quicês. Uma raspa a raiz até o meio, outra acaba de raspa-la. Quando apostam para ver quem vence a ligeireza na raspagem, chamam “jogar capote”. “Jogar capote” é o divertimento preferido dos namorados nesses dias, numa amorosa consolação, para ver quem leva o outro de vencida. “Raspada a mandioca ralam num “catetu” de lata, preso a uma espécie de mesa com bordas, o “cevador”, e acionada pela polia de relho de uma grande roda, que chia irritante, tangida por dois homens robustos, nus da cintura para cima, untadas de suor, com músculos que reluzem, como tendões de bronze, no esforço. Em algumas fazendas move-o uma bolandeira, grande roda puxada por dois bois ou burros. Aquela papa de mandioca ralada, a “massa”, vai então para prensa, enorme armação de madeiras rijas, o braço ou parte superior de pau-d’arco empenado, as “virgens”, madeiras do sustentamento, de aroeira; tudo de grande força e de grande rusticidade. A mandioca, encartuchadas em palha de carnaúba e depositada numa parte funda, uma espécie de caixa, armada na mesa da prensa, e espremida por um grosso e pesado “chaprão”, empurrado por um “brinquete”, um toro curto de forte madeira. O braço da prensa, abaixando-se vagarosamente por meio de um auto parafuso feito de um grosso cerne, movido pelo “preenseiro” pesa no “brinquete” que vai empurrando o “chaprão” sobre a “massa”. Parece não ser possível estabelecer uma regra geral, relativamente a situação e posição da casa da farinha nas nossas áreas rurais. No litoral norte paulista, a casa de farinha se localiza na própria casa da morada como pode ser encontrada em casa anexa ou próxima. Em geral, entre as pessoas de menores recursos, roda de ralar, prensa de fuso e forno encontram-se colocados na cozinha. Se a prensa é de alavanca, ou arataka, esta situada fora da habitação, sob a copa de uma árvore ou completamente ao desabrigo. Se o caiçara dispõe de maiores recursos e existem outras benfeitorias, representadas por ranchos, etc., próximo à habitação, então a casa de farinha encontra-se em um desses anexos ou benfeitorias com-

Casa de farinha – Norvino Araújo

plementares. Estas, em geral, são construções fechadas, com paredes e portas. Raramente em aberto.” SCHMIDT (1958:37-38)

“Aviamento. “*Trafica*” ou “*aviamento*”, tal como denominam no litoral paulista, desde Cananéia até Ubatuba, é o conjunto de aparelhos e utensílios destinados ao preparo da farinha de mandioca. Seu lugar é a casa de farinha. Mais aprimorados uns, mais rústicos outros, o aviamento compõe-se de um rol de objetos considerados indispensáveis ao fim a que se destinam. O aviamento de Basílio de Oliveira, em Ubatuba, tomado como amostra ou exemplo, possui o material julgado essencial para a desmancha da mandioca. O mencionado aviamento consta de: um balaio de 45 litros e outro de 30 litros, destinados, o primeiro a colheita e transporte das raízes, o segundo a depósito das mesmas, depois de raspadas e lavadas; uma gamela, empregada para a lavagem das raízes já raspadas; tantas serengas (tocos de facas velhas) quantas forem às pessoas que se ocupem da raspagem das raízes; uma roda de ralar, tocada a mão, por meio de uma manivela no eixo central; um cocho de madeira, destinado a aparar a massa da mandioca, com uma das extremidades aberta, para que possa escorrer o caldo da dita massa, e que é colocado sob a roda de ralar; uma gamela, destinada a aparar o caldo que escorre do côcho de aparar a massa; uma prensa de fuso (parafuso), de madeira, solidamente enterrada no chão, e destinada a espremer a massa; três tipitis de taquara, uma gamela para aparar o caldo da massa que escorre da prensa; um cocho de madeira, usado para nele ser quebrada e peneirada a massa já enxuta, quando retirada do tipiti; duas peneiras de taquara de malha grossa para coar a massa; uma cuiça, feita de cuieté, para despejar a farinha no forno; um forno de cobre, assentado sobre uma taipa; um rodo de madeira para mexer a farinha durante a torração; uma peneira de massa fina, para coar a farinha já pronta, e sacos de algodão para o seu acondicionamento. Este o aviamento clássico da região, e, pode-se dizer, de quase todo o litoral paulista. Pode sofrer alteração, como se verá. Podem variar o tipo de ralo ou de prensa, pode variar o material de que alguns utensílios são feitos. Mas, de um modo geral, é o que aí está relacionado.” SCHMIDT (1958: 39)

“Tipo de Madeira da Prensa. Cada peça da prensa, como da roda de ralar, possui uma madeira que é mais indicada para a sua confecção. O fuso deve ser feito de cabriúva, a concha a mesa e o queijo, de urucurama, enquanto que as virgens de urucurama ou guanandi. A cabriúva, pela sua enfibratura, não deixa quebrar as partes “enrosqueadas” do fuso. Ainda relativamente a madeiras mais indicadas, convém desde logo mencionar que, para a confecção da roda de ralar, o pequiá é que serve para cabotas e raios; a canela e o pinho para o banco e a gaiola. Para a gamela empregam o cedro, o

1. Pomar;
2. casa do filho;
3. cozinha;
4. casa do Argeu;
5. banheiro.

Casa do Argeu de Castro (4)

turumã-do-norte e a urucurama, enquanto que o tapiá e o tarumã são usados para a feitura de cochos. madeira não deve e nem pode ser tirada do mato em qualquer tempo. A ocasião oportuna para corta-la é quando a lua está em seu quarto minguante. Assim não bixa muito. De agosto para setembro, e de janeiro para fevereiro, também não são épocas convenientes para cortar madeira. As arvores estão desfolhadas, encontram-se na eminência de brotação e a madeira está aguacenta. Assim sendo, a madeira cortada nesta oportunidade abre, racha, estronda.” SCHMIDT (1958:49)

Conta ainda Sr. Argeu que a comunidade tem na pesca a sua atividade econômica principal, e o cerco ainda é uma forma de pesca muito presente – aqui são cinco: do Sr. Alziro, Sr. Juca, Sr. Antonio, Nilo e Lindalva. Os outros, que não têm o cerco, da mesma forma que a casa de farinha, trabalham junto no cerco e o pagamento é feito com parte da produção obtida. A pesca serve principalmente para o sustento e para ao turismo. Como nesta vila ainda não chegou a energia elétrica, a prática de salgar e secar o peixe¹⁴⁵ no telhado da casa ou no varal de bambu – “peixe escaldado” – também se mantém. A construção de canoa, uma tradição dos moradores do Sono até poucos anos atrás, deixou de existir, a proibição do Ibama para coletar as madeiras Timbiuva e Ingá Flexa, que servem para a confecção das canoas, fez com que essa atividade deixasse de existir, o que faz muita falta, pois, mesmo com a presença dos barcos de motor de popa, as canoas ainda são muito usadas no cerco e no verão para a pesca da lula (hoje são 50).

Na Praia do Sono moram, hoje, 54 famílias, em 50 habitações, e 240 pessoas. As atividades econômicas predominantes ainda são as atividades tradicionais: pesca, coleta, um pouco de agricultura (não como antes, devido às restrições ambientais e às recentes atividades turísticas). O turismo como uma atividade econômica se configura na forma do aluguel do terreiro (quintal) para camping (4) ou mesmo da moradia – quando a família se muda provisoriamente para casa de amigos ou de familiares –, na oferta de refeições com a adaptação dos antigos ranchos de pesca e mesmo da habitação para a função de bar, e ainda no serviço de transporte e passeios de barcos (hoje motor de popa).

Todas as atividades que a comunidade desenvolve se dão a partir do trabalho familiar como, por exemplo, o cerco, que sempre tem a ajuda das mulheres e dos filhos; ou as atividades ligadas ao turismo – camping ou refeições – que envolvem diretamente toda a família e, ainda, quando é preciso, o auxílio (remunerado) de outros da comunidade.

Seu Antônio – morador da Praia do Sono

Praia do Sono

¹⁴⁵ Principalmente a curvina, tainha, bonito, e, menos rotineiro, o gruete, galo, perna de moça, cação e paraty.

Os laços de solidariedade ainda estão presentes não somente nas atividades ligadas a pesca, roça e turismo, mas também no mutirão para construção ou ampliação das moradias. O Sr Norvino conta que as casas feitas de pau-a-pique envolvem os mais velhos da comunidade, o Sr Pituca e a Dona Rosinha, na época da seca, pegam o sapé – sempre de setembro a dezembro –, o Sr. Armerindo pega o barro, a coleta da madeira – jacatirão – é função de todos. Na hora da barreada a comunidade se encontra e depois se confraterniza.

O turismo é uma atividade que vem crescendo nos últimos anos, com um significado econômico muito importante para a comunidade, que aposta nele como via para a conquista de uma vida melhor. Essa atividade, no entanto, vem dando-se de forma muito precária, pois além de não existir infra-estrutura para o receptivo turístico, que em épocas de temporada chega a alcançar 800 pessoas, o turismo é uma atividade que não é permitida pela legislação ambiental, portanto a comunidade está sempre às voltas com os problemas de fiscalização. Segundo depoimento do diretor da Reserva Ecológica da Juatinga, João Fernandes de Oliveira, um dos maiores problemas que o órgão responsável dessa unidade de conservação tem na gestão da reserva, além do conflito gerado pela sobreposição dos diversos diplomas legais e da precariedade da fiscalização que dificulta a gestão da unidade, é a forte presença da atividade turística que não é permitida na reserva: *“legalmente as atividades de turismo dentro da unidade de conservação carioca são proibidas, pois não existe uma legislação para coordenar as mesmas”... “As atividades que vêm sendo exercidas são aceitas pelas Unidades, em função de não haver uma fiscalização efetiva”... “o principal meio de hospedagem encontrado na área, o camping, também deve obedecer a uma legislação específica – o que não acontece”*.

A situação fundiária da Praia do Sono continua até os dias de hoje à espera da discriminação das terras, agora serenamente, já que os conflitos fundiários amenizaram-se. Mas as novas questões da preservação da natureza que aqui se implantaram a partir dos anos 70, na forma do Parque Nacional da Serra da Bocaina, da APA¹⁴⁶ – Área de Proteção Ambiental de Cairuçu e da Reserva Ecológica da Juatinga¹⁴⁷ fizeram com que os antigos e truculentos conflitos fundiários dessem lugar a outros conflitos, os ambientais. E esses novos conflitos agora não são mais com os pretensos proprietários de terra, mas sim com os órgãos responsáveis pela manutenção das unidades de conservação, que impõem inúmeras limitações ao uso do lugar e às atividades tradicionais da agricultura, caça, pesca e do extrativismo.

¹⁴⁶ As restrições de uso na APA de Cairuçu são ainda muito vagas, pois até os dias de hoje esta unidade tem um zoneamento aprovado pelo órgão responsável pela sua gestão – Ibama. Essa falta de clareza com relação aos usos e atividades que podem, ou não, ser desenvolvidos dentro dos limites dessa unidade permite que a fiscalização do órgão responsável e as atividades econômicas e a ocupação do solo das comunidades que ali existem se dêem de forma espontânea, não atendendo a nenhum critério de ordenamento do território, nem ao menos os municipais, já que a APA se encontra na zona rural e portanto não está submetida à legislação de uso do solo municipal - Projeto de Lei nº 78 de Zoneamento para Paraty.

¹⁴⁷ A Reserva Ecológica da Juatinga, da mesma forma que a APA do Cairuçu, desde a sua criação, encontra-se sem definição de critérios no que diz respeito ao desenvolvimento das práticas econômicas e do uso do território. Mas essa unidade ainda apresenta algumas peculiaridades, ela não se enquadra em nenhuma categoria existente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e portanto se coloca dentro de um impasse legal: ou se transforma em parque - que não permite população em seu interior e significaria sua desapropriação pelo estado e expulsão de suas terras – ou, como defende a comunidade, se transforma em Unidade de Conservação de Uso Sustentável – que é uma categoria de unidade de conservação que permite a manutenção das populações no seu interior. Essa situação está em discussão na Assembléia legislativa do Rio de Janeiro e na Prefeitura municipal de Paraty, e até que isso se resolva a comunidade se vê restringida das suas atividades – a roça, a coleta e as recentes atividades econômicas ligadas ao turismo.

Vista aérea – Praia do Sono

CAPÍTULO VII

A gramática dos casos: Os caminhos da Bocaina e o projeto do lugar do habitar, do produzir e do preservar

A Bocaina de São Roque e a praia do Sono

Esse exercício de intervenção espacial no meio rural brasileiro, baseia-se na idéia de recuperar as ligações que sempre existiram entre o litoral e o planalto, retomar o uso do território e redesenhar a relação entre o habitar, o produzir e o preservar.

Na proposta de retomar a acessibilidade e a permeabilidade entre o litoral e o planalto e os usos do território, o planalto do Paraitinga e da Bocaina e o litoral sul fluminense passam a dialogar, oferecendo caminhos e ligações, como nos tempos do ouro e do café; agora, por outros caminhos – do habitar, do produzir e do preservar –, que conectam o eixo urbano-industrial do vale do Paraíba e a faixa litorânea.

A região transforma-se em local de fruir a natureza, e o homem que lá habita partilha essa natureza transformando-a e preservando-a a seu favor. A natureza e a cultura desses lugares agora se reconstroem e se inter-relacionam em novas bases econômicas, culturais e tecnológicas. Os novos caminhos levam consigo novas economias pluriativas e proporcionam ao homem que vive isolado geográfica e economicamente naquelas regiões inserir-se no contexto de novas economias que nascem do lugar.

Dos acessos

A acessibilidade é hierarquizada por uma rede de vias que ligam os aglomerados urbanos do planalto e do litoral aos bairros rurais e às vilas caiçaras. Essas vias conectam os aglome-

rados urbanos aos pequenos povoamentos por meio de uma rede de estradas vicinais; as estradas vicinais fazem das pequenas cidades do planalto elos intermediários na ligação entre os centros urbanos e os pequenos povoados. Cria-se uma rede de cidades e bairros rurais e vilas caiçaras conectados à economia dos centros urbanos do vale e do litoral.

Na faixa litorânea ao longo da rodovia Rio-Santos, intensificam-se os usos turísticos, orientados por uma organização espacial e por instrumentos reguladores das atividades econômicas turístico-imobiliárias.

Os novos acessos unem os lugares ainda remotos, localizados entre o eixo da rodovia Rio-Santos e a faixa litorânea – as vilas caiçaras dessa região –; e, assim, unem as vilas caiçaras e as cidades litorâneas de Ubatuba e Paraty.

Esses acessos serão desenhados e projetados cuidadosamente, considerada a capacidade de suporte do lugar e as específicas características da região – montanhosa, com costões rochosos, restingas e mangues, encoberta de mata primária e com fragmentos de mata secundária. Os novos caminhos far-se-ão por meio de pequenas estradas de uso controlado - estrada parque -, caminhos, trilhas e, ainda, os caminhos do mar, que, tradicionalmente, uniram os núcleos caiçaras, alguns núcleos urbanos da faixa litorânea e Paraty, sede municipal.

Ubatuba e Paraty continuam a ser porta de entrada para os principais acessos transversais que atravessam as escarpas da Serra do Mar e o planalto do Paraitinga, até alcançar o vale do Paraíba, conectando o turismo da faixa litorânea ao importante eixo urbano-industrial e às capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ao longo do percurso Cunha-Paraty, depois de efetivamente aberto, haverá uma faixa de transição de uso entre o Parque Nacional da Serra da Bocaina e as atividades projetadas que se darão ao longo desse caminho, de modo a explorar as características naturais da Serra da Bocaina. Entre esses dois acessos transversais, sobre os antigos caminhos históricos do ouro e do café¹⁴⁸, desenvolvem-se ainda alguns outros caminhos, trilhas e teleféricos, especialmente manejados para desenvolver o turismo histórico e de conservação da natureza.

Paralelo ao eixo da Dutra e da rodovia Rio-Santos, cortando o planalto do Paraitinga e o planalto da Bocaina pelo mar de morros, surge um novo eixo que ligará Natividade da

¹⁴⁸ Segundo João Fernandes, diretor da Reserva da Juatinga, da extensa rede de caminhos de pedra do período do ouro e do café, a maioria estão hoje encobertos pela Mata Atlântica da Serra da Bocaina. Já estão levantados e cartografados os seguintes caminhos: Estrada Real - século XVIII: trecho Penha-Feixa Nunca, com 8 quilômetros e alguns trechos pavimentados de pedra; Caminho dos Sete Degraus - século XIX: trecho Pedra Branca-Pedra da Macela, com 12 quilômetros, sendo 8 pavimentados de pedra e 3 importantes obras de arte (aquedutos); Caminho Guaripu trecho Cunha-Veados, com 4 quilômetros pavimentados de pedra; Caminho São Jose do Barreiro-Mambucaba - século XIX - com 13 quilômetros pavimentados de pedra; Taquari-Mambucaba - século XIX - com um quilometro pavimentado de pedra; e ainda outros caminhos que levam às ruínas das casas de registro do Currallinho e de Aparição e à Casa dos Quintos de Campos das Nações.

Serra, São Luis do Paraitinga, Lagoinha, Cunha e Campos de Cunha, alcançando a rodovia dos Tropeiros. Ao longo desse segundo eixo, até encontrar, de um lado, as montanhas da Serra da Quebra Cangalha, Serra das Pedrinhas e Serra da Bocaina, e, de outro, as escarpas da Serra do Mar, desenvolvem-se atividades inspiradas e motivadas pela própria natureza desses lugares – atividades tradicionais agrícolas – e novas atividades não agrícolas, de transformação da pequena indústria rural caseira, cujos resultados podem ser direcionados tanto para os centros urbanos como para dar apoio ao turismo local. As atividades do turismo consorciavam-se com as atividades agrícolas e não agrícolas pela aptidão do meio e da cultura locais – pela cultura caipira e seus modos de expressão de vida: as festas, as tradições religiosas, os modos de fazer e outras manifestações estudadas e em estudo.

Entre o eixo de Natividade da Serra-Rodovia dos Tropeiros e as montanhas e escarpas das Serras introduz-se uma faixa de transição de uso, onde se desenvolverão atividades de baixo impacto sobre o ambiente – como, por exemplo, sistemas agroflorestais¹⁴⁹ –, definidas por um zoneamento agro-ecológico. Essa faixa de transição tem a função de controlar o impacto das atividades de uso agrícola da proteção da natureza – as montanhas, as escarpas e a mata atlântica que as envolvem. Do outro lado das Serras da Quebra Cangalha, Pedrinhas e Bocaina, já na região próxima ao eixo da rodovia Presidente Dutra, no médio vale do Paraíba Paulista, repete-se o uso do eixo Natividade da Serra-Rodovia dos Tropeiros.

Dos usos

Definida e hierarquizada a rede de acessos por um eixo principal – a estrada Cunha-Paraty – e um novo eixo secundário – Natividade da Serra-Rodovia dos Tropeiros –, que ligam os aglomerados urbanos do vale do Paraíba e do litoral e os bairros rurais e vilas caiçaras, por meio de uma rede de estradas vicinais, podem-se agora definir os usos.

Partindo da estrada Cunha-Paraty, onde termina a malha urbana e encontra-se a rodovia Rio-Santos, no trecho de planície fluviomarinha e planície fluvial, o uso visará à expansão urbana de baixa densidade, considerada a fragilidade desse ambiente. A partir desse ponto, no trecho de montanhas e morros, fora dos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina, os sítios e chácaras existentes desenvolverão atividades de exploração racional dos recursos naturais; os produtos resultantes dessa exploração serão oferecidos para as

¹⁴⁹ Segundo CAVALLINI (1997) O sistemas agroflorestais referem-se a um sistema de uso do solo onde vegetação perene e semi-perene são deliberadamente usadas em mesmas unidades de gerenciamento, envolvendo culturas de ciclo curto e/ou animais, com alguma forma de arranjo espacial ou seqüência temporal, combinando a produção e a proteção ao meio. Portanto são sistemas de manejo da terra combinado com produção florestal de madeiras, frutas, animais, como por exemplo: a agrossilvicultura, o agrossilvopastoris e silvopastoris. Sistemas de manejo da terra combinado com produção florestal de madeiras, frutas, animais, como por exemplo agrossilvicultura ou silvo pastoril.

diversas modalidades de turismo – histórico, ecoturismo, produtos da terra, entre outros. Com isso, essas comunidades se integram a novas atividades econômicas como ofertadoras de produtos e de serviços receptivos de turismo.

Continuando a estrada Cunha-Paraty, nos domínios do Parque Nacional da Serra da Bocaina, o uso será restritivo, para conservação da natureza e pesquisa, mas, dessa vez, orientado para incorporar nessas atividades os moradores, habitantes da região desde de muito antes da criação do parque.

Entre a rodovia Rio-Santos – turismo – e a Serra do Mar – preservação –, haverá uma faixa de transição de uso agrícola manejado, de baixo impacto sobre o meio, vocacionado para a agricultura e a cultura local: os produtos da terra e do mar. Criar-se-ão unidades produtivas familiares que se ligarão a pequenos centros de distribuição local e, a partir dos centros locais, ao centro principal em Paraty, através de cooperativas ou de outras formas associativadas, cujos produtos abasteceram tanto as cidades litorâneas quanto o turismo.

Ao longo da faixa litorânea, nos lugares que ficaram afastados da rodovia Rio-Santos – onde se encontram as vilas caiçaras –, alternam-se os usos, de preservação da natureza e de consolidação e urbanização das vilas caiçaras. Com isso se cria uma faixa contínua, de uso caiçara. Os empreendimentos turísticos terão seus acesso abertos, assim, recupera-se a acessibilidade, de uma praia a outra e da terra para o mar.

As vilas caiçaras, inseridas numa rede de vilas urbanizadas e dotadas das facilidades urbanas e ligadas pelos novos caminhos, recuperam e exploraram as atividades tradicionais da roça e da pesca, a partir de um zoneamento distinto para cada vila, consideradas as peculiaridades, caso a caso. As atividades econômicas desenvolvidas nas vilas deixam de ser voltadas exclusivamente para a subsistência; e passam a atender ao novo mercado consumidor urbano das cidades litorâneas e do turismo – que se incentivará nesses lugares.

As vilas caiçaras, nesse novo contexto, recuperam sua dimensão cultural e social e recuperam-se os modos especiais de ser e de viver de seu povo. Considera-se agora, como premissa e proposta básica, que as vilas caiçaras têm de ser integradas a novas bases culturais, econômicas e tecnológicas. E dão-se por superadas as velhas idéias, baseadas em valores de caráter folclórico ou em modelos arcaicos de vida e sobrevivência.

Com a consolidação das vilas caiçaras, alternam-se, na área onde se localizam essas vilas, ações de preservação da natureza consorciadas com a exploração das atividades turísticas.

Ao longo do novo eixo Natividade da Serra-Rodovia dos Tropeiros, no planalto do Paraitinga e da Bocaina, predominarão os usos das atividades tradicionais agropecuárias e das novas atividades não agrícolas de transformação da pequena indústria rural caseira, organizadas em unidades familiares de produção associadas ao turismo que, nesses lugares, convergem para o turismo rural e ambiental. Os usos intensificam-se a partir do que historicamente se desenvolveu nesses lugares e das características culturais próprias a esse modo de vida.

Para escoar os produtos resultantes das atividades agrícolas e não agrícolas, criar-se-á um sistema a partir dos novos caminhos vicinais que os levarão aos bairros rurais, às pequenas cidades do planalto e daí aos aglomerados urbanos. Parte desses produtos permanecerão no lugar, para prover as atividades de turismo local.

Desde que se tomem algumas medidas simples de implantação e de manejo, os usos mantêm-se ao sul desse novo eixo, próximo ao divisor de águas das bacias do Paraitinga e do Paraibuna, na região denominada *mar de morros*, favorável ao uso agropecuário, explorando conjuntamente as atividades turísticas. Nesse mesmo eixo – onde se encontra a cidade de Cunha –, os principais usos serão as atividades de turismo e de lazer: chácaras e sítios, a cerâmica, as festas tradicionais, atividades de exploração da natureza. Ao norte desse eixo, no distrito de Campos Novos de Cunha, já próximo à nascente do Paraitinga, lugar de clima temperado e relevo mais acidentado e entrecortado por algumas planícies de inundação e terraços fluviais de pequena extensão, assim como nos outros lugares da região desse eixo, intensificam-se os usos de vocação do lugar – agropecuária e fruticultura –, também explorando o turismo, como fonte de renda complementar.

As montanhas e escarpas que contornam essas unidades de produção familiar agrícola e não agrícola serão protegidas por faixa de transição de usos consorciada entre a atividade agrícola e a floresta, de baixo impacto sobre o ambiente.

Já dotada a região de acessibilidade, permeados os bairros rurais e as vilas caiçaras, as pequenas cidades e, e integrados aos grandes eixos São Paulo-Rio de Janeiro – ou seja,

recuperada a acessibilidade e a permeabilidade entre os lugares do litoral e do planalto – e retomado o uso do território para o habitar, o produzir e o preservar, considerados os laços culturais e sociais *locais*, falta agora completar o projeto do lugar.

O bairro da Bocaina de São Roque

Chegando próximo ao bairro da Bocaina de São Roque, ao ponto da estrada de onde se avista a sede do bairro e o vale do Rio Paraitinga, vê-se uma grande área desenhada e colorida pela transição das diversas culturas agrícolas e da pecuária. Na planície de inundação e no terraço fluvial se desenvolveram as culturas agrícolas adequados aos terrenos úmidos e na meia encosta os usos agrícolas e pecuários apropriados a esse meio, consorciadas e intercaladas aos sistemas agroflorestais.

Ao longo do rio, a mata ciliar desenhará os contornos do rio Paraitinga. Os agrupamentos dispersos de mata primária – Floresta Ombrófila Mista – serão preservados e manejados para que deles se extraiam seus produtos. Do mesmo modo tratar-se-ão os remanescentes de mata secundária.

A sede do bairro, depois de dotada de equipamentos sociais, será onde se congregará, se cooperará, se estudará, haverá médico e festas, onde se receberão os que chegarem de fora ou de volta, de onde partirá o transporte para outros bairros rurais e para Cunha: será o centro cívico e social do lugar.

Na praça da Bocaina de São Roque e no centrinho da Bocaininha, haverá uma fábrica do agricultor de transformação de produtos agropecuários (conjugada ou não com a cooperativa e com a fábrica de queijo minas e mussarela existente na praça), com a função de absorver os produtos excedentes dos sítios e de transformá-los. Cada fábrica também servirá como centro de distribuição dos produtos, *in natura* ou beneficiados, para os centros consumidores.

Nos pontos mais altos das encostas encontram-se alguns reservatórios de acumulação das águas vindas das nascentes, que, por meio de aquedutos ou dutos, distribuem a água devidamente tratada para os sítios de sua microbacia. Em todos os pontos em que seja necessário, o entorno das nascentes será revegetado, para garantir a integridade da nascente e da qualidade do abastecimento da água.

Serão implantadas fossas sépticas individuais nos sítios, como infra-estrutura de saneamento. Para atender aos equipamentos do centro da Bocaina de São Roque o do centrinho da Bocaininha, em cada um desses centros haverá um sistema de coleta de esgoto, servido por rede, que será tratado em fossa séptica coletiva seguida de poço absorvente, em área localizada um pouco abaixo, em cotas inferiores aos limites físicos desses centros.

O arranjo dos sítios preverá a tipologia tradicional de ocupação do terreno – a implantação da casa define, como sempre definiu nessa região, os usos do entorno – os quintais. E os quintais continuarão a ser ocupados por horta, pomar, ervas medicinais, chiqueiro, estrebaria, paiol e outras benfeitorias.

Em cada sítio – agora, lugar do morar e do trabalhar –, de acordo com o que produzir e com o quanto produzir, haverá unidades de transformação, uma pequena indústria rural familiar, como, por exemplo, pecuária com embutidos, defumados e outros; fruticultura com compotas, frutas secas e outras; horticultura com conservas, desidratados e outros; ervas medicinais; sendo o caso, instalações turísticas, dentre outras. Alguma dessas unidades produtivas conjugarão sua renda agrícola e pecuária com as rendas provenientes do turismo, e essas adaptarão ou criarão novas instalações para atender os serviços de hospedagem e alimentação, com a arte culinária caipira. Com isso, abre-se o caminho para valorizar, além da gastronomia, também os aspectos da arquitetura local.

As habitações rurais receberão melhorias, tanto nos aspectos construtivos como em aspectos de habitabilidade como, por exemplo, melhoria das instalações sanitárias. O canteiro de obra de propriedade coletiva da comunidade movimentar-se-á pelos sítios e permanecerá em cada um durante o período necessário para construir a melhoria. As características tradicionais da casa rural caipira serão referências para o programa de melhoria das habitações.

A praia do Sono

A praia do Sono, permeada pela “nossa rua” - o nome que a comunidade deu à rua –, e pela estrada Laranjeiras-Sono-Mamanguá, passa a fazer parte desse lugar, integra-se à rede viária municipal e assim à Vila do Oratório, Condomínio Laranjeiras e, portanto, à cidade de Paraty.

As barreiras que havia na estrada Patrimônio-Laranjeiras, e que foram efetivamente abertas por se tratar de caminho público, recuperam o livre-acesso à praia do Sono, pela Nossa Rua, pelos caminhos do mar ou, mesmo, pela estrada Laranjeiras-Sono-Mamanguá, nesse caso controlado pela comunidade do Sono.

Pela Nossa Rua, um caminho pavimentado para pedestres, com 4 quilômetros, alternam-se os visuais de grandes áreas fechadas de mata primária e os belvederes, de onde se avista a vila caiçara, envolvida pela enseada do Sono e pelas escarpas da Serra da Bocaina. Um caminho belíssimo para os que procurarem momentos de descanso e de convivência com o modo de vida caiçara. A estrada Laranjeiras-Sono-Mamanguá, servida por um sistema de transporte público e privado, estende as facilidades urbanas até a vila, já que a baixa densidade populacional não justifica, nesse caso, a implantação de equipamentos sociais e serviços urbanos de médio porte.

A vila é então desenhada por dois eixos: o eixo orla – uma extensão da Nossa Rua – e o eixo Sono – uma rua transversal à Nossa Rua, que sobe a planície fluviomarinha, em meio à vila, acompanhando o córrego da Jamanta até o ponto em que chega à estrada Laranjeiras-Sono-Mamanguá. O encontro desses eixos será o ponto da vila onde acontecem as atividades sociais e culturais. Aí haverá um equipamento adequado a essa função, que convidará ao encontro e possibilitará que as pessoas encontrem-se.

Ao longo da Nossa Rua alternam-se as casas caiçaras, as pequenas pousadas nos terreiros das casas, a Igreja, as vendinhas, os bares, os pequenos restaurantes de culinária caiçara, a escola, os ranchos de pesca, o galpão frigorífico e alguns barcos dispersos. Da rua, olhando a enseada, vêem-se desenhados no mar os vários cercos que acompanham a linha do costão – das escarpas cobertas de mata primária e dos afloramentos rochosos. A Nossa Rua é o lugar do encontro.

O eixo Sono é a rua que leva à estrada e que traz a urbanidade. A rua que oferece o relacionamento com as outras comunidades e com Paraty e cria o acesso para os equipamentos sociais e benefícios que a cidade oferece: escola de 2º grau, hospital, supermercado etc. Ao longo dessa rua vêem-se as casas de farinha, o posto de saúde, as pequenas pousadas, as casas caiçaras com seus terreiros coloridos pelas várias plantações de ervas medicinais, hortas e árvores frutíferas.

A Vila está iluminada e já é atendida pelo serviço público de coleta de lixo, como Laranjeiras e a Vila do Oratório, visto que esses serviços públicos já existem e podem facilmente ser estendidos pela estrada Laranjeiras-Sono. Como em Laranjeiras, a urbanidade alcança o lugar, respeitadas as características socioculturais e os padrões urbanos que cada uma dessas ocupações tem como necessidade de expressão de sua vida.

Serão mantidos o desenho da estrutura urbana e o arranjo das propriedades, com sua extensa rede de caminhos que articulam toda a vila por entre os terreiros e os canteiros de flores, as árvores frutíferas, as ervas medicinais, as casas de farinha, as hortas, os bichos, o lugar de limpar o peixe e “pôr no fogo”.

Da mesma forma e com o mesmo padrão que no Bairro da Bocaina de São Roque, serão implantados os sistemas de abastecimento de água e de saneamento. O abastecimento de água a partir de reservatórios de acumulação, aquedutos e dutos de distribuição e tratamento; o saneamento das casas caiçaras com fossas sépticas individuais; e, para o conjunto dos equipamentos sociais e de serviços da Nossa Rua, uma rede local e uma fossa séptica coletiva seguida de poço absorvente, no canto da praia, em local adequado.

Algumas casas caiçaras dividiram seus terreiros com pousadas, outras com a casa de farinha, outras com o “peixe escalado”, outras com a fábrica de artesanaria – habilidades de ofício –, outras com os produtos da terra – banana seca, ungüentos de ervas: as casas agora, como na Bocaina de São Roque, são o lugar do morar e do trabalhar, unidades pluriativas caiçaras.

As habitações aqui também receberam melhorias construtivas, que lhes darão o padrão adequado de habitabilidade. As novas casas e as pequenas pousadas serão construídas no regime de mutirão, no canteiro de obra coletivo. A característica tradicional tipológica e formal da casa caiçara será referência para os novos projetos.

Ao lado das roças, na planície fluvial, próximo aos limites Montanhas e Morros, encontram-se as fábricas do caiçara – casa de farinha e de peixe “escalado”. Fábricas que se organizaram de forma associativa, pelos laços de solidariedade ainda muito presentes na vila. Essas fábricas funcionarão associadas às roças comunitárias, implantadas em áreas de uso co-

mum; e absorverão o excedente, quando houver, de produtos das unidades pluriativas caiçaras. Com a fábrica, funcionando conjuntamente, haverá pequenas unidades de produção de outros produtos da roça e de artesanato tradicional, para o quê se introduzirão tecnologias apropriadas para a nova produção.

Agora, podem ser minimizados os antigos problemas impostos ao território e aos seus habitantes, originados do modelo adotado pelas políticas de conservação da natureza, que restringiram o uso e a exploração da terra. Além de se utilizarem práticas conservacionistas que se introduziram nesse lugar, reduziu-se a pobreza, um dos agentes mais violentos de predação do meio, gerou-se renda e implantaram-se facilidades urbanas no lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na crise que se instaurou sobre o agir e o pensar o rural, têm-se debatido dois grandes conjuntos de idéias: de um lado, as teses em que o meio rural é tomado como lugar “arcaico” ou “atrasado”, sinônimo de meio agrícola, com importantes recursos naturais a serem preservados; de outro lado, as teses em que o meio rural é visto como lugar “multifuncional”, no qual se podem incorporar os avanços tecnológicos; nesse conjunto de idéias, o meio rural pode ser apresentado como o lugar do produzir, do habitar, do lazer e do preservar os recursos naturais e acaba por ser descrito quase como extensão do meio urbano e lugar de uma vida “quase urbana”.

Enquanto isso, o meio rural mudou, mas as políticas públicas não acompanharam essas mudanças e continuaram, equivocadamente, a atender à agricultura moderna e à preservação do ambiente natural. A preservação, nesse caso, está quase sempre interessada exclusivamente em preservar os recursos naturais *do homem* e não *para o homem*. Nessas políticas, o Brasil é definido como país urbanizado, a prioridade é o desenvolvimento das cidades.

Nos anos 90, afinal, surgiram novas idéias com potencial para se contrapor à antiga visão dualista do “rural” e do “urbano” como realidades distintas e opostas – o “rural” como agrícola e “atrasado” e o “urbano” como industrial e “moderno”. Começa a surgir novas políticas públicas de desenvolvimento rural, que vêem no meio rural um lugar do qual, afora produzir e garantir a segurança alimentar, podem-se obter também outros produtos não agrícolas, atividades de lazer, de moradia, de turismo, das novas atividades direcionadas para nichos especiais de mercados, e principalmente, das atividades de preservação e conservação da natureza, dentre tantas outras. Essas atividades começam a intensificar-se a partir dos anos 70, como efeito de um maior interesse dos cidadãos pelas questões ambientais, buscando muitas vezes, na natureza e na vida no campo, o ar puro, a simplicidade da vida, as áreas naturais e novos contatos e valores “purificadores” do corpo e do espírito restringidos pela sociedade industrial.

O meio rural passa a ser visto como lugar onde se pode obter ar, água, lazer, ou seja, espaço em que se consorciavam as antigas atividades agrárias e novas atividades urbanas – um lugar de

viver e de usufruir, com quase ilimitadas possibilidades para ser guardião do futuro das cidades. O meio rural e o urbano passam a ser tomados como como includentes e passam a ser objeto de políticas públicas compensatórias.

Consideradas, afinal, as recentes teses sobre o meio rural e a implementação das políticas públicas compensatórias – de geração de renda, crédito rural, incentivo tecnológico, educação rural, de moradia, dentre outras – propôs-se aqui um exercício de transformação do espaço social rural de Cunha- Paraty. Essa região é tomada como “amostra” representativa de outros lugares que guardam grande diversidade de contextos sociocultural-ambientais, e problemática e conflitos agrários e ambientais semelhantes.

O exercício que aqui se oferece pautou-se pelas novas teses sobre o rural brasileiro e visa verificar a possibilidade de se construir novas relações entre o habitar, o produzir e o preservar, para esse novo rural aqui proposto e estudado, consideradas as seguintes premissas:

- é relevante, para o Brasil, resgatar a permeabilidade e a acessibilidade do território rural, fragmentado pelas políticas públicas de preservação da natureza e pelos interesses turísticos imobiliários, mediante um esforço para “desprivatizar” o meio rural e conectá-lo com a urbanidade e a modernidade. Nesse movimento, o meio rural brasileiro é simbolicamente retratado nos caminhos da Bocaina, planalto do Paraitinga e litoral sul fluminense;
- é relevante, para o Brasil, reordenar o uso do território, valorizando a aptidão do lugar e as características próprias do modo de vida e dos laços culturais e sociais *locais*, considerados os usos tradicionais agropecuários, novas atividades não agrícolas e a preservação da natureza, para assim integrar alguns ambientes rurais, semelhantes aos aqui estudados, à economia urbana, envolvendo as populações rurais em processos produtivos pluriativos que nasçam *no local*;
- é relevante para o Brasil explorar a possibilidade de urbanizar o meio rural, estendendo até lá a infra-estrutura de transportes e comunicações, os serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação, retomando assim o uso do território para o habitar, o produzir e o preservar; e

- é relevante para o Brasil explorar a possibilidade de termos a família e a moradia rural como fatores regulatórios do êxodo rural; de a natureza ser reapropriada pela sociedade brasileira; de se usarem a agricultura e outras fontes pluriativas para gerar renda; e de se usarem os laços culturais comuns de cada sociedade como possível forma de organização associativada, cooperativada ou não.

Não menos importante que essas premissas é, nessa tese, a possibilidade de resgatar, para os estudos brasileiros sobre o meio rural, os estudos produzidos nas décadas de 40 a 70 – aqui representados pelo trabalho de Carlos Borges Schmidt – sobre a realidade rural brasileira e o modo de vida e as culturas “caipiras” e “caiçaras”. Nesses estudos, e nas maravilhosas “cadernetas de campo”, escritas pelo autor, a mão, encontramos o que talvez sejam novos-velhos caminhos para, mais uma vez, tentar repor os caipiras e caiçaras no meio que sabem conservar, mas dando-lhes condições para viver, habitar e produzir.

Esse exercício espera ter verificado satisfatoriamente que é possível criar outras configurações para espaço rural, que atendam às novas perspectivas de organização territorial e de desenvolvimento rural – podendo gerar renda, diminuir a pobreza, fixar o homem no meio rural e preservar os recursos naturais.

ANEXO I

Publicações “Carlos Borges Schimdt”

1934. *A Cultura Prática da Bananeira Nanica no Litoral Norte Paulista*. São Paulo, Diretoria Publicidade Agrícola – SAICSP, 1934. p. 186.

1934. *Colonização do Litoral*. In: *Boletim da Agricultura*, série 35ª, São Paulo, Diretoria Publicidade Agrícola – SAICSP, 1934, pp. 611-647.

1939. *O anil: cultura e indústria, em São Paulo, na época colonial*. In: *Boletim da Agricultura*, , série 40ª, São Paulo, Diretoria Publicidade Agrícola – SAICSP, 1939, pp. 533-544.

1941. *Classificação decimal dos assumptos agrícolas*. In: *Boletim da Agricultura* , série 40ª, São Paulo, Diretoria Publicidade Agrícola – SAICSP, 1939, pp. 545-590.

1942. SCHMIDT, Carlos Borges & REIS, José. *Rasgando Horizontes: A Secretaria da Agricultura no seu cinquentenário*. São Paulo, Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio, 1942, p. 420.

1943. *Explorações Econômicas do Litoral Paulista. Chá – Cravo da Índia – Pimenta do Reino – Côco da Baía e Óleo de Fígado de Cação*. São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1943, Separata das “Notas Agrícolas” – Vol. VI – 1941-1942. p. 27.

1943. *O fogo e seus perigos*. São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1943, p. 16.

1943. *A conservação das máquinas agrícolas*. In: *Boletim da Agricultura*, série 44ª, São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1943, pp. 401-403.

1943. *As chuvas e as colheitas*. In: *Boletim da Agricultura* , série 44ª, São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1943, pp. 390-392.

1944. *Paisagens Rurais. O Paraíba e o Paraitinga. A Paranapiacaba e o Ribeira de Iguape*. São Paulo. Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1944, p 38.

1946. *O Meio Rural. Investigações e estudos de suas condições sociais e econômicas*. 2ª ed., São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1946, p. 182.

1947. *Esteiras de taboa e esteiras de piri: uma indústria doméstica rural*. In: *Boletim da Agricultura*, série 48ª, São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1947, pp. 63-82.

1948. ***Alguns aspectos da pesca no litoral paulista***. São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1948, p. 34 – 19 pranchas.

1948. ***Substituição da atividade agrícola em face do esgotamento das reservas de fertilidade do solo***. In: Boletim da Agricultura, série 49^a, São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1948, pp. 145-161.

1949. ***Construções em Taipa: alguns aspectos de seu emprego e de sua técnica***. Boletim da Agricultura, nº único, São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1949, p. 32. Do Boletim da Agricultura, série ° 47^a – 1946, p. 32.

1950. ***Estudo e solução dos problemas da lavoura cafeeira***. In: Anais das mesas redondas do algodão, café e conservação do solo. Org. Instituto de Economia Rural, São Paulo, Sociedade Rural Brasileira, 1950, pp.749-752.

1951. ***A vida rural no Brasil: a área de Paraitinga, uma mostra representativa***. São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1951, p. 45. Do Boletim da Agricultura, nº único, 1949.

1951. ***A mandioca: contribuição para o conhecimento de sua origem***. In: Boletim da Agricultura, série 25^a, São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1951, pp. 77-128.

1957. ***Formação do cafezal: o domínio do café, a lavoura tradicional, a lavoura atual***. São Paulo, Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP, 1957, p.26.

1958. ***Lavoura Caiçara***. Documentário da Vida Rural, nº 14, Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura, 1958, p. 79.

1959. ***O Pão da Terra***. Separata da Revista do Arquivo CLXV, São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico – Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo, 1959, p. 304. [Prêmio no 11º “Concurso Mario de Andrade”, de monografias sobre o folclore nacional, instituído em 1956 pela Discoteca Pública Municipal.]

1963. ***Manual pratico do lavrador***. 2^a ed., Criação e Lavoura, nº 19, São Paulo, Melhoramentos, 1963, p. 188.

1967. ***O Milbo e o Monjolo: aspectos da civilização do milho, técnicas, utensílios e maquinaria tradicionais***. Documentário da Vida Rural, nº 20, Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura, 1967, p. 153.

1976. ***Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais***. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, MEC, 1976, p. 188.

Título	A cultura prática da bananeira nanica do litoral norte paulista
Tipo	Livro
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1934
Nº de pág.	186
Palavras-chave	Fruticultura, litoral norte
Biblioteca	USP/FEA, USP/FFLCH, USP/ESALQ-BC

A primeira parte do livro (“A BANANA”) trata do uso alimentar, medicinal e das diversas aplicações de seus subprodutos. Apresenta referências científicas das qualidades nutricionais da banana, que se encontram polemizadas pelo meio científico internacional através de descrições dos viajantes, séc. XIX, e de pesquisas dos cientistas e dos setores agrícolas nacionais e internacionais. Compara os usos da bananeira no nosso continente com o uso por outros povos. Descreve a origem mitológica e as hipóteses sobre a introdução desta cultura no continente Sul-americano, através das descrições dos viajantes. Classifica através de resumo botânico a cultura da bananeira e de suas espécies. Conclui que a banana *Nanica* é a que apresenta as melhores qualidades nutricionais e maiores potencialidades para que o cultivo seja introduzido na região do litoral norte de São Paulo.

A segunda parte do livro (“O LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO”) localiza e caracteriza a região do litoral norte, com vistas à introdução do cultivo da banana nanica. Analisa as condições climáticas (chuva, temperatura, ventos e umidade do ar) e do solo da região com vistas à introdução do cultivo da banana e compara estas condições climáticas com outras regiões, nas Américas, onde a banana nanica tem uma boa produção. Seleciona seis zonas cultiváveis no litoral norte para a introdução do cultivo, localiza estas zonas e descreve a acessibilidade para cada uma destas zonas. *É interessante notar que o autor descreve as questões climáticas do ponto de vista da produção agrícola e, ao mesmo tempo, do ponto de vista do homem.*

No capítulo *Populações*, descreve o homem do litoral norte em sua vida cotidiana e as suas dificuldades de subsistência.

Descreve as condições de concentração e de dispersão populacional das praias ao longo do litoral, a presença de estrangeiros. Descreve as tentativas governamentais de colonização da região. Conclui, que a região e sua população são aptas para a lavoura da banana.

Descreve os recursos naturais da região: mananciais de energia, a vegetação, o reino animal e a fauna marinha. No capítulo Economia da Região descreve a propriedade rural e a situação fundiária, e ainda as culturas agrícolas mais praticadas na região litoral (café, cana de açúcar, mandioca, frutas e cereais). Relata as atividades do campo experimental de bananas do antigo Horto Tropical de Ubatuba, a criação, as indústrias extrativistas e manufactureiras e a indústria de pesca. Descreve o aparelhamento econômico do litoral através da infra-estrutura férrea, de rodagem, de navegação e de portos, de correios e telégrafo e da aviação, relacionados à descrição e comercialização do produto.

Na terceira parte do livro (“A CULTURA DA BANANA NANICA NO LITORAL”) apresenta um roteiro para implantação de uma fazenda de Banana, como a cultura extensiva lucrativa e de grande êxito para região deste litoral; a partir desta conclusão trata de expor aos interessados nessa cultura as formas de produção desde o início, ao instalar um bananal, até a exportação do produto.

Título	Colonização do Litoral
Tipo	Boletim da Agricultura, série 35^a
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1934
Nº de pág.	611 a 647
Palavras-chave	Sociologia rural, colonização do litoral
Biblioteca	Instituto Agrônomo de Campinas

O artigo aborda os problemas de colonização e propõe diretrizes para a distribuição demográfica indicando as melhores zonas para projetos de colonização. Propõe o seguinte método a ser seguido: estudo do meio que deve ser colonizado, procura da corrente que melhor se adapte ao meio que irá encontrar, e finalmente a organização do processo para fixação e desenvolvimento dos novos habitantes. Conclui através dos aspectos históricos, econômicos e sociais, e ainda da potencialidade do meio físico, que o litoral norte de São Paulo está entre as regiões a serem colonizadas. Trata do ponto de vista teórico da questão da colonização como papel do estado e defende que a colonização é uma ação obrigatória do estado é um princípio social, e ainda indica o tipo de homem que deve ser o sujeito destes projetos de colonização *“os sem trabalho”* rurais, litorâneos, urbanos e ainda os estrangeiros. Indica as terras devolutas, a aquisição de terras ou ainda acordos com proprietários para parceria como formas de garantir a terra para os projetos de colonização.

Estabelece o conflito entre a propriedade da terra, a produção agrícola, os meios de comunicação e impostos, como os fatores de despovoamento desta região.

Finaliza propondo a implantação de um projeto de colonização para o litoral, através do DAC – Departamento de Administração de Colonial da Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, e apresenta proposta de organograma para o DAC funcionar através do método proposto de colonização.

Título	O Anil. Cultura e Indústria, em São Paulo, na época colonial
Tipo	<u>Boletim da Agricultura</u> , série 40 ^a
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1939
Nº de pág.	533 a 544
Palavras-chave	Agricultura, cultura anil (história)
Biblioteca	Instituto Agrônômico de Campinas

O autor descreve a cultura do anil na época colonial. Relata a origem desta espécie nativa e a sua dispersão geográfica. Descreve os outros produtos tropicais naturais da capitania. Relata as questões econômicas, da época, para o cultivo do Anil, os problemas de comercialização e de liberdade de comércio impostos pela Corte, e ainda as vantagens do desenvolvimento e fomento desta indústria. Aborda as questões econômicas da agricultura do fim do séc. XVIII ao séc. XIX, com ênfase na cultura do anil.

Título	CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DOS ASSUMPTOS AGRICOLAS
Tipo	<u>Boletim da Agricultura</u> , série n 40 ^a
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1939
Nº de pág.	545 a 590
Palavras-chave	Biblioteconomia, agricultura.
Biblioteca	Instituto Agrônômico de Campinas

O autor propõe um sistema de classificação para assuntos agrícolas e assuntos correlatos, a fim de auxiliar o trabalho intelectual e de pesquisa. Adota como referência a classificação de DEWEY (1911) que é usada na maioria das bibliotecas mundiais.

Autor	Carlos Borges Schmidt e José Reis (do Instituto Biológico)
Titulo	Rasgando Horizontes: A Secretaria da Agricultura no seu Cinquentenário
Tipo	Livro
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1942
Nº de pág.	420
Palavras-chave	Agricultura, história, aspectos econômicos, Secret. de Agricultura Ind. e Comércio
Biblioteca	USP/FFLCH, USP/FEA/, USP/IEB,

Este livro foi elaborado para comemorar o Cinquentenário da Secretaria da Agricultura. Descreve a história e a evolução desta Secretaria desde sua ao cinquentenário (1942). Recupera historicamente as atividades, experiências e realizações da Secretaria ao longo de sua existência analisando sua importância no cenário econômico nacional. Recupera historicamente reestruturas de suas três fases de existência. Descreve suas atividades no campo da orientação técnica, das realizações práticas, do conhecimento da base geográfica, dos estudos da flora e da fauna, da defesa do patrimônio florestal, do abastecimento da lavoura e da valorização do trabalho agrícola, do ensino e da divulgação, dos domínios da defesa da lavoura, das criações e da organização econômica da produção. Descreve as atividades de todos os órgãos ligados à Secretaria, analisando as origens e a evolução.

A criação da Secretaria de Agricultura teve até 1942 três fases: a primeira foi desde a sua criação em 1892 até a reforma de Carlos Botelho, em 1907. A segunda, de 1907 a 1927; e a terceira com o então Secretário Fernando Costa, 1942.

Na primeira fase, 1892-1907, a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas tinha nas Inspetorias de Terras, Colonização e Imigração, na Comissão Geográfica Geológica e na Estação Agronômica de Campinas, todas as suas funções desenvolvidas. No final do século, foi criado o Serviço Agronômico e as Comissões Municipais de Agricultura. As primeiras iniciativas de policultura e de divulgação agrícola originaram-se nesse período. Em 1892, foi promulgada a primeira Constituição do Estado e a partir desta o Presidente seria auxiliado por Secretários de Estado; foi criada a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, subordinada à Hospedaria dos Imigrantes e à superintendência de Obras Públicas, criada em 1889. A lei sobre terras devolutas passou nesta época por modificações e vários distritos do núcleo colonial de São Paulo foram emancipados, facilitando os projetos de colonização. Em 1907, se deu a reforma de Carlos Botelho, definindo-se melhor os vários setores da

Secretaria; notam-se as soluções de prestação de serviço direto e ativo junto ao lavrador. Surgem as primeiras tentativas de aplicar normas cooperativas e de ensino agrícola; questões sociais e trabalhistas do campo. O território do Estado foi dividido em seis distritos, pela natureza da produção agrícola. Criaram-se as comissões municipais de agricultura, com lavradores residentes do próprio município incumbidos de fornecer ao governo dados e informações de interesse para estudar e solucionar problemas agrícolas locais. Com isso, criaram-se as Escolas Agrícolas e de trabalhadores rurais. Em 1900, foi criada a escola Municipal de Agricultura em Batatais. A escola “Luiz de Queiroz”, em Piracicaba, foi inaugurada em junho de 1901. Em 1904, as fibras têxteis passam a ser de interesse da secretaria, e em 1905 iniciou-se o 1º Censo Agrônômico do Estado. Em Moreira César, no Vale do Paraíba, foi instalado um campo experimental de cultura de arroz por irrigação. Em 1907, foi feita a reforma de Carlos Botelho, entre a constituição de várias diretorias; foi criado o Serviço de Informações e Publicidade, dependente da Diretoria Geral. Em 1917, foi fundado o Instituto de Veterinária, anexo ao Butantã. A crise do pós-guerra e da geado de 1918 fez com que se desenvolvesse o ensino agrícola. Em 1921, foi emancipado o último núcleo colonial. Em 1925, foi criado o Código Florestal e na mesma época foram demarcadas as terras devolutas destinadas aos índios de Bananal, em Itanhaém. Em 1925, foi criada a Diretoria de Publicidade Agrícola. Em 1927, Fernando Costa assumiu a Secretaria e desdobrou a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas em Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio. O ensino, o conhecimento e exploração do subsolo, o esgotamento das terras fez com que se desenvolvesse a pesquisa. Foi feita a reforma no Serviço Florestal em 1927, com a regulamentação da exploração das matas, para evitar a destruição; à época já se discutia o risco de extinção de espécies da flora e fauna e por isso criaram-se parques estaduais. Nesta época foram desenvolvidas e divulgadas as pesquisas de potencialidade das culturas para as distintas regiões do estado, visando à policultura. O ensino técnico prático foi difundido e bem estruturado para a difusão da policultura. A colonização foi incentivada e foram propostas medidas e exigências que visavam a atender as necessidades dos colonos. Em 1941, o Dr. Paulo Lima Corrêa assumiu a Secretaria, reorganizou os antigos órgãos; declarou algumas áreas (entre elas a Carlos Botelho) para a conservação da flora e da fauna e pôs em prática o programa de escolas profissionais rurais. A Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio em seus 50 anos de existência concentrou suas atividades no campo da orientação técnica e das realizações práticas; no conhecimento da base geográfica; nos estudos da flora e da fauna; na defesa do patrimônio florestal; no abastecimento da lavoura; na valorização do trabalho agrícola; no ensino e na divulgação, nos domínios da defesa da lavoura, das criações e na organização econômica da produção.

Título	Explorações Econômicas do Litoral Paulistas. Chá – Cravo da Índia – Pimenta do Reino – Côco da Baía e Óleo de Fígado de Cação
Tipo	Livro
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP. (Separata das “Notas Agrícolas” – Vol.VI. 1941-1942)
Data	1943
Nº de pág.	27
Palavras-chave	Agricultura, litoral Paulista
Biblioteca	Instituto Agrônômico de Campinas

Analisa, do ponto de vista agrícola e econômico, as culturas do chá, cravo da Índia e pimenta do reino e descreve como foram introduzidas no Brasil, principalmente em São Paulo. Analisa como se desenvolviam então essas culturas e verifica as condições de cultivo e normas para a expansão. Indica estas culturas como uma nova fonte de produção para a região litorânea, em função de suas qualidades mesológicas. Explora a possibilidade de desenvolver-se o plantio do côco da Baía e de extrair-se óleo de Fígado de Cação, visando ao desenvolvimento agrícola do Litoral Paulista.

Título	O fogo e os seus perigos
Tipo	Livro
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP.
Data	1943
Nº de pág.	16
Palavras-chave	Queimadas, solo
Biblioteca	Instituto Agrônômico de Campinas

Descreve o fogo e seu emprego na lavoura, como uma das formas mais antigas e rudimentares dos processos de preparo do terreno. Apresenta os casos em que o fogo é absolutamente necessário; vantagens e desvantagens; e defende a idéia de que se pode evitar empregar o fogo, em quase todos os casos. Analisa as conseqüências danosas para o solo e para a agricultura: a permeabilidade do solo, a indução aos processos erosivos, a destruição dos microorganismos do solo o aumento da acidês do solo. Indica os cuidados necessários no caso de o fogo ser empregado para limpa. Apresenta as exigências legais relativas às queimadas e a responsabilidade civil dos infratores.

Título	As chuvas e as colheitas
Tipo	<u>Boletim da Agricultura</u> , série 44 ^a
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1943
Nº de pág.	390 a 392
Palavras-chave	Agricultura, feijão.
Biblioteca	Instituto Agronômico de Campinas

Analisa os benefícios do “andaime” do feijão, para proteger das chuvas e do sol a colheita de feijão; e descreve tecnicamente o modo de construir o “andaime”.

Título	A conservação das máquinas agrícolas
Tipo	<u>Boletim da Agricultura</u> , série 44 ^a
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1943
Nº de pág.	401 a 403
Palavras-chave	Máquinas agrícolas
Biblioteca	Instituto Agronômico de Campinas

Indica os cuidados necessários, não apenas para conservar as máquinas agrícolas, mas também para prolongar a durabilidade do serviço agrícola.

Título	Paisagens rurais. O Paraíba e o Paraitinga. A Paranapiacaba e o Ribeira de Iguape
	Tipo Livro
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1944
Nº de pág.	38
Palavras-chave	Geografia, agricultura
Biblioteca	USP/FFLCH-FIL

Na primeira parte do livro (“O PARAÍBA E O PARAITINGA”), o autor descreve as condições gerais da região seguindo o caminho de São Paulo pelo leito do Tiete até alcançar o vale do Paraíba, e em especial o Município de Natividade da Serra; caracteriza o ambiente geográfico (vegetação, clima e relevo), a exploração rural agropecuária, a pequena indústria, os meios de transporte, os tipos de propriedades, os tipo de habitação e o homem em suas diversas condições de vida.

Descreve detalhadamente a habitação do caboclo e suas benfeitorias.

Na segunda parte do livro (“A PARANAPIACABA E O RIBEIRA DE IGUAPE”), descreve as condições gerais da região, seguindo o caminho de São Paulo para Juquiá, por Piedade, na região Sorocabana. Caracteriza o ambiente geográfico (vegetação, clima e relevo), a exploração rural e das pequenas indústrias e os meios de transporte. A partir de Juquiá, pelos caminhos de Registro, Pariquera-assú, Jacupiranga, descreve as condições físico-geográficas e a ocupação humana, a economia, a exploração agrícola e a conquista da região da bacia do Ribeira de Iguaape. Descreve a colonização japonesa e sua condição socioeconômica, suas características culturais, através das crenças, modos e costumes e ainda a atividade agrícola, comparando-a com a dos nossos caboclos, que têm em comum a atividade agrícola nômade. Conclui com a descrição das condições físico-geográfica e dos meios de transporte, no retorno, pelos caminhos de Apiaí rumo à Itapetininga.

Título	O meio rural: Investigações e estudo das condições sociais e econômicas (prefácio Mário de Sampaio Ferraz)
Tipo	Livro (2ª edição)
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1946
Nº de pág.	182
Palavras-chave	Sociologia rural, condição rural, geografia agrária,
Biblioteca	UNICAMP/IFCH, USP/FFLCH-FIL, USP/ESALQ, USP/FAU-PGR

A primeira parte (“AS NECESSIDADES DO MEIO RURAL E A RACIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA”) propõe o estudo das regiões, tanto do ponto de vista do homem e do meio em que habita, como das atividades agrícolas e pecuárias, visando à melhoria da vida rural – *melhoramento do Habitat rural* –. Enfatiza a importância do estudo da região para diferenciar o estado em zonas agroeconômicas ou agrofísicas, e a partir desta distinção propõe que

se entendam as necessidades específicas de melhoramentos de cada zona, por apresentarem, cada uma, diferentes condições do meio e diferentes condições de vida para o homem. Utiliza a região do Vale do Paraíba Paulista como exemplo para a análise, e propõe um roteiro para orientação à pesquisa das condições do meio rural. O roteiro divide-se em duas partes: O Homem e o meio e A Produção.

Na segunda parte (“O HOMEM E O MEIO”), estabelece e analisa os seguintes aspectos a serem estudados: A região, O clima, O solo, O Homem, Recursos naturais e Economia, através da relação de interdependência entre o meio e o homem. Descreve a potencialidade do meio físico para o desenvolvimento agrícola através da relação da integração do homem às condições do meio, com seus costumes e hábitos. Enfatiza a questão da propriedade como forma de fixar o homem ao meio rural e discute a pequena propriedade e suas formas de trabalho agrícola. Conclui que os aspectos geográficos e as condições econômicas influem no agricultor ou trabalhador rural, modelando seu comportamento e seu gênero de vida e que cada região deve representar, pela terra e pelo homem, um caso diferente a ser estudado.

Na terceira parte (“A PRODUÇÃO”), analisa historicamente a situação e a condição em que são praticadas a agricultura e a pecuária, como instrumento fundamental para complementar o conhecimento sobre o Meio Rural.

Na quarta parte do livro, tratam-se as questões relativas à divulgação de temas de agricultura e de educação rural, visando à melhoria das condições sociais e econômicas das populações rurais. Propõe meios de divulgação junto ao agricultor, tanto o grande, como, e principalmente, o pequeno, que mais carece de orientação.

Título	Esteiras de Taboa e esteiras de Piri. Uma indústria doméstica rural
Tipo	<u>Boletim da Agricultura</u> , série 48 ^a
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1947
Nº de pág.	63 a 82
Palavras-chave	Indústria doméstica rural, economia rural
Biblioteca	Instituto Agronômico de Campinas

Descreve a origem da fabricação e a finalidade das esteiras de taboa na região de Ubatuba e de Natividade da Serra e da esteira de piri em Cananéia e Iguape. Descreve as caracterís-

ticas botânicas das referidas plantas, as formas de extração e de preparo do material para fazer as esteiras. Descreve detalhadamente o processo de fabricação das esteiras (feito) e os instrumentos de trabalho (teares) e compara as duas técnicas. Descreve os produtos originados desta pequena indústria rural.

Título	Alguns aspectos da pesca no litoral paulista
Tipo	Livro
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1948
Nº de pág.	34 p. e 19 pranchas
Palavras-chave	Engenharia de pesca, recursos costeiros
Biblioteca	USP/FFLCH-FIL, USP/ESALQ-BC

Descreve a pesca no litoral paulista a partir de suas origens, dos tempos do descobrimento aos dias em que escrevia. Recorre às crônicas de Hans Staden e Jean de Léry para resgatar os relatos do uso e das técnicas de pesca dos índios Tupinambá. Descreve os tipos e as formas de pesca, os modos de conservação do pescado e a culinária dos indígenas e compara com o que encontra em 1948. Descreve a abundância das espécies de peixe, em ordem de importância e período do ano, os períodos de escassez e as hipóteses do desaparecimento dos peixes. Analisa as formas de trabalho, de distribuição e os rendimentos econômicos do pescado. Descreve os tipos de rede: puças, tarrafas, picarés, arrasto, tresmalhos, caçoeiros, rede de costa, considerados os tipos usados ao longo do litoral paulista. Utiliza a pesca da tainha para descrever detalhadamente o modo de vida da população caiçara: modo de vida, suas crenças,. Apresenta a estratificação do trabalho na pesca e suas formas de pagamento e finaliza com um estudo sobre as crenças e as propriedades curativas dos peixes.

Título	Substituição da atividade agrícola em face do esgotamento de reservas de fertilidade do solo
Tipo	Boletim de Agricultura, série 49 ^a
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1948
Nº de pág.	145 a 161
Biblioteca	Instituto Agronômico de Campinas

Descreve o meio físico e a origem da povoação da região dos vales do Rio Paraitinga e Paraibuna. Analisa a produção agrícola e suas fases na região, do apogeu da cultura cafeeira à decadência; e os cultivos que vieram depois das pequenas lavouras e crias. Analisa a problemática criada pelo abandono das atividades agrícolas, provocado pela pecuária e pela intensa migração interna dos mineiros; e seus hábitos agrícolas, estranhos à região. Indica algumas alternativas para atividades racionais de exploração agrícola que favoreceriam o desenvolvimento econômico da região.

Título	Construções em taipa. Alguns aspectos de seu emprego e da sua técnica
Tipo	<u>Boletim da Agricultura</u> , nº único
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1949
Nº de pág.	32
Palavras-chave	Sistemas construtivos
Biblioteca	USP/FAU

Descreve a técnica da taipa e sua introdução no Brasil, principalmente no Estado de São Paulo, através das citações dos viajantes, entre eles: J.B.von Spix, C.F.P. von Martius, Augusto de Saint-Hilaire, Kidder e Fletcher, John Wawe. Analisa o processo de extinção da taipa apresentando os motivos e sugerindo a recuperação deste processo construtivo com o aperfeiçoamento da técnica para produção em áreas rurais. Descreve detalhadamente a técnica original de execução da taipa e suas variações, tanto no Brasil como em Portugal, e apresenta o estado da arte da técnica em abril de 1947, num caso encontrado no Km 377 da Estrada de Ferro Central do Brasil. Abaixo, os trechos mais significativos da descrição da técnica construtiva da taipa de pilão:

“Construção feita de terra tirada no próprio local, ou adjacências, a taipa, usando grande volume desse material, o que torna difícil seu transporte, ou mesmo impossível a distancias menos curtas, – é um sistema de levantamento de edifícios por sua natureza circunscrito a regiões de solo argiloso. A terra mais usada é a vermelha, a terra roxa, parda, que é de boa liga. A terra preta, fofa, não dá liga. A areenta “desbruga”, não serve. Terra de esterco, com matéria orgânica, também não. A taipa cai. O barro de telha tem muita liga. Empasta muito na mão do pilão. Por isso não pode também ser empregado. O barro da várzea do Paraíba, barro meio de turfa, não é próprio. Somente não havendo outro poderia ser usado. De todas, a terra vermelha é a mais indicada, a melhor para fazer liga em grau ideal. À procura do material para

erguerem paredes, cavocam o solo para examiná-lo. A cor já é um indicativo da qualidade. Se tem mancha de areia não serve. O bom é uma terra vermelha que não possua pedras. Terra firme. “O jeito é olhando, quem conhece”, esclarecem de vez os taipeiros. Existe um grau certo de umidade para que a terra possa ser usada. Não deve ser seca demais e nem úmida em excesso. Caso contrário, faz lama e gruda, ou faz poeira. Quando muito seca é “chamuscada” com água. A terra tirada abaixo de um palmo de profundidade, não precisa, em geral, ser molhada. Possui umidade natural já dá para ser socada. Quer a umidade natural, quer a que se obtém pulverizando água, dá o mesmo resultado. Os práticos esclarecem que ao se molhar a terra seca demais, deve-se ir pondo água e mexendo, com cuidado, para que não chegue a fazer pelotinhos. É preciso que permaneça úmida e solta. Se a terra for muita molhada, ou tomar chuva quando estiver sendo secada, exposta ao sol, a parede rachará. Por que se tomar chuva quando já estiver socada, não haverá perigo que aquilo aconteça: “a terra esta ligada”. Sua resistência, então, é grande a penetração da água e bastará que se deixe enxugar o excesso de água superficial, para que o trabalho possa ser recommçado. Para iniciar a construção marca-se o terreno, e abrem-se os alicerces. Os regos para os alicerces devem possuir, de cada lado, dois dedos a mais que a largura das paredes. O fundo dos regos é preciso que seja nivelado em toda a sua extensão. Sua profundidade deve ser de três palmas, sendo plano o terreno. Caso contrário, esta é a profundidade mínima. A terra tirada dos regos é posta de lado. Caso seque, deve ser umedecida no mesmo ponto que a terra para as paredes. Aos poucos irá sendo puxada novamente para dentro dos regos, e socada. Com a terra tirada dos regos, ao serem eles abertos, certamente não se alcançará mais o nível do solo, depois de socada. Será preciso mais terra, e esta então será a mesma que deverá ser utilizada para o erguimento das paredes. Vai-se buscá-la no buraco ou no barranco, escolhido para fonte de matéria-prima para a construção. E com ela continua-se enchendo os regos e socando os alicerces, até que fiquem faceando o chão. Os alicerces são feitos unicamente de terra socada. Tijolos não podem ser usadas. Rachariam ao ser socada a camada de terra sobreposta. Dizem os taipeiros de Taubaté que ali não se usa, misturado com a terra, nem pedra e nem pedregulho. Apenas a. terra, pura. e simples. No buraco aberto no chão, para ser tirada a terra para a construção, ou no cavocado feito no barranco, na “caixa. de empréstimo”, como é mais bonito dizer-se, continua-se cavando, arrastando a terra, amontoando-a, desmanchando os torrões, tirando fora. algum “caquinho”. Nessa ocasião é ela umedecida, caso precise. Daí vai pronta para o taipal. Terminados os alicerces, as paredes podem ser levantados imediatamente, pois “elas vêm mesmo sacadas de baixo”. Para o levantamento das paredes entra em função o taipal. Por isso preciso é que seja êle descrito. A pouca clareza de sua descrição poderá ser compensada com o exame dos desenhos que este acompanham. As duas peças maiores são os “lados do taipal”. Cada um dos lados é representado por uma peça

composta de quatro tábuas de peroba, com 4,45m de comprimento, 0,025m de espessura e 0,25m de largura, dispostas uma ao lado de outra, presas por quatro travessas de 0,15 m, pregadas a prego, formando assim uma peça. de 1,00m de largura total. Os dois “frontais” são peças semelhantes. Apenas com a diferença que é feito, cada um deles, com duas tábuas de 1,00m de comprimento por uns 0,20m de largura, pregadas as duas, nas extremidades, por duas travessas com 0,10cm de largura. A largura das tábuas dos frontais é variável, uma vez que varia também a largura das paredes a serem construídas, pois é justamente esta a peça que vai regular aquela dimensão da parede. A “costa” é um pau roliço de 1,30m de comprimento e 0,08 ou 0,09m de diâmetro, terminando em cada uma das extremidades por uma espiga de 0,15 m, de forma a ficar entre ambas um espaço livre de 1,00 m. Em um taipal existem, isto é, são necessárias oito costas. A “agulha” é feita também de pau roliço e de igual diâmetro, ou pouco menos, que a costa. Em geral tem de 0,80 a 0,90m de comprimento. Possui dois furos compridos, situados a partir de 0,17 m, mais ou menos, do meio. Os furos possuem, por sua vez, uns 0,16m de comprimento e sua largura é igual à espiga das costas, pois esta naquele deverá ser encaixada, São também em número de oito. Verificadas quais as peças principias, voltemos à construção. Terminados os alicerces como dissemos, podem as paredes ser levantadas. No primeiro assentamento do taipal procede-se da forma que se vai ver a seguir. Numa extensão total inferior ao comprimento do lado do taipal, faceando com o alicerce, são enterradas as oito costas, quatro de cada lado. Neste primeiro assentamento uma das espigas de cada uma das costas fica sem função: vai dentro da terra. São a seguir postos os lados do taipal do lado interno de cada uma das linhas formadas por quatro costas, assentadas bem em cima da berrada do alicerce. Esta beirada que ficará perdida, igual à espessura das tábuas do lado do taipal, é exatamente aquela largura a mais, de dois dedos, a que nos referimos, quando da determinação da largura do alicerce. As agulhas, em número de quatro, são colocadas na parte superior das costas, as espigas dentro dos furos, ligando-as duas a duas, onde ficam presas mediante cunhas enfiadas verticalmente. Nas duas extremidades dos lados do taipal são postos os frontais, encostados, presos na base por uma estaca e na parte superior por uma escora apoiada esta em outra estaca. Tendo terminado em nível o alicerce, e verificado o prumo perfeito dos lados do taipal, pode ser iniciado o trabalho de terra. Dos montes anteriormente preparados vem a terra para o enchimento dos taipais. O seu transporte é feito a mão, usando-se para isso jacá, caixão ou lata. Do ombro a terra é despejada diretamente dentro do taipal, em toda a extensão deste, até que se forme uma camada de uns 0,10m de altura. “Sé o dono não importar que fique mal sacado põe-se camada de 15 centímetros”, dizem. Parece ser esta a espessura usual. A espessura da camada é medida com uma “garguinha” (galga), ou “camadeira” (de camada), uma tabuinha já cortada na dimensão preestabelecida, a qual vai sendo enfiada, de espaço a espaço, em tôda a

extensão da terra solta, para verificar se já atingiu a altura exata. A terra preciso é que fique bem “gargada”, para que não fiquem as camadas desiguais. Depois entram em ação os socadores. Os socadores são dois, para os taipais pequenos, e três ou mais para os grandes, como aquele descrito, cada um munido de uma “mão-de-pilão”, de modelo especial. A mão-de-pilão compõe-se de duas peças, o cabo e o soquete. Ente é feito de uma peça de madeira com a altura de 0,31m e a espessura e largura máximas de 0,07 e 0,24 m, respectivamente, terminando em forma de cunha, com o corte arredondado. Daí os sinais em canalura que podem ser observados na parte superior das camadas dos velhos muros e paredes de terra socada. O cabo é roliço, da grossura de um cabo de enxadão (0,03m), e com uns 0,90m de comprimento. É colocado em um furo que existe na parte superior do soquete e aí retido firmemente por um sistema engenhoso de encunhar, o qual pode ser, mais ou menos, assim descrito: o cabo é rachado em uma das extremidade e aí introduzida uma pequena cunha que, penetrando na rachadura, à medida que encontra a resistência do fundo do buraco do soquete, quando neste o cabo é colocado e batido, vai empurrando para os lados as duas metades rachadas do cabo e assim prendendo-o firmemente na outra peça. A mão-de-pilão, feita de madeira dura, pesa, aproximadamente, cinco quilos. Os socadores trabalham dentro do taipal, e têm a sua zona de trabalho repartida entre o centro, e as extremidades: de cada lado trabalha um. Se forem três ou mais a trabalhar, cada um terá a sua seção. A primeira “corrida” começa nas extremidades. Nesta primeira corrida a terra é socada com o corte da mão-de-pilão em posição perpendicular ao lado do taipal. Vão batendo firme, vão socando cada um de seu lado, até se encontrarem no meio. Está dada a primeira corrida. Daí voltam novamente, socando, até as extremidades, desta feita porém, com a mão-de-pilão voltada em outra posição, paralela aos lados do taipal, É a segunda corrida. A terceira é feita como a primeira da extremidade para o centro, com o corte da mão-de-pilão em posição perpendicular ao lado do taipal, Assim, fica socada a primeira camada de terra. Esclareça-se que, além da umidade que a terra já traz, quando colocada no taipal, ela não é mais molhada de forma alguma. Esse que foi descrito seria o sistema antigo de socar, Recentemente já se verificava um relaxamento da técnica primitiva. Não só se fazia com camadas mais grossas de terra mas também socava-se com menor cuidado. A primeira corrida era dada apenas abeirando os lados do taipal, com o corte da mão-de-pilão paralela à tábua. Depois dava-se uma segunda corrida pelo centro, com o corte em posição contrária, e estava pronto. Uma terra bem socada reduz-se a menos da metade; em espessura, ao passo que na taipa mal sacada ela diminui apenas pouco mais de uma terça parte. A resistência da taipa aumenta grandemente sendo feita com camadas finas de terra, 0,10m no máximo, e socada à moda antiga, três corridas bem dadas. Nas taipas antigas uma picareta tira fogo para cortá-la ou furá-la, ao passo que nas outras qualquer cavadeira, feita de pedaço de foice e velha, pode perfeitamente abrir buraco.

E assim, camada após camada, vai a parede subindo, sem maior novidade, até que chegue a penúltima vez de pôr terra dentro do taipal, aí quando está faltando pouco mais de um palmo para atingir a borda superior do molde gigante. Colocam-se então os “codos”. São pedaços de pau roliços, de comprimento igual à largura da parede, de diâmetro igual ao das agulhas, que vão assentados, envoltos em folhas de bananeira, nos lugares onde deverão, mais tarde, passar as agulhas que vão servir de base para o suporte dos lados do taipal e receber as costas, no assentamento sobreposto do taipal. As folhas de bananeiras servem para facilitar a retirada dos codos, uma vez tirado o taipal. As folhas murcham, o pau roliço fica solto no buraco e sai com facilidade. Esses certos deixam buracos que atravessam a parede de lado a lado. Depois de terminada a construção, antes de rebocar as paredes, são eles tapados com barro, que não resiste à intempérie, deixando ver, nas taipas antigas e abandonadas, aqueles buracos redondos, dispostos em ordem mais ou menos regular, e que os curiosos ficam a matutar para que serviriam ou qual teria sido a sua utilidade. Colocados os codos, como íamos dizendo, o serviço prossegue até que a terra socada atinja a borda superior do taipal. Cheio o taipal, pode êle ser desde logo desarmado. Tiram-se as cunhas das agulhas, fazem-se descer os lados e os frontais, arrancam-se as gostas. O mestre, o taipeiro-chefe, corrige então, com a cavadeira, alguma imperfeição da obra. Alisa-a, tira aqui e ali algum rebarbo, alguma saliência, e está terminada a primeira empreitada. Toca a armar novamente o taipal. O novo assentamento é feito em seguida ao primeiro, encostado neste em uma de suas extremidades, o restante tudo como da vez anterior. Cheio de terra e sacado, com a mesma técnica, repetindo-se as mesmas operações, uma vez terminado, passa-se à terceira montagem. E assim por diante, Ergue-se primeiro a fiada inicial, à volta toda da construção, e nas divisões internas, caso devam elas ser construídas de taipa, porque é usual fazerem-se as paredes divisórios de pau-a-pique, porque a taipa, dizem, “come muito terreno” (ocupa muito espaço). Se a construção é grande as paredes internas costumam ser também de terra sacada, Nos cantos, nos encontros e nos cruzamentos das paredes fazem-se as emendas “de topo”. Nos lugares onde deverão ser colocadas portas, deixam-se os vãos abertos. O mesmo, mais tarde, far-se-á em relação as janelas. A fiada superior será colocada em desencontro com a de baixo, tudo como se fosse uma construção de tijolos, porém desmedidamente grandes. Dessa forma vai a construção sendo levantada, até sua altura definitiva. Terminada a execução do trabalho no primeiro nível, isto é, feita a primeira fiada à volta toda, vejamos como se procede ao assentamento sobreposto do taipal. “A terra, depois de socada, pode ser levada à altura que for que ela agüenta outro taipal pôr cima. O taipal é armado sobre dois blocos anteriormente construídos, apanhando a metade de cada um. Em quatro furos dos deixados pelos codos, dois de cada bloco, são enfiadas as agulhas. Nos furos destas são colocadas as oito costas. Apoiados sobre as agulhas vão os dois lados do taipal. Nas extremidades superiores das costas são assentadas

as outra quatro agulhas. As cunhas são então batidas, nos furos das agulhas, de maneira a afirmar todo o conjunto, depois de verificada a exatidão do prumo. Os frontais são assentados, estaqueados e escorados. Antes de começar a encher de terra o taipal, são colocados sobre o ponto de união dos blocos, em cima dos quais se vai trabalhar, pedaços de telhas, à guisa de amarração, para dar maior firmeza ao conjunto. Velhas taipas mostram, nos seus pontos de contato de blocos, pedaços de bambu, tábuas e até latas. O emprego deste último material parece ser de época mais recente. Arrumadas essas amarrações começam a despejar a terra dentro do taipal, alcançado agora mediante uma escada pela qual sobe o ajudante com a vasilha de terra ao ombro. Ao atingir a construção a altura da parte superior dos vãos das janelas e portas é, sobre cada um destes, colocado um tabuão grosso, ou então tábuas menores, para, por cima, continuar a construção do restante da parte superior da parede. A espessura das paredes é muito variável, parecendo depender bastante do critério pessoal do dono da obra. ou do construtor. Em geral, de 0,30 a 0,40m de espessura possuem as paredes com 2,50 a 4,00m de pé direito. As casas de sobrado são construídas, às vezes, com paredes bem mais grossas, até 0,80 m, mais ou menos. Algumas delas, entretanto, podem ser encontradas possuindo paredes de pouco mais de 0,40 m. Nos vãos deixados para as portas são, depois de prontas as paredes, colocados os batentes e a lumieira, fixados fortemente mediante cunhas batidas nos lados. Entre os batentes é feito entrar forçada a soleira, dando assim maior firmeza ao conjunto. Outros usam colocar o quadro, formado pelos batentes, lumieira e soleira, já armado, fixando-o, a seguir, com cunhas batidas entre a parte exterior da. armação e a parede. De maneira idêntica são colocadas as peças das janelas. Na parte superior das paredes são colocadas, simplesmente sobrepostos, as linhas, parte integrante do madeiramento do telhado. O chão, bem sacado, recebe, diretamente, as vigotas sobre as quais vai ser pregado o assoalho. Claro que, isso, nas construções de tipo mais simples. O reboco que se usava antigamente, para o revestimento de ambas as faces das paredes, era feito de terra, areia e estrume de gado. Fazia-se um monte de areia e terra – uma parte do primeiro material e três do segundo, para reboco grosso – abria-se um pequeno buraco no centro, nele se colocava. estrume fresco de gado, punha-se água e mexia-se bem. Já o reboco fino era feito de cal e areia, como atualmente. Qualquer reboco pega bem na taipa, não havendo necessidade de preparo algum especial. Segura até melhor na parede de taipa que na de tijolos, pelo que asseveram os taipeiros antigos. No trabalho com um taipal comum são necessárias três pessoas: dois taipeiros e um ajudante. Nos taipais maiores trabalham dois, três ou mais taipeiros e os ajudantes correspondentes. Os taipeiros são os socadores. Um deles é o mestre, o responsável pelo serviço, e seu dirigente. Ele nivela e apruma. os taipais, corta a taipa, corrigindo os senões da parede quando retirada a forma e, auxiliado pelos outros, ou pelo outro taipeiro, arma o taipal todas as vezes que necessárias. Sempre que preciso é auxiliado pelos companheiros, cuja principal função é

socar as paredes. O ajudante cavoca a terra, limpa-a dos torrões, dela retira os cacos, molha-a se for preciso, deixando-a pronta para ser usada. Do monte feito transporta-a nas costas e despeja-a dentro do taipal. O lugar de onde é tirada a terra para a construção buraco ou barranco – deve ser bem próximo, para evitar caminhada longa. Se com a execução da obra vai o taipal se distanciando do local de onde é retirada a terra, outro buraco deve ser aberto mais próximo. A técnica do trabalho de socar não era difícil aprendê-la. Interrogado a respeito, um taipeiro respondeu: Desde que tivesse o mestre, em um ou dois dias o camarada pegava a toada de socar. Tendo um mestre qualquer pessoa serve. Porque precisa socar de acordo. No compasso certo. Se não o braço não agüenta. Há de ser na tabela certa (cadência). Além das peças do taipal já descritas, são ainda usadas as ferramentas seguintes: enxada, enxadão, pá para encher as vasilhas com terra e uma cavadeira grande, para cortar a taipa. Outros utensílios são o prumo, nível e esquadro.”

Título	Estudo e solução do problema da lavoura cafeeira
Tipo	Anais das mesas redondas do algodão, café e conservação do solo. Org. Instituto de Economia Rural.
Local	São Paulo
Editora	Sociedade Rural Brasileira
Data	1950
Nº de pág.	749-752.
Palavras-chave	agricultura paulista, planejamento agrícola
Biblioteca	Instituto Agronômico de Campinas

O autor discute a necessidade de prover meios para fazer uma pesquisa sistemática do meio rural paulista, compreendendo seus problemas agrícolas e humanos, para planejar a problemática agrícola, tendo como ponto de referência a lavoura do café. Neste trabalho, defende: a aquisição ou a distribuição da *propriedade*, de forma a que cada um, dentro dos limites de uma saudável política social, possa trabalhar e desfrutar do que é seu; a eliminação dos *impostos e taxas* anti-econômicos e embaraçadores do desenvolvimento da produção; a fácil obtenção de *crédito agrícola* e uma segura garantia de preços mínimos para os produtos da lavoura e da pecuária; o regular suprimento de *braços* para o trabalho agrícola; a segurança de dispor de meios de transporte; a oportunidade para a aquisição de *boas sementes, adubos, máquinas agrícolas* (e ferramentas), *venenos para combate às pragas e remédios veterinários*, tudo de boa procedência e a preços razoáveis; uma mais ampla *assistência técnica* e *escolas, ambulatórios e medicamentos* baratos, são, praticamente, a totalidade dos problemas que afligem a agricultura e a vida rural.

Título	A vida rural no Brasil. A área de paraitinga, uma mostra representativa
Tipo	Livro
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1951
Nº de pág.	45
Palavras-chave	Sociologia rural, geografia rural,
Biblioteca	USP/FFHCL-FIL, USP/IEB

O autor analisa a “vida rural” através do regime de propriedade, dos sistemas de exploração agrícola, dos métodos e das técnicas de trabalho, dos padrões e nível de vida – compreendidos no vestuário, na alimentação e na habitação. Apresenta variações das diversas áreas do Brasil e adota a região do Paraitinga como mostra representativa para uma análise detalhada. Enfatiza o quanto o preocupa entender a diversidade do meio físico e cultural de nosso território. Analisa as características do povoamento rural e a repulsa à vida em aldeia, para descrever as relações das vizinhanças. Descreve o Bairro rural dos Carros: a escola e a capela, o sítio e a Habitação, a procura de trabalho, a lavoura de parceria, a lavoura e a criação, o trabalho e solidariedade, a roça e suas técnicas. Depois, compara os diferentes tipos de povoamento, fazendo um paralelo entre o bairro dos Carros e o bairro dos Passarinhos e o Arraial de Santa Cruz do Rio Abaixo.

Título	A mandioca: Contribuição para o conhecimento da sua origem
Tipo	<u>Boletim da Agricultura</u> , série 25 ^a
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1951
Nº de pág.	77 a 128
Palavras-chave	Agricultura
Biblioteca	Instituto Agrônomo de Campinas

Descreve as origens da introdução da mandioca, através das migrações e da dispersão geográfica dos indígenas na América do Sul e Central. Analisa a primeira fase da vida econômica da mandioca no continente americano, através da origem da espécie, das áreas de difusão, das técnicas de cultivo e de domesticação. Resgata a origem histórica desta

cultura na América, antes de descoberto o Novo Mundo, demonstrando a antigüidade deste cultivo como vegetal útil na alimentação. Descreve as lendas e mitos da origem da mandioca pelas tradições indígenas de diversas etnias sul-americanas, utilizando as descrições dos viajantes e das teorias dos etnógrafos.

Título atual	Formação do cafezal. O domínio do café. A lavoura tradicional. A lavoura atual
Tipo	Livro
Local	São Paulo
Editora	Diretoria de Publicidade Agrícola – SAICSP
Data	1957
Nº de pág.	26
Palavras-chave	Café, agricultura
Biblioteca	Instituto Agronômico de Campinas

O objetivo do livro é difundir ensinamentos relativos à cultura e à produção do café, resultado de estudos e experiências feitas pelos técnicos da Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio de São Paulo, durante longo período de pesquisa e de experimento, além de observações de caráter prático. Descreve dois tipos de formação de cafezais, o tradicional e o atual, detalhando desde a questão dos tipos de solo, instalação da lavoura, épocas de plantio, canteiros, tratamentos culturais, plantio etc. Para o autor, “lavoura tradicional” define-se como lavoura em terras virgens (matas); “lavoura atual” são lavouras feitas em terras lavradas.

Título	Lavoura caiçara
Tipo	<u>Documentário da Vida Rural</u> , nº 14
Local	Rio de Janeiro
Editora	Serviço de Publicidade Agrícola. Ministério da Agricultura
Data	1958
Nº de pág.	79
Palavras-chave	Ciências agrárias, sociologia rural, geografia humana
Biblioteca	USP/FAU, USP/FEA

O livro focaliza as atividades econômicas e sociais, descrevendo as características do tipo de produção e trabalho da lavoura da caiçara. Levanta e indica, através dos elementos técnicos, os traços de vivência fisionômica da região, analisa a produção da mandioca e sua transformação

doméstica em farinha, através das técnicas tradicionais adotadas pelas comunidades caiçaras, em especial da região de Ubatuba. Apresenta um rico registro documental; analisa as técnicas agrícolas, com especial atenção aos utensílios e maquinaria tradicional. Refere-se ao uso e costumes e aos tipos e aspectos populares. Inicia sua reflexão pela história da agricultura praticada pelos povos da América, antes da colonização; estes povos são descritos através da cultura alimentar. Com essa referência, analisa a região paulista através da cultura alimentar: Serra Acima e Beira Mar. Descreve o cultivo da mandioca na região de Ubatuba (lugares, épocas, trato, inimigos da lavoura, sobrenatural, a planta mítica através de referências dos etnólogos e dos viajantes, práticas e ritos, o estado da arte e seus aviamentos, os sistemas de fabricação). Em descrição detalhada, apresenta a Arte Material da casa de farinha e seu funcionamento, e seus aviamentos, em diversas regiões do Brasil, em especial do litoral norte.

Título	O pão da terra
Tipo	Separata da <u>Revista do Arquivo CLXV</u> , São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico – Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo. [Prêmio no 11º “Concurso Mario de Andrade”, de monografias sobre o folclore nacional, instituído em 1956 pela Discoteca Pública Municipal]
Local	São Paulo
Editora	Divisão do Arquivo Histórico – Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo
Data	1959
Nº de pág.	304
Palavras-chave	Folclore, cultura popular
Biblioteca	USP/EEF, UNICAMP/BC-CE

O Pão da terra é o alimento dos homens do mar e do campo, visto como um dos primeiros e mais importante encontrado entre os povos em terras do Brasil: a Mandioca. “O Pão comum da terra é a raiz da mandioca”. (Anchieta, CARTAS) Carlos Borges Schmidt.

Na primeira parte (“OS PRECURSORES”), o autor utiliza o artigo “A mandioca: contribuição para o conhecimento da sua origem” na íntegra e trata das origens da introdução da mandioca através das migrações e da dispersão geográfica dos indígenas na América do Sul e Central, analisando a primeira fase da vida econômica da mandioca no continente americano através da origem da espécie, das áreas de difusão, das técnicas de cultivo e de sua domesticação. Resgata historicamente a origem americana desta cultura, antes da descoberta do Novo Mundo, demonstrando o quanto é antigo o cultivo, como vegetal útil na alimentação. Descreve as

lendas e mitos da origem da mandioca pelas tradições indígenas de diversas etnias sul-americanas, utilizando as descrições dos viajantes e das teorias dos etnógrafos.

Na segunda parte (“OS PRIMITIVOS”) descreve a chegada dos europeus e sua visão da terra através da agricultura praticada, das espécies encontradas, das técnicas de plantio e das técnicas de transformação em produtos alimentares (engenhos de farinha de milho e de mandioca). Descreve as imposições ecológicas para o cultivo da mandioca e as roças. Detalha os instrumentos de cultivo usados pelos índios, (machado de pedra inicialmente e posteriormente de ferro e Pau de infincar a terra), do feitio dos instrumentos aos materiais usados para suas confecção e suas formas de uso; e ainda as épocas do ano para o de plantio relacionadas ao clima da região e a colheita. Dedica um capítulo ao fabrico dos diversos tipos da farinha de mandioca, técnica e materiais usados em diversas regiões e apresenta o modo como se fabricavam outros produtos da mandioca como pão, mingaus e vinho.

Na terceira parte (“CAIÇARAS e CAIPIRAS”), descreve, com depoimento dos caiçaras da região de Ubatuba e dos caipiras da região de Rio Claro, os conhecimentos sobre a mandioca, técnicas de cultivo, fases de plantio, preparo do terreno e trato do plantio. Descreve detalhadamente o processo da farinhada, seus utensílios, de sua origem aos encontrados naquele momento, as rodas de ralar, prensas, tipiti, fornos e panelas.

Na quarta parte (“O SOBRENATURAL”), descreve o sentido mítico da planta e os rituais que envolvem do plantio, as práticas protetoras e a cura.

Na quinta parte (“O TRABALHO E ALIMENTO”), descreve a divisão de tarefas da vida diária e as tarefas femininas na lavoura da mandioca e na farinhada; relata as características alimentares da planta desde a origem e a evolução, depois de descoberto o Mundo Novo.

Título	Manual prático do lavrador
Tipo	<u>Criação e Lavoura</u> , nº 19
Local	São Paulo
Editora	Melhoramentos
Data	1963
Nº de pág.	188
Palavras-chave	Ciências agrárias, culturas agrícolas
Biblioteca	USP/FAU, USP/ESALQ-BC

O livro é dirigido aos técnicos da área e aos agricultores. Inclui informações fundamentais para a agricultura, do preparo à colheita, e pecuária. Descreve o meio físico – clima e solo

– à procura dos solos mais aptos às diferentes culturas. Detalha os processos agrícolas para a limpeza inicial do terreno, o arar e gradear, a adubação, até a colheita.

Título	O milho e o monjolo: Aspectos da civilização do milho, técnicas, utensílios e maquinaria tradicional
Tipo	Documentário da Vida Rural, nº 20
Local	Rio de Janeiro
Editora	Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura
Data	1967
Nº de pág.	153
Palavras-chave	Culturas agrícolas, cereais, ciências agrárias
Biblioteca	USP/FFLCH-Fil, USP/FAU, USP/ESALQ-BC

Na primeira parte (“O CEREAL AMERICANO”), o autor descreve os centros mundiais de origem das culturas do milho e a história das plantas cultivadas, e apresenta resultados de estudos botânicos e antropológicos. Descreve a difusão e aculturação do milho, que provocou uma verdadeira revolução agrícola para a época; disserta sobre o regime alimentar e os hábitos alimentares dos povos do continente americano antes da chegada de Colombo e após a disseminação e a introdução desta cultura para outras partes do mundo. Descreve as primeiras roças e dos roçeiros de quem se tem notícia antes da chegada dos colonizadores; descreve a natureza dos solos, modos de preparo, melhorias da terra e as formas de produção agrícola. Retoma a história e a descrição da evolução agrícola desde os primitivos, com seus traços culturais – população Americana – a miscigenação, com a conquista, até o momento em que escreve; comenta o modo como os conquistadores introduziram as técnicas; e as fusões.

Na segunda parte (“UTENSÍLIOS E MAQUINARIA”), retoma às origens dos moinhos e pilões e de outros instrumentos agrícolas, nas populações primitivas. Descreve estes instrumentos agrícolas como elementos da cultura material encontrada, nos primórdios na América; seus usos míticos; seu emprego na preparação da farinha e seus múltiplos empregos; descreve o pilão e a mão-de-pilão em suas diversas formas e materiais encontrados e distribuídos pelas diversas regiões brasileiras, como primeiro processo mecânico empregado na debulha. Mostra a evolução do processo de tritar e esfolar através da introdução de novos instrumentos como o debulhador, os monjolos, moinhos, e descreve detalhadamente a introdução e evolução destes instrumentos no Brasil. Apresenta os diversos tipos de monjolo, de sua distribuição geográfica, seu emprego, sua evolução, sua localização relacionada ao tipo de paisagem geográfica, sua forma de construção e materiais empregados.

Relata a cronologia dos martelos hidráulicos e pilões de socamento de água destinados à indústria de mineração e analisa a semelhança com a aplicação agrícola. Apresenta historicamente a cultura material dos homens primitivos, os tipos de exemplares agrícolas e descreve os hábitos alimentares e economia agrícola dos povos primitivos no mundo. Narra a introdução do moinho e dos utensílios e a evolução por que passaram nas diversas regiões, principalmente em território paulista.

A terceira parte (“ALIMENTAÇÃO”), trata da alimentação dos povos primitivos de nossa terra até o momento em que escreve, através das condições climáticas que propiciam certas culturas e determinavam as áreas paulistas de alimentação; dos ciclos vegetativos da plantas e dos hábitos alimentares e os produtos alimentares provenientes desta cultura agrícola.

A quarta parte (“COMIDA PAULISTA”) descreve as lendas e as origens da farinha de milho e os processos e técnicas indígenas para fabricar a farinha de mandioca e os compara com os do caboclo da atualidade, ressaltando as semelhanças. Descreve a farinha de milho na suas mais diversas formas alimentares, ao longo dos tempos.

A quinta parte (“LENDAS E CRENÇAS”), relata as diversas lendas e crenças da origens da farinha no continente americano e do caráter sagrado do milho.

Título	Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais
Tipo	Livro
Local	Brasília
Editora	Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, MEC
Data	1976
Nº de pág.	188
Palavras-chave	Ciências agrárias, engenharia agrícola, história agricultura
Biblioteca	USP/FAU, USP/ESALQ-BC

Descreve as histórias do desenvolvimento agrícola, dos aspectos físicos da agricultura aos aspectos da divulgação agrícola, apresentando a cronologia e a análise dos guias e publicações agrícolas no Brasil. Inicia com a descrição das primeiras roças e dos roçeiros, que se tem notícia antes da chegada dos colonizadores, passa então a descrever a natureza dos solos, modos de preparo, melhorias da terra, e as formas de produção agrícola. Retoma a história e a descrição da evolução agrícola desde os primitivos com seus traços culturais – população Americana – a miscigenação com a conquista, para os dias atuais. Descreve detalhadamente as técnicas tradicionais agrícolas em suas diversas formas de produção. Trata da descrição da introdução das técnicas dos conquistadores e de suas fusões. Descreve a divisão do trabalho agrícola e suas técnicas.

ANEXO II

Cadernetas de viagem

“Coleção Carlos Borges Schmidt”

Transcrição livre, de Maria de Lourdes Zuquim, das cadernetas de viagem de Carlos Borges Schmidt, pertencentes ao acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS), de São Paulo

Caderneta de viagens nº 5 – 1943.....	229
Viagem a Ubatuba – 14/11/43.....	244
Viagem a Bocaina – 15/11/45.....	253
Ubatuba – 9/9/46 a 16/9/46.....	273
Pedra do Rail (Salvador Venancio – S. Cruz).....	278
Caderneta de viagem nº 9 – 1947.....	282
Ubatuba – 17/9/47.....	286
Dito Nato – Pedra Negra.....	289
Roteiros de pesquisa de campo.....	292

Carlos Borges Schmidt – 1943

Pesquisa Sociológica Rural

1. Município
2. Distrito
3. Bairro
4. Títulos: Família
Sítio ou Fazenda
Vizinhança
Comunidade
5. Casa: I. Construção
Parede
Cobertura
Piso
2. Cômodos
nº de dormitórios
3. Janelas e portas (tipos)
4. Índices de padrão de vida:
Abastecimento de água
Iluminação
Vaca de leite
Meio de condução ao comércio
Maquina de costura
Jornal-Telefone-Rádio-Automóvel
5. Mobiliário

Taubaté (Santa Maria) – 21/6/48
Taubaté – 14/11/43
Ubatuba (notas sobre)
Carapicuíba
S. Joao da B Vista (notas)
Morumbi – 29/7/46
Paraná – 6/8/46 (texto)

Parentesco com o chefe

Sexo

Idade

Estado Civil

Cor

(Natur) Residência anterior

Lugar Estado ou Pais Arredor lugar

Mobilidade e Migração : Chefe

Lugar

Datas

Status

Ramos de Atividade

Ocupação

Status Social: Dono ou administrador

Arrendatário – Parceria

Feitor

Colono

Camarada

Empreiteiro

Instrução
Sabe ler? Anos de curso

Ocupação

Ramo de Atividade

Classificação do Lugar

Distancia de Migração

Melhoria ou não da situação com a migração

O que faria com 10 contos de reis?

Casa I - Brejauva Foto 2-1
2-2

Casa que morou o irmão de
Joaquim Efigenio (Valerio Efigenio)

Face do terreno - Norte
Frente da casa - leste
Dist. Agua - 60 metros
Caminho - 10 metros

Fotos 751 a 754

21 -6 - 43

Paio da casa I

Foto 1-2

de proteção pelo beiral lateral das
parede e ripas e frenchais.
A 2ª é um chiqueiro em construção feita na
frente da casa. Ainda falta caibro.

Situação - várzea - no Brejauva
Face da casa - frente para o Sul
Distancia da água - 50 metros
Distancia do caminho - 100 metros

Esta casa vê-se no fundo a
foto 2-2

Foto 1-3 nesta do lado direito da
casa 2
Foto 4-3 tapera atras da casa 2
Foto 5-3 vista do Brejauva onde se encontram
as casa 1 e 2

Casa 3 - Fazendinha
Res. Joaquim Higeno

Base do fogão de
diametros 21 e 16 mt.

O reboco do fogão para ficar liso e não rachar
é feito de barro e areia - em partes iguais.

Fotos 764 - 765

Casno.4 - Antônio Higeno
Fazendinha

A divisão interna não vai até o alto - tem 2,53

fogão com chapa de ferro com 3 buracos

Fogão (vertical)

Este fogão tem uma chaminé de telha
que vara com a parede para o lado de forra

Fotos 766 a 769

Casa n ° 3 - Joaquim Higeno
Moram aí o Joaquim, a Maria sua mulher, a
aparecida, a Valentina e o Pedro - O Joaquim
fez o puxado traseiro para o caminho e o
lateral para o paiol. Posteriormente acrescen-
tou mais um puxado do lado para o paiol
também.

Fotos 10-3 e 11-3

Frente - para Sudeste
Local de face - para o Norte
Água a 10 metros da casa trazida por rego
Caminho na porta

Pé direito interno - 205

As portas são da altura do pé direito
As janelas da frente tem 60x91 de altura e
esta a 108 do chão até o frechal

Beiral de palha # 50
Face - frente para o S:SO
Local - face para poente
A água esta encanada em bambu no fundo da
casa
O caminho para o lado esquerdo esta a 5
metros da porta

Notar as varas em cima da cumieira para
segurar o sapé

Cipó
 Bem sabe o que é o cipó
 de 14 - 20 feixes de sapê
 Um feixe é carga para um homem e fica da
 grossura de quem não abraça
 Um animal carrega 3 feixes
 O sapê tem que estar maduro - antes de
 apodrecer. A flor não regula porque só dá
 depois de queimado.
 O sapê tem que ser arrancado. Um homem,
 em sapezal nem formado arranca dez feixes
 A cobertura de sapê dura 10 anos para cima.
 A grossura da cobertura regula 1/2 palmo

Sapê
 Numa casa como a n° 4 precisa de 18 a 20
 feixes de sapê
 Um feixe é carga para um homem e fica da
 grossura de quem não abraça
 Um animal carrega 3 feixes
 O sapê tem que estar maduro - antes de
 apodrecer. A flor não regula porque só dá
 depois de queimado.
 O sapê tem que ser arrancado. Um homem,
 em sapezal nem formado arranca dez feixes
 A cobertura de sapê dura 10 anos para cima.
 A grossura da cobertura regula 1/2 palmo

O cipó cambira tem muitas qualidades
 O cipó tirado do mato pode ser usado.
 Quando tem que esperar para ser usado põe
 em lugar fresco ou na água.
 O barreamento começa de baixo para cima.
 O Antônio se tivesse que fazer uma casa faria
 na várzea grande da Fazendinha - ao lado de
 baixo da estrada porque é mais perto da água
 - com a frente para a estrada para facilitar a
 chegada e faria o quarto de dormir do lado Sul
 (NORO) porque é mais quente - deste lado
 bate o sol de tarde.

O cipó cambira tem muitas qualidades
 O cipó tirado do mato pode ser usado.
 Quando tem que esperar para ser usado põe
 em lugar fresco ou na água.
 O barreamento começa de baixo para cima.
 O Antônio se tivesse que fazer uma casa faria
 na várzea grande da Fazendinha - ao lado de
 baixo da estrada porque é mais perto da água
 - com a frente para a estrada para facilitar a
 chegada e faria o quarto de dormir do lado Sul
 (NORO) porque é mais quente - deste lado
 bate o sol de tarde.

Para amarrar o sapê - entre as duas varas é
 com taquarinh de taquarussú - tirada da
 casca - lascada - do comprimento do gomo
 do taquarussú - 2 a 3 palmos
 O capim gordura esta matando o sapê . As
 casa de sapê são mais difíceis agora
 Cipo não serve para amarrar a coberta - não
 é proprio.
 Cipós: Cambira - cipó cravo
 Cipó enforca - veado
 Cipó cambira de matar
 Cipó cambira de S. João
 Cipó vermelho ou cipó caboclo
 Cipó pau

Precisa remendar para não vazar no lugar do
 aperto - O lugar dio aperto é um dos mais
 fracos da cobertura.
 Para amarrar o sapê - entre as duas varas é
 com taquarinh de taquarussú - tirada da
 casca - lascada - do comprimento do gomo
 do taquarussú - 2 a 3 palmos
 O capim gordura esta matando o sapê . As
 casa de sapê são mais difíceis agora
 Cipo não serve para amarrar a coberta - não
 é proprio.
 Cipós: Cambira - cipó cravo
 Cipó enforca - veado
 Cipó cambira de matar
 Cipó cambira de S. João
 Cipó vermelho ou cipó caboclo
 Cipó pau

Terra que não tem areia é barro bom para
 parede - terra vermelha - não tendo areia
 qualquer delas serve - a cor não regula
 O barro precisa ser bem mexido, a terra bem
 moida
 Não usa misturar nada
 Para reboco usa uma parte de terra e duas de
 areia - aí não racha
 Para barrear precisa ser dois - porque senão
 estufa o l;ado que não tiver outro barreando
 - e de vez em quando precisa correr a mão
 para alisar.
 Ripas só de taquara
 Barrotes de madeira - alguns fazem de bambú
 Na madeira o cipó segura.

Terra que não tem areia é barro bom para
 parede - terra vermelha - não tendo areia
 qualquer delas serve - a cor não regula
 O barro precisa ser bem mexido, a terra bem
 moida
 Não usa misturar nada
 Para reboco usa uma parte de terra e duas de
 areia - aí não racha
 Para barrear precisa ser dois - porque senão
 estufa o l;ado que não tiver outro barreando
 - e de vez em quando precisa correr a mão
 para alisar.
 Ripas só de taquara
 Barrotes de madeira - alguns fazem de bambú
 Na madeira o cipó segura.

Mais o “amarelo” – o bambú é liso e ele corre.

O barroto é feito de bambu interio – a ripa é rachada.

Madeiramento

Os que estão de pé chamam de esteio

O batente é pé direito – seja da porta ou da janela

O de cima é cumieira e o de baixo soleira – da janela e da janela

Cruzeta tanto de fora como de dentro. Onde assenta os caibros é linha – tanto a de baixo como a cima e a do meio

Baldrame debaixo dos barrotes
A linha do meio é terça também.

Bento Pagode - 41
Theresa- 31 anos
O bento faz 25 \$ de
Benedito - 18 anos
despesa por semana
Antonio - 14 ½ na venda do João Augusto - 8 anos
Corrêa. O Dito
Benedito - 5 anos disse a ele que Maria - 1 ano precisava comer mais e ele respondeu que mais que ele Bento não podia comer
Planta fumo – 1500 pes (1200)
Produção – 4 a 5 arrobas
O fuma cresceu e não serve mais para fazer fumo – Fumo Moçambique
O Dr. Ivo disse que o Bento não trabalha
Prefere ficar em casa dormindo que trabalhar por dia na fazenda. O Bento trabalha, dá o dinheiro para o pai e o pai não dá comida para os filhos. O Bento não tem mais “capital”
O Bento não tomava mais café da manhã porque a rapadura esta sem e precisa fazer .

Pontalete – encima da cruzeta para suporto da cumieira

As varas de cima da cobertura que apertam a palha da cumieira – chamam “aperto” do sapê.

Casa N ° 5 -José Candinho
No sitio de sociedade com o irmão Virgilio Carvalho

1 - divisão interna vai até em cima
2 - vão da salinha que sem porta vai ficando uma varanda em cima do fogão para a divisão crescer bem

Face da casa

Na frente da casa tem um hiqueirinho de prender patinho

- Água a 25 metros
- Caminho passa no terreno

A casa foi rebocada com barro e areia. Construída a 13 anos pelo próprio Zé Candinho. O reboco esta em parte estragado. A sala foi rebocada internamente - e o cômodo também - o puxado não foi rebocado.

Fotos 770 a 772

Casa n ° 6 - Sitio do Virgilio Carvalho Feita para morar o arvoeiro

A divisão interna é da altura das paredes externas

O quarto de dormir é de frente

Casa recentemente construída

O caminho passa ao lado – entre a casa do Virgilio e a outra casa no 6

Planta da morada do José Candinho

Casa n ° 8 - João Bernardo Fotos 779 e 780

Fachada e cômodo da entrada rebocado a frente é caiada

Atras da casa tem uma casinha que só tem porta e diz que foi feita para criança brincar.

Porta da frente 68x174

Porta do lado 62x164

Altura porte interna 188x61

Janela da frente 53x67

a 114 de altura do chão

Janela do fundo 47x54

a 89 de altura do chão

pelo lado de fora

As paredes internas são fechadas até a coberta

Fogão de 2 buracos- sem o descanso para a lenha – isto é – sem o degrau

Fotos 781 a 783
Casa n° 9 - Luiz Correa

Face do terreno – contraface – poente e sul
Face da casa - oitão para o leste

Porta do oitão 59x167

O Luiz Correa arrumou essa casa para morar
enquanto não conserta a que esta caindo

Casa 11

Joaquim Feliciano

A vara que prende o sapé da cumieira diz que
chama "varejão"

A casa de Joaquim Feliciano – a metade
esquerda tem 13 anos – a frente foi rebocada
– agora já esta estragada – o lado direito tem
reboco novo.

Endereço : Joaquim Feliciano dos Santos a/
Cunha do Cecilio Passarelo
Redenção

Fotos 784 e 785
Casa n° 10 - Casa foi do Belmiro

As divisões internas vão até o alto

As divisões internas vão até o alto

Distancia da água 220 metros
Distancia do caminho 20 metros

Fotos 786 a 800
Casa n° 11 – Joaquim Feliciano
Bairro dos Carros

poente
a frente da casa é Sul
Distancia – bica no quintal – 20 metros

Caminho na frente

O fogão chaminé que sai pela parede.
Chaminé curta

Notar o respiradouro na parede do fundo
A moda de janela . Em outros cômodos tem o
mesmo.

Construção de Casa de pau-a-pique
Dito Nato

Foto 801

Casa 12 – José Francisco de Mendonça
Pedra Negra
Genro do Bento

janela 59 x 81 a 100

porta 45 x 166

A divisão interna é da altura da parede da
frente

Face do terreno S

Bica de água atrás da casa

Caminho do lado

Vale em rumo N-S

Informação do Bento Leme

Fumo: Moçambique – não vende muito mas dá
boa qualidade

Dá em qualquer terra. As terras de barro de
telha são as mais apropriadas. Na terra boa da
170 de altura. Plantado a 4 x 4 palmos tranca a
passagem. A menos disso levanta e fecha.

Para dar 3 ½ a 4 @ por 1000 pés
Prensa fica bem bom. Fumo muito forte.

Apresentando a saca de 1 @ a menos
O Amarelo Grande. Plantado de 5 a 6 palmos.
Dá folha de 4 palmos.

1000 pé rende em terra boa – 7 7 8 apresen-
tando a saca.

Época de sementeira – da água – junho da
seca – novembro

transplante com 1 ½ a 2 meses

Colheita – Moçambique 3 meses depois de
transplantado

O amarelo leva de 3 a 4 meses

Safra – demora de 3 a 4 meses

No andaime fica de 10 a 12 dias – nos dias
curtos e conforme a posição do andaime. O
andaime é feito no sentido N – S.

Um homem colhe no dia para 3 a 4 @ de
fumo – do Moçambique.

Uma mulher destala para 10 hs.

Para fazer a corda – 1 homem e uma criança –
em 1 ½ hora fica um rolo de fumo de 15 hs.

O fumo leva 2 meses cevando – De manhã ou
de tarde – não na hora do sol para não sair a
capa

O fumo do bom vale 100 \$ @

O baixeiro vale até 30 \$ @

A face boa é “batedeira”

Bairro da Pedra Negra

O Vale em baixo da Pedra Negra e o outro Vale chamado "Bairro de Cima", tudo é bairro da Pedra Negra

O Vale de baixo da Pedra Negra – há 5 anos atrás tinha 7 casa de morada – Hoje esta reduzida a 2 –Incluindo a casa do Bento Leme e a casa 12.

Três tipos de barco

- 1.O rancho de pau-a pique coberto de sapé – com seus vários padrões econômicos
- 2.A casa de pau-a-pique – coberta de telha com batente e porta interna
- 3.casa rebocada - caiada e coberta de telha – assoalhada e forrada (isto é variável) sem janela de vidro

Além desses tipos - que são casa de sítio – habitações rurais de classe pobre e média – tem a casa da fazenda maior – mais rica e com melhor conforto – (assoalhada – forrada - janela de vidro)

1 ° tipo casa 11 e 8 são extremos (+ ou -)

2 ° tipo o representado pela casa 13 – (a casa 3 é do 2 ° tipo – porem de tijolo ?)

Fotos 802 e 803

Casa 13 - Bento Leme – hoje sitio do Antonio Costa

Água a 40 metros

Caminho do lado direito

Vale apertado rumo N – S

Notas :As casas estudadas - de 1 a 13 são todas de chão de terra – sem forro algum. Em algumas delas - como a casa 10 – o puxado esta no canto esquerdo – enterrado no chão – O piso interno esta abaixo do nível externo.

Cornelio Fernades da Silva

Mulher

Antenor - 10

Theresa - 8

Maria - 6

José - 2

Mario - 10 meses

Rita - 13 anos (não saiu na fotografia)

Foto 804 e 805
Casa 14 – Cornélio Fernandes da Silva

Casa no vale – Vale orientado ONO –ESE –

Água a 30 metros
Caminho chega de frente na casa – Essa a 300 metros da estrada.

4. Eugênio filho da preta viuva
3. João Gaio
5. Cipriano
6. Martim Cipriano
7. Anastácia Cipriano
8. José Eduardo
9. Olavo
10. Dito Rodrigues

- 1 - José
- 2 - Benedito

Tirei uma foto da casa do Eugênio filho da preta viúva - a casa 4 do Bairro do Carros, por causa do ripado diagonal do puxado

Foto 818

Ainda se encontra pilhões, mas as mulheres hoje andam montadas

O pai do Olimpio França - chama-se Francelino - de francelino - derivou o França

Casa Construção - informação de Jorge Belmiro

Madeira para esteio - Limoeiro - Sagaraguá - Ipê - amarelo ou roxo - Peroba - Piuva - (Seringueira de grande dimensão - Sereno deixa 7 ou 8 anos. Nas matas grossas ainda se acha alguma madeira boa.

Madeira para linha - Capororoca - Canelas - Goiabeira do mato - Vauvú - Caguantan - Pinheiro - Sucunduí - Pau de Almiscar

Para caibro - As mesmas de linha serve para caibro

Ripas de taquara bambú - vassourinha (esta serrada) para casa de telha

Para esquadria - Cedro

Cipós - Cambura (é o melhor) - cravo - vermelho - côro - urtiga

Os baldrames precisa ser de madeira de chão

Casa 15 - Joaquim Ramos Bairro dos Carros

Distancia da água 30 metros

Caminho passa ao lado 30 metros

Fotos 806 a 809

Casa 16 - Francelino Candido Oliveira
Fotos 810 a 814

Porta A - 53 x 180
B - 78 até a cruzeta
C - 94 até em cima
D - 58 até em cima
E - 60 até em cima

Estrada a 40 metros
Água atrás a 10 metros

Fogão de 3 buracos

Casa 17 - José Antonio Roberto
Bairro dos Carros

Divisão até o alto

Água a 10 metros

Caminho lá em baixo a 80 metros

Fotos 815 a 818

Belarmino Carlos de Oliveira
Pai do Francelino Candido de Oliveira
Belarmino Carlos de Oliveira
A fazenda Antiga fazia divisa pelo alto e pelo
ribeirão abaixo até a porteira logo acima da
casa do Lucio.
A subdivisão começou em 1900 + ou -
A lavoura era de 5 a 6 mil pés de café - na
grota da Santa cruz
Santa Cruz - festa de mês cada 30 dias faz
uma resa - o resador é o João Malaquias da
Cruz - é o "capelão da resa" em caso de
morte - em que saiba as palavras do padre -
batista - Eu te batizo em nome do padre - filho
- espirito santo - Amem - pingou um pouco
de água e bota uma pedrinha de sal na boca.
A resa na capela é no 1º domingo do mês -
fazem leilão - o zelador é o Firmino - O
dinheiro é para zelar pela capela - o que sobra
vai para o padre da Redenção - (segue)

Há pouco tempo levaram 200 \$ para o padre.
Quiseram comprar um sino e o padre disse
que capela que não faz missa não pode ter sino.
Aqui nunca resaram missa. O pessoal é todo
católico - Não há protestante e nem espírita.

Feiticeiro hoje não tem mais - já morreram
todos - eram pretos da "costa" - Hoje fazem
malefícios.
Envenenamento no café - na comida um
qualquer faz para um inimigo.

Há uns 3 meses - o Tonico - sogro do Zé da
venda estava passando mal - o Gabriel -
gerente de carvoeiro - invocaram o espirito e
soube onde estava o futuro. Foram no mato da
banda do Chapéu - adiante de Luiz - com uma
vela, pinga, pólvora de noite e acharam uma
bolsa de couro, enterrada. Batiam com o
enxada e não cortava

a bolsa. A bolsa estava cheia de caco de vidro, cifre, agulha e linha.
Tonico Rodrigues é a "vitima". Depois o Tonico não sentiu mais nada. Foi
Foram no mato resando suas devoções, com muita fé
Na Pedra Negra tem a Conferencia de S. Vicente - para tratar dos pobres -
Na Pedra Grande (Povameti) também tem uma conferencia que dá obediência a Redenção
Para dizer missa na capela da Santa Cruz do Bairro dos Carros o padre cobra 50 \$ pelo menos
As casa todas tem água próxima
Há abundância de água - as casa são na baixada porque é o terreno mais "favoravel" (?)

Casa 19 - Anastácio Cassiano.
Fotos 821 a 823

Notar uma abertura aqui no ripado para luz e ar

Casa 18 - Martim Cassiano
Fotos 819 a 820

Água a 10 metros - bica

Caminho ao lado esquerdo 30 mts

Uma foto mostra o batente da porta pregado na cruzeta

O Martim Cassiano diz que as frutas na arvore de S. João é bom para fazer ?????
Usam por feijão e outras plantas.

Casa 20 Cipriano Cassiano

Água a 35
Caminho a direita a uns 30 metros

Fotos 824 a 828

Bento Pagode

Despesa po semana 25 \$

Rapadura 20 a 4500 - 58000
Feijão 1 kilo a 54500- 58500
Toucinho 6 litros a 1 - 61000
Farinha de milho 18 litros a 6 - 91000
Sal 1 litro a 600 - 1600

Café tem para o gasto

Fumo -

Batata docê - Mandioca - Cana - Feijão
Verdura de todas as qualidades - não planta
isso tudo de "preguiça" por opinião do Dito

Sítio do Cipriano Cassiano

Piracaia 5-08-43
Amparo 6-9-43
Itanhaem 21-10-43
Ubatuba 14-11-43
Pirapora 21-1-44
Araçari-guama 21-1-44
São Roque 22-1-44
Ipojuca 28-6-44
Ubatuba 29-7-44
Peruibe 1-11-44
Cunha 11-1-45
Taubaté 15-1-45
São Carlos 28-1-44

Fotos 1086 a 1089
Casa 44- Perequê-assú - casa do Basílio
Oliveira, construída pelo Candinho Coronato

ÁGUA - Para o gosto tirada em cacimba -
Foto

1) A parede interna divisória que vai até o alto e apenas ao que corresponde ao oitão da casa principal - do lado do puxado.
2) A casa é coberta de folha de guaricanga vinda do sertão do Taguaral - mais de 1 légua - na parte da cobertura que foi reparada. A cobertura velha é sapé.
3) Nota-se o que viu - na frente - no lugar da reentrância do puxado
4) Na casa tem 1 cama patente e 1 de aroera, na 1ª sala, é uma de casal de tábua, no quarto do meio. Moram na casa 8 pessoas

Viagem a Ubatuba
14 de novembro de 1943

Viagem de Taubaté a Ubatuba entre 7 e 12 horas do dia 14/11/43 em onibus
1- Casas rurais que foram cobertas de telhas; telhas que forma aproveitadas das casa solarengas rurais- ou mesmo casa modestas- e de casas urbanas desmanchadas ou rurais.
2- Na fazenda Santa Maria tem uma telha no chiqueiro construído em 1939 por mim que tinha uma data de 1800 e tantos.
3- Aproveitamento se material de cobertura, ou outro de construção, quando este é duravel. As telhas tem o mesmo fim. Os vigotes servem de esteios; os barrotes de caibros. As vezes até as próprias ripas podem ser usadas novamente. (Taubaté)

5) 4 caminhas ficam no puxado - no lado do oitão. No oitão do puxado tem uma abertura grande - sem barro - para sair fumaça.
6) Este puxado no lado do oitão é característico das casas maiores - Perequê-assú - vi mais 4 casas semelhantes - nos arredores.
7) O burraco para sair fumaça - vi na casa do Anisio - vizinho à que foi do Sebastião Manduca. A casa e quadrada - simples - mas o Anisio disse - sem eu falar nada, que daquele lado vai fazer um puxado para cozinha

Casa 45 - Fotografei uma casa de p.a.p. rebocada telha de aspecto idêntica à casa 44 que parece ser tipo regional.
Esta casa é no Perequê-assú - caminha na Barra Seca - e pertence ao Manuel Barbosa (Albertina - sua mulher).
Foto 1090

Diversos:

- 1) Fotografei a folia unida do norte (Poruba)
 - 2) Baunilha transplantada- flores
- Casa 44- o Básilio dorme numa cama de solteiro com o filho. O Garcilio com um irmão menor. Na cama de casal dorme a mulher com as meninas.

Turma da Folia - chefe

Sr. Constantino Marciano Leite (Praia do Meio)

Ao C. se do Sr. Luiz Vieira (remeter fotografia)

Vassouras – as vassouras que vi em dois tamanhos em diversas casas - são como os de Ubatuba - feita de timbopeva. Em Ubatuba também existem dessas vassouras- vendidas a 11.5000

Desenho - O Roberto diz que o fogão chamam de “taipa”.

O rosario de Maria
Todos devemos rezar
Para socorrer os alunos
Que desejam se valorar
Jesus Cristo foi em martir
Sobre o jardim de Belem
Nos Valemos em gloria
Para todo sempre amem

Oh! agua do rio Jordão
Fonte de tanta Avalia
João batizou a Cristo
Talho da Virgem Maria

Folia

Modas da folia:

- 1) Bem Dito
- 2) Rosário Maria
- 3) Despedida
- 4) Folia - Ubatuba - 1ª toada
- 5) || - S. Sebastião - 2ª
- 6) || - Dos Montes - 3ª

Benedito (este foi cantando na cruz do Perequê-assú - fotografado)

Benedito louvado seja

O rosario de Maria

Se Deus não viesse mundo

De nos o que seria

Chegando Deus andou no mundo

No mundo mesmo viva

Nas suas mão trazia

O rosario de Maria

O que água foi aque

Que no mundo não trazia

Foi água dos cens em fonte

Do rosario de Maria

João batizou a Cristo
Cristo batizou João
Ambos foram batizado
Cá agua da rendição

Lá no ceu falam umas vozes
Em pino do meio dia
Era os amigos que cambiavam
O rosario de Maria

Era um Padre navegante
Nas ondas dos mares seguia
Achava um porto seguro
O rosario de Maria

Imagens peligrinavam
Com fortes falentia
Valento do Anparo
O rosario de Maria

Jesus Cristo nos firmava
De nos dar o seu rosário
A virgem Nossa Senhora
De nos dar o seu rosário

BAIRRO DA ENSEADA

1) Areia para a construção tirada na costeira (foto).

A areia salgada - sem lavar - é usada para cimento, cal se barro. Areia grossa

Casa 46- José Lourenço de Oliveira
Enseada- morro- do monte da baía do flamengo.

O Lourenço vive de fazer rede - a 56 kilo
Faz 3 novos por dia - 40 novos por ano. 2 k 900. Não faz roça por que não pode lutar com a "mundica"

Mora numa casinha que o filho lhe deu.

A "mundica" é a sauva.

Fogão de três pedras é "Tacaruba" (itacoruba).

Pesca de Tainha

Praia do Perequê-mirim

O espia calcula 200 tainhas e 1000 paratis

A rede tem 100 braços - emendavam os duas lados e saíam fora esperando sinal do espia.

Este fica na praia para dar a localização do cardume e o lugar em que devem abrir a rede para fazer o cerco. A rede tem malha de 3 dedos. O cardume está a aqui desde ontem. As tainhas estão muito espalhadas.

Repartição: O dono da rede 1/3

Os camaradas 2/3

Os camaradas ganham 1 quinhão

O espia ganha 2 quinhões

Os ajudantes ½ quinhão

O dono da rede chama Pedro Cabral

O peixe "abateu" - afundou e a gente não vê.

Quando "aboia" é que agente vê.

O espia tem responsabilidade - em dar o sinal o pessoal põe a rede na água - tendo pouco peixe - a rede fica molhada e o pessoal acha ruim.

Casa 47 - João Vicente - Enseada

A palmeira é "Jarová". A formiga sauva não deixa plantar nada

Foto I 107

- Canoa guardada nas pedras - "Escafeis" (?) estrados (barco) / feis (?) = (vide Dic)
Foto I 125

Casa 48 - casa do pai do João Daniel

Puxado para czinha- de p.a.p. rebocado caiado e de Sapé

Foto I 108

Fugia para o lado de fora da baía

Na revolução de 32 - lutaram na selva dos.

Porem 20 mil tainhas - e na enseada 18.000

Esses tempo acabam - as menções são muitas.

Praienos são redes que as lanchas soltam no mar e da mesma colhem. Tem cordas que puxam o lado da chumbada, fazendo um funil e seguiam o peixe.

Tria - redes semelhantes a da tainha é de cerco - com 40 a 50 braços, faz uma roda no mar e tira lá mesmo em duas canoas - entre uma canoa e outra fazem mexida no mar com uma "poita" pedra com um pedaço de rede e amarrada numa corda.

Depois que a rede é lançada é feito o cerão - sai o espia numa canoazinha para desembaraçar a rede.

Espia - Inorêncio Manoel Roberto

"d. o de Sr. Francisco Manoel Perequê-mirim (mandar foto)

A TARA - de cada 100 tainhas - a mais conta para o santo. As mulheres vem para a praia esperar pelos maridos com a voltada da pesca.

Casa 49- João Diogo- com a mulher um filho e a sogra.
(Barra Seca) foto 1092- 1096

- 1) casa de pau a pique
 - 2) rebocada em frente e paredes alisada por dentro com terra de formigueiro e areia da praia.
 - 3) Chão batido de barro do mesmo trazido de canoa.
 - 4) Sobre a guaricamga - folhas de pindoba para proteger do vento
- Chapéu de palha. A Ana faz chapéu de palha trança e costura. A palha é de "cupim". Leva 15 dias para trançar 10 a 15 braços - para costurar em 2 dias. vende a 28.
Fazem também broto novo de brejauva – aquela

As cesta feita pelo Rod. custam 7 a 10 \$ - são as que se vêm na fotografia.

Rosa Maria de Jesus - cc. Porfino da Silva Pires tirou retrato com uma filha

Um caso de competição no meio vegetal

Sapé - a corbertura é fina porque o sapé é pouco esta acabando. Um tal capim gordura, trazido para cá ha uns 15 anos está acabando com o sapé. O que existia aqui era capim melado.

- "O capim gordura é um capim "brabo" como o diabo".

A flor do capim gordura é menor e mais dura do que capim melado. Este já quase foi extinto pelo gordura.

Capim geré - em Santos chama geregará dá no brejo - na estufa - no cachetal

José Diogo
Seca de Camarão Fotos 1135- 1140
Seco 27 o litro
Fresco 105 o litro
Forra com água salgada- e põe para secar
Puça - malha de 1 cm
arrasta com um cabo de 12 braços - 5 puça vem raspando o fudo do mar (foto)
Ubatuba - Informações do Antonio Rodrigues - Cazeiro
Timbopeva - dá em lugar de cacheta
Temnopema- dá na mata virgem, mas não presta - não é "usavel"
Foto 1149
Além do sapé e da "guaricanga tem uma palha que dá no brejo chamada "geré" - serve para cobrir casa mas não presta - em brejo de água doce.
Tem nas varzeas atrás da cidade de Ubatuba. não conhece capim atan.
Taguara de lixa – taguara ubu - taguara poca - taguaririssu.
Qualquer taguara dessas serve para qualquer trabalho.

Casa 50 - Filho do Damião Barbosa

Enseada do Itagua

Frente para o mar - tirei duas fotos - uma da casa e outra de dentro da sala para o mar.
Foto 1101- 1102

Casa - 1 - casa de serano
2- casa de farinha (Clementino Sampaio onde se encontra o "aviamentoda" farinha:
Forno - prensa- roda
"Casa do aviamoento" - diz o Sr. Clementino Sampaio

Candinho Manduca - (Barra Seco)
Redes – 1 “Arrasto de praia” ou “rede de fundo” tem 40 braços por 4 de largura- e 3 braços na manga
Malha - no capim tem malha de 1 x 1
Na água a malha aumenta 1 ½ x 1 ½ .
Pesca toda qualidade de peixes.
Salta com 15 paços de cabo.
Na largada vão 7 e na arribada- 8.
Uma conoa com 4 p. de braças x 30 ou 35 de cumprido. Precisa 5 camaradas 3 ou 4 vão na canoa sulta o cabo.
Cabos - na rede vão cabos de casca de imbé - (2 cabos) e depois são de miolo de imbé (mais comum)
Rede 2 – “Rede de costa” para tainha altura 5 a 6 braças. Comprida quando poder - 200 a 400 braças.
Uma causa de 4 palmos a boca pega 100 braças
São 4 homem em cada canoa

Rede 4- Caçoeiro
Malha de 1 ½ a 2 palmos - com a malha espichada.
Aqui não-se usa picaré (vide Itanhaem)

Rede 5- “Puça” para pegar camarão

Poita – pedra amarrada com arame ou cipó para bater na troia

Chazo – para fundiar os caçoeiros

A rede de tainha tem a mesma largura em todo o comprimento.
A malha tem 3 dedos. As malhas medem-se assim:

Rede 3 - “Trasmacho”

Peixes- Sororoca – curvina – parati - sardinha
O peixe fica preso nas malhas - tresmalhado.
O comum é de 2 dedos de malha
Usado para pescar de espera e de troia.

Candinho disse que a troia transpasa as duas pontas da rede

Bate na água com a ponta.
Para tirar o peixe recolhe a rede na canoa é solta de novo.
Precisa 6 homens para um troia de 40 a 60 braças.

De uma cortiça na outra tem 6 a 7 alcalas.
As alcalas pegam de 1 em 1 ou de 2 em 2 malha. Conforme a espécie da rede. A de tainha pega de 2 em duas.

Os chumbeiros põem se de braça em braça - conforme o tamanho do chumbeiro.

As cordas de tralha (da cortiça ou da chumbeiro) são as embira branca

A rede em uso continuado duro 3 a 4 anos.

Tinta - A rede é tingida 10 a 12 vezes ao ano com rosca de capuiba batida e corda no tacho deixa na tinta fria de um dia para o outro - é o que conserva a rede.

Usam também o assai em São Sebastião.

Na praia do Perequê

1) Candinho Manduca - 4 - redes sendo:

- 1 - arrasto de praia
- 2 - para Tainha
- 3 - tresmacho
- 4 - caçoeris

1) Benedito Cerqueiro - 1 tresmacho para sartinha

2) Vital Campina - 1 de arrasto de praia

3) Albertino dos Santos - 1 de arrasto de praia

4) João Ferreira- 1 de arrasto de praia

Entre a barra do Indaia e o canto da praia tem 24 pescadores. Da barra do Indaia para Perequê-assú tem 17.

Tanto ajudam nas redes como pescam de linha por conta própria

Quinhão - 3 partes: 1 do dono da rede 2 dos camaradas

Obrigação do camarada 1. por a rede e tirar.

Madeira - pra canoa - Cedro - Timbumba Ingá - Guapuruvu, (esta não dura muito)

Dois e meio palmos de boca - nova 250 \$

Espia - No escuro vê bem a tainha pelo "salteio", sai na canoa e (???) o barulho.

De dia vê até 1000 braças de distancia.

Chama os camaradas com (???) de chifres - como o apito chama as canoas que já estão no mar- a noite para dar o lança.

O espia desembaraça a rede do chumbo quando já está no mar

Lugar é a beira da praia- onde o mar quebra e o lugar da terra.

2 - Estende a rede para enxugar melhor.

Os concertos de tinturas da redes é feita pelo dono. Na peca da tainha o camarada tem a obrigação de tingir.

O dono recebe o camarada por livre vontade e despede. O camarada também não tem compromisso nenhum - Os donos de redes tem os seus camaradas mais ou menos antes..

O Candinho Manduca é o porque espia a tainha da barra seca. O João Fonseca também terá pratica.

As redes de tainha de uma praia trabalham associadas. A tainha é repartida proporcional ao numero de braças e de acordo com as canoas que estavam prontas para a pesca, com a rede embarcada no rancho. Cada dono de rede reparte depois a sua parte com os seus camaradas.(vide Perequê-mirim)

Coberta de Guaricanga

3 folhas sobrepostas dobradas sobre a ripa - amarradas juntas e com as folhas da fiadas entre os caibros

Amarilho de miolo de imbê

A palha e presa só numa ripa. Para não levantar punha pindaba em cima

Os pescadores de linha vendem os peixes na cidade. Os de perto vendem frescos. Os de longe escalam e salgam o peixe. Vendem fresco para os camaradas da roça.

Dados relativos a casa grande- sem a casinha. Esteu – morro da cachoeira = urucurassa - jacatirão

(6 esteios - 15 cms redondos) sapucaia (é melhor)

<u>Linhas</u> - 7 linhas -	jacatirão
(6 linhas e uma cumieira)	Pindobuna
	araçarana,
12 cm redonda	canudo de fato
	guapeva

Terças – 2 terças - para pegar os caibros vão de fora a fora - e levam 3 munhecas cada linha. A mesmas madeiras de linha (jacatirão)

Caibros – 24 caibros - 12 de cada lado de 8 cms de diametro. As mesmas da linha (jacatirão)

Pau-a-pique – (barrote - aqui chamam pau-a-pique) 30 duzias - quanto mais juntas mais firme. Ficam a 5 centímetros um do outro,

Casa 51 - Casa de Pau-A-Pique - Ubatuba
Basílio de Oliveira

1o Local - na chácara de Perequê-assú

2o Frente – “Para o mar”- porque é o jeito.

O Candinho - fez errado porque fez de frente para o morro. Para a praia é arejado.

Fazia com uma de frente para o mar e outro para a estrada. A do Candinho ficou com oitão para a estrada. Este é erro.

(naturalmente acham que o lado do oitão é feio) - As frentes (os lados dos murais) é que são bonitos e que devem aparecer para o lado da estrada

3o Dimensão- 25 x 25 palmos (+ 18 X 18 para a casinha)

4o Repartições- 1 sala 3 quartos

Faça uma casinha de 18x18 - que chegava do lado esquerdo de quem entra na casa. É mais o gesto. Sempre a estrada fica na frente da sala.

Para pegar o barro. Se faz muito junto o barro não pega bem.

ENVARO - (Ripas) - bambú de vez. Bem forte e bem amarelo. O fino lasca em 2 e o grosso em 4. Os pau-a-pique - (barrotes) são assentados em cima da solera de pedra porque é mais firme. Pode fazer de pau, mas dura menos.

Prego - só vai nos caibros - nas travessas e na mão a prumo.

Mão-a-prumo - é onde assenta as portas - são os batentes

Travessa é sinônimo de linha.

Todas as pecas - frechais, cruzetas etc. São chamadas linhas ou travessas.

Cipo - 20 quilos de casca de imbé - O miolo desta carga serve para as paredes de dentro.

1 homem leva 2 dias tirando a carga para dois homens.

O "envaro" é amarrado de 6 em 6 pau-a-pique
COBERTA - O sapé é melhor e dura mais -
 dura 12 anos, sendo sapé escolhido.
 Precisa 25 feixes bons - carga de 1 homem -
 para czinha mais 12 feixes
RIPAS - Ripas de jissara. O bambu da muito
 palha e num instante apodrece. Precisa 6
 dúzias de ripas de 14 palmos. Amarra com
 imbé - em todos os caibros. A ripa que prende
 o sapé não tem nome diferente.
 Verifique que não é verdade; é como em
 Paraitinga.
 Cada camada de sapé pega duas ripas mas é
 presa somente na de cima, ao contrário do
 vale do Paraitinga onde é presa em 2 ripas
CUMIEIRA - Na cumieira vai um cacho de
 sapé - presa com duas varas - uma de cada
 lado.

BARREAMENTO - 10 carroças - carro de boi
 - puxado com 2 bois
 O barro bom é o amarelo, que tenha liga

Reboco - barro - areia - cal
 4 2 3 litros

Essa liga segura bem - serve para barrear por
 fora e por dentro.

PORTAS - 5 portas - Para a casa grande

JANELAS - 3 Janelas - Para a casa grande

Numa casa dessa - compra-se o material por
 100 \$

(só para a casa-grande)

COBERTA DE GUARICANGA - 10 feixes -
 carga de um homem.
 Não põe ripa no caibro. A ripa sobe com a
 palha "Tecida". Cada ripa com os fides chama
 "empreitada". Vão 22 empreitadas de cada
 lado. Os caibros tem 30 palmos - Para cosinha
 precisa de 6 feixes.

ESTEIOS - 13 palmos- sendo 3 ntterados os
 das beiradas
 Os grande tem 18 palmos sendo 3 enterrados
 e para ter a altura da água escorre. Não varia
 com o sapé ou a palha.

As ripas para a empreitada de palha de
 guaricanga é bambu. A palha é amarrada com o
 miolo de imbé. A casca amarra - mas só sendo
 fina para poder dar o nó.

Por cima da palha vão os folha de pindaba

LUA - Para tirar madeira precisa ser no quarto
 mingunte- para não bichar.
 Bambu pode tirar com qualquer lua, e o sapé
 também.
 A palha deve ser no quarto mingunte.

As mãos-a-prumo - são presas nas travessas e
 na soleiras é aplicada apenas - são bem firme.

PISO - Aterrado com barro - puro. Se puser
 areia - bate e suspende tudo.

Fogão - de tijolo - ou de pedra.

Os dados acima são para a construção da
“casa-grande” (Basílio Oliveira) sem a casinha.

Lavouras (seleiros) - sua terra de espicha

Chamam - a cruzeta de frechal.
e o Frechal de linha

O amarelo de sapé é de tempopeva.

Viagem a Bocaina 15/11/45

1837
Daniel P. Muller

Anônimo 1793

Ant. Ruiz Montezinhos – 1791 - 1792

1749 – Sr. José Tavares – Sesmaria nos Campos da Bocaina – Campo para engorda

Problemas:
 Caminhos antigos
 Cabeceiras do Paraitinga
 Origem dos Campos Novos de Cunha
 Águas de S. Rosa - onde vão os caminhos que
 dobram a Serra ?
 Campos Novos de Cunha:
 Clenterio Caetano de Lima (agente de lã)
 José Ângelo- Adm. Faz. Jardim
 Tomaz Bitencourt-Cabana pai Tomaz-Rei B.Vista
 Antonio José de Carvalho-Água Santa Rosa
 João Carmo (João Galvão do Santos Pinto)
 Bocaina de baixo
 Zoroastro Teixeira da Silva (vulgo Horácio) B.
 de baixo
 João Argenio - Faz. Lageado - Bocaina
 José Tiriba ou José Delfino de Oliveira-
 Bocaina - Floresta
 Benedita Afonso – Fiscal da Prefeitura
 Benedito Pinto - migrante em Campos Novos
 de Cunha.
 Dist: Cunha a Campos Novos - 5 ½ - 33 km
 Campos - B. Baixo - 2 - 12 Km
 B. Baixo - F. Jardim - 5 - 30 Km
 F. Jardim - B. Vista - 1 ½ - 9 Km

Campos Novos - João Carmo - 15 ½ Km
 J. Carmo – Estiva - 7 Km
 Estiva – Alto do Campo - 3 Km
 Alto Campo- F. Jardim - 16 ½ Km
 42

Prof. Herbert Baldus
 Praça Benedito Calixto 79- tel 83378
 Escola Sociologia- 2ª e 4ª -

15-11-45

- Aneroide - em Aparecida EF-CB - 526 m
 alt. – o aneroide marcava 524 mts. -
 pressão 714 mm. Passei o alt. Para 762, 5
 m. e ficou certo – Eram 12h. 20 '
 - Foto - 2 fotos de Cunha | Serra de
 | foto de S. Cruz de sapé
 | vista do Sitio Canjaro
 | várzea próximo R. Jacuí
 | várzea e estrada de Jacuí Mirim Semeadores
 – Jacuizinho
 Transp. Barro - Pedra Branca Almoço em
 Pedra Branca -
 2 fotos roça na Pedra Branca -
 | do alto de 100 braças
 | do alto do lado do mar
 Vista para o Vale do Guapiroba
 Vista para o lado de Lorena – caminho
 Cargueiro de fumo
 Serra de Turumam – fundo Bocaina
 | do Alto do Carrasquinho - Sitio
 Caminho do Macaco- Serra Taruman
 Vista de Campos Novos
 Casa sem varanda - C de Cunha
 Fundo das casas em C. Novos
Porcada - C. Novos
 Porcada - C. Novos
 Rua de Campos Novos
 Casa sem janela - C Novos

16 – Nov. – 1945

Estrada das Águas de S. Rosa - vai sair em Taquari, das águas em Taguari tem umas 6 léguas ±. Não é calçada – iam buscar sal antigamente. Agora com racionamento foram buscar sal no Cambui negro iam peixe. Era cal. cada uma parte. Pousou no paiol.

Campos Novos. As terras são da Santa - uns 6 alqueires a Santa tem uma casa. N. S. dos Remédios. As casas são construídas pagando forro- 7 \$ a 7 \$ 5 p. ano. Pagar ao fabriqueiro - Sebastião Pinto - empregado na reforma a custeio da Igreja 27 casas de tijolo e telha e 12 de palha. O aforamento é perpétuo. Com quintal e planta paga mais um pouco. O fabriqueiro presta conta ao Vigário em Cunha – o padre vem nos últimos domingos de todos os meses. Em C. Novos tem pouco mineiro - na Bocaina de baixo tem muito mineiro vindo há muitos anos. Abriam um caminho, há poucos anos que sai em Rocinha - 7 léguas. Casa sem janela Elídio Alves da Cruz - não tinha carapina, estava doente, começou a casa e ficou doente. O Elídio acabara sozinho

O sapé está diminuindo – o pisoteio do gado e o capim gordura - Benedito Maximo

Casas de sapé – Jacuí – 3 e 9

Pouco carrapato – só na seca – parece berne - só na brotação do mato - nas águas - em Cunha e em C. Novos - Benedito Pinto

Cambará de lixa, gouveira, paineira, saueira, suinan, araticum - terra boa. Chico Pires dá no alto, seco.

Casas R. 3 - Jacuizinho
Casas T. 3 - Pedra Branca 333393
Casas 993. C. novos 333

Perto das Águas S. Rosas - José Barbosa - foi encontrado cacos e pedras de índio.

Estrada de Manbucaba – 8 a 9 léguas- era estrada calçada na serra. Era estrada de sal que vinha do litoral. Levavam café que vinha de Minas. Tropas menor. Tropas de 8 – 10 bestas ou 8 – 10 burros cada. O pai do Benedito Pinto é que contava. Já com 3 dias de marchas. Pousou na Gualinoba - outro no Taquari. Tinha também em Registro Velho. E tudo vinha de Lorena, Cachoeira, Silveiras. Pousou do Pinhal em Paraitinga e Lorena. Daqui em Lorena 8 ½ léguas. Hoje cobram 84 por dia por besta. O aluguel é por dia volte ou não carregado. Cachoeira - Pousou em Macaco e Bocaininha- 8 ½ ±

De Macaco parte uma estrada para Silveiras. A estrada que parte para Rocinha sai do Taboão. Rio do Taboão - desagua no Paraitinga no lugar chamado Mineiro. O Julho parte do Limeira - De Campos Novos até Rocinha são 6 léguas

17 de nov. de 1945

Desenho

Campos Novos
Benedito Chagas – “o guia”
Benedito Pinto - o negociante que deu pousou.

Casas - Mato Dentro 3-9
 Bananal 9-3339
 Paineira 9-33
 Bocaina de Baixo 9-33
 Tem umas 100 e tantas casas - dispersas pelas grotas - no povoado tem umas 20 e poucas.
 Vale Paraitinga 9993
 Campos Bocaina 933
 Rio Paraitinga, à margem direita tem um caminho que vai atravessar a Serra da Bocaina e sair no Sertão da onça.
 O pessoal da Bocaina de Baixo tem parte nos Campos das Bocaina. No tempo das águas trazem o gado para o Campo, e vem junto uma parte da família ou uma pessoa da família, tirar o leite e aproveitar para queijo. O Campo é em comum o gado deve ser marcado para não misturar. Todo gado dos diversos proprietários fica junto. No tempo da seca descem com o gado para aproveitar as palhas. Apenas alguns proprietários dos campos tem pasto cercado. A candeia dá nas matas dos arredores dos campos. Fabrica de queijo no caçador 10 \$ quilo.

1) M. Dentro Correias - feijão, milho, batatinha
 2) Bananal - feijão, batatinha, burro
 Terra boa, moradores agrupados - terras indivisas

Batatinha não dá praga e acomcebe prato quente e curativo - sem adubo
 Batata mineira não fraqueja
 Abate sabonete vermelho
 pragueja tem também a batata sabonete da branca, a marmelo, mineira boa e crespa, e sim da boa.

Plantam pouca cebola - bastante alho, mandioca.

5) Bocaina de Baixo- Macacos - Furnas - O Vale do Paraitinga esta muito povoado.

Casa no campo de Bocaina - sapé e pau-a-pique - barreada- tipos 3 e 9 tem um capim na varzea - no brejo que chama capim gigante - usado para cobrir casa. O sapé vem dos lados da Bocaina de Baixo em lombo de burro.
 Encontrei no caminho uma tropa carregada de taboas. Cada burro leva 4 taboas, duas de cada lado
 Campos - terras madeira - quintal de terra - brejos e bicas - o juiz dá direito ao que tem posse mais antiga.
 Serra do Taruman - nome que vem de uma arvore parecida com a Taruva mas não tem espinho - dá em figo. No alto da serra tem umas arvores que dão o nome da Serra
 Na Paineira, antiga fazenda, com ruínas de Senzala de pedra, tem uma paineira que deu o nome a fazenda
 A tropa que ia chegando na Bocaina de baixo, vinha de Cachoeira com 5 dias de viagem, ida e volta. Trazia tudo que o armazém consumia e tinha levado o produto do bairro. Era do dono do armazém.

18 nov 45

Desenho

Fazenda Pinheirinho- Dr.. Jacinto Rodrigues - de Resende
No Alto do Boa Vista o João- moleque de 18 anos manso - pôs fogono Campo. Ainda o fez apagar

Casas nos Campos da Bocaina (Antônio Benedito dos Santos)

Aves nambu, jacu, juriti, cassoroba, siriema, sabiá, pixorole, andorinha, bentevi, papagaio, tucano, tui tui, tiriva, cuiú na flor do pinheirinho é que ajunta.

Pêlo Veado, paca, coati, ouriço, gambá, sagui, serelepe, onça susuarana, onça pintada, jaguatirica.

Lavouras Dá milho bom no Pinhal, feijão e batatinha.

Na Faz. Jardim- pêssego, ameixa, pêra , maçã, deu 1000 quilos de pessegada - o maior pomar dos empreen. Na Faz. do Inácio Rubens e no Pinheirinho - tem pomares.

A grama diz que chama “pigüi marcega, vassourinha.

Madeira candeia, pinheirinho, canela branca, casca de arroz, vassoura, pinheiro não tem tanto quanto em Campos do Jordão

Gado - no tempo da seca o gado entra para o mato a procura de alimento
O pasto é queimado em agosto - daí nasce o verde , mas 15 - 20 dias.

Nevoeiro - a cerração da Bocaina, “o russo” de C. Jordão não conhecem, “os termos “lomba e russo.”(?)

Formiga não tem saúva a que acont planta é a quem quem

Cobras - jararaca, urutu, caninama,- cascavel não tem

Onça- de vez enquanto a onça liquida um bando de perus e dizima a carneirada

Casa - o capim usado para cobrir casa da no brejo - foto com o Benedito - (será o capim membeca ?).

Banana do brejo- dá no brejo , parece “taboa” – foto

Roteiro da Fazenda Pinheirinho
No Alto da Boa Vista

Casa (rancho) na Faz. Jardim (Bocaina)

Caibros
Barrotes
Ripas de baixo
Ripa de aperto e aparta
Ripa de barroto

Cipos- cipo de S. João Tirado na serra
cipó de macaco num lugar chamado Estação
cipo de maracunã

Taquara foira- chamada as teias de taquara
preta- feitas para amarrar as ripas que
prendem a palha.

Ripas - de bengala - uma espécie da taquara
que não é oca. Dá no seco. beira de Ribeirão,
em touceira.

“Ripa de apertar o capelo”

Animais de pelo - cachorro do mato, gato do mato, tatu, Lebre, coelho, irara, macaco.

Aves - tiriva, saracura, baitacu, canário, sonhasco, pixolerê, joão de barro.

Formiga - Sassara (ou sara-sare ?)- foto

Milho - o milho do paiol da faz. Jardim foi colhido no Pinhal – 20 \$ o alq.

Disse- Otávio Pena que no fundão da faz. Pinhal plantam a mais de 50 anos na mesma terra - milho, feijão e batata.

Na faz. Pinheirinho tem um gado alimentado ali a mais de 50 anos

Na seca o gado entra no mato e se comessa em melhor carne que o de baixo da serra.

Decida da Bocaina p. Areias
Casa - em G- telhado vidrinado batendo (foto)
Roça de milho fumo e feijão
Casa tipo 3

d. Candinha de Matos Serme, antiga proprietária. O sogro dela que formou a faz. vargem grande, Joaquim da Silva Serme - Sr. Lourenço Braga atual proprietário- a casa tem 103 anos- data numa telha antiga. O “filho da D. Candinha trabalha no Banco do Brasil
José Otávio Serme da faz. do morro Frio tem 8 Km. - podimetro 26.835

M.- grupo de 4 casas (“lugar danido Serra)
Bairro do Quilombo

N.- casa no tarramiro sobre Rio Quilombo

19 - nov. - 45

CUNHA

Cunha II de janeiro de 1945

- 1) Pensão da D. Maria
- 2) José ou Abrahão Elias- migrantes do largo da igreja
- 3) Agente João Gregório- "tropeiros - animais de aluguel

Lagoinha

- 1) Virgílio Ribeiro
- Campos Novos de Cunha
- 1) Clenterio Caetano de Lima

Habitação Rural

Na viagem de Guara a Cunha não encontrei uma só casa de pau-a-pique do tipo da de S. Luiz do Piratininga – Redenção - (sem puxado trazeiro). Todos são quadrangulares com telhados de duas águas iguais - Alguns raros que possuem puxados , estes eram laterais de duas águas, os tipo dos de Ubatuba. O mesmo verifiquei na viagem de Cunha a Palmeira

tipo 9 – variante de Cunha – Taboão – puxado da largura da casa, apenas mais baixo

variante do tipo 9 – encontrada na zona de Areias – puxado faceando com uma das paredes

(tipo 3 puxado lateral de meia água)

(dois puxado lateral de ½ água)

resumo – 22 casa tipo 9 e 29 tipo 3 – total 51 casa em 40 Kms.

Bairro das Palmeiras Dr. "Lescar
Sistema de exploração Agrícola

- 1) meios - por alqueire de milho (semente) 200 \$ - da casa e terra. Recebe a metade da colheita – repartida na roça

Feijão 15 por quarto. 72 por alq., porque é plantado no meio do milho.

Só o feijão das águas – o da serra não dá nada. A não ser um casos excepcionais: Terra boa para feijão da seca é terra de cambará de lixa e Baeté do brejo.

O feijão e o milho não caruncham de um ano para o outro, se guardado em lugar fresco e arejado. Se guarda em lugar abafado caruncha. É por causa do clima fria.

O fornecimento e o Dr. Lescar faz é credito em armazém que possui.

Vende gêneros — açúcar, sal, sabão, fósforo, fumo, bebidas- mantimentos geralmente os mineiros possuem. As fazendas e os remédios é dada ordem para migrantes e farmacêuticos- de Cunha

- 2) Arrendo - Dez cargueiros por alqueire de semente plantada - um alq. produz em média 50 cargueiros

É o trato comum, desde tempos imemoriais. A trato de meia também é antigo, porém hoje é o predominante. Acha que o trato do arrendo dá prejuízo para o dono da terra, em "face do preço que alcançaram os cereais - o feijão está a 50 \$ o alqueire. No trato do arrendo pago um alqueire por quarto. Um alqueire de semente de feijão dá 30 alqueire de colheita

1) Arrendo de 20 % ou 25%

Nunca foi usual. Aqui o paguo do Dr. "Lescar está com esse trato com mineiros que vieram de Minas. Os mineiros preferem esse trato. Estão plantando fumo

O Dr. Lescar calcula assim o preço do custeio da meia. Um alqueire de milho fica uns 600 \$ desde a primeira enxadada até a colheita.

Então reparte em três. O camarada amea uma parte e o fazendeiro amea outra (os 200 \$) e a terceira parte é a do Santo Deus. Planta de arroz não cobre areendo - é planta peguem - e assim outras

Panela de barro

D. Georgina - filha de uma "paratiana" (de Parati) possivelmente ida de S. Sebastião faz panela de barro. Barro de panela. Barro de Tauá- vermelho, amarelo, rosa, branco de todas as cores.

Amassa o barro com a mão. Se passar do ponto, com água demais, põe pó de barro, penerado até dar o ponto. Amoldado a mão. Alizando o interior com um pedaço de colher. Tanto cordões para as bordas e enfeites de barro. Alisa a panela por fora depois de seca com uma pedra lisa. Com sabugo alisa grosseiramente antes de secar bem. Não tem filho que aprendam. O filho que não tem jeito. Faz 6 panelas no dia.

Põe a panela de barro no forno, fogo para barro até uma hora da noite e depois largar. As panelas ficam cobertas com um caco de telhas.

falto de braços renunciou-se de um ano parera cá - vão para Pinda - Faz. Guarabol - Tem vindo mineiro fazer lavoura e criação. - Criação de porco reduziu pela metade. Alto preço do milho. Porco tratado exclusivamente o milho. A própria batata doce que era pouco usada para porco é vendida para Taubaté - fab. Embró. Milho - 45 \$- alqueire de bulhado. - Marmelais acabaram-se. O Guizard tem 5 mil pes + e há 10 anos não tira um marmelo pêssego - pés esparsos pelos quintais. Não existe plantação regular.

Os camaradas que são meieiros trabalham em bloco nas roças de cada um e de todos. Trabalham marcando dias ou tarefas. O controle é feito pelo Dr. Lescar marca os dias que cada um colheu de serviço na sua roça e este será o numero de serviço que tera de pagar aos outros

Os camaradas não "guardam" os sábados mas existem muitos dias santos (as vezes três) como em Redenção

"Essa é uma filhinha sem mão que eu estava criando, deus é que estava criando, eu estou olhando.

Bandeira de S. José - festa de S. José 19 de março. Junta 5 mil pessoas - 4 bandeira estão percorrendo o município.

A Bandeira do Divino já tirou 40 contos, só em dinheiro, fora os dízimos, mantimentos, gado, etc. A bandeira de S. José sai em dezembro. A bandeira ganha por dia. Para Santo trabalha mais barato 40 \$ por dia. Os camaradas estão ganhando 7 \$ por dia. "O Santo da saúde e coragem para gente". Alguns fazem voto de trabalho 1 ou 2 semanas.

O Justino, bandeiro de S. José, foi correio de Cunha - 7 léguas - Parati - fazia 2 viagens por semana, a pé, malas nas costas. Ganhava 7 \$ 4 por mês. Acabou o conercio em Parati. Correio de Cunha para Guará - jardineiro

Correio de Cunha para Lagoinha- 2 viagens por semana - a pé.

Guará

- 1) Lotes de 5-6 burros com latões de leite, atravessam a cidade de Guaratinguetá, amarrados pelo bocal na cangalha do outro. Talvez seja isso uma necessidade imposta pelo movimento da cidade moderna.
- 2) Um crioulo bêbado que vinha na jardineira não sabia o que era “empada”, que foi oferecida por um vendedor. O outro exepulum “quitanda”...
- 3) Fotos tiradas na serra da Quebra Cangalha na direção do vale do Paraíba Outra na venda (a 14 kms do Paraitinga). No vale do Cedro – pouco antes da beira do Paraitinga. Na ponte do Paraitinga – outros nestas de Cunha. Guará - Alto da Serra - 3 légs Da venda no Paraitinga- 14 Kms De Guará no Paraitinga - 6 legs Paraitinga - Cunha – 3 legs.

CANGALHA

Sr. Benedito Garcia (selaria)

1. As beiradas são dobradas para dentro com talos de couro cru pelado
2. As travessas internas para armar a capa da cangalha são régua de bambus – chamam-se “estaqueamento”

Costão de Parati – “ cotão de Guará – Costão de Lagoinha - Costão do Lageado -por serem morros de encosta elevada, zona montanhosa. Cidade -Vistas de Cunha
Falta de água encanada em todos os prédios. Senador Alfredo Casemiro da Rocha- 100 anos. Casa que hospedou o Duque de Caxias- hoje coletoria estadual. Jacuízinho- bairro dos negros de Minas. A epiderme escura dos coboclos do bairro das palmeiras.
O pessoal fica “vagante” de fevereiro a julho vai trabalhar fora pra “fazer dinheiro”, caspa de eucaliptos, abertura do vala, fazer cerca, roçar pasto, cortar arroz, no Vale do Paraíba. Raros os carros de boi - onde a tropa predominou. Existem caminhões.

Silha - silha (de sola) e ponta (corte de couro cru)

Passador - couro cru, para prender as alças do jacá e também o ligal

Couro – (Couro da cangalha, couro de coberta, ligal)
usam de couro cru – inteiro, dobrado no meio.

Arrocho – pau de torce o cabo para esticar a sobrecarga

Retranca – semelhante usada para carroça

Fabricação de baixeiros

Jenny Alves da Silva (sexo masculino)
Até quatro anos atrás trabalhava. Só faziam baixeiros. Agora não trabalha mais. Aprendeu com o irmão que aprendera com o pai. Aqui não existe outro fabricante. Só em Guará. Há estudo pra lá da serra de Quebra Cangalha, no bairro do João Teodoro tem um fabricante. Em Aparecida tem varias mulheres que fiam e tecem com lã. Tem um rapaz que se encarrega da encomenda.

Acabou a fabricação em Cunha porque - alega - não há mais carneiro. Só existe muito pone. A lã está a 12 a 14 \$ o quilo. Em 1940 foi valia 10 \$ o quilo.

Para fazer a baixeira- lavar a lã, desfiar - cardar, fias, lavar e tecer.

Preços - baixeira 100 \$ (hoje custa 130x)
só o feitió 40 \$

Troca também por 10 Ks de lã.

"Uma pessoa não faz uma baixeira numa semana"

Bairro do Engenho - lado de Parati

Um trabalhador forte 50 - 60 tarefas

Um homem regular 30 - 32 tarefas

José Rodrigues tarefas de 10 Sampaio, 62 anos, braços, em lugar Agricultor "apertado, de vara de 12 palmos - A vara de Cumara tem 9 palmos.

As limpas são feitas de mutirão. Limpa e relimpa. Não usam camarada. As colheitas são feitas cada um para si. Tempo vaga- roça de porte

Milho e feijão é o forte - plantam amido, batata, rama.

Não há vagabundo na roça. Todos são trabalhadores

"No acordo da limpa de milho é que faz mutirão". "No mutirão trabalham cantando. Dois cantam numa extremidade de este. Quando estes param de cantar os dois de outra extremidade respondem. O verso é feito na hora. Se tem algum cantador no meio da este então ele também canta. Trabalham no mutirão de este e de tarefa. A noite é que tem as danças.

Gansá - usadas nos "regionais" em S. Paulo - Aqui chamam "maracá"

As cantos de capiá- aqui chamam de "carapiá". Fileiras de "meridianos" são carapiá uma em paralelo de 'olho de cabra

Carregadeira de água

De maio até as águas trabalham, mais falta água na cidade.

Tem fregesia certa - \$ 400 a lata.

Antes de ter torneira publica, carregava do rio. Das 7 até as 11 ½ da noite - é a única carregadeira.

Outro carregava durante a noite - agora foi p/ o rio. Alguns pagam por mês 4,5 ou 6 \$ 2º feira 6 latas - os outros dias 2 e 3 latas, para beber, caminhar e banho. "2º feira lava o barris"- nos outros dias remonta.

Freguez de 4 a 3 latas - 10 \$ por mês. A carregadeira de água fotografada é uma velha preta chamada "Milícia- (prostit. Antiga)

Dia a São Sebastião não é de guarda aqui em S. Paulo (Cunha). Os do Estado do Rio é que guardam-no. Aqui guarda-se o dia de S. Paulo. Dia de S. Miguel não é de guarda. Guarda-se o dia de S. Roque, S. Benedito, Esp. Santo, Nossa. Senhora da Conceição, N.S. Aparecida, N.S. do Rosário, etc. Cada Santo em que falam levam mais o chapéu, embora dez vezes seguida.

Cangalha

A retranca é feita de duas solas por isso as pontas onde, pelos furos, é costurada na alcão Bruaca - Bolsa de couro cru, com a capacidade de 5 quartos. Pega 60 ks de feijão ou 50 de batata.

alças

correias da tampa

Serigola para amarrar a correia da tampa bruaca não tem trancafo

Jaca - jacos com ou sem tampa, tamanhos diferentes, conforme o fins esteios do jaca

Alças

trancafo num jacá serigola no outro uma amarrada no outro

O terreno é em comum
Não tem ninguém separado
Tem tem quatro alqueires fecha oito
Inda arruaça para todo lado

Fazem cerca de dois fios
Disque tem porta fechada
Os terrenos de cultura
Tá tudo em capim melado

O pobre do lavrador
Que trabalha no pesado
Com a falta do terreno
Cada vez mais saem pocado

A pouca lavoura que faz
É pisa-pé de burro e gado
Por isso solto o ano inteiro
Retira depois de cevado

A gente vai avisá (ou menos o pobre)
Ele banca arrevoltado
Prejuízo eles não paga
Deixa um pobre desolado

Denuncia (Benedicta Alor da Silva)

Nosso bairro da Aparição
Toda via foi sagrado
É um bairro pequenino
Tem um grande povoado

Não tem mais nenhum fazendeiro
Mais cada um tem bocado
Todos são proprietários
Ninguém mora de agregado

Os antigos moradores
Viviam todos aliados
Era um povo unido
E todos combinados

Nos tinha bons conselheiros
Homens considerados
A convivência do povo
Até hoje é falada

Dum certo tempo para cá
Esta tudo desmudado
Anarquia sobre anarquia
Não tem ninguém respeitado

Os homens que tem dinheiro
Tão ficando entrucionadão
Não respeitam nem as leis
Do governo do Estado

Brigá a gente não pode
O causo é sério e complicado
A gente vai pra justiça
E tem que ser processado

Vou participar ao prefeito
Vou comunicar ao delegado
Vou falar com o juiz
Vou juntar num advogado

Para manha uma vistoria
Isto tenque ser aprovado
E os chefes criadores
Precisa ser fiscalizados

Benedito Alves da Silva
Quem fala este explicado
Sustenta no pé da letra
Se algum dia for chamado

Se a minha palavra vale
Igual a um papel registrado
Vale no Rio, vale São Paulo
No Brasil em todo Estado

Moda de assunto do País

O Sr. Getúlio Vargas
É presidente da Nação
Ele é um homem inteligente
Do Brasil é o mandam

Pelo o que ele tem feito
De Deus ele tem posturas
E o Brasil tem progredido
Com a sua administração

Primeiro que ele fez
Depois da revolução
Do dia 16 de junho
Assinou a constituição

Depois ele deu os direito
Da mulher na votação
Formaram tanto partido
Ele cortou a eleição

Com a guerra no estrangeiro
Recebeu provocação
Perdeu diversos navios
Por meio de traição

Italiano e japonês
E o bandido alemão

Francisco Kloverza
R. Martim Francisco, 298

Alceu Maynard Araujo
R. Bão de Campinas 162 apto 23 4-4793
Parque de Jogos D. Pedro II – das
19 às 232 hs. Diariamente

Gioconda Mussolini
R. Tamandaré, 876 – tel. 7-3666

Dr. Paulo Roberto Teixeira – Juiz de Direito

Fazem o Brasil da paz
Puzer na escravidão

Nos que somos brasileiros
Todos nos somos irmãos
Devemos todos unir
Em um só coração

E a autonomia do Brasil
Depende da união
Que o Brasil está entregue
A N.S. da conceição

Agora Getúlio Vargas
Tá certo na direção
Agora em 43
Ele faz modificação

Trocou o nome do dinheiro
Eu pensou que ficou bom
Os milréis é um cruzeiro
Dez centavos é um tostão

Viva o povo brasileiro
Povo com país de Alemão

Paulo Virginio
(Assassinado pelos ditatoriais em 1932)
Antonio Nicolau Sobrinho
morador de Aparição

Eu vou contar de um causo
Que isto foi acontecido
Daquele tempo da revolta
Não vi ninguém resolvido

Houve muito despeso de família
Ficou muito coração sentido
Sobre a morte de Paulo Virginio
Que só no fala é doido

No bairro de Tabão
Onde era ele residido
Tirara ele da casa
Ele saiu distrído

Trouxera que rio abaixo
Ele veio muito rendido
Na casa do Sr. Laurindo
Onde ele foi recebido

Que só de falá é doido
Isto era bem cedinho
O sol não havia batido
Pusero ele na casa fria
Logo que o dia tinha amanhecido

34.
Tirou ele da água fria
Pusero na água fervida
Geada tava no campo
Que nem sal moído
Se não fosse a revolta
Esse home não tinha morrido
Seus fiu inda tinha pai
Sua muie inda tinha marido
Coitada dessa família
Quanto ela n/ão foi sofrida
Que as farta de seu pai
Para seus filinho querido
Levaro perto de uma ponte
Ele ele foi falecido
Fizero ele fazer a sepultura
Já ele estava distraído
Depois da sepultura feita
Reclamou o seu pedido
Mado chama seu Benedito Maria
Que era seu amigo garantido
E fez a recluiram
Do que tinha acontecido
Mandaram ele virar as costas
Deram 18 tiros nos ouvidos

Tirou ele da água fria
Pusero na água fervida
Geada tava no campo
Que nem sal moído
Se não fosse a revolta
Esse home não tinha morrido
Seus fiu inda tinha pai
Sua muie inda tinha marido
Coitada dessa família
Quanto ela n/ão foi sofrida
Que as farta de seu pai
Para seus filinho querido
Levaro perto de uma ponte
Ele ele foi falecido
Fizero ele fazer a sepultura
Já ele estava distraído
Depois da sepultura feita
Reclamou o seu pedido
Mado chama seu Benedito Maria
Que era seu amigo garantido
E fez a recluiram
Do que tinha acontecido
Mandaram ele virar as costas
Deram 18 tiros nos ouvidos

34.
Tirou ele da água fria
Pusero na água fervida
Geada tava no campo
Que nem sal moído
Se não fosse a revolta
Esse home não tinha morrido
Seus fiu inda tinha pai
Sua muie inda tinha marido
Coitada dessa família
Quanto ela n/ão foi sofrida
Que as farta de seu pai
Para seus filinho querido
Levaro perto de uma ponte
Ele ele foi falecido
Fizero ele fazer a sepultura
Já ele estava distraído
Depois da sepultura feita
Reclamou o seu pedido
Mado chama seu Benedito Maria
Que era seu amigo garantido
E fez a recluiram
Do que tinha acontecido
Mandaram ele virar as costas
Deram 18 tiros nos ouvidos

- O moçambique dança tanto de noite quanto de dia
- A imagem da bandeira é benzida.
- O padre de Redenção - pediu na semana Santa passada - 1944- que a companhia de moçambique acompanhasse a procissão dança sido. Foi feito.
- O padre de Redenção protege mais o Moçambique do que a banda de musica.
- Na semana Santa tiraram 84 X 400 de testais em testais. No mês de maio - na festa de Santa Cruz - padroeira de Redenção tiram 112 X 300

O mestre é que faz o nota de só medir de testais em testais. Se não tiver trocado, ou troca para darem, não acerta a escala

35.
Cinco sordado e um tenente
Aquele crasse de bandido
Pra quem pensa e considera
Veja que treco doido
Paulo Verginio era um caboclo que morava em Aparição, caminho de Parati. Chegaram, os da ditadura, que ele indicasse caminhos para o cerco de Cunha, em poder dos paulistas. Negou-se. Submeteram-no a tortura. Sua família passava fome. Armaram o cargueiro, carregaram os mantimentos e apresentavam o frágil dilema: "ou falas e o cargueiro vai com você para sua casa, ou morrerás". Paulo Virginio preferiu morrer a trair S. Paulo. Fizem com que cavasse a própria sepultura. Perguntavam qual seu ultimo desejo. Um "Viva S. Paulo". Foi abafado por 18 tiros de fuzil que o alcançaram nas costas. Mas Cunha continua invicta.
(continua na pagina 91)

Cinco sordado e um tenente
Aquele crasse de bandido
Pra quem pensa e considera
Veja que treco doido
Paulo Verginio era um caboclo que morava em Aparição, caminho de Parati. Chegaram, os da ditadura, que ele indicasse caminhos para o cerco de Cunha, em poder dos paulistas. Negou-se. Submeteram-no a tortura. Sua família passava fome. Armaram o cargueiro, carregaram os mantimentos e apresentavam o frágil dilema: "ou falas e o cargueiro vai com você para sua casa, ou morrerás". Paulo Virginio preferiu morrer a trair S. Paulo. Fizem com que cavasse a própria sepultura. Perguntavam qual seu ultimo desejo. Um "Viva S. Paulo". Foi abafado por 18 tiros de fuzil que o alcançaram nas costas. Mas Cunha continua invicta.
(continua na pagina 91)

35.
Cinco sordado e um tenente
Aquele crasse de bandido
Pra quem pensa e considera
Veja que treco doido
Paulo Verginio era um caboclo que morava em Aparição, caminho de Parati. Chegaram, os da ditadura, que ele indicasse caminhos para o cerco de Cunha, em poder dos paulistas. Negou-se. Submeteram-no a tortura. Sua família passava fome. Armaram o cargueiro, carregaram os mantimentos e apresentavam o frágil dilema: "ou falas e o cargueiro vai com você para sua casa, ou morrerás". Paulo Virginio preferiu morrer a trair S. Paulo. Fizem com que cavasse a própria sepultura. Perguntavam qual seu ultimo desejo. Um "Viva S. Paulo". Foi abafado por 18 tiros de fuzil que o alcançaram nas costas. Mas Cunha continua invicta.
(continua na pagina 91)

(continuação da p. 79)
CUNHA
Conversa com o prefeito Cursino (13-1-45)
- Necessidade de uma estação experimental de fruticultura
Várias quimeras- Célio de Moura (?)
Fracasso do fumo em folha.
Nogueiras- 50 litros
Ameixas - é raro bicharem, grandes e saborosas
Pera dagua - igual à da Califórnia em sabor
Pera Côco
Aveleiras produzem bem
Amendoeiras
Fabricação de vinho de uva - para missa- principalmente por ser puro, preferido pelos padres da região - preferido ao de Málaga (Espanha).
Maçã
Marmelo- grande produção- Aparição- Taboão
Pêssego tem em todo lugar
Uva - Cidade - Paraitinga (Bairro de Guararapes "Sergio Pinto")

- Terra - Sertão do Paraíba - Terra amarela
Terra preta, vermelha, amarela
Desmentir de opinião sobre a terra melhor
- Não há lavoura nem engenho de CANA
- O prefeito calcula 1 milhão a safra de milho do município
- Porcos- entre vivos e mortos saem 30.000 cabeças - Cachoeira, Lorena, Guara, Parati, Cruzeiro
- Cadastro para o recenseamento 6.000 prédios rurais
- Safra de feijão da águas calculada por baixo, em 100.000 sacas
Existem no município
1) Pêssego- uva- goiaba
2) Ameixa- Pera- Castanha- Marmelo e Oliveira
No Monjolo tem oliveiras produzindo- azeitonas pequenas

TAUBATÉ	
CUNHA	17-3-45
TAUBATÉ	16-5-45
PARATI	1-1-45
TANHANHA	20-10-45
BOCAINA	15-11-45
ITANHAEM	3-1-46
ILHA DE SÃO SEBASTIÃO	23-3-46
NATIVIDADE DA SERRA	14-4-46
TAUBATÉ	17-5-46
RIO CLARO	16-6-46
PARANÁ	6-8-46
UBATUBA	9-9-46

Taubaté 4 – 2 - 45
Itu 8 – 3 - 45
Cunha 17- 3 - 45
Taubetê 25 – 5 - 45
Parati 3 – 7 - 45
Itanhaem 20 – 10 - 45
Bocaina 15 – 11 - 45
Itanhaem 3 – 1 - 46
Ilha de São Sebastião 23 – 3 - 46
Natividade da Serra 14 – 4 - 46
Taubaté 17 – 5 - 46
Rio Claro 16 – 6 - 46
Paraná 6 – 8 - 46
Ubatuba 9 – 9 - 46

Pêssego - Ha anos em que não bicham- quando faz muito frio

Em Catioca o pêssego bichou e lá tem mais de 1000 metros

O trigo deu bom resultado.

TAUBATÉ	
CUNHA	17-3-45
TAUBATÉ	16-5-45
PARATI	1-1-45
TANHANHA	20-10-45
BOCAINA	15-11-45
ITANHAEM	3-1-46
ILHA DE SÃO SEBASTIÃO	23-3-46
NATIVIDADE DA SERRA	14-4-46
TAUBATÉ	17-5-46
RIO CLARO	16-6-46
PARANÁ	6-8-46
UBATUBA	9-9-46

TAUBATÉ 4-2-45
- Presépio na casa do Joaquim Ifigenia
Arrumam o presépio no dia 24
1º resa à meia noite- de 24 para 25
resa terço e ladainha- o resador não cobra nada - foi o Cezar Batista, da Fortaleza.
2º resa faz no dia 1º- a meia noite do dia 31 para 1º de janeiro - resa só terço- o resador foi o mesmo
3º resa- no dia 6- a meio dia- só terço.
4º resa para desmanchar presépio- deve ser no dia 2- N.S. das Candeias (2 de fevereiro) - vão fazer no dia 4 porque o resador não pode vir- fazem ao ½ dia.
- Para a banda do João Camerá tem uma folia
este ano não vem pra cá. Os outros anos tem vindo. Viola, caixa, pandeiro. Tiram esmola para fazer festa no Pinheirinho.
- As figuras de barro do presépio são compradas em Redenção- Feitas pela viuva de Próximo Pereira e pelo Luiz Correia, Custam mais ou menos 1\$ a 1\$5 cada uma

- O relevo vai se tornando muito agitado. Na baixada terra de cultura. Nos altos macega e cerrado, já aparecem capoeirões.

Moreira K 80 +327

Molinári - francês- está em Cunha a 46 anos- é agrimensor e ralunha, foi prefeito do P.R.P- eleito teve que deixar o cargo por ser estrangeiro
- O Capim gordura começa na catioca. Depois o vento espalha a semente e hoje existe em toda a parte.
- A pecuária vem vindo de longe, desde muito tempo. Os mineiros começaram a vir para cá há uns 15 anos. Existem 40 ou 50 proprietários mineiros. A maioria cuida mais do fumo, a criação não é grande. Tudo em pequena escala. As propriedades de municípios são em geral pequenas. A terra está sub-dividida. Porém são os grandes proprietários. Não há venda de leite, fabricam queijo.
- Os porcos são criados pelos sitiantes, mais há grandes criações. Cada um cria um pouco. Os compradores de porcos reúnem os lotes grandes e levam para fora. Não há grandes extensões de terra para se comprar. Mesmos para o lado da terra de Parati existem sítios e

CUNHA – 17 – 3 - 45

- Forro de Taquara – taquara crioula tirada no mato – feito o tecido pelo Zé Caterina (José Caterina) fez por dia – quase todas, ou melhor, muitas casa em Cunha, em roda da cidade possuem forro de taquara. Um forro de taquara para os 4 cômodos de uma casinha regula (6 X 8 mts). Custou 40 \$ há 3 anos. O forro de taquara, tirado na minguante não caruncha. Dura 12, 15 ou 20 anos. Alguns costumam cair o forro. Só em roda da cidade. Na roça não usam muito. Não é por agazalho, porque aqui na casa do Salustiano não é lugar frio. É feito por um capricho. Tirei uma foto de um forro numa casa em frente. O tissume é o mesmo do “apá” (pá de aventar). O Emilio não viu de outro tipo. Edward Clodomir Molinari Ex- prefeito de Cunha

- lavoura. No alto da serra e na descida para o lado do mar existem roças. O alto da serra é meio caminho entre Cunha e Parati- 24 Kms de cada lado.
- As Lavouras são de milho e feijão. Plantam ainda batata - mais a semente não sendo bem - ou não sendo abatida mais semente boa, como os holandeses de anos atrás, - não tem produzido bem. Existia algumas variedades daqui, sendo que dela a variedade chamada sabonete, o Molinari julga daqui de ser selumiada e observada.
- O tipo de exploração agrícola parece ser misto quando existe gado - não criam só gados criam porcos e fazem lavouras
- Porcos. Diz. Molinari que a criação de porcos não tem diminuído. Varia a produção de capodos quando varia a produção de milho. Outras informação dizem que a criação de porcos diminui porque com o bem alto dos preços preferem vender milho. Mambucada. Em 1908 esse Molinari esteve lá, tinha duas ruas e o mar estava ameaçando o povoado

Fotos - Serra da Bocaina
- Fotos – Serra divisor do Paraibuna – Catioca
- Fotos – Bairro do Carquinho – no fundo, em baixo a encruzilhada, aquela de São José
- Foto – Vale da várzea dos Germanos – na garganta ao fundo, - serubinda, lá desagua do Paraibuna.

Fotos do levantamento do martir e povoação do martir , bandeira de S. José – Capela de S. José de B.Vista.

Leiteria Sr.Vitalino Ferreira Souza
Ac do Sr.José Rodrigues de Andrade
Cunha

do os foliões do Divino. Os instrumentos eram duas violas, caixa e triângulo. À tarde houve procissão com a Bandeira de São José na frente, segura pelo festeiro. Depois vinha o mastro carregado por uma 8 damas. Entre a bandeira e o mastro vinha a bandeirola, que que iria na ponta do mastro. Atras de tudo o acompanhamento . O festeiro auxiliar (?) mandam que todos tirassem o chapéu, ao sair a procissão. Esta deu uma volta como mostra o croquis. Soltaram foguetes antes, durante a procissão e o levantamento do mastro. Depois, já de tardinha, o festeiro distribuiu jantar ao pessoal que lá estava. Uma mesa armada no terreiro, gente da casa do festeiro e todos com arroz, feijão carne cosida. No pátio da capela tinha armado dois lances de barracas para venda de quitandas, de 4 a 5 barracas cada qual.Vendiam queijo, doce, biscoito, melancia, etc. Não tinha pinga. A noitinha verificam-se a chegada

A Serra da Bocaina não aparece na vista panorâmica que tirei do Alto atras da Cidade, caminho da capela de São José da B.Vista Estava enfumacado

“Festa de São José”- 19 de Março
A festa realiza-se na Capela de São José da Bela Vista, a 7 Km de Cunha no caminho de Parati: é uma capela grande com sino e coro, possuindo sacristia espaçada, na direita ao fundo, o porão.
A capela serviu de alojamento para tropas ditatoriais e constitucionistas, na revolução de 32. Foi atacada pela armação punbota, mais as bombas não atingiram o alvo.
Na véspera de 19, que é o dia de São José, começa a festa. Nesse dia resa , entrando na igreja a bandeira de São José . Neste dia 18 coincidiu de estar pelas vizinhanças a bandeira do Divino e esta foi a noitinha para lá e entraram as duas, na igreja, cantan-

da bandeira do Divino e encontrada as duas, entravam na igreja , onde uma resa puxada pelo resador.
Depois da resa ascenderam uma grande caieira de lenha, e ao lado da fogueira tomam-se uma pinga, com os dois tambores e um pandeiro ou caixa. Não houve pinga. Agora não ha mais pinga nas festas de São José, porque esta cara e para evitar briga.A pinga durou até o alto e não houve desordem. Dizem que no tempo do barato havia pinga com fartura, a ponto de sobraem barris, depois de até levarem para casa litros e garrafas cheias. Havia muita fartura de carne de vaca e etc.. Nesta festa não faltou bom jantar para o pessoal que esteve lá na véspera de 19. Mais de 150 ou 20 pessoas estiveram no *jinga* e tinha chegado a partir das 2 ou 3 horas da tarde. Quando lá chegamos as 4 e ½ da tarde já tinha umas 40 ou 50 pessoas.
No dia 19 foi a festa principal. Desde cedo começam a juntar muita gente, até que ao meio dia estavam lá umas mil

pessoas ou mais. Estavam lá caminhões que
 levaram pessoas, e um deles transformara-se em
 barraca de quitanda.
 As 10 horas, 10 e meia houve missa rezada pelo
 vigário de Cunha que foi para lá a cavalo.
 Depois da missa, lá pelo meio dia, houve
 batizados em quantidade (15 batizados).
 Duas com companhias de Moçambique que
 eram para Ter ido não apareceram, para
 prosseguir os festejos de hoje. Dessa forma, a
 festa hoje limitou-se a missa e batizados, com
 fogetes de entremeio.
 Era grande a quantidade de cavalos amarrados
 pelos arredores. Cada momento antes da missa
 chegavam magotes de cavaleiros e grupos de
 pessoas a pé. Grande numero de mulheres. Não
 predominavam velhos, e sim moços e meninas.
 Todos com ares de que estavam ali para
 namoros e encontros furtivos. Vários casais
 saíram do mato. Um velho porteiro se

ESCOLA RURAL
 Esteve lá um professorzinho do bairro da
 Gândara (GÂNDARA). Esta há 3 anos na roça.
 Este ano é efetivo do bairro. Fica a 7 Km de lá.
 Contou que um dia repreendeu um menino
 no dia seguinte ele e o irmão não apareceram.
 Mandaram um bilhete para o pai e este
 respondeu que ele não precisava aprender a
ler para viver e que a leitura não dava feijão
para ninguém, ou que podiam ganhar o feijão
sem saber ler.
 O moço gosta da roça. Disse que teve
 desilusão. Na escola, quando estuda fazia
 castelos, mas que verificou que a realidade era
 outra (dificuldade de vida, desgosto, etc.)
 Na escola tem apenas 36 alunos. A frequencia
 é baixissima e ela acha que perigoso não
 conseguir me dise para concurso para

das festas mais por passeio do que por devoção.
 Pelo menos uma grande parte. Ficam por ali em
 pé olhando, em panacando em volta da Igreja,
 encostados nos balcões das quitandas, dificultan-
 do o acesso às mesmas dos que querem
 comprar alguma coisa, e sem comprarem nada.
 Ou olhando o leilões, duas ou três dúzias deles,
 sem interesse em arremates coisa alguma. Na
 igreja mesmo não fazem muita força para entrar.
 Embora cheia, na hora da missa, percebia-se que
 ela se enchera por que havia muita gente. Mas
 do lado de fora, alem das mulheres nas escadas,
 o povo parecia indiferente. No dia 19: depois da
 missa, começava o leilão de garrafas de vinho,
 frangos e leitões vivos. Pouca gente ao redor da
 barraca, uma duas ou três dúzias, portanto
 pouco interesse. A impressão que se tem é que
 a festa de S. José esta em plena decadência.
 Apenas a pinga da noite de véspera. Os
 moçambiqueiros não apareceram, alegando falta
 de indumentária apropriada. Na festa de outros

2,30 ±
 Festa de S. José .As 2,30 ± saiu a procissão da
 Igreja, fez a volta pelo caminho sem arrodar a
 Igreja e entrou de novo na mesma. Um 600
 pessoas acompanhavam-na, das quais umas
 70% eram mulheres.
 De manhã (dia 19) o festeiro deu café com
 bastante para os que estavam lá. Ontem deu
 jantar. Não cobram nada.
 AS barracas vendem quitandas e por preço
 caro. Hoje lá foi um caminhão vendendo
 bebidas, mortadela, linguica, etc. Foram
 tambem vendedores em cestos e tableiros
 vendendo banana, doces, pasteis, bolinho e etc.
 O pessoal vem de longe para assistir a festa.
 Até do bairro do Paraitinga. De uma a duas e
 meia léguas de distancia dessa gente.
 Outros tempos ocorriam duas a três mil
 pessoas. Na de hoje se passar de 1200 ou
 pouco mais foi muito.
 Grande numero de cavaleiros, muito mais de

No dia 18 – entravam a bandeira na igreja. Cantaram uma espécie de folia, parando com ladainha, acompanhada de viola. Depois o resador rezou a resa. Levou tudo mais de uma hora

Florestan Fernandes

Fac. Fil. Cienc. E Letras – assunt prof Dr Azevedo

Resid R. Pompeia 272 casa 26

Telefone (Cunhada-vizinha) 50930

2ª feira Telefone (casa da sogra) 61941

5ª feira Telefone (D. Ivone) 92449

Pecuária Leiteira Um caminhão de leite sai de Cunha todos os dias às 10 horas, levando leite para Guará. Os criadores levam o leite em cargueiros até Cunha e lá entregam ao caminhão, que depois vem recolhendo mais leite pelo caminho.

KM 243 (Várzea) Bairro do Paraitinga

KM 245 Ponte do Paraitinga

KM 247 Bairro do Sapé

KM 248 Casa de sapé e tijolo

KM 253 Rio Jacuí

KM 257 Vista de Cunha

KM 265 Cunha

Serra da Bocaina
Fazenda Jardim
Sr. José C. Morais
R. Martiniano de Carvalho 730
Telefone: 70402

Sr. Otávio Pena
Avenida Água Branca 348
Telefone: 51842

Os negros são tratados, pelos brancos de igual para igula. No onibus três moças brancas conversavam com o chauffeur preto como se fosse uma pessoa igual, um branco, com naturalidade e até uma certa afetividade.

Alias êsse tratamento é semelhante as que se enfoca em Redenção, Paineiras, Pedra Negra. Haja visto a família de Joaquim Belmiro. Os filhos brancos, casaram com mulher mulata e negra, sendo que apenas uma dele casou com branco.

Cunha Pontos a serem localizados
Campo Alegre

Boa Vista (além do rio encruzilhada) onde foi construído a 1ª capela, sob a cruz de Jesus Maria José

Santa Fé (mediações de Boa Vista)

Alto do José Dias ou da Mantiqueira onde existiu o primeiro povoado.

Rib. Lavapés (embaixo do Alto do José Dias).

Caminho Velho de Taubaté a Cunha

O Sr. Afrânio do Rib. do Vale presume que o mais antigo seja o da Sete Voltas, que passa na Fazenda Arancio Moreira, passa em Lagoinha e segue para Cunha.

“mardilazenta” – (mal de Lazaro) = lazarenta. Ponte Nova de Paraitinga, no caminho de Natividade –

Bairro do Largo – Sítio do Sr. Afrânio

Pirâmboia – faz. do Sr. Carlos Marcondes.

Fotografei em Taubaté, painéis de barro feitas com barro do Una (maio 1945)

TAUBATÉ 25 – 5 – 45

Euclides Pereira da Silva – (vendeiro no Cataguá ao começar a subida da Pilôa)
Rua Coronel Afonso 161 – Taubaté.

Nota-se que embora a cosinha fique na mesma planta da casa e as paredes sejam prolongamento do corpo principal, o telhado tem um formato mais baixo, de forma a ficar um espaço igual a diferença dos dois oitões, o do corpo principal o da cosinha.

Praia do Jabaquara.

Tive um habitáculo – morei ali

Daniel Lopes Nascimento

Coberta com telhado de espicha semelhante ao que vi em Ubatuba, na casa do Sumosa.

Apenas com a diferença que não tem cachorro. A linha que apoia os caibros esta apoiada nas travessas que estão colocadas nas paredes. Proximo tem outra casa com telhado feito com cachorro. Mas o tipo predominante é a que não possui cachorro. O motivo é defender-se contra maroim (mosquito polvora) o pernilongo. Maroim de duas

Parati 3 – 7 – 45

Saimos de Spaulo dia 3 – 7 – 45

Saimos de Cunha dia 4, às 4,50 da manhã Venda do Taboão às 8,30. Descida da Serra 10h 45'as 15,30 – paramos 1h e 27 minutos – chegamos as 17,10 - Jantamos 10h e 50'. O condutor dos animais chama-se Benedito Maximo. Mora no Taboão e desce com tropa para Parati, onde vai vender milho e feijão preto que tem mais saída lá. O feijão preto dá melhor aqui no sertão de Aparição e do Taboão, onde a chuva mela o feijão manteiga e outros feijões. O milho custa em Cunha 25\$ por 40 quilos. As tropas voltam vazias de Parati porque o peixe é escasso. Toda a semana desce 4 a 5 latas de 12 burros para Parati.

O arrendo auqi no sertão do Taboão é pago a razão de 6 a 10 alqueires de milho por alqueire (semente) de planta.

Habitação. O puxado da casinha é mais baixo para que a fumaça não entre na casa e para a cozinha ficar mais quente. A fumaça sai pela parede. Informação de Bened Maximo.

espécies, uma maior outra menor.

A visinha não soube explicar porque faz o telhado mais baixo. A mulher disse que é porque quando a casa sai pequena é preciso fazer a cosinha e a cumieira precisa ser colocada e não pode emendar com outra. Fabricação de cal de concha – Paulo

A concha e ajuntada na praia. Faz a carreira de lenha – estirada de lenha fina. Põe a concha por cima e ascende. Quando a lenha acaba de queimar vai borrifando água e batendo com a enxada. Depois penera. Cada alqueire (40 Litros) vendem por 9\$. Cada mais (malho ?). Tem 60 alqueires. Cada carreirada dá um mois e meio mais ou menos. A prefeitura cobra 20\$ por carreira de imposto.

Praia do Jabaquara – moravam ali pescadores no sertão, bairro de caboclo, há lavoura. Aqui na praia do Jabaquara havia muito mosquito.

Agora não há mais. As casa precisavam ser fechadas a tarde. Mesmo assim muitas noites o pessoal passava andando na praia.

Fazenda Santa Maria – Boa Vista – Parati no outro lado da enseada.

Engenho antigo – Dá milho que via no pé. Costumam ali deixarem roça para guardar a semente ali ou outra planta. Dá bom feijão preto – 8 alq. Por quarto de semente. As chuvas vão out. a março.

Casas de Parati

Retangular – coberta de sapé – ripas de jussara e taquara – “telhado de espicha” Algumas tem o telhado da cosinha em parte mais baixa embora as paredes sejam no mesmo retângulo

Casas do Taboão

Semelhante a Parati – Casas retangulares sendo que entre uns 20 ou 30 , apenas duas tinham a cobertura da cosinha em ponto mais baixo.

Coberta em telhado de espicha – chancão de sobre linha que apoia os caibros.

Sítio do Guandú – Bairro do Taboão

Tropeiro que Benedito Maximo

Foi conosco a Parati.

2. Estrada da Pedra Branca – calçada da Serra pra lá – cheia de “degraus”. É a mais velha de todas - depois de aberta não foi usada – vai pelo Vale do Taboão e dobra a Serra na ultima cabeceira deste.

Sai no Rio da Várzea - abaixo do rancho.

3. Estrada de Parati (atual) a mais nova Barreira do Taboão – sede Quad Estad. Pav. S. Paulo p 76

Parati – Rancho –	1h25'
Rancho – 1º almoço –	1h25'
1º almoço – Estiva Preta –	40'
Estiva Preta – Vista –	45'
Vista – Alto –	20'
Alto – Taboão –	1h15'
Taboão Guandó –	40' 6h50'
Guandú Divino Mestre –	1h40'
D. Mestre Cunha –	2h20'
	1h30'

Forte Defensor Perpetuo 1737

Praia do Jabaquara

Taboão – As terras aqui do Sertão do Taboão dão boa colheita de milho no primeiro ano de derrubada, no segundo a safra já é menor Meres – O Sr. Benedito Maximo dá semente e sustento - meia a machado – e reparte a colheita ao meio. Os sitiantes não gostam porque acham que dá prejuízo .

Caminho de Parati

- Era usado pelos capitães gerais quando vinham do Rio para S. Paulo.

- Roça de milho no alto da Serra, a 1500 metros de altitude !!

1. Barreira – A casa da Barra – foto Estrada de Registro Velho – não era calçada até uns 80 anos atras (esteve transitada ?) - O João Dito que tem 90 anos (já morreu) quando era menino rocava tropa por ela.

Esta estrada sai por tras da Serra da Barra Sai na Toca do Ouro- abaixo da Estiva Preta.

TAUBATÉ	4-2-45
ITU	8-3-45
CUNHA	17-3-45
TAUBATÉ	25-5-45
PARATI	3-7-45
ITANHAEN	20-1-46
BOCAINA	15-11-46
ITANHAEN	3-1-46
ILHA DE SÃO SEBASTIÃO	23-3-46
NATIVIDADE DA SERRA	14-4-46
TAUBATÉ	17-5-46
RIO CLARO	16-6-46
PARANÁ	6-8-46
UBATUBA	9-9-46

TAUBATÉ 4-2-45
ITU 8-3-45
CUNHA 17-3-45
TAUBATÉ 25-5-45
PARATI 3-7-45
ITANHAEN 20-1-46
BOCAINA 15-11-46
ITANHAEN 3-1-46
ILHA DE SÃO SEBASTIÃO 23-3-46
NATIVIDADE DA SERRA 14-4-46
TAUBATÉ 17-5-46
RIO CLARO 16-6-46
PARANÁ 6-8-46
UBATUBA 9-9-46

Roda a Braço

- 1 - Banco
- 2 - Gaiola
- 3 - Cocho
- 4 - Chumaço
- 5 - Vêio
- 6 - Cambota (são 4)
- 7 - Chapa

- UBATUBA -
9-9-46 a 16-9-46
com: Alceu Maynard Araujo
Edgard Cardoso
Sahi de S Paulo pelo trem das 7.20 no dia 9-9-46
Partimos de Taubaté pelo ônibus às 7 horas da manhã e chegamos a Ubatuba as 12^h 30^l - no dia 10-9
Dia 11 foi feito um filme da fabricação da farinha de mandioca, na chácara de Basílio de Oliveira no Perequeassú. A arrancação da mandioca foi filmada em roça do Basílio, na minha chácara no Perequeassú. A preta que trabalhou foi a Verônica "sobrinha" do Salvador (branco), e que possui na chácara no Perequê-assú.
Foi filmado também uma moagem de cana.
No dia 12 filmei parte da feitura de balaio, no caminho do Perequeassú, na casa do Alfredo Belarmino.

PRENSA

- 1 - Virgem
- 2 - Concha
- 3 - Fuso
- 4 - Queijo
- 5 - Mesa
- 6 - Gamela
- 7 - Puxador

207 à 209 - Local da instalação
Fazem a casa da farinha perto da casa de preferência. Até $\frac{1}{2}$ légua de distância da roça. Se a roça estiver a mais do que isso então fazem na roça. O Basilio trazia a mandioca no saco, nas costas, do Taquaral no Perequeassú. Trazia para 20 quilos de farinha, em saco cheio de mandioca, pesando 4 q. Fazia 2 viagens por dia uma de manhã, outra a tarde, mais 5 Kms de distância. Isso fazia para o gasto, por necessidade. Se fosse para negocio a distância máxima podia ser até "metade de $\frac{1}{2}$ légua".

220 - Uso da instalação
O Basilio fez para uso próprio, para fazer farinha para o seu gasto. Para isso planta 2 a 3 quadras por ano. Em terreno de areia, fraco no Perequeassú dá 20 alqs. de farinha por quadra. No Taguaral 3 quadras deram 150 alqs. Terra de capoeirão de 8 anos, barrenta, vermelha, morro.

A Verônica Barbosa, pega de a meia e usa o aviamento do Basilio.
Este não cobra nada por que tem dó dela.
Outros fazem de a meia e o Basilio não cobra. Hoje quase ninguém cobra aluguel do aviamento, é cousa muito velha. Só lá na praia do Felix. Assim mesmos não sabe se ainda cobram. Se pelo lado do norte fazem farinha para vender e, como aqui, o dono do aviamento não cobra aluguel.
É um uso que caiu em desuso.

O Basilio planta 2 a 3 quadras de mandioca para tratar 8 pessoas da família - As vezes vende um pouco. Outras dá de meia para fazerem. A mulher anda doente, não pode trabalhar. Para uso vão os 6 alqueires. O consumo mesmo é de 30 alqueires por ano, porque tem gato, cachorro, pinto, etc. Dão um pouco, emprestam e não recebem de volta, e assim vai indo.

Aviamento do Basilio de Oliveira
Pareque-assú - Ubatuba

Possui: Roda de braço (quer dizer tocado a braço, na manivela (vêio) diretamente)

1 - prensa de fuso
1 - forro
1 - cocho em baixo da roda
1 - cocho para cavar a massa
2 - peneira para massa - massa grossa
1 - uma, cuia feita de cabaça
1 - roda
1 - ganela para aparar o caldo
1 - ganela para lavar a mandioca
1 - jacá de 30 litros
1 - jacá de 45 litros
3 - Tipitis
Sacos para por a farinha torrada

Fabricante Belarmino
Caminho de Perequeassú

Em terra nova a mandioca rende muita.
Qualquer boradinho de terra dá para farinha.

O Basilio empresta a fabrica. Até agora não tem cobrado nada. É comum emprestarem a fábrica, sem cobraram nada. Empresta para vizinhos próximos. Não precisa que sejam amigos. Vem pedir, se avexa de negar. Para inimigo não empresta, nem que peça.

Os que cobram (praia do Felix) cada 40 litros (1 alqueire) cobravam 5 litros.
O trabalho era por conta do quem pedia emprestado. O dono não fazia nada.
O Basilio cobrou uma vez do Anisio 5 litros por alqueire e o Anisio reclamou. Ai o Basilio resolveu não alugar mais. Um aviamento rende 800 ha - e porisso precisa cobrar.
Agora prefere de dado, para os vizinhos, que fazem farinha para comer.
O dono da fabrica não tendo mandioca e, pegando para fazer, ele mesmo, é repartida a meia

renda. Devido a rama que brota toda, nesses três meses. O broto ainda está pequeno. De novembro em diante os brotos estão grandes e ainda volta a render. A folha cai do dia 15 de julho em diante, até o começo de agosto. De outubro em diante já tem folhas outra vez. Vai crescendo o broto até mês de março, junho e julho fica parado.

De novembro a julho é o tempo bom para fazer farinha. A quebra da farinha é de 50% naqueles três meses.

As luas boas são cheia e nova.

Os quartos são lua muito fraca.

Semeia mas não dá grandes rendimentos.

Nos quartos dá um 20% de quebra.

60 quilos de mandioca dão 30 litros de farinha (15 a 16 Quilos), isso nos mês de novembro a junho. 40 litros de farinha (1 alqueire “calculado”) dá 28 quilos, quando bem torrada. Mal torrada dá apenas 27 quilos.

A época da “farinhada” mesmo é de abril a julho. É quando a mandioca está mais firme

281 – É o ano todo. Não há farinha que chega para o “Comércio”. O povo aumentou a mandioca faltou. Não há o que chegue. Antigamente havia fartura. Faziam muita farinha. O povo era menos.

Assim, certas vezes, como deveriam de fazer por que havia muita farinha, aconteceria o mesmo, chegara a haver falta e por tanto procura a farinha não estava circunscrita a épocas certas.

282 - Qualquer tempo para colher é tempo sol, chuva, etc. Não há superstição quanto ao tempo para colher.

282 - A mandioca quanto mais nova de colhida é melhor. Pode colher num dia para desmanchar no outro. De dois dia cozida a

226 – Acontece muito pouco comprarem a mandioca para desmancha.

“Fazer farinhada” ou “desmanchar”.

O primeiro e mais usado.

Compravam o talhão de roça. Não é por quilo. Hoje se fosse comprar o preço seria 500 % quadra de 10 braças de 10 palmos. O alqueire de farinha hoje esta a 50 %. E um quadra da 20 alqueires. Seria 25\$.

Quem pega de a meia tem que arrancar a mandioca e da a farinha pronta na casa do dono da raiz. A “fazeadeira vai levar”

228 - alugado, emprestada, ou a meia, o dono do aviamento não ajuda.

278 - Épocas

Pega de novembro e vai até julho. De agosto a outubro não é grande cousa. Porque a mandioca está muito aguada. A farinha não.

farinha. Costuma-se deixar dentro de casa, na sombra. Se deixar no sol azeda. Se deixar no tempo coberto, não estraga.

A fabrica de Basilio faz 5 alqueires por dia.

Deve colher de véspera apenas a quantidade para 5 alqueires de farinha. São 10 alqueires de raiz para dar 5 alqueires de farinha, no tempo em que rende.

Fabricantes de Tipiti

Antonio Ernesto - Taguaral
Sebastião Candido - Perequeassú (praia grossa)
Alemão Vicentino - Taguaral
Bernardino Barnabé - Caminho da Usina

Fabricante de Balaio

Chico Candido – Caminho da Usina
Belarminio - Caminho praia brava
Fabricantes de Gamela
Chico Pinheiro - Taguaral
Bernardino Barnabé - Caminho da Usina
Fabricantes de Aviamento
Benedito Joaquina – Perequeassú

290 – Arranca com a mão, no terreno de areia ou de barro.

Antes quebra as pontas das varas para que não seque depois em quanto fica amontoada.

A raiz que fica, depois que arranca com a mão é tirada com uma enxada ou com a foice. Na areia quase não fica raiz. Leva-se a foice porque as vezes acontece ficar uma ou outra. Leva-se por prevenção.

Vai arrancando, quebrando do pé e pegando, fragmentos espalhados.

Depois corta-se a cabeça da raiz e enche os balaies para carregar. Os balaies são sempre de 20 litros para cima. Corta-se em facão.

Os balaies são de esteiras de timpopeba e o ticume de bambu. O começo do ticume e de imbé

Homem, mulher e criança colhem a mandioca. Quatro pessoas, em meio dia - dos 7 as 11 horas. colhem.

A Verônica, com um menino, tem feito 2 alq. de farinha no dia

O que vira e o virador. Quem põe a mandioca para ralar, geralmente mulher, chama-se “cevadeira”. Quando a mandioca está curta, empurra com outra grande, para não pegar a mão no rolo.

Numa cesta ao lado esta a mandioca que deve ser ralada. Algumas trabalham sentadas. Outras em pé. Quem sofre “de descadeira” fica em pé. O cocho é em forma de canoa cortada, para que não saia massa pela frente e escorra a água por trás. É assentada mais levantada na frente. Alguns usam canoa velha. Outros mandam fazer dessa forma mesmo.

Quando tem 3 tipitis ralados já poem na prensa. Cada tipiti dá 20 litros de farinha (1/2 alquerie). Na prensa vão 3 tipitis de cada vez. Em 1 hora prensa os 3 tipitis na prensa de fuso. Na Arataca leva 4 horas

mandioca para 2 alqueires de farinha.

Atenção - A mulher de Basilio disse que não faz 5 alqueires no dia. 4 pessoas trabalhando das 7 da manhã até a noite faziam 3 alqueires. (?)

294 - Depois de trazida a mandioca ela é raspada a raiz. Depois é levada e em seguida ralada (em cevada).

O raspagem é feita com faca mais miúda. Em seguida é lavada em água. É serviço de gente grande. Criança não rende o serviço. “Raspa 3 raízes e começa a brincar”. Quanto tem uma parte raspada e lavada já começa a arlar.

300 - Uma pessoa vira a roda. É homem que vira. Se tiver outro homem então tira de serviço. Chamada Verônica vai fazer farinha, ela mesmo vira a roda.

Em cocho de quebra massa tem cabeça. As vezes a madeira não guenta, por está podre na frente. Além disso é mais barata a confecção.

No cocho a massa é quebrada. Depois é peneirada em peneira grosso (de malha grossa). A peneira é feita de taguara mirim. No morro tem muita. As peneiras custam 7 \$ cada uma. A volta da peneira é chamada arco e feita de taguara bambú.

Depois é forrada. Acende o fogo. Logo em seguida põe a mesma. A forno não pode ficar muito quente. Se não engarola a massa toda. Outros dizem faz angú. Uma pessoa penera a mesma e joga na forno. Outra vai forneando. Quando a que está forneando cansa a outra substitue-a.

A lenha usada é bambú, bagaço de cana, e qualquer outra qualidade. Para fornecer 5 alq. de farinha gasta-se 150 tachas, de 1 metro, por um 4 cm. A fumaça não prejudica a farinha. O tempo, sol ou chuva, não influe a toração.

Na arataka poem deixa uma duas horas, tira o tipiti, quebra a massa, torna a por outra vez e deixa mais 2 horas. Ai fica pronto

Começa a raspa a 6 horas - 4 pessoas.

As 8 horas dois vão ralar.

Os outros dois ficam raspando até as 10 horas, ficando terminado.

A esse hora já tem massa pronta para fornecer.

321 - Toração

Depois de prensada a massa, é retirada do tipiti e posta num cocho próprio para isso. Não tem cabeça nenhuma, é todo um aberto. "Porque não tem água para escorrer" (?). O cocho com cabeça também serve. Existem fábrica

Começando as 6 horas - as 10 horas termino de raspar. As 14 horas terminava de ralar. As 20 horas terminava de fornecer.

Entre 6 a 11 horas duas pessoas ralam a mandioca para 5 alq. de farinha.

Leva 11 a 12 horas para fornecer 5 alqueires de farinha, em um forno de 4 palmos de boca, em forno de cobre. No forno de ferro leva mais tempo. Fica muito pesado. Agarra muito a massa. A massa quase não cose.

O Basilio acha que o forno a lenha não serve porque é fraco. Vai fazer força quebra. Nunca usa forno de barro. A que não existe

Apertar a prensa é serviço de homem. Aperta até ficar firme. Ai para. Depois que dá uns 2 minutos de folga, ele abaixa um pouco e então torno a puxar (apertar). Assim faz uma 10 vezes. Depois deixa até tirar. Isso na prensa de fuso.

Pedra de Rail (Salvador Venancio - S. Cruz)

A pedra do saci chama “corisco”. É uma pedra muito perigosa. Onde bate racha. Afunda no chão. Não sabe quanto. Ninguém sabe. Sabe ou fim de sete anos. Ninguém vê. Os antigos falam que e pedra.
Pelo buraco que ele faz deve ser pedra.
No Abrico “bom abrigo” bateu na casa, mas como tinha, paraia, rodou do paraia e caiu no chão. Fez um buraco assim (e partiu de diametro).
Ninguém mexeu porque tem medo.
Ninguém pode “distribuir” o que possa ver, porisso não mexem.
Não sabe no que pode acontecer mas tem medo. Ainda não se contou de ninguém o buraco que ele fez. Da trovoadá sai a chuva, sai o vento, sai a “pedra”

Que enfiado na taquara da casa cerca (cerca de era). Para evitar mau olhado para as plantas.

(taquara poca – acharam a taquara feita da ripa). A casa barreada da juta é bareada sobre o entulho. O barro e do fundo do quintal. As varas que vão sobre a pedra, do beiral à cumieira, é presa só em cima, uma a outra, o resto fica solto, sobre a palha. O nome dessa vara é peso (?).

Acham que a casa toda de barro é melhor, mas não fazem porque não madeira. A ripa é taquara mirim.

A taquara poca é muito brada, não servia ou serão de bambú.

Habitação
Barro ao Rocio

Casa de pau a pique – “parede de entulho” e “francesa”.

E lamiado e depois vai rebocando. fotos.

Técnica de entulho

Vide foto - são feitas as amarrações - esteio e linha e pregadas alguns barrotes.

Depois vem a ripa das paredes e em seguida enfiado o entulho.

A coberta é guamióva. Taquara mirim. Tem muito no mato.

Depois de entulhada é rebocada com cal (uma parte) e areia (uma parte).

BAIRRO DO CARIJÓ

- 1 sombra
- 2 ralo ou serragem
- 3 cambota ou curva
- 4 braço
- 5 veio
- 6 cavalete
- 7 braço
- 8 cevadeira
- 9 travessa
- 10 esteios
- 11 cocho - apara massa

Mesa

Burro

- 1 - esteira
- 2 - mesa
- 3 - esteio
- 4 - varão
- 5 - cocho

CANANÉIA - IGUAPE 12/08/46

Saimos a 5h 30 com maré vazante.
As 7' fronteamos a Ilha das Garças.

Barra do Icapara - Sr Rolim

Sr Cecilio Henrique Fidencio
(mapas lateral) Santos

Semanalmente de Santos a Iguaape lancha S 14
- 15 horas em viagem normal.

Chegamos a Vitorinia (Pedrinhas). As 8 horas
Sr Eduardo Silva

Alteração do Mapa
Guaricanga deve ser Vamiranga.

vara ou tesoura

Bolandeira para
ralar mandioca

Diz de que a Vila Nova era para ser iguaape,
mas não fui avante por falta de água.

Proa em oblico

Proa

TEAR DE ESTEIRA (de 2 litros)

- 1 Bil
- 2 Tear
- 3 Varão
- 4 Concha
- 5 Perí

Esteira para forar porão de embarcação por água em cima

As esterias tem $7\frac{1}{2} \times 7\frac{1}{2}$ palmos
1,65 x 1,65

- Bolandeira
- 1 roda
- 2 cruzeta
- 3 cambota
- 4 canal
- 5 guasca
- 6 lixo
- 7 eixo
- 8 esteio
- 10 ferragem
- 11 bolandeira
- 12 rolete
- 13 mancal
- 14 mesa
- 15 cevadeira
- 16 encosta da mesa
- 17 porta gamela
- 18 cocho
- 19 travessa
- 20 tripé

PRENSA

- 1 Concha
- 2 fuso
- 3 virgem
- 4 capacete
- 5 mesa
- 6 canal
- 7 pé
- 8 cunha
- 9 braço
- 10 rosca

"Penacho"

Um feixe de
pena de galinha
para limpar o
cocho

A "dona" chamam esta roda de bolandeira

Prensa para esteira de peri

Prensa para esteira

As “esteiras são colocadas dobradas em 4 em sentido longitudinal”. Cada fardo tem vinte panos (vende por 284) não tem proteção lateral. Na mesa tem um “L” que é coberto de tinta para ser impresso no fardo. É a marca “Lisboa”. Um mulher faz vinte panos por dia.

A “corda” é uvira. O peri e tirado na barra do Subaúma. A uvira da no brejo. A uvira esta escassa e dizem que vai faltar o peri. Todo mundo conta. O povo da redondeza toda faz esteira para venda. Existe alguns compradores. O comprador é que possuem prensa para remessa.

A principal lavoura é a mandioca. Plantam cana, café, arroz, batata, cara, etc. Para o gasto.

CADERNETA DE VIAGEM Nº 9 – 1947

Caderneta de viagens nº 9

Carlos Borges Schmidt

Diretoria de Publicidade Agrícola

Secretaria da Agricultura

Residência: Alameda Rocha Azevedo, 1388. São Paulo.

1947

ITANHAEM 3-1-47

Industria rural - Rio Itanhaem acima fazem pás de caxeta - para mexer café nos armazéns de Santos. encomendas tem muitos que fazem.

13-1-47

Sr Henrique Marques – Fubá maneiro
A farinha maneira é melhor para a saúde porque é mais bem torrada.
Mandioca Mansa = aipim cacau da com 8 meses - "já pode comer" - "boa mesmo é com um ano".
Chamamos de ignorante ao homem que não sabem o que sabemos, sem lembramos de que também somos ignorantes por desconhecemos o que eles sabem. A vossa sabedoria.

Itanhaem - 3-1-47
Rio Claro - 7-2-47
Parelheiros - 10-3-47
São Luis do Paraitinga - 1-4-47
Taubaté - Eugenio de Melo 11-4-47
Rio Claro - 21-7-47
Ubatuba- Caraguatatuba - 17-9-47
Itatiaia 14-11-47

Monjolos e Engenhocas

Em toda a zona rural; vale do Corumbatay, Morro Grande, bairro dos Lopes, existiam muitos monjolos, destinados a fabricação da farinha de milho. Também engenhocas que eram usadas para fazer assucar batido para o gasto e venda aos vizinho.
A proibição do Governo, e os impostos, exigindo livros, e uma porção de dificuldades levam à extinção de todas essas pequenas indústrias rurais.

Farinha de mandioca

Não há fabrica pequena de farinha de mandioca na zona. Só existem fabricas grandes. Uma no bairro dos Lopes, outra perto do Paraguáçu. Fabricas pequenas existem em Araras, e parece que diversas. Mas só para uso domestico não há em nenhum lugar. Aqui usam farinha de milho: "Paulista não usa farinha de mandioca". E as fabricas pequenas de farinha de milho desaparecem por causa dos impostos. Elas não eram para simples uso domestico, por que a alimentação não era exclusiva de farinha de milho, como o é em Ubatuba, e no litoral, quase exclusiva de farinha de mandioca. Aqui usam também feijão, fubá, arroz, etc.

As próprias fabricas de farinha de

ENXADAS

Lazaro Martins (Tico) enxeda capim

1) 1.42 x 16 x 12 1/2 x 28 1/2 2 f tupi
cabo de eucalipto

alt - 1 cm. altura do pé da orelha

Benedito Souza- enxeda de capim

2) 1.61 x 16 1/2 x 12 1/2 x 28 1/2 2 f
cabo eucalipto

alt - pé da orelha

Dito Pires- enxeda de capim

3) 1.57 x 16 x 13 x 28.2 2 f
cabo de sapuva

alt- 1 cm mais alto que ele

Dito Pires- enxeda de carvar

4) 132 x 15 1/2 x 15 x 22 1/2

alt- metade da orelha

cabo de sapuva (arranja em horta)

mandioca estão se dedicando agora à fabricação da farinha de rasas.

ENXADAS - Altura Ideal?

O Chico Neves disse que para ele o comprimento do cabo é na testa

Dito Pires - na altura da pessoa

Dito Souza - altura do nariz

Tião - altura do olho

Artur Barbosa - altura do homem - na testa

Ant. Machado - no queixo

Luiz Pereira - altura dele

Natalina - altura dela

Sebastiana Pires - Um palmo mais que ela

Luiza Calivar - 7 dedos mais alto (1/2 palmos)

Dolores de Souza - altura dela

Rosa Calivar - altura da orelha - mais

Arlindo - da altura dele

Antonio - altura do nariz

ENXADEIROS

1) Lazaro Martins

2) Banedito de Sousa

3) Benedito Pires

4) Benedito Pires

5) Artur barbosa

6) Antonio Manoel

7) Luis Pereira (menino)

8) Natalina Calivar (moçinha)

9) Sebastiana Pires (menina)

10) Luisa Calivar

11) Dolores Sousa

12) Rosa Calivar

13) Arlindo Maria (menino)

14) Antonio Carvalho

15) José Amaricio

16) Jose Pereira

17) José Pires

18) Francisco Novos Fº

19) Luiz Zagueta

20) André Muller

ENXADAS

Idade	Sexo	Altura	Peso	Força	Velocidade	Resistência	Observações
1	M	1,70	65,0	11,0	1,2	1,5	Boa
2	M	1,65	60,0	10,5	1,1	1,4	Boa
3	M	1,60	55,0	10,0	1,0	1,3	Boa
4	M	1,55	50,0	9,5	0,9	1,2	Boa
5	M	1,50	45,0	9,0	0,8	1,1	Boa
6	M	1,45	40,0	8,5	0,7	1,0	Boa
7	M	1,40	35,0	8,0	0,6	0,9	Boa
8	M	1,35	30,0	7,5	0,5	0,8	Boa
9	M	1,30	25,0	7,0	0,4	0,7	Boa
10	M	1,25	20,0	6,5	0,3	0,6	Boa
11	M	1,20	15,0	6,0	0,2	0,5	Boa
12	M	1,15	10,0	5,5	0,1	0,4	Boa
13	M	1,10	5,0	5,0	0,0	0,3	Boa
14	M	1,05	0,0	4,5	0,0	0,2	Boa
15	M	1,00	0,0	4,0	0,0	0,1	Boa
16	M	0,95	0,0	3,5	0,0	0,0	Boa
17	M	0,90	0,0	3,0	0,0	0,0	Boa
18	M	0,85	0,0	2,5	0,0	0,0	Boa
19	M	0,80	0,0	2,0	0,0	0,0	Boa
20	M	0,75	0,0	1,5	0,0	0,0	Boa

Idade	Sexo	Altura	Peso	Força	Velocidade	Resistência	Observações
1	M	1,70	65,0	11,0	1,2	1,5	Boa
2	M	1,65	60,0	10,5	1,1	1,4	Boa
3	M	1,60	55,0	10,0	1,0	1,3	Boa
4	M	1,55	50,0	9,5	0,9	1,2	Boa
5	M	1,50	45,0	9,0	0,8	1,1	Boa
6	M	1,45	40,0	8,5	0,7	1,0	Boa
7	M	1,40	35,0	8,0	0,6	0,9	Boa
8	M	1,35	30,0	7,5	0,5	0,8	Boa
9	M	1,30	25,0	7,0	0,4	0,7	Boa
10	M	1,25	20,0	6,5	0,3	0,6	Boa
11	M	1,20	15,0	6,0	0,2	0,5	Boa
12	M	1,15	10,0	5,5	0,1	0,4	Boa
13	M	1,10	5,0	5,0	0,0	0,3	Boa
14	M	1,05	0,0	4,5	0,0	0,2	Boa
15	M	1,00	0,0	4,0	0,0	0,1	Boa
16	M	0,95	0,0	3,5	0,0	0,0	Boa
17	M	0,90	0,0	3,0	0,0	0,0	Boa
18	M	0,85	0,0	2,5	0,0	0,0	Boa
19	M	0,80	0,0	2,0	0,0	0,0	Boa
20	M	0,75	0,0	1,5	0,0	0,0	Boa

Como se determina a altura do cabo ?
(ou o comprimento do cabo)

A. Na Altura da testa |||| o

B. Na altura da Pessoa ||oo|o

C. Na altura do olho |||

D. Na altura do nariz ||

E. Na altura do queixo |

F. Meio palmo mais alto que a pessoa oo

G. Altura da orelha o

H. Um palmo mais que a pessoa |

ENXADEIROS E ENXADAS

Idade	Sexo	Altura	Peso	Força	Velocidade	Resistência	Observações
1	M	1,70	65,0	11,0	1,2	1,5	Boa
2	M	1,65	60,0	10,5	1,1	1,4	Boa
3	M	1,60	55,0	10,0	1,0	1,3	Boa
4	M	1,55	50,0	9,5	0,9	1,2	Boa
5	M	1,50	45,0	9,0	0,8	1,1	Boa
6	M	1,45	40,0	8,5	0,7	1,0	Boa
7	M	1,40	35,0	8,0	0,6	0,9	Boa
8	M	1,35	30,0	7,5	0,5	0,8	Boa
9	M	1,30	25,0	7,0	0,4	0,7	Boa
10	M	1,25	20,0	6,5	0,3	0,6	Boa
11	M	1,20	15,0	6,0	0,2	0,5	Boa
12	M	1,15	10,0	5,5	0,1	0,4	Boa
13	M	1,10	5,0	5,0	0,0	0,3	Boa
14	M	1,05	0,0	4,5	0,0	0,2	Boa
15	M	1,00	0,0	4,0	0,0	0,1	Boa
16	M	0,95	0,0	3,5	0,0	0,0	Boa
17	M	0,90	0,0	3,0	0,0	0,0	Boa
18	M	0,85	0,0	2,5	0,0	0,0	Boa
19	M	0,80	0,0	2,0	0,0	0,0	Boa
20	M	0,75	0,0	1,5	0,0	0,0	Boa

Idade	Sexo	Altura	Peso	Força	Velocidade	Resistência	Observações
1	M	1,70	65,0	11,0	1,2	1,5	Boa
2	M	1,65	60,0	10,5	1,1	1,4	Boa
3	M	1,60	55,0	10,0	1,0	1,3	Boa
4	M	1,55	50,0	9,5	0,9	1,2	Boa
5	M	1,50	45,0	9,0	0,8	1,1	Boa
6	M	1,45	40,0	8,5	0,7	1,0	Boa
7	M	1,40	35,0	8,0	0,6	0,9	Boa
8	M	1,35	30,0	7,5	0,5	0,8	Boa
9	M	1,30	25,0	7,0	0,4	0,7	Boa
10	M	1,25	20,0	6,5	0,3	0,6	Boa
11	M	1,20	15,0	6,0	0,2	0,5	Boa
12	M	1,15	10,0	5,5	0,1	0,4	Boa
13	M	1,10	5,0	5,0	0,0	0,3	Boa
14	M	1,05	0,0	4,5	0,0	0,2	Boa
15	M	1,00	0,0	4,0	0,0	0,1	Boa
16	M	0,95	0,0	3,5	0,0	0,0	Boa
17	M	0,90	0,0	3,0	0,0	0,0	Boa
18	M	0,85	0,0	2,5	0,0	0,0	Boa
19	M	0,80	0,0	2,0	0,0	0,0	Boa
20	M	0,75	0,0	1,5	0,0	0,0	Boa

QUADRO DE OBSERVAÇÕES

Relativos ao trabalhador Cond do Amb.

The image shows a handwritten manuscript page with two tables of data. The top table has three columns and several rows of numbers. The bottom table has two columns and several rows of numbers. The handwriting is in a cursive script, likely from the 18th or 19th century.

1	1	1
2	2	2
3	3	3
4	4	4
5	5	5
6	6	6
7	7	7
8	8	8
9	9	9
10	10	10
11	11	11
12	12	12
13	13	13
14	14	14
15	15	15
16	16	16
17	17	17
18	18	18
19	19	19
20	20	20
21	21	21
22	22	22
23	23	23
24	24	24
25	25	25
26	26	26
27	27	27
28	28	28
29	29	29
30	30	30
31	31	31
32	32	32
33	33	33
34	34	34
35	35	35
36	36	36
37	37	37
38	38	38
39	39	39
40	40	40
41	41	41
42	42	42
43	43	43
44	44	44
45	45	45
46	46	46
47	47	47
48	48	48
49	49	49
50	50	50
51	51	51
52	52	52
53	53	53
54	54	54
55	55	55
56	56	56
57	57	57
58	58	58
59	59	59
60	60	60
61	61	61
62	62	62
63	63	63
64	64	64
65	65	65
66	66	66
67	67	67
68	68	68
69	69	69
70	70	70
71	71	71
72	72	72
73	73	73
74	74	74
75	75	75
76	76	76
77	77	77
78	78	78
79	79	79
80	80	80
81	81	81
82	82	82
83	83	83
84	84	84
85	85	85
86	86	86
87	87	87
88	88	88
89	89	89
90	90	90
91	91	91
92	92	92
93	93	93
94	94	94
95	95	95
96	96	96
97	97	97
98	98	98
99	99	99
100	100	100

1	1
2	2
3	3
4	4
5	5
6	6
7	7
8	8
9	9
10	10
11	11
12	12
13	13
14	14
15	15
16	16
17	17
18	18
19	19
20	20
21	21
22	22
23	23
24	24
25	25
26	26
27	27
28	28
29	29
30	30
31	31
32	32
33	33
34	34
35	35
36	36
37	37
38	38
39	39
40	40
41	41
42	42
43	43
44	44
45	45
46	46
47	47
48	48
49	49
50	50
51	51
52	52
53	53
54	54
55	55
56	56
57	57
58	58
59	59
60	60
61	61
62	62
63	63
64	64
65	65
66	66
67	67
68	68
69	69
70	70
71	71
72	72
73	73
74	74
75	75
76	76
77	77
78	78
79	79
80	80
81	81
82	82
83	83
84	84
85	85
86	86
87	87
88	88
89	89
90	90
91	91
92	92
93	93
94	94
95	95
96	96
97	97
98	98
99	99
100	100

TEMPO DO AR

UBATUBA 17-9-47
Com Willems e Paulo

Na várzea do Una, pela estrada de S. Luiz de Paraitinga, qui passa pelo Ribeirão das Almas, logo na descida do morro que fica além do ribeirão Itaim, existe um cocoruto que desde muito vem atraindo a atenção de várias pessoas.

A razão de tal fato é estar ele situado em plena várzea, embora próximo ao morro, isolado, como se fosse uma calha projetada acima de uma lagoa.

Fica a oito quilometro da cidade de Taubaté, aproximadamente. E como nesta região tem sido encontrado muito restos de antigos sepultamento indígenas, supõem certas pessoas seja aquele cocoruto um monumento funerário indígenas, ou cousa semelhante. Medi a circunferência do

ouro, de cousa alguma. "Esse cocoruto gerou aí mesmo".

No morrote existe sinal de uma cova minada. O José de Almeida não sabe exatamente por que teriam feito aquilo.

Uma mulher que passou na estrada disse a Sr. Nicolau Florencio que aquele lugar era assombrado. Uma vez parara ali e ouvia fala de gente de lado de morrote.

Mandioca

O Cel Alexandre Ponte contava, para mostrar e fertilidade das terras que possui na beira do Paraíba, que certa vez, começaram a desaparecer vários porcos da criação que possuía. Depois de muito investigar descobri que uma raiz do mandiocal que plantara tinha crescido tanto, devido à fertilidade

cocoruto deu 208 passos. Bati duas fotos. Por elas pode-se calcular a altura. O Willems enfiou um ferro redondo de $\frac{1}{2}$ || em vários lugares. Enterrava facilmente. Depois o mesmo aconteceu em morro próximo. O solo está molhado das ultimas chuvas. O terreno do cocoruto é o mesmo dos morro ao lado vermelho.

Pisada pelo gado, de vez que está coberto de capim gordura. Ao redor é uma várzea de solo escuro, cinzento quase de preto, si preto, em certos lugares.

O João de Almeida, que foi carvoeiro do tempo do velho. Para ele que construiu a vida na fazenda Itaim, e que mora por ali desde que nasceu, disse nunca ter ouvido antes nada a respeito do cocoruto. Nem listrado de viado, nem de filha de raio, nem de crina de bugre, nem de

da terra que varou, por baixo do Paraíba, de um lado para o outro. Os porcos então começaram a comer essa raiz, abriram um túnel por dentro dela e passaram para o outro lado do rio.

Taubaté a Ubatuba, pelo ônibus entre 7^h e 13:30, do dia 18-9-47

Caminhos antigos

O Balio disse que numa ouviu falar de uma estrada direta, de Ubatuba para Cunha, por onde pudesse passar tropa. Nem existe vestígio de semelhante cousa. Outras pessoas também não ouviram falar.

Alem da demora que mencionei em meu artigo no

"Estado" existem quatro picadas.
A 1ª é do Poruba para Cunha aberta por caçadores, além da cachoeiras Escorrega.
A 2ª é a quem da cachoeira (ao sul) e vai sair num lugar que se chamava Independência, a 6 léguas da cachoeirinha, no caminho de S. Luiz a Ubatuba, lugar esse (Independência) que hoje se chama Poruba.
O 3ª é do Corcovado ao sertão da Palmeira ao norte de Bairro Alto.
O 4ª é de Maranduba ao sertão da Palmeira.
Por estes dois últimos existe pequeno comercio, porém de coisas transportada nas costas.
Por nenhum dessas quatro trilhas podem passar animais.

da costeira e usadas para abrir ostras. Apresentavam sinais de fratura pelo uso. Poucas delas possuíam sinais de início de polimento. Duas pegamos também. Uma desta possui a forma de uma lançadeira. Achamos dois pedaços de cristal de rocha. No local, por terem sido encontrados ossos humanos, uma mulher entrou para acender vela. Vivia uma pedra. Ha notícias de que rio Itaguá ter sido encontrado coisa semelhante.

Sambaqui
O Balio informou que o sambaqui de Massaguaçu é atravessado pela linha do telegrafo. Ali todos o conhecem pelo nome de Casqueiro. Para o lado do norte, até Parati

Antiga aldeia indígena do Tenório
Nas manhã de 19 e 20 escavamos no local da antiga da aldeia indígena, possivelmente Tupinambá, na praia do Tenório. O local está retirado uns 100 mts do mar. No centro da roda de areia preta (restos de carvão) estão os afloramentos de conchas, ostra e ossos. Abriu-se um buraco, de uns 80 cm de profundidade e 1 m e 20 cm, de largura. Dai começou a escavar um bloco de 2 m² de área e uns 40 cm de altura. Apenas encontramos raros fragmentos de ossos humanos, algumas vértebras de peixe, cascas de ostras, conchas e caramujos - em quantidade.

Varias pedras foram encontradas. No meio daquele areal, acharam-se vários quebradores; umas pedras lisas trazidas

Viagem Ubatuba - Caraguatatuba
(dia 21-9-47)
Saída de Ubatuba - 6,30
Fazenda Velha - 7,02
Alto da Berta - 7,56
Pé do Morro - 8,19
Rio Escuro - 9,18
Rio Cangerana - 9,30
Rio Banala - 9,40
Praia (saída na) - 9,47
Venda do Bernardino - 9,52 - 11,30
Alto do Morro - 11,43
Praia Lagoinha - 12,20
Lagoinha - Sapé - 13,30
Sapé - Maranduba - 13,18 - (Santa Cruz)

não sobe da existência de Sambaqui. O Dr Piza disse que o Barão de Terrie já estudou os sambaqui das proximidades da Ponta da Trindade referidos por Loeffgren.

Sambaqui

O Balio informou que o sambaqui de Massaguaçu é atravessado pela linha do telegrafo. Ali todos o conhecem pelo nome de Casqueiro. Para o lado do norte, até Parati

não sobe da existência de Sambaqui. O Dr Piza disse que o Barão de Terrie já estudou os sambaqui das proximidades da Ponta da Trindade referidos por Loeffgren.

Viagem Ubatuba - Caraguatatuba

(dia 21-9-47)
Saída de Ubatuba - 6,30
Fazenda Velha - 7,02
Alto da Berta - 7,56
Pé do Morro - 8,19
Rio Escuro - 9,18
Rio Cangerana - 9,30
Rio Banala - 9,40
Praia (saída na) - 9,47
Venda do Bernardino - 9,52 - 11,30
Alto do Morro - 11,43
Praia Lagoinha - 12,20
Lagoinha - Sapé - 13,30
Sapé - Maranduba - 13,18 - (Santa Cruz)

Chegada a Maranduba -	3,45 - 14,10
Praia Tabatinga -	15,20
Tabatinga - Mococav -	15,45
Povoado Massaguaçuv -	16,20 - 16,45
Caraguatatubav -	18,40

Dito Nato (Pedra Negra)

A porta precisa que não bata para fechar e nem para abrir. Precisa que va “sereno”. A janela também precisa que seja leve. Não tenha queda de lado nenhum. Seja no nível >

gaipa

orelha - para linha quadrada

gaipa para linha de cima quadrada

“sobre-linha de meio” ou “terça”

Os caibros podem ser amarrados com o cipó nas linhas - de cima e de baixo.

que seja no prumo
linha quadrada
orelha ou gaipa
A linha deve ser de quina para ajuntar na gaipa
gaipa para linha redonda
sobre linhas por causa da ponta dos travos e a grossura dos caibros
A sobre-linha é encaixada - despontando a trava não presica sobre - linha
A sobre-linha pode ser posta em pedaços, entre as travas. O encaixe da sobre-linha quando é usada só é feito na sobre-linha. Não conhece o nome desse encaixe da trava sobre as linhas.

A distancia de um caibro no outro é de 25 a 28 centímetros - de fora a fora dos caibros

Madeira para esteio - Limoeiros - Ipe - Sagaragá - Peroba d'água - Tojuba.

Madeira para linha - Guatambú - Guatamburana - Pindauba - Cambará Guassú - Cravantan.

O tempo bom para cortar é na minguante - para não carunchar madeira, bambu e cipó é bom cortar na minguante.

As mesmas madeiras que servem para linha servem para caibro.
Guatambú - Pindauba - Gravantan dão madeira direita para caibro.

Para ripa usa Bambú.

Cipós - Cambura alho - Eunforca veado - Camburá Preta - Camburá Cravo

Camburá branca - Camburá Rajada - Cipó Macunã. Essas são as melhores.

Tem outros: Cipó preto - Cipó taboa - Camburá S. João.

A grossura da coberta de Sapé é de 3 a 4 dedos - se fizer de um palmo é melhor.

Uma casa de 25 x 30 palmos - um feixe de 4 palmos de diâmetro dá para tirar no dia.

O sapé bom tem 6 palmos.

O Dito Mato acha que para uma coberta de 3 a 4 dedos precisa de 30 a 40 feixes desses de 4 palmos de diâmetro.

Num sapesal bem bom um homem arranca uns 15 feixes, se a terra estiver bem mole.

Com 3 dias de serviço uma pessoa cobre a casa. Tendo uma pessoa para dar palha.

Uma casa de 25 x 30 palmos - Para fazer camada pequena da 4 comodos.

Com barro e água perto - para barear os 165 palmos de parede - gasta uns 10 dias sendo 2 pessoas em 5 dias.

Uma casa de Pau a pique tem que dar dois reboques - grosso e fino.

Reboque - 3 latas de areia e 1 de terra vermelha dá reboque grosso para desempenar as paredes.

Por fora a chuva tira o reboque de terra e areia. Só serve para deixar por dentro

O reboque fino - 3 latas de areia e 1 de cal.

Ripa e Ripa de aperto.

Taguapiri - feito de Guarussú - serve para amarrar sapé.

O cipó e o taguapiri precisa ser conservado fresco - com que precisa molhar para não suar.

O sopé que vai sobre a linha de cima chama - cumieira - ou - espigão - ou - capelo.

A taguara de cima chama "aperto" do espigão de ou aperto do "capelo".

Com a madeira posta no lugar gasta uns 15 dias para armar a casa.

Em 6 dias tira a madeira no mato. A puxada depende da distancia.

O chão bem aparelhado não precisa bater - Quando fica esburacada entrar orvalho por cima - põe terra ai bate.

Machado - foice - engó - formão - cepa de rebaixo - (esta para fazer o rebaixo do pé direito das portas e janelas).

O sapé deve ser tirado na mingunte, tirado na lua ruim junta muito bicho, aranha, etc. Se dura mais ou menos não tem certeza, cre que não há influencia.

Verificar o reboco das casas de japoneses - os quais usados palha misturada para resistir as chuvas.

Casas com folhas nos vãos das portas e casas sem folhas nos vãos.

A zona da agricultura e a zona da floresta.
A primeira afetada pela pecuária e pelos
carvoeiros. Os núcleos de habitat concentrado
como centro de resistência do surto da
pecuária provocando o despovoamento e o
êxodo dos pequenos proprietários.
O abandono das terras agriculturáveis sem a
devastação de floresta da Cordilheira
Marítima.

Classificação das indústrias:

1. Quanto à localização: URBANA e RURAL.
2. Quanto à espécie: EXTRATIVA, MANEJO DE MAT. NATURAL, etc.
3. Quanto ao grau de desenvolvimento: DOMÉSTICA, PEQUENA INDÚSTRIA (ou mista, ou doméstico-comercial), COMERCIAL.

Indústria Rural

Indústrias tipicamente rurais: Benefício de coqueitos
a) produtos vegetais
b) produtos minerais
(até o ponto de ser entregues as indústrias manufatureiras urbanas).

Pequena indústria rural
moínhas - moinhos
moleiros - moinhos de milho
aviamento - moinhos de algodão
cerâmica - (tijolos)

Indústria rural doméstica
Trançado
Fiação e tecelagem
Fiação de algodão
Fiação de linho
Fiação de seda
Fiação de lã.

Indústria tipicamente urbana: Manufaturas.

História da indústria

1. O processo de transformação da matéria-prima em produtos acabados, desde a extração da matéria-prima até a transformação final.
2. O processo de transformação da matéria-prima em produtos acabados, desde a extração da matéria-prima até a transformação final.
3. O processo de transformação da matéria-prima em produtos acabados, desde a extração da matéria-prima até a transformação final.
4. O processo de transformação da matéria-prima em produtos acabados, desde a extração da matéria-prima até a transformação final.

3. História da indústria "desenvolvimento da indústria"

(Habitat)

Tipos que são / Nova
 transição em todo
 o mundo

As relações naturais / muito
 comuns
 campos

Solo / a
 grande
 a pequena
 a grande

Relações que são / a
 a grande
 a pequena

Estados / a
 a grande
 a pequena
 a grande
 a pequena

Grupos de todos / a
 a grande
 a pequena
 a grande
 a pequena

...
 ...

Tipos de habitats

Considerar, basicamente, o corpo
 central da casa, e as outras partes.

Tudo que surge da planta da
 planta regular de colheita - a grande
 casa, a casa de madeira e a casa -
 deve ser considerada de "grande".

Habitat $\left\{ \begin{array}{l} \text{de fuma} \\ \text{montado no aglomerado} \end{array} \right\} \left\{ \begin{array}{l} \text{luz} \\ \text{mineral} \\ \text{mistura} \end{array} \right\} \text{plano}$

I Habitat de fuma al do to luvoni ou do q de m tido
 el do to luvoni ou do q de m tido

II Habitat com um lado (montado, capela, etc).

Forma montado no lado fuma

al com o to luvoni ou do q de m tido
 com o to luvoni ou do q de m tido
 de to luvoni ou do q de m tido
 al com o to luvoni ou do q de m tido
 com o to luvoni ou do q de m tido

al com o to luvoni ou do q de m tido
 com o to luvoni ou do q de m tido

al com o to luvoni ou do q de m tido
 com o to luvoni ou do q de m tido

al com o to luvoni ou do q de m tido

com o to luvoni ou do q de m tido

Janelas: Vi -vidraça
 E -folha escura
 Ve -veneziana

Pilotes: M -estaca de madeira
 Ti -pilão de tijolos
 Pa -pilão de pedra

Charinô: L -lateral
 S -central
 B -buraco na parede
 VC -vão entre dois planos de estaca

Côr: A -cores de arame
 U -cores de madeira
 T -cores de madeira ou carvão

Paredes pintadas: P -paredes da frente
 L -paredes laterais
 I -paredes das janelas
 B -paredes da parede

Côr das paredes: A -amarelo
 B -branco
 C -cinza
 R -rosa
 Az -azul
 V -verde

Vãos pintados: J -janelas
 P -paredes

Côr dos vãos: A -amarelo
 B -branco
 C -cinza
 R -rosa
 Az -azul
 V -verde

Condições, materiais: R -arrivada
 An -alcali
 Vi -vidraça escura
 A -amarelo
 B -branco
 C -cinza
 R -rosa
 Az -azul
 V -verde

"PLANO A" (Ficha A)

Município.... Bairro.... Nº....

Ponto inicial... Km... Distância... Altitude...

Situação: E - espigão Foto: (sem ou não)
 12 - meia encosta
 P - planura
 A - beira d'água

Aspecto geral: Indicar de acordo com os modelos.

Fronte: B - para o lado do bairro
 O - para o lado do rio

Cobertas: 1 - mata água
 2 - áreas água
 4 - quatro águas
 TC - telhas de canal
 TF - telhas francesas
 2 - telhas de flandres
 3 - sapê
 Pl - palhas diversas

Fuxado: D - dianteiro
 L - lateral
 T - traseiro
 A - aberto
 F - fechado
 O - com gradil

Portas de entrada: Tj - tijolas
 Tb - tábuas
 P - pau a pique
 PB - pau a pique barreado
 Tp - taipa de pilão
 A - adobe
 L - calça
 H - rebocada

Plumão: P - pedras
 L - laje
 C - canga
 22 - terra - preto

Mun: Bairro: Nº:

Pt.in: Km: Dist: Alt:

Situação: E ME P A Foto:

Aspecto geral: Fronte: B O

Coberta: 1 2 4 TC TF Z S Pl

Fuxado: D L T A F O

Paredes externas: Tj Tb P PB Tp
 A Pl R

Tamanho: P M G OG

Janelas: Vi B Ve Pilotis: M Tl Pd

Chaminé: L C B VC Córca: A M T

Paredes pintadas: P L T N

Côr das paredes: A B C R Az V

Vãos pintados: J P

Côr dos vãos: A B C M Az V

Const. anexas: Pr Pa Gl E G Po Ga R

Arvores: F O J Árvores: P PC CA

Arvores: F - frutíferas
O - ornamentais
J - jardim

Água: F - poço
PC - poço coberto
CA - caixa d'água

Notas: A quilometragem é a partir do ponto inicial.

A distância é da estrada à casa.

Quando se tratar de um grupo de habitações, fazer no verso da ficha uma pequena planta, indicando as distâncias, aproximadamente, entre elas.

Plano C

SUBSTITUIÇÃO DO TIPO DE HABITAÇÃO PRIMITIVO.

1. Tipo predominante em tempos passados.
2. Época da transição.
3. Motivos ou causas da substituição.

ASPECTO REGIONAL CARACTERÍSTICO DAS HABITAÇÕES.

4. Casas de planta quadrada ou retangular.
5. Casas com um ou mais corpos, reunidos ou separados.
6. Casa construídas sobre estacas. Em lugares secos ou úmidos. Utilização da parte inferior.

FUNÇÕES DIVERSAS DAS HABITAÇÕES.

7. Existência e frequência das casas que, além de moradia, são utilizadas para outros fins.
8. Fins para que são usadas (paio, estábulo, depósito de forragens, fábricas de manteiga, fábricas de farinha, armazem comercial, etc.). Nome que recebe essa parte da casa.

CONSTRUÇÃO DAS HABITAÇÕES.

9. Auxílio feminino na construção das casas.
10. Construção por meio de escravos pagos ou empreiteiros. Trabalho do próprio dono.
11. Auxílio de vizinhos. Dias emprestados. Utilização. Em que é prestado esse auxílio.

HABITAÇÕES PROVISÓRIAS E TEMPORÁRIAS. ABRIGOS.

12. Existência de habitações provisórias. Motivos de sua ocorrência. Como são elas.
13. Existência de habitações temporárias. Motivos de sua ocorrência. Como são elas.
14. Abrigos rudimentares. Finalidade. Realização

1. LOCALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO. Ficha A.
2. PLANTA. Dimensões. Localização dos móveis. Alturas do pé direito e do telhado.
3. COMODOS. Utilização. Forro. Piso.
4. MORADORES. O que é o chefe da casa. Número de moradores. Como dormem.
5. ORIENTAÇÃO. Orientação da face do terreno. Orientação da curuleira.
6. PROTEÇÃO. Proteção contra o vento.
7. COBERTA. Particularidades. Nome regional do tipo e do material. Duração da cobertura quando não do telha. Largura do beiral.
8. PAREDES. Parede externas e internas: Material. Espessura. Argamassa. Reboco, elementos e detalhes. Pintura, tinta, cor. Parede interna até a cobertura.
9. JANELAS. Número. Dimensões em m. e mm. Folhas. Duração na parede: localização e finalidades.
10. PORTAS. Número. Dimensões. Folha. Portas internas.
11. FUNDAÇÃO. Utilização. Nome local. Particularidades.
12. CONSTRUÇÃO. Origem do construtor. Material que não precisou comprar. Custo do material comprado. Custo da mão de obra. Administração e empreitada. Montagem.
13. REPARAÇÕES. Reforma, conserto ou aumento com material diferente da construção primitiva. Razões. Duração da casa.
14. FOGÃO. Tipo, material e dimensões. Chaminé: tipo.
15. HIGIENE. Água: forma de abastecimento. Privada: tipo e situação. Banho: banheiro e condições. Iluminação: combustível.
16. PEÇAS ACESSÓRIAS. Móveis típicos. Adornos. Oratório. Imagem. Cofre. Grações Jirau.
17. PORÃO. Condições. Altura. Utilização.
18. MONTAGEM. Peças e madeiras empregadas.
19. CENÁRIO LOCAL. Contexto local e significações.

Mod. de ficha, 2.ª edição, com o Acervo 1976

2000-1976

"Habitar rural"

Tipologia, estrutura e formas construtivas

3. Estrutura da casa

4. Estrutura da casa

5. Estrutura da casa

6. Estrutura da casa

7. Estrutura da casa

8. Estrutura da casa

9. Estrutura da casa

10. Estrutura da casa

11. Estrutura da casa

12. Estrutura da casa

13. Estrutura da casa

14. Estrutura da casa

15. Estrutura da casa

16. Estrutura da casa

17. Estrutura da casa

18. Estrutura da casa

19. Estrutura da casa

20. Estrutura da casa

21. Estrutura da casa

22. Estrutura da casa

23. Estrutura da casa

24. Estrutura da casa

25. Estrutura da casa

26. Estrutura da casa

27. Estrutura da casa

28. Estrutura da casa

29. Estrutura da casa

30. Estrutura da casa

31. Estrutura da casa

32. Estrutura da casa

33. Estrutura da casa

34. Estrutura da casa

35. Estrutura da casa

36. Estrutura da casa

37. Estrutura da casa

38. Estrutura da casa

39. Estrutura da casa

40. Estrutura da casa

41. Estrutura da casa

42. Estrutura da casa

43. Estrutura da casa

44. Estrutura da casa

45. Estrutura da casa

46. Estrutura da casa

47. Estrutura da casa

48. Estrutura da casa

49. Estrutura da casa

50. Estrutura da casa

51. Estrutura da casa

52. Estrutura da casa

53. Estrutura da casa

54. Estrutura da casa

55. Estrutura da casa

56. Estrutura da casa

57. Estrutura da casa

58. Estrutura da casa

59. Estrutura da casa

60. Estrutura da casa

61. Estrutura da casa

62. Estrutura da casa

63. Estrutura da casa

64. Estrutura da casa

65. Estrutura da casa

66. Estrutura da casa

67. Estrutura da casa

68. Estrutura da casa

69. Estrutura da casa

70. Estrutura da casa

71. Estrutura da casa

72. Estrutura da casa

73. Estrutura da casa

74. Estrutura da casa

75. Estrutura da casa

76. Estrutura da casa

77. Estrutura da casa

78. Estrutura da casa

79. Estrutura da casa

80. Estrutura da casa

81. Estrutura da casa

82. Estrutura da casa

83. Estrutura da casa

84. Estrutura da casa

85. Estrutura da casa

86. Estrutura da casa

87. Estrutura da casa

88. Estrutura da casa

89. Estrutura da casa

90. Estrutura da casa

91. Estrutura da casa

92. Estrutura da casa

93. Estrutura da casa

94. Estrutura da casa

95. Estrutura da casa

96. Estrutura da casa

97. Estrutura da casa

98. Estrutura da casa

99. Estrutura da casa

100. Estrutura da casa

ASPECTO ERIEGRIO DEL HABITAJE RURAL

7. Valor patrimonial (valor de un pueblo = 100%)

7. Clasificación (según el tipo de vivienda)

de acuerdo a su estructura

1) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

2) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

3) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

4) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

ASPECTO ERIEGRIO DEL HABITAJE RURAL

7. Valor patrimonial (valor de un pueblo = 100%)

7. Clasificación (según el tipo de vivienda)

de acuerdo a su estructura

1) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

2) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

3) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

4) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

5) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

6) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

7. Valor patrimonial (valor de un pueblo = 100%)

7. Clasificación (según el tipo de vivienda)

de acuerdo a su estructura

1) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

2) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

3) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

4) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

5) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

6) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

7) Habitaje (de tipo = tipo de vivienda)

ANEXO III

Álbuns Fotográficos

“Coleção Carlos Borges Schmidt”

Catálogo dos álbuns fotográficos, de Maria de Lourdes Zuquim, pertencentes ao acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS), de São Paulo

Serra da Bocaina.....	305
Cunha.....	323
Habitação Rural.....	337
Litoral.....	351

SB001
Vista da Cunha

SB002
Vista da Cunha

SB003
Caminho de Campos de Cunha "Santa Cruz"
coberta de sapé – Cunha

SB004
Caminho de Campos de Cunha Vista do Sítio
Canjaro – Cunha

SB005
Caminho de Campos de Cunha Vertente do Jacuí
– Cunha

SB006
Várzea e estrada – Jacuí – Mirim Caminho de
Cunha – Cunha

SB007
Semeadores de Feijão – Caminho de Campos de
Cunha – Rio Jacuisinho – Cunha

SB008
Transporte de barro – Rib. Pedra Branca –
Cunha

SB009
Roças Rib. Pedra Branca – Cunha

SB010
Roças Rib. Pedra Branca – Cunha

SB011
Vista p/ o lado da Serra do Mar
Águas de S. Rosa – Campos de Cunha – Cunha

SB012
Vale do rib. Guabiroba
Caminho de Campos de Cunha – Cunha

SB013
Lados de Lorena – Vista do Alto das 100
Braças – Campos de Cunha – Cunha

SB014
Cargueiro de fumo
Campos de Cunha – Cunha

SB015
Serra do Taruman, tendo no fundo a Bocaina
Campos de Cunha – Cunha

SB016
Arredores de Campos de Cunha – Cunha

SB017
Caminho p/ Macacos serra do Taruman. Campos
de Cunha – Cunha

SB018
Vista dos Campos de Cunha – Cunha

SB019
Casa em Campos de Cunha – Cunha

SB020
Porcada em Campos de Cunha – Cunha

SB021
Campos de Cunha – Cunha

SB022
Casa sem janelas. Campos de Cunha – Cunha

SB023
Mata a dentro – Caminho de Campos de
Cunha a Bocaína – Cunha

SB024
Prensa de farinha – Mata a dentro. Campos de
Cunha

SB025
Paineiras – Ribeirão do Mata Dentro – Caminho
Campos de Cunha a Bocaina

SB026
Subida para a Bocaina – Caminho de Bocaina
de Baixo – Vale Paraitinga – Campos de Cunha

SB027
Bocaina de Baixo – Cunha

SB028
Bocaina de Baixo – Cunha

SB029
Bocaina de Baixo – Cunha

SB030
Bocaina de Baixo – Cunha

SB031
Tropa na Bocaina de Baixo – Cunha

SB032
Bocaiba de Baixo – Tropa chegando de
cachoeira

SB033
Rio Paraitinga a 2 Km, de Bocaina de Baixo

SB034
Casa a beira do Paraitinga – Bocaina de Baixo

SB035
Rio Paraitinga entre as pedras – Bocaina de Baixo

SB036
Rio Paraitinga, acima do João do Carmo – Bocaina de Baixo

SB037
Fundo da Bocaina – Vale Dom Paraitinga

SB038
Fundão do Rio das Pedras, afluente do Paraitinga – Bocaina de Baixo

SB039
Rio das Pedras, afluente do Paraitinga – Bocaina de Baixo

SB040
Rio Paraitinga abaixo – No fundo a Serra do Taruman

SB041
*Caminho da Serra da Bocaina ao atravessar o
Rio das Pedras, afluente do Paraitinga – Bocaina
de Baixo*

SB042
Vale do Paraitinga, do alto da Bocaina

SB043
Vale do Paraitinga, do alto da Bocaina

SB044
Vale do Paraitinga, do alto da Bocaina

SB045
Pico da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB046
Caçador do Rio Paraitinga – Serra da Bocaina

SB047
Caçador do Rio Paraitinga – Serra da Bocaina

SB048
Caçador do Rio Paraitinga – Serra da Bocaina

SB049
Vale do Paraitinga – Pinheiro Quebrado – Serra
Da Bocaina

SB050
Vedo de Pedra – Fazenda Pinhal – Serra da
Bocaina – No fundo uma morada

SB051
Fazenda Jardim – Serra da Bocaina

SB052
Manhã, Fazenda Jardim – Serra da Bocaina

SB053
Pinheiro – Serra da Bocaina – Fazenda Jardim

SB054
Campos da Bocaina – Caminho para S. José dos
Barreiros, vindo da Bocaina de Baixo

SB055
Campos da Bocaina – Ao fundo o Itatiaia

SB056
Morrões de Candeia – Faz. Pinheirinho – Serra
da Bocaina

1632

SB057
Vale do Paraitinga (cachoeira). Serra da Bocaina

1634

SB058
Fazenda Pinheirinho – Serra da Bocaina

1635

SB059
Serra da Bocaina. Gado pastando a 1850m de alt. Fazenda Pinheirinho

1636

SB060
Tropa nos Campos da Bocaina

1637

SB061
Tropa nos Campos da Bocaina

1638

SB062
Tropa nos Campos da Bocaina

1639

SB063
Caminho do Morro da Boa Vista (subida) Serra da Bocaina

1640

SB064
Caminho do Morro da Boa Vista (descida) Serra da Bocaina

SB065
Vale do Mambucaba – Serra da Bocaina

SB066
Mata a 1850m. de altitude. Serra da Bocaina

SB067
Mata a 1850m. de altitude. Serra da Bocaina

SB068
Mata a 1850m. de altitude. Serra da Bocaina

SB069
Vista panorâmica do horizonte completo tirada no Morro da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB070
Vista panorâmica do horizonte completo tirada no Morro da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB071
Vista panorâmica do horizonte completo tirada no Morro da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB072
Vista panorâmica do horizonte completo tirada no Morro da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB073
Vista panorâmica do horizonte completo tirada
no Morro da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB074
Vista panorâmica do horizonte completo tirada
no Morro da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB075
Vista panorâmica do horizonte completo tirada
no Morro da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB076
Vista panorâmica do horizonte completo tirada
no Morro da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB077
Vista panorâmica do horizonte completo tirada
no Morro da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB078
Vista panorâmica do horizonte completo tirada
no Morro da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB079
Vista panorâmica do horizonte completo tirada
no Morro da Boa Vista – Serra da Bocaina

SB080
Pinheirinho Bravo. Faz. Pinheirinho. Serra da
Bocaina

SB081
O Rio Paraitinga nos Campos da Bocaina – Ao fundo o lago

SB082
Chuva para os lados dos Macacos – Serra da Bocaina

SB083
A beira do campo – Serra da Bocaina

SB084
Estábulo – Faz. Jardim – Serra da Bocaina

SB085
Detalhes da construção de pau a pique (estábulo) Faz. Jardim – Serra da Bocaina

SB086
Bossoroca – Campos Bocaina

SB089
Maciço do Itatiaia – Serra da Bocaina

SB090
Faz. Jardim – Serra da Bocaina

SB091
Capim do Brejo, para cobertura de casas. Serra da Bocaina

SB095
Vista do Vale do Paraíba – Descida para Areias – Serra da Bocaina

SB099
Serra da Bocaina, descida para Areias, vista do Vale do Paraíba. (1500mts.)

SB100
Serra da Bocaina, descida para Areias, vista do Vale do Paraíba. (1500mts.)

SB103
Faz. Fazendinha, Serra da Bocaina para Areias

SB104
Faz. Fazendinha, Serra da Bocaina para Areias

SB107
Bairro do Quilombo, caminho da Serra da Bocaina para Areias

SB108
Rei Quilombo, caminho da Serra da Bocaina para Areias

SB109
Morro Frio à Serra da Bocaina

SB110
Morro Frio, km295 da estrada São Paulo – Rio

SB111
Abrigo, km295 da estrada São Paulo – Rio

SB112
Areias

SB113
Areias

SB114
Areias

SB115
Casa de “arigó” – Lorene

SB116
Aparecida

SN01
Sem legenda do autor

SN02 Sem legenda do autor

SN03
Sem legenda do autor

SN04
Sem legenda do autor

SN05
Sem legenda do autor

SN06
Sem legenda do autor

SN07
Sem legenda do autor

SN08
Sem legenda do autor

SN09
Sem legenda do autor

SN10
Sem legenda do autor

SN11
Sem legenda do autor

SN12
Vale Paraitinga

SN13
São José do Barreiros

SN14
Campos Novos de Cunha

SN15
Cunha

SN16
Fazenda Pinhal

SN17
Fazenda Pinheirinho

SN18
Pico da Boa Vista

SN19
Pico da Boa Vista

SN20
Fazenda Pinheirinho

SN21
Rutilio

C001 Cunha

C003 Cunha

C004 Cunha

C005 Cunha

C007 Cunha

C008 Cunha

C010 Cunha

C012 Cunha

C013 Cunha

C014 Cunha

C015 Cunha

C016 Cunha

C017 Cunha

C018 Cunha

C019 Cunha

C020 Cunha

C021 Cunha

C022 Cunha

C023 Cunha

C024 Cunha

C025 Cunha

C027 Cunha

C028 Cunha

C029 Cunha

C030 Cunha

C033 Cunha

C036 Cunha

C039 Cunha

C040 Cunha

C041 Cunha

C043 Cunha

C045 Cunha

C047 Cunha

C048 Cunha

C049 Cunha

C050 Cunha

C059 Cunha

C060 Cunha

C061 Cunha

C062 Cunha

C063 Cunha

C064 Cunha

C065 Cunha

C066 Cunha

C067 Cunha

C068 Cunha

C069 Cunha

C071 Cunha

C074 Cunha

C078 Cunha

C079 Cunha

C081 Cunha

C082 Cunha

C083 Cunha

C084 Cunha

C086 Cunha

C093 Cunha

C094 Cunha

C095 Cunha

C097 Cunha

C098 Cunha

C100 Cunha

C101 Cunha

C104 Cunha

C105 Cunha

C106 Cunha

C107 Cunha

C108 Cunha

C109 Cunha

C110 Cunha

C122 Cunha

C123 Cunha

C124 Cunha

C125 Cunha

C126 Cunha

C127 Cunha

C128 Cunha

C129 Cunha

C130 Cunha

C133 Cunha

C133 Cunha

C134 Cunha

C135 Cunha

C136 Cunha

HAB002
Brejaúva – Redenção

HAB003
Brejaúva – Redenção

HAB005
Brejaúva – Redenção

HAB007
Brejaúva – Redenção

HAB009
Brejaúva – Redenção

HAB010
Brejaúva – Redenção

HAB013
Atrás do Morro do Ermo – Redenção

HAB015
Atrás do Morro do Ermo – Redenção

HAB018
Embaixo da Pedra Grande – Redenção

HAB021
Sítio dos Corrêas – Redenção

HAB023
Sítio dos Corrêas – Redenção

HAB025
Bairro dos Carros – Redenção

HAB027
Bairro dos Carros – Redenção

HAB029
Bairro dos Carros – Redenção

HAB030
Bairro dos Carros – Redenção

HAB031
Bairro dos Carros – Redenção

HAB034
Bairro dos Carros – Redenção

HAB039
Bairro dos Carros – Redenção

HAB041
Bairro dos Carros – Redenção

HAB042
Bairro dos Carros – Redenção

HAB047
Bairro dos Carros – Redenção

HAB049
Cardoso (Belmiro) – Redenção

HAB052
Pedra Negra – Taubaté

HAB056
Pedra Negra – Taubaté

HAB057
Pedra Negra – Taubaté

HAB068
Nhonhô Ramos – São Luiz do Paraitinga

HAB070
Perto da Ponte dos Mineiros – Natividade

HAB085
Itanhaém – Parada Prado – Km77

HAB088
Itanhaém – Parada Prado – km77

HAB090
Itanhaém – Caminho Sertão do Bananal

HAB095
Itanhaém – No Sertão do Bananal (Índios)

HAB098
Itanhaém – No Sertão do Bananal (Índios)

HAB100
Itanhaém – No Sertão do Bananal (Índios)

HAB101
Itanhaém – No Sertão do Bananal (Índios)

HAB104
Peruíbe

HAB109
Ruínas do Abarebebê

HAB110
Ruínas do Abarebebê

HAB120
Praia de Peruíbe – Canto Norte

HAB130
Taubaté

HAB133
Pinheirinho – Redenção

HAB135
Paio – São Luiz

HAB136
São Luiz

HAB149
Ubatuba – Cidade

HAB153
Ubatuba – Cidade

HAB160
Taquaral – Ubatuba

HAB184
Confluência Assungui – Juquiá

HAB187
Arredores de Registro

HAB191
Arredores de Registro

HAB193
Registro Jacupiranga

HAB194
Jacupiranga

HAB197
Registro a Pariquera

HAB200
Kamoto – Registro

HAB201
Kamoto – Registro

HAB203
Rio Quilombo

HAB204
Rio Itapanhaú

HAB205
Paio construído por Polônês — Ribeira de Iguape

HAB248
Sertão do Bananal. (S. da Bocaina)

HAB249
Sertão do Bananal. (S. da Bocaina)

HAB251
Cabeceiras do Paraíba — Cunha

HAB254
Baía de Parati

HAB256
Parati

HAB259
Parati

HAB260
Cunha

HAB263
Campos Novos de Cunha

HAB266
Bocaina de Baixo – Cunha

HAB269
Bocaina de Baixo – Cunha

HAB277
Bairro do Quilombos – Areias

■ HAB278
Bairro do Quilombos – Areias

HAB279
Estrada de São Paulo – Rio –
Areias

HAB281
Porto de Subauma – Iguape

HAB283
Porto de Subauma – Iguape

HAB290
Bairro do Carijó – Cananéia

HAB292
Bairro do Carijó – Cananéia

HAB294
Vila Clementina – Coroados. (Residência de professora rural)

HAB295
Vila Clementina – Coroados. (casa de escola rural)

HAB297
Ilha de S. Sebastião – Caminho entre a praia do Perequê e a praia do Portinho

HAB299
Ilha Anchieta, Casa construída por um “nortista”. Ao puxado lateral, de duas águas, estilo Ubatuba”, acrescentou o “copiar”, típico do Nordeste.

L01

Socada de pilão, e depois peneirada, a “quirera” (resíduo grosseiro separado da farinha torrada) pode ser incorporada a farinha novamente. Perequê-assu – Ubatuba – Set. 1946

L02

Cuia de pau usada para despejar a massa dentro do forno a fim de ser torrada. Perequê-assu – Ubatuba – set. 1946

L03

O fundo do balaio tem seu tecimento iniciado no chão. Caminho de Perequê-assu – Ubatuba – set. 1946

L04

Fundo do balaio. Os raios são os esteios, feitos de timbopeva. O “Tiçume em espiral” é feito de imbé. Caminho de Perequê-assu – Ubatuba – set. 1946

L05

Fase de execução do tecido, os lados do balaio são de Taquara bambu”. Caminho de Perequê-assu – Ubatuba – set. 1946

L06

Fase de execução do tecido, os lados do balaio são de Taquara bambu”. Caminho de Perequê-assu – Ubatuba – set. 1946

L07

Balaio para rama ou raiz de mandioca. O seu conteúdo em raízes de mandioca dá para fazer até meio alqueire (20 litros “calculados”) de farinha. Um balaieiro faz quatro balaio por dia, e o seu preço de venda é de Cr\$ 5,00 cada um. Caminho de Perequê-assu – Ubatuba – set. 1946

L08

Engenho rústico de cana. Em Ubatuba chamam “engenho”. Ao Lado, composto de duas forquilhas, o depósito para as canas. Ao fundo o cepo e o macete para quebrar os nós. Mata Dentro – Ubatuba – Set. 1946

L09
Engenho de moer cana. Cidade – Ubatuba –
set. 1946

L10
Fase de execução do tecido, os lados do balaio
são de Taquara bambu”. Caminho de Perequê-
assu – Ubatuba – set. 1946

L11
O fundo do balaio tem seu tecimento iniciado
no chão. Caminho de Perequê-assu – Ubatuba –
set. 1946

L12
Peneira de malha fina, com a qual se separa a
“quirera”, depois de pronta a farinhada. Perequê-
assu – Ubatuba – Set. 1946.

LA
Tear de bilro para as esteiras de peri. Porto
Velho – Iguape – ago. 1946

LB
Tear de bilro para as esteiras de peri.
Porto Velho – Iguape – ago. 1946

LC
Cortadores de peri, munidos de pequenos ferros
(alfanges). Cidade – Iguape – ago. 1946

LD
Esteiras de peri, já terminadas Subauma –
Iguape – ago. 1946

LE
Transporte de fardos de esteiras de peri. Porto Velho – Iguape – ago. 1946

LF
Engenho rústico de cana, chamado “moenda” na região. Ilha Comprida, em frente a Cananéia – ago. 1946

LG
Em quase todas as casas do Porto Velho de Iguape os moradores dedicam – se à fabricação de esteiras de peri. Os feixes são deixados secar algum tempo, a fim de perderem o excesso de umidade. Porto Velho – Iguape – ago. 1946

LH
Engenho rústico de cana, chamado “moenda” na região. Caiobá – Est. Do Paraná – ago. 1946

LI
Tear de bilro para esteiras de peri. Porto Velho – Iguape – ago. 1946

LJ
Tear de dois bilros, destinado À feitura de esteiras de peri, usadas na estiva de navios. Porto das Pedrinhas (Vitorino) – Ilha Comprida – ago. 1946

LL
A roda de ralar mandioca chamada “bolandeira”. Porto de Pedrinhas (Vitorino) – Ilha Comprida – ago. 1946.

LM
Prensa de fuso, com o tipiti cheio de massa. Ao lado o volante de uma roda de feira (“bolandeira”). Porto das pedrinhas (Vitorino) – Ilha Comprida – ago. 1946.

ANEXO IV

Referências Cartográficas

1 Sistemas de Acessibilidade Regional

Localização da Área de Estudo e de Projeto. Escala 1:500.000

2 Bairros rurais e Vilas Caiçaras – Sistema de Acessibilidade

Cunha – SP / Paraty – RJ. Escala 1:250.000

3 Áreas protegidas

Cunha – SP / Paraty – RJ. Escala 1:350.000

4 Relevo

Cunha – SP / Paraty – RJ. Escala 1:350.000

5 Uso do Solo

Localização da Área de Estudo e de Projeto. Escala 1:500.000

6 Sistemas de Acessibilidade e Uso do Solo

Praia do Sono e Laranjeiras. Paraty – RJ. Escala 1:25.000

7 Assentamentos e Edificações (Estrutura Fundiária

Praia do Sono. Paraty – RJ. Escala 1:8.000

9 Sistemas de Acessibilidade e Uso do solo

Bairros da Bocaina de São Roque e Bocaininha. Cunha – SP. Escala 1:25.000

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. “Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. In: **Encontro Anual Da Anpocs, 22**. 1998, Caxambu. **Anais São Paulo**: ANPOCS, 1998. (Grupo de Trabalho sobre Processos e Movimento Sociais no Campo).

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Anna Blume/FAPESP, 2000.

ALMEIDA, A. P. **Usos e costumes praianos**. *Revista do Arquivo Municipal*. n. 104, p. 67-80, 1945.

ALVAR, Julio; ALVAR, Janine. **Guaraqueçaba, Mar e Mato**. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 1979.

ALVES, Eliseu; LOPES Mauro; CONTINI Elísio. **O empobrecimento da agricultura Brasileira**. *Revista de Política Agrícola*, v.3, p. 5-19, jul-set, 1999.

ANDRADE, Antonio Luis Dias de. **“Panorama Geral do Vale do Paraíba - Detalhes Construtivos”**. Trabalho de Pesquisa para o Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo. Vol.1, 2,3 e 4.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias. **Vale do Paraíba, Sistemas Construtivos**. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 1984.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Cultura Popular Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos- MEC, 1973.

ARCHITECTURAL ASSOCIATION SCHOOL OF ARCHITECTURE. **Projects Review 1998-1999**. London: ARCHITECTURE ASSOCIATION, 1999.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-BOCAINA. **Relatório da expedição Pró Bocaina**. São Paulo. Brochura. 1994.

BECK, A. **Lavradores e pescadores: um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, Santa Catarina, 1979.

BERNARDES, S. & BERNARDES. **A pesca no litoral do Rio de Janeiro**. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 2, 1950

BID – Banco Interamericano de Desarrollo. **Estrategia para la reducción de la pobreza rural**, Washington D.C., junio 1998, No. ENV –122.

BOUERI FILHO, José Jorge, et alli. **Programa de Gerenciamento da Estrada Cunha-Paraty. Parque Nacional da Serra da Bocaina**. Vale do Paraíba, 1993.

BOUERI FILHO, José Jorge. **Programa de sustentabilidade ambiental da Estrada Cunha-Paraty**. Taubaté: UNITAU- IBAMA, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Série Tudo é História nº78).

BRETON, Yvan; PLANTE, Steve - **Espaço, pesca e turismo em Trindade**. Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 23. São Paulo: NUPAUB-USP, Pró Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, 1997.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. (Mestrado não publicado). Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo: USP, Pró Reitoria de Pós-graduação, 1995.

BRITO, Maria Cecília Wey. **Ponta Negra Trabalho de campo III**. São Paulo, Mimeografado, 1993.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da Silva, J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2000. p.145-179.

CANDIDO, António. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 7 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

CARVALHO, J.C.M. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1978.

CAVALLINI, Marcelo. **Agricultura Familiar Sul Mineira. Diversidade cultural e biológica**. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais - Universidade Federal de São Carlos. 1997.

CBH-PSM. **Relatório da Situação de Recursos Hídricos**. Câmara técnica de Planejamento do Comitê de Bacia hidrográfica do Paraíba do Sul e Mantiqueira, 1995.

CIDE, Centro de Informações de Dados do Rio de Janeiro. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 95**. CD-ROM. Rio de Janeiro, 1995.

CIDE, Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. **Informe gerencial. Informações básicas da Região da Baía da Ilha Grande**. Rio de Janeiro, 1995.

CODIVAP, Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba. **Caracterização e avaliação dos conhecimentos existentes sobre a região do Vale do Paraíba e diagnósticos resultantes**. 1971.

COL-LEGI D'ARQUITECTES DE CATALUYA, **Màster Intervencions Arquitectòniques en el medi rural**. Col-legi d'Arquitectes de Catalunya. Demarcació de Girona, 1998.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

COMPANHIA DE TURISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Inventário Turístico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 1978.

COSTA, Irio Barbosa; MESQUITA, Helena Maria - **“Tipos de habitação Rural no Brasil”**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1978.

COSTA, José Pedro O. **Airuoca- Matutu e Pedra de Papagaio: um estudo de conservação do ambiente natural e cultural**. São Paulo: EDUSP, 1994.

COSTA, Lúcio. Projeto Arquitetônico de Paraty. In: **Tricentenário de Paraty**. Brochura, 1983.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Comunidades litorâneas de Guaraqueçaba. As formas de utilização dos recursos naturais**. Programa de Áreas Úmidas – I.O. USP, 1990.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. - **Conflitos de populações humanas em unidades de conservação em Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB-USP. (versão preliminar), Cambridge University Press, 1993.

CLARETO, S. M. **A descrição e representação do mundo por crianças de uma comunidade caiçara**. Dissertação (Mestrado) - Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 1994.

CPLA/SMA/GSP, Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Recuperação da Qualidade Ambiental da Bacia do Rio Paraíba do Sul.** Subsídios para o disciplinamento do uso e ocupação do solo na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – Trecho Paulista. São Paulo, 1982.

DARC/CEPAN. **Encontro sobre Tecnologia Caiçara.** Cananéia, 1990.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O Processo de Urbanização no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

DEAN, W. **A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEMARTINI, Z.B.F., LANG, A.B.S.G. **Educando para o trabalho.** São Paulo: Ciência e Cultura, 1984.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant' Ana; NOGARA, Paulo José. **O nosso Lugar virou Parque: Estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro.** São Paulo, Brasil, NUPAUB/CEMAR – USP, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant' Ana. **Povos e Mares: Leitura em sócio– antropologia marítima,** São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant' Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: NUPAUB USP – Serie Documentos de Pesquisa nº 1, 1994.

DIEGUES, Martins J. Souza e DINIZ, José A.F. **Geografia da Agricultura.** São Paulo: Difel, 1986.

DIUNER, José. **PARATY - Notas Históricas.** Instituto Histórico e Artístico de Paraty, 1994.

DURHAN, Eunice R. **A Caminho da Cidade. A vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável – origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra Editora, 1996.

EMATER, Empresa de Assistência Técnica extensão Rural. **Plano Municipal de Extensão Rural.** Paraty, 1995.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: FAO/INCRA, março de 1995. 24p. (Resumo do relatório do projeto UTF/BRA/036).

FATHY, Hassan . **“Construindo com o Povo”**, Rio de Janeiro: Editora Salamandra/ USP, 1980.

FERRAZ, Marcelo. **“Arquitetura da Serra da Mantiqueira”**. São Paulo: Empresa das Artes, 1992.

FERRAZ, Marcelo (Coord.). **Lina Bo Bardi**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1996.

FLORES, Graciela (Org.). **De Agricultor Campesino a Pequeno Empresário com Crédito Agrícola: Experiencias y Procesos Futuros**. Santiago de Chile: PROCODER – INDAP – IICA, 1994.

FLUMITUR Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. **Inventário Turístico do Estado do Rio de Janeiro. Região do Litoral Sul**. Paraty. Brochura, 1978.

FRANÇA, A. **A Ilha de São Sebastião**. Estudo de Geografia Humana, São Paulo: FFCL - USP, Boletim 178, Geografia, n. 10. 1954.

FUNDAÇÃO FLORESTAL, **Desenvolvimento florestal sustentável e a educação ambiental – O estudo de caso do Bairro do Jaguarão, Município de Cunha – São Paulo**. São Paulo: Fundação Florestal – SMA, 1995.

FUNDAÇÃO FLORESTAL, **Educação ambiental e o desenvolvimento sustentável – unidade demonstrativa do Município de Cunha**. São Paulo: Fundação Florestal – SMA, em andamento.

FUNDAÇÃO PRÓ VITA. **Estudo de Impacto Ambiental. Pavimentação da estrada Cunha Paraty (RJ165)**, 1990.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. *São Paulo em Perspectiva*. v.6, n.1 e 2, 1992.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Elíane. **A Intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura IICA, 2000.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas: Editora Papirus, 1993.

GURGEL, Heitor, AMARAL, Edelweiss. **Paraty, Caminho do Ouro. Subsídios para a História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1983.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Campinho da Independência: um caso de proletarianização “caçara”**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Ciências Sociais - Antropologia. São Paulo: PUC de São Paulo, 1979.

GRAZIANO DA SILVA, et alli. **Turismo em Áreas Rurais: Suas Possibilidades e Limitações no Brasil**. Versão revisada do trabalho apresentado no Congresso Internacional sobre “Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável”, realizado em Santa Maria (RS) de 27 a 29 de maio de 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José; et alii. **O rural paulista. Muito além do agrícola e do agrário**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José; et alii. **O Novo Rural Brasileiro. Uma Análise Nacional Regional**. Vol. 1. Campinas: EMBRAPA Meio Ambiente/IE-Unicamp, 2000.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Vale do Paraíba - velhas fazendas**. São Paulo: EDUSP, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IBASE. **Avaliação do Proger, Proger Rural e Pronaf do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Relatório Final**. Rio de Janeiro, 1999.

IEF Instituto Estadual de Florestas. **Ficha Cadastral. Localidade da Praia do Sono**. Rio de Janeiro: Mimeografado 1993.

INPE/CODIVAP. **Projeto Mavale. Macrozoneamento da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo**. São Paulo, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico –A**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE . **Perfil dos Municípios Brasileiros: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999 - B**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

INSTITUTO FLORESTAL. **Inventario Florestal do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993.

IPEA-IBGE-NESUR-IPARDES. **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul**. Brasília: IPEA, 2000. v.6, 206 p.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

JORGE, Rogério Ribeiro. **A Preservação do Modo de Produção Camponês no PNSB**. Dissertação (Mestrado). Orientadora Dr.^a Helena Ribeiro Soral. Programa de Pós Graduação em Economia Política. Pontifícia Universidade Católica, 1997.

KAGEYAMA, Ângela; SILVEIRA José Maria da. **Agricultura e questão regional**. In: Revista de Economia e Sociologia Rural, 35 (2): 9-33, 1997.

KAHN, Lloyd; et alli. **Shelter**. California: Shelter Publications, 1973.

LAMARCHE, H. (Org.). **A agricultura familiar**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

LANGOWISKI, Vera Beatriz Ribeiro. **Contribuição para o Estudo dos Usos e Costumes dos Praieiros do Litoral de Paranaguá**. Programa de Áreas Úmidas – I.O.USP, 1990.

LEMOES, Carlos A.C. **Casa Paulista. Historia das Moradias Anteriores ao Ecletismo Tra-zido pelo Café**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LENGEN, Johan Van. **Manual do Arquiteto Descalço**. Rio de Janeiro: Tiba, 1997.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental – Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, PNUMA, 2001.

MANSANO, Candice Filipak - **Do tempo dos antigos ao tempo de hoje: o caiçara de Cambury entre a terra e o mar**. Campinas: UNICAMP/FE, Ciências Sociais aplicadas à Educação, 1998.

MAIA, Thereza Regina de Camargo, MAIA, Tom – **Paraty; História; Festas; Folclore; monumentos**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991.

MAIA, Tom, MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Vale do Paraíba, festas populares: história e folclore**. Caçapava: Fundação Nacional do Troperismo/Papel Simão, 1985.

MAIA, Tom, MAIA, Thereza Regina de Camargo. **O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba**. São Paulo: SECSP-UNITAU, 1980.

MARQUES, J.G.W. **Pescando Pescadores: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

MARTINS, Zoraide. **Agricultura Paulista: uma história maior que 100 anos**. São Paulo: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1991.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. S.Paulo: Ciências Humanas, 1979.

McHARG, I. **Design with Natura**. New York: Natural History Press, 1969.

MCHENRY JR., Paul Graham. **Adobe: Como Construir Fácilmente**. México: Trilhas, 1996.

MENDONÇA, Paulo Penna de. Campos da Bocaina. **Relatório elaborado pelo grupo de trabalho sobre a possibilidade de desenvolver o potencial da região por determinação do Governador Roberto Costa Abreu Sodré**. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Maio de 1969. Mimeografado. p.27.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA. **Projeto RADAMBRASIL**. Levantamento dos Recursos Naturais. Rio de Janeiro/Vitoria.Rj., 1983.Vol 32. Folhas SF. 23/24.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil: Elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORALES, Francisco Javier Lopes. **Arquitetura Vernácula em México**. México: Editorial Trillas, 1993.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978. (Coleção: Ciências Sociais, Série: Realidade Social).

MUSSOLINI, Gioconda. **Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro**. *Revista de Antropologia*, vol 1, nº 2, São Paulo, 1953.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MUSSOLINI, G.; QUEIROZ, M. I. P. - **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1973.

NOGARA, P.J.N.; VIANNA, M.; FERREIRA, N.C. **Proteção Participativa dos Recursos Pesqueiros do Saco do Mamanguá, Paraty**. Implantação de Dispositivos de Exclusão de Pesca de Arrasto. Paraty. 2000.

NOGUEIRA, Oracy. **Negro político, político negro**. São Paulo: Edusp, 1992.

NUTAU, FAUUSP. **Arquitetura de Terra**. São Paulo: Nutau-Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e do Urbanismo, Departamento de Tecnologia da Arquitetura-FAUUSP, 1995.

ORNAs, **Ocupações rurais não-agrícolas: anais: oficina de atualização temática**, Londrina, PR: Iapar, 2000.

PADUA, J.L.; SÁ, M.A. et al. **Vale do Paraíba: ontem e hoje**. Assessoria de Comunicação Rio de Janeiro, 1988.

PERONDI, Miguel Angelo. **As estratégias de reprodução de sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná**. Lavras: UFLA, 1999. 166p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural).

PIERSON, Donald. **Cruz das Almas**. *Coleção Documentos Brasileiros 124*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio/ EDUSP, 1966.

PINHEIRO, Paulo Sergio; SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge (Org.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRADO, José Benedito; ABREU, Maria Morgado de . **Aspectos Geográficos do Vale do Paraíba e Município de Taubaté**. Taubateana nº 14. Prefeitura Municipal de Taubaté, 1995.

PRADO Jr, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. ed.19, São Paulo: Brasiliense, 1986.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paraty**. Vol. I. Diagnostico.1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATY. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paraty**. Vol. II. Proposta de Ante Projeto de Lei. 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA. **Conselho de Desenvolvimento Rural. Plano de Desenvolvimento Rural**. 1997.

PROCODER, Programa Cooperativo de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Países do Cone Sul. **Workshop de Atualização Técnica – Negociação e Comercialização Agropecuária e Agricultura Familiar no Mercosul**. Brasília, 2001.

PICCINI, Andrea. **A casa da Babilônia. Estudo da Habitação Rural no Interior de São Paulo**. São Paulo: Anna Blume, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas. Dinâmica das relações bairro rural - cidade.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O campesinato brasileiro. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1976.

RAMÍREZ, A. L. e HERNÁNDEZ, P. F. (Coord.). **Sociedad y medio ambiente: Contribuciones a la sociología ambiental en América Latina.** Mexico: La Jornada Ediciones, 1996.

RIBAS, Marcos Caetano e RIBAS, Rachel Joffily. **O modo de fazer: estudo sobre alguns processos de confecção artesanal na cidade de Paraty.** Paraty, 1983/ 84.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIO DE JANEIRO. **Atlas Fundiário do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Governo Estadual do Rio de Janeiro, Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos, Instituto de Terras e Cartografia, 1991.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. **Ciudades para um pequeno planeta.** Barcelona: Gustavo Gilli, 2001.

RONDON, Mário Augusto Bernardes. **Práticas Sustentáveis para o Manejo de Parques Nacionais Habitados - O Caso do Parque Nacional da Serra da Bocaina.** Monografia de finalização do Curso de Pós Graduação *Latu Sensu*, no Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC – Rio de Janeiro, 1995 .

RYKWERT. **La Casa de Adan en el Paraíso.** Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

SÁ, Cristina. **Uma Arqueologia do Urbano em Pedra de Guaratiba, Arraial do Cabo e Quinta do Caju. Contribuição para o Estudo do Processo de Construção do Espaço Social.** Programa de Áreas Úmidas – I. O. USP, 1990.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Coleção Carlos Borges Schmidt.** São Paulo: MIS Museu da Imagem e do Som, 1980.

SCHMIDT, Carlos Borges. **A Cultura Prática da Bananeira Nanica no Litoral Norte Paulista.** São Paulo: Diretoria Publicidade Agrícola SAICSP, 1934.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Colonização do Litoral.** *Boletim de Agricultura*, serie 35^a. São Paulo: Diretoria. Publicidade Agrícola SAICSP, p. 611-647, 1934.

SCHMIDT, Carlos Borges. **O anil: cultura e indústria, em São Paulo, na época colonial.** *Boletim de Agricultura*, serie 40^a. São Paulo: Diretoria Publicidade Agrícola. SAICSP, p. 533-544, 1939.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Classificação decimal dos assumptos agrícolas.** *Boletim de Agricultura*, serie 40^a. São Paulo: Diretoria Publicidade Agrícola SAICSP, p. 545-590, 1939.

SCHMIDT, C. B. & REIS, José. **Rasgando Horizontes: A Secretaria da Agricultura no seu cinquentenário.** São Paulo: Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio, 1942.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Explorações Econômicas do Litoral Paulista. Chá - Cravo da Índia - Pimenta do Reino – Côco da Baía e Óleo de Fígado de Cação.** São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola. SAICSP. 1943. Separata das “Notas Agrícolas”. Vol. VI. 1941-1942.

SCHMIDT, Carlos Borges. **O fogo e seus perigos.** São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, 1943.

SCHMIDT, Carlos Borges. **A conservação das máquinas agrícolas.** *Boletim de Agricultura*, serie 44^a. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, p. 401-403, 1943.

SCHMIDT, Carlos Borges. **As chuvas e as colheitas.** *Boletim de Agricultura*, serie 44^a. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, p. 390-392, 1943.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Paisagens Rurais. O Paraíba e o Paraitinga. A Paranapiacaba e o Ribeira de Iguape.** São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, 1944.

SCHMIDT, Carlos Borges. **O Paraíba e o Paraitinga: rumo a bacia do Paraíba.** *Boletim da Agricultura*, serie 43^a. São Paulo, p. 125 –160, 1942.

SCHMIDT, Carlos Borges. **O Meio Rural. Investigações e estudos de suas condições sociais e econômicas.** 2.^a ed. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, 1946.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Esteiras de taboa e esteiras de piri: uma indústria doméstica rural.** *Boletim de Agricultura*, serie 48^a. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, p. 63 – 82, 1947.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Alguns aspectos da pesca no litoral paulista.** São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, p. 34, 19 pranchas, 1948.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Substituição da atividade agrícola em face do esgotamento das reservas de fertilidade do solo.** *Boletim de Agricultura*, série 49^a. São Paulo. Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, p. 145 – 166, 1948.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Construções em Taipa: alguns aspectos de seu emprego e de sua técnica.** *Boletim de Agricultura*, n.º único. São Paulo: Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, 1949. p. 32. *Boletim de Agricultura*, serie n.º 47^a. 1946.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Estudo e solução dos problemas da lavoura cafeeira.** In: Anais das mesas redondas do algodão, café e conservação do solo. (Org.) Instituto de Economia Rural. São Paulo: Sociedade Rural Brasileira, pp.749 – 752, 1950.

SCHMIDT, Carlos Borges. **A vida rural no Brasil: a área de Paraitinga, uma mostra representativa.** São Paulo. Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, 1951. p. 45. *Boletim de Agricultura*, n.º único, 1949.

SCHMIDT, Carlos Borges. **A mandioca: contribuição para o conhecimento de sua origem.** *Boletim de Agricultura*, serie 25^a. São Paulo. Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, p. 77 – 128, 1951.

SCHMIDT, Carlos Borges. **O Pão da Terra. Separata da Revista do Arquivo CLXV**, São Paulo. Divisão do Arquivo Histórico. Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo, 1956. pp. 126-304. Prêmio no 11.º “Concurso Mário de Andrade” de monografias sobre o folclore nacional, instituído em 1956 pela Discoteca Pública Municipal.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Formação do cafezal: o domínio do café, a lavoura tradicional, a lavoura atual.** São Paulo. Diretoria de Publicidade Agrícola SAICSP, 1957.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Lavoura Caçara.** Documentário da Vida Rural n.º 14. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1958.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Manual pratico do lavrador.** 2^a ed. Criação e Lavoura n.º 19. São Paulo. Melhoramentos, 1963.

SCHMIDT, Carlos Borges. **O Milho e o Monjolo: aspectos da civilização do milho, técnicas, utensílios e maquinaria tradicionais.** In: Documentário da Vida Rural n.º 20. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1967.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais.** Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, MEC, 1976.

SCHNEIDER, Sergio e NAVARRO, Zander. Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural. Um estudo sobre as tendências recentes. **Anais da SOBER.** p.617-633, 1998.

SAHLINS, Marshall D. **A Cultura e o Meio Ambiente e o Estudo da Ecologia Cultural.** *Panorama da Antropologia.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.

SAIA, Luis; TRINDADE, Jaelson Bitran. **São Luis do Paraitinga**. Publicação nº02, Conselho de Defesa do CONDEPHAAT. São Paulo, 1977.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Amélia de (Org). **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 4^a ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. técnica e tempo. razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEBRAE/Rio de Janeiro. **Diagnostico Sócio-Econômico. Paraty**. Sebrae/R.J- Proder. Rio de Janeiro. Nov. 1999.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto LUPA**. Censo agropecuário do Estado de São Paulo. 1996.

SEMA, Secretaria do Estado de Meio Ambiente do Governo do Rio de Janeiro. **Programa de Gestão para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Contribuinte da Ilha Grande**. Dezembro, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **A Corrida para o Século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Jorge Xavier. **Análise Ambiental da APA Cairuçu**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro URFJ, 1988.

SILVA, Y. M. de F. A. e. **Trindade: sobrevivência e expropriação**. 1979. 121f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SILVEIRA, G.N.; GUIMARÃES, L. A. F.V. **As Comunidades Tradicionais e o Gerenciamento dos Recursos Naturais pelo Poder Público, com Ênfase na Reserva Ecológica da Juatinga – Município de Paraty – RJ**. Rio de Janeiro: Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro, s/ data.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**, ed.14a. edição revisada. São Paulo: Contexto, 1998.

SIQUEIRA, P. **Os caíçaros e a Rio-Santos**. São Paulo: Perspectiva, 1989. vol. 3(4): 62-4.

SOARES, Hebe Teixeira. **A Religião e o Processo de Saúde Doença. Um olhar sobre Trindade**. 1998. Dissertação (Mestrado). UNIMEOP.

SOCIEDADE DE DEFESA DO LITORAL. **Salve-se, Salvando Paraty**. Paraty. Brochura, sem data.

SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **1680 – 1720: O império deste mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUDEPE. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Coordenadoria Regional no Estado do Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura. **Proposta para a criação da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu**. 1984.

SUDEPE. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Coordenadoria Regional no Estado do Rio de Janeiro. Ministério da Agricultura. **Relatório da Região de Cairuçu da Pedras**, sem data.

SHIRLEY, Robert W. **O fim de uma Tradição**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

SMA Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Mappa Florestal**. São Paulo: Edição Fac-similar, 1987.

SMA, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. **Atlas das Unidades de Conservação Ambiental do Estado de São Paulo**. Parte I Litoral. São Paulo, 1998.

SUDELPA. Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista. **Levantamento para elaboração de roteiro de laudo Geologico-Geotecnico para Implantação de Loteamentos**. São Paulo. 1985.

SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org). **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

TIRAPELLI, Percival - **“Arquitetura - Expressão de fatores sociais”**. Instituto de Estudos Vale Paraibanos: Ed. Comemorativa centro Objetivo, F. Nacional Tropeirismo, sem data.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Editora Diefel, 1983.

UFF/SFP-PRODEF Universidade Federal Fluminense. **Anteprojeto Base Científica Ambiental da Pedra Branca**. Paraty: UFF. 1999.

UNICAMP/ FEC/ DAS/ LAPLA/ IBAMA/ Associação Pró – Bocaina. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina. FASE II**. Brasília: Versão Preliminar. 2002.

VEIGA, J. Eli. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

VEIGA, José Eli da, *et alii*, **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**.

Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. p.108.

VELOSO, J.J. de Oliveira. **O ambiente Natural Cunhense**. JAC gráfica e editora. 1995.

VIANA. Virgílio Maurício; NOLASCO, Adriana Maria. **Relatório Curso de Manejo Comunitário de Florestas de Caixeta - Saco do Mamanguá**. Paraty: ESALQ-USP, 2000.

VIANNA, Lucila Pinsard. **Considerações Críticas sobre a Construção da Idéia de “População Tradicional” no contexto das Unidades de Conservação**. 1996. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. USP.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. **Globalização e emergência de múltiplas ruralidades: Reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado**. 1999. Tese (Doutorado) Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da UNICAMP. Campinas.

VIOLA, Eduardo J. **A Problemática Ambiental no Brasil 1971 – 1991 – Da Proteção Ambiental ao Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração-USP, 1991.

WALDIR Nesi, **Notícias Históricas da Ilha Grande**. Brochura, sem data

WANDERLEY, Maria de Nazareth. O ‘lugar’ dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu MG, outubro 1996.

WILLENS, Emílio. **Problema Rural Brasileiro do Ponto de Vista Antropológico**. Diretoria de Publicidade Agrícola. São Paulo. S. N., 1944.

WILLEMS, E. Notas sobre as habitações temporárias de caíças. *Sociologia*, v. 8, n. 2, p. 216-7, 1946.

WILLEMS, Emílio. **CUNHA . Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil**. Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo - Diretoria de Publicidade Agrícola, 1947.

WILLENS, Emílio. **Uma Vida Brasileira: Tradição e Transição**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

XAVIER da Silva Jorge e et alli. **Análise Ambiental da APA de Cairuçu**. URFJ, 1987.

YÁZIGI, Eduardo. **TURISMO. Uma Esperança Condicional**. ed. 2. São Paulo: Global, 1999

YUNUS, Muhammad; JOLIS Alan. **O banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. Caracterização Regional. In: **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina Etapa 1**. Associação Pró Bocaina/IBAMA. junho 1997.

ZUQUIM, Maria de Lourdes; MATTOSO, Adriana. Caracterização Socioeconômica da APA de Cairuçu. In: **Plano de Gestão Ambiental da APA de Cairuçu e da Reserva Ecológica da Juatinga**. Fundação SOS Mata Atlântica, IBAMA, IEF-RJ, Prefeitura Municipal de Paraty. janeiro 2002.

ZUQUIM, Maria de Lourdes; BECHARA, Érika; CAMARGO, Elci. Gestão, Legislação, licenciamento e fiscalização. In: **Plano de Gestão Ambiental da APA de Cairuçu e da Reserva Ecológica da Juatinga**. Fundação SOS Mata Atlântica, IBAMA, IEF-RJ, Prefeitura Municipal de Paraty. janeiro 2002.